

O USO DO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO E SUA POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO



FFLCH

Glória da Anunciação Alves

**O USO DO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO E SUA POSSIBILIDADE
DE APROPRIAÇÃO**

1ª Edição

São Paulo
FFLCH
2010



ISBN: 978-857-7506-188-9

Copyright © Glória da Anunciação Alves

Direitos desta edição reservados a FFLCH

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 (Laboratório de Geografia Urbana)

Cidade Universitária – Butantã

05508-900 – São Paulo – Brasil

Telefone: (11) 3091-3714

E-mail: gesp@usp.br

<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>

Editado no Brasil

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta
publicação, no todo ou em parte,
constitui violação do copyright (Lei nº5988)
1ª edição – 2010

Projeto Editorial: Comissão Editorial Labur

Diagramação: André Simões da Silva e Gabriela Vieira Alexandre

Imagem Capa: Glória da Anunciação Alves

Logo GESP: Mayra Pereira Barbosa

Ficha Catalográfica

ALVES, Glória O USO DO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO E SUA
POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO: FFLCH , 2010, 268p.

Inclui bibliografia

1. Centro 2. Centralidade 3. Apropriação 4. Dominação 5. Uso de
São Paulo

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme a ficha
catalográfica.

Disponibilizado em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>



Apresentação

Este trabalho visa discutir como na produção e reprodução do espaço, em especial, das áreas centrais da cidade, se dá o processo de apropriação e dominação dos lugares, processo dialético que, por meio da vida cotidiana, pode elevar a dimensão do vivido e da apropriação do espaço frente às estratégias de reprodução espacial, em geral orquestradas pelo Estado em articulação com os interesses privados.

É fundamental neste trabalho a discussão sobre centro e centralidade, bem como de periferia, como veremos ao longo do trabalho.

A denominação de Centro é algo que na geografia brasileira só ocorre a partir dos anos 50, com a difusão dos estudos franceses da época. O trabalho de Nice L. Muller, intitulado “A área central de São Paulo” (1958, vol. III) e que fazia parte do conjunto de estudos sobre a cidade de São Paulo, coordenado pelo professor Aroldo de AZEVEDO (1958), foi pioneiro nesse sentido.

A autora empreende seus estudos sobre uma área em que vê uma particularidade e especificidade, o que ela denominaria de Centro, discutindo a dificuldade de delimitar a área a partir de seus aspectos funcionais e atribuindo a esta a característica da centralidade.

A partir de um trabalho de campo, realizado com a participação dos alunos de graduação do curso de geografia da época, propôs, numa tentativa da complexa articulação de estrutura-função-forma, uma caracterização da chamada área central: ela denominava de centro, propriamente dito, ou o “coração da cidade” a área compreendida por núcleo central e núcleo novo (ao que Azevedo respectivamente denominava por centro antigo e centro novo), caracterizado pela existência de comércios, serviços (consultórios, bancos, escritórios, pequenas oficinas e ou pequenas indústrias) e quase ausência de residências; de áreas periféricas ao centro, ao entorno do centro propriamente dito, que se caracterizavam por terem funções típicas do centro mas com a existência de áreas de moradias e, por fim as chamadas zonas de transição, onde predominavam residências, mas que não podiam ser considerados bairros típicos pela existência de alguns



tipos de atividades centrais, numa clara manifestação da expansão da centralidade.

Quanto à forma, a autora chama a atenção que a área em estudo era o local da cidade onde, na época, se concentrava o processo de verticalização, e assim, na forma, o centro da cidade em muito lembrava as cidades americanas como Nova Iorque.

Outro autor que também no período atribui ao centro essa característica e que empreende estudos sobre áreas centrais é o professor Milton Santos (1959), com o trabalho intitulado “O centro da cidade de Salvador”. Diferente de Müller, ele não tinha a preocupação com a delimitação do que era o centro, partindo do princípio de que havia uma área reconhecida pela população como sendo a cidade, e introduz a discussão sobre a importância do conteúdo sócio-espacial.

Destacamos esses dois autores para mostrar que só a partir dos anos 50, o que então passa a se chamar de Centro se torna objeto de estudo e de intervenções públicas específicas. No caso paulista é notória a ação do poder público municipal por meio do Plano de Avenidas, do então prefeito Prestes Maia que impinge a área vias de grande circulação na tentativa de favorecer os fluxos de mercadorias

Mas o que significa ser o Centro da cidade nesse momento? Por que esse espaço consegue concentrar e difundir, ser simbólico à sociedade, referência na vida dos habitantes da cidade?

Esse espaço só pode ser entendido a partir das relações que estabelece com outros espaços da cidade e que, nos anos 50, correspondiam ao que José de Souza MARTINS (2001) e AZEVEDO (1958) denominaram por subúrbios e que se caracterizavam por serem as áreas de transição entre o modo de vida rural e o urbano: em geral os lotes eram grandes, com a presença de quintais com árvores frutíferas, havia o conhecimento e solidariedade que caracterizavam os bairros, ainda não possuíam os benefícios urbanos (como benfeitorias e equipamentos) mas estavam intrinsecamente ligados à cidade do ponto de vista econômico (ou pela produção de artigos agrários ou como fornecedores de mão-de-obra para cidade).



Os subúrbios também foram estudados por Juergen Richard LANGENBUCH (1971), em seu trabalho, intitulado “Estruturação da Grande São Paulo, Estudo de Geografia Urbana”. Nesse trabalho ele mostra como surgem e quais são as características dos subúrbios da cidade e da região metropolitana, como por exemplo municípios como Mogi das Cruzes e Osasco.

Os três autores ao discutirem os subúrbios mostram a precariedade de acesso a bens públicos, pela falta da monumentalidade (principalmente no que diz respeito às formas arquitetônicas) nos subúrbios, fazendo com que a “cidade” ou como diríamos hoje o Centro, se reforçasse enquanto uma centralidade econômica, cultural, política, realçadas suas potencialidades frente à escassez existente nas áreas suburbanas.

Podemos afirmar que o Centro, como nos indica Henri Lefebvre (1986), se constitui como tal por um processo histórico, que permitiu uma certa permanência das formas, o que possibilitou a criação de referenciais para a sociedade que habitava a cidade. Ainda segundo o autor, essa área representava a expressão da vida urbana enquanto potencialidade, possibilidade, movimento em direção à urbanidade. Essa expressividade do centro só podia ser entendida frente às carências existentes nos subúrbios de então.

Trata-se de um processo em permanente movimento, mas que só pode ser entendido pela articulação dos espaços, que, por outro lado, também constantemente se transformam pela mudança da sociedade e que a ela impingem elementos para sua própria transformação.

Como falamos de processo, esse quadro começa a mudar a partir dos anos 70 (séc. XX) quando ao mesmo tempo se observa a expansão e o desdobramento do centro e, num mesmo movimento, o crescimento da cidade e a aparição das periferias.

É Helena K. CORDEIRO (1980), em seu trabalho intitulado “O centro da metrópole paulista, expansão recente”, que estuda os processos de expansão e desdobramento do centro. A partir da utilização de uma metodologia ligada à escola americana da época, Cordeiro faz um estudo a partir da quantificação da densidade funcional, área construída e valor imobiliário, indicando para um processo de “desdobramento da centralidade”.

Mas o que isso significava? Que, ao contrário de autores que falavam sobre o “deslocamento da centralidade”, o que implicava em indicar que o centro perdia suas funções para outras áreas, a autora por seu estudo avaliava que a centralidade se expandia de modo não contínuo, com a criação de novas áreas, mas sem necessariamente o desaparecimento das já existentes. Deste modo o que seu estudo apontava é que não havia mais um único centro. O centro tradicional continuava a existir mas outros, com outras características, já apontavam como novas áreas centrais da cidade, como no caso do estudo, a região da Avenida Paulista como uma centralidade, resultado do processo de desdobramento da área central.

Vale ressaltar que o contexto dos anos 70 difere do existente nos anos 50. No caso brasileiro estamos em pleno auge do crescimento industrial, e em outra escala, a nacional, já há políticas que visam descentralizar o processo de expansão industrial, buscando levar a industrialização para outras áreas do país, tais como o Nordeste e o Norte por meio de políticas de incentivos e projetos específicos gerenciados pelas então SUDENE e SUDAM.

A expansão da centralidade faz parte do movimento necessário à sua própria reprodução. Trata-se de um processo dialético que ao mesmo tempo em que constrói/destrói/transforma as centralidades. Se antes a centralidade era única, seu crescimento leva, como nos mostra Lefebvre (1986), à implosão-explosão do centro. De que se trata?

O Centro, justamente por ser o ponto concentrador e dispensor de atividades (no sentido lato), possui limites para seu crescimento. A partir de um determinado ponto, a concentração de tudo leva a geração de problemas que inviabilizam ou pelo menos dificultam a potencialização da centralidade. Exemplos disso são os congestionamentos, que limitam a fluidez e velocidade da circulação, o aumento dos preços dos imóveis, restringindo as possibilidades e diversificação das atividades. Essas dificuldades associadas a outras estratégias, principalmente as ligadas à especulação imobiliária, promovem a potencialidade para a criação estratégica de novas centralidades que têm como característica serem centros muito especializados e funcionais, que atendem a uma camada populacional mais homogênea e com maior poder aquisitivo podendo, a nosso ver, reforçar o



processo de segregação sócio-espacial na cidade. Como exemplos de locais na cidade com essas características, podemos citar a região da Berrini e da Nova Av. Faria Lima.

O surgimento de novas centralidades está associado à expansão da centralidade, e ao seu desdobramento, sendo diretamente ligada à reprodução do processo capitalista nas mais diferentes perspectivas: produtiva, financeira, cultural e espacial. Mas o desenvolvimento desse processo não pode ser entendido sem a análise da criação de expansão de outros espaços que fazem parte desse movimento, e que a partir dos anos 70 foram denominados em vários estudos como periferias.

A periferia só pode ser entendida na articulação com o centro. Para MARTINS (2001:79), a periferia “(...) é o espaço do confinamento nos estreitos limites da falta de alternativas de vida”. Em todo seu depoimento sobre o entendimento de periferia ele destaca que “o problema da periferia é o do desenvolvimento econômico” (MARTINS, 2001:79). Ainda que critique a visão limitada e empobrecida de relacionar periferia com áreas de populações pobres, se contradiz ao reforçar essa mesma idéia por ele questionada, quando afirma , ao fazer uma crítica a partidos de esquerda, “(...) que o próprio centro da cidade de São Paulo é hoje periferia” (MARTINS, 2001:79). Talvez fosse interessante a uma análise geográfica, acrescentar a essa noção de periferia trazida pela sociologia, a dimensão geográfica. Como nos mostra LANGENBUCH (2001, 89), o termo periferia é na geografia muito utilizado para designar porções

(...) de qualquer aglomeração urbana, não necessariamente grande, localizadas via de regra em porção próxima aos limites externos da área edificada, onde predomina a ocupação residencial pelas camadas pobres da população, estabelecida aí de modo bastante precário (...) é comum haver uma elevada densidade demográfica...

Na paisagem das chamadas periferias, predomina o cinza das lajes e a sensação de nunca estar acabada a construção, bem como a falta de áreas verdes para o lazer das comunidades. Mas mesmo ao olhar essa paisagem deve-se ter cuidado ao fazer a análise. Em geral atribui-se a esses espaços a característica de paisagem feia (sem ordenamento, sem verde,

com construções inacabadas) às periferias pobres em oposição à bela paisagem (ordenada, com arborização, planejada, que serve para a venda valorizada pela visão que se pode ter de um parque, por exemplo) dos bairros residenciais da região urbanizada da cidade ou mesmo dos condomínios fechados.

Segundo depoimento de um morador da periferia, a paisagem cinza, das lajes e do asfalto, “é uma lindeza”, pois mostra como “a pessoa conseguiu melhorar de vida, não morando mais em barraco de madeira”. Essa é a dimensão não explorada por Martins em sua análise, ou melhor, explorada como apenas negatividade. Para o autor mesmo os movimentos surgidos na periferia, de reivindicação, de melhoria da qualidade de vida, são movimentos que

(...) proclamam a verdade política do negativo e, num certo sentido, anunciam o fim da esperança e o fracasso dos partidos na gestão democrática da cidade. (MARTINS, 2001: 84)

Ainda que as periferias tenham surgido no processo de desenvolvimento desigual das cidades, revelando a lógica da produção espacial segregacionista, e que boa parte de seus moradores estejam vivendo uma outra fase do mundo do trabalho, marcada pela falta do trabalho regular e operário para as massas, não se pode esquecer que as pessoas vivem o espaço, o criam, ainda que em situação penosa, e criam estratégias que talvez se aproximem do sobreviver, mas que pode possibilitar o surgimento do novo, dado pela práxis cotidiana.

Por isso se faz importante rever a articulação Centro-periferia, após termos discutido seus termos.

De um lado temos o reforço da centralidade por um processo que, a princípio, pode parecer contraditório: a centralidade é reforçada com, além dos sub-centros existentes e os que têm surgido, novas centralidades que ao mesmo tempo competem e se articulam com o Centro, reforçando a capacidade da cidade, por meio de seus espaços centrais, de concentração e difusão.

Mesmo nos chamados bairros periféricos, como por exemplo, Guaianazes, Itaquera, Jardim Ângela, verifica-se o fenômeno do surgimento



de uma centralidade na periferia. Forma-se um pequeno núcleo comercial, com a existência de bancos, lojas comerciais de eletrodomésticos e de produtos para casa populares, que vendem por crediário (a exemplo de Casas Bahia e Ponto Frio), supermercados, lotéricas, entre outros tipos de estabelecimentos, que passam a fazer parte do referencial de vida da população que aí mora. As ruas mais próximas a essas localidades são valorizadas o que, em muitos casos, faz com que os moradores que aí viviam tenham que se mudar ou por não poder arcar com os aumentos dos preços de aluguel, ou por serem levados a vender seus imóveis com a esperança de que com a venda possam comprar outro lote em áreas mais distantes e ainda ficar com algum dinheiro, para eventuais emergências, ou compra de objetos de desejo social (como celulares, tvs de plasma, etc).

Assim não são apenas as áreas centrais tradicionais que tendem a ter um crescimento populacional negativo: as áreas centrais da periferia também. O que cresce são as áreas periféricas dos distritos periféricos, o que indica que está ocorrendo um crescimento da metrópole de modo periférico, ou seja, a periferia se expande e centros periféricos passam a fazer parte da vida da população, ainda que muitas vezes limitada à possibilidade do consumo.

Mesmo com o surgimento de outras centralidades, o Centro tradicional ainda é um referencial de cidade para muitos e hoje entra em debate, inclusive em uma escala global, o que faz com que nessa área novos conflitos pela sua apropriação/dominação surjam e é esse um dos debates que trataremos aqui.



Aos meus pais
Manuel e Dulce
e ao meu amor,
Beto



Agradecimentos

À minha orientadora Prof^a Dr^a Ana Fani A. Carlos, que sempre esteve presente como orientadora e amiga, discutindo e caminhando a meu lado, ao longo deste trabalho.

Aos amigos de orientação: Jaime, Beatriz, Paulo, Ana Luci, Andrea e Paola, pelo apoio, incentivo e ajuda nas discussões e sugestões da pesquisa.

Ao meu querido Beto que, pacientemente, leu e ajudou a rever todo o trabalho, ficando sempre junto a mim.

Aos amigos da UNIFIEO, Maria Cecília, Fernando, Fernanda, Marisa, Dora, Cláudio e Sandra pelo apoio e carinho.

À professora Maria Deusdedite, da UNIFIEO, pela ajuda na revisão do trabalho.

A meu irmão Carlos pela ajuda e incentivo.

Ao CNPq pelo apoio financeiro.

O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação

Disponibilizado em: http://www.fflch.usp.br/dg/gesp	3
Apresentação	4
Agradecimentos	12
Introdução	14
O centro da cidade	31
Capítulo I – Um quadro do centro	49
Capítulo II – A disputa pelo uso do espaço público	92
A ação estatal	99
A iniciativa privada : a “Associação Viva o Centro”	125
Capítulo III – O uso do espaço e a quebra de rotina	150
Os eventos no centro	158
Capítulo IV – O simbolismo do centro	192
A cidade no cinema	205
Considerações finais	233
BIBLIOGRAFIA	256



Introdução

O presente trabalho se pauta no desenvolvimento da contradição entre apropriação/dominação do espaço urbano de São Paulo, em particular do “centro histórico” da metrópole.

Nesse contexto se articulam, contraditoriamente, para o desvendamento do espaço urbano as estratégias diferenciadas do poder público, da iniciativa privada e da população de um modo geral.

O espaço é uma realidade social, constituída de um conjunto de formas e relações gestadas no seio de nossa sociedade. Suas formas correspondem ao que aparece comunicado ao mundo, que é resultado da relação entre a estrutura do espaço, criada, elaborada e idealizada pelo poder estatal a fim de melhor realizar a reprodução do capital, e sua funcionalidade que se efetiva, cumprindo-se ou não, na vida das pessoas. Estamos falando da prática sócio-espacial, que ao mesmo tempo produz e é produto do espaço, isto é, é criação e criador de relações sociais. O espaço pode ser mais bem compreendido se partimos da premissa de que ele é o meio e o local, logo relação e suporte, condição e produto da prática social.

É a prática social que torna possível a reprodução das relações sociais de produção. É bom deixar claro que a reprodução das relações sociais de produção vai além da reprodução econômica, propriamente dita. Estamos nos referindo à reprodução dos elementos constitutivos de nossa sociedade. Para que a sociedade continue seu processo de construção, é preciso que os homens, o grupo familiar, a comunidade se reproduzam no mais amplo sentido da palavra: tanto procriação da família, relacionamentos sexuais, modo de vida, quanto os elementos necessários à vida do homem, como a alimentação, a educação, a saúde, a moradia, o lazer, as possibilidades de movimentação no espaço. Estamos falando da reprodução das relações bio-sociológicas necessárias à reprodução da vida do homem, enquanto um ser social. Sem a existência dessas condições, o homem não poderia cumprir suas funções, que são socialmente hierarquizadas, já que nossa sociedade está fundada na estratificação social, constituída pela

relação entre os que detêm os meios de produção e os que não os detêm, ligada ao mundo do trabalho e da reprodução do capital.

É na relação entre as três dimensões presentes no espaço, a saber, uma ligada a sua forma, outra a sua função na vida e a outra a sua estrutura, que se constitui a prática espacial. Ainda que exista a tendência à homogeneização do espaço, ditada pela estruturação espacial idealizada pelo poder estatal e por grupos dominantes, que assim projetam um espaço homogêneo, em busca da reprodutibilidade do capital e das relações de produção (num sentido mais estrito ligado à produção de mercadorias, objetos e das condições de crescimento econômico), essa tendência não se efetiva, já que a própria sociedade, que constrói o espaço, é marcada pela diferença existente entre seus agentes constitutivos, que possuem interesses diferenciados e utilizam suas forças na luta por seus anseios, que tendem a se chocar, potencializando muitas vezes o conflito no espaço homogêneo. Estamos falando da luta pela apropriação, contra aquela da dominação imposta pelo Estado.

Na contradição apropriação/dominação de um lado, temos o Estado e instituições que tendem, com sua ação, à dominação do espaço; de outro, forças que buscam a apropriação do espaço. Trata-se de uma disputa pelo espaço, em que da parte do Logos, existe a racionalidade que não cessa de se afirmar e de se reafirmar: formas de organização, aspectos de empresa industrial, sistemas e tentativas para tudo sistematizar, aqui e lá. Desse lado se reúnem as forças que tendem ao domínio e ao controle do espaço: a empresa e o Estado, as instituições e os corpos constituídos. De outra parte, existem as forças que tendem à apropriação do espaço: as formas diversas de auto-gestão das unidades territoriais e produtivas, as comunidades, as elites que querem mudar a vida e tentam ultrapassar as instituições e os partido¹.

Poucos distinguem, na atualidade de nossa vida cotidiana que tende a ser regulada e estruturada de acordo com o planejamento estatal, apropriação de dominação e assim o sentido de apropriação, para a vida, esvazia-se quando entendida enquanto dimensão da propriedade. A moradia, por exemplo, direito do cidadão, passa a ser dada pela luta à

¹ H. LEFEBVRE. La production de l'espace, p. 451.



propriedade privada, pelo título da propriedade, pelo ser “dono”, pela posse de um imóvel. A compra de uma parcela do espaço, construído socialmente, coloca-se como a condição, enxergada por todos, para a obtenção da moradia, já que outras possibilidades não são apresentadas. O direito ao morar é transformado na possibilidade da compra de uma propriedade. O direito ao uso, à apropriação do espaço reverte-se na compra de uma propriedade privada do solo, no domínio espacial. Talvez, por isso, seja difícil à boa parte da população, entender os movimentos que lutam, tanto na cidade como no campo, pelo direito ao uso, à apropriação dos espaços.

Na cidade, uma parcela da população, mesmo não tendo acesso à propriedade privada do solo, luta e sonha e pela apropriação *lato sensu*, que pode garantir a todos o uso do espaço. Esse desejo de acesso a um bem privado valoriza a compra individual de um imóvel, de uma parcela do solo urbano e se explica pela ideologia. Essa luta vem da própria prática e entendimento dado pela vida da população, que sofre com as interferências propostas e colocadas em ação pelo poder estatal e pelas instituições que dominam o espaço, ao ditar ordens e normas, impondo uma forma de acesso ao espaço, ou seja, por sua compra aos pedaços. Procura-se institucionalizar a luta pela propriedade privada, luta esta que legitima o domínio já existente por parte dos grupos dominantes, que detêm boa parte das parcelas do espaço. É dessa forma que se reforçam os valores imprescindíveis à reprodução do capital, ou seja, a troca, o consumo, o acesso à propriedade privada de objetos.

O homem, ao longo de sua história, apropria-se da natureza pelo uso que dela faz para a satisfação de suas necessidades. Nesse sentido, o homem a “domina”, conseguindo por meio da apropriação, o uso de determinados elementos, transformando a sua realidade. A natureza transforma-se em um bem, uma riqueza da vida, mas um bem a ser usado a favor da coletividade, logo, dominação e apropriação podem estar juntas, sem que isso signifique a subordinação de uma à outra. A dominação e a apropriação que deveriam caminhar juntas se separam.

A dominação sobre a Natureza material, resultado de operações técnicas, arrasa essa Natureza permitindo as sociedades substituí-la por seus produtos. A apropriação não arrasa, senão transforma a Natureza-

o corpo e a vida biológica, o tempo e o espaço dados em bens humanos. A apropriação é a meta, o sentido, a finalidade da vida social. Sem a apropriação, a dominação técnica sobre a Natureza tende ao absurdo, à medida que cresce. Sem a apropriação pode haver crescimento econômico e técnico, porém o desenvolvimento social propriamente dito se mantém nulo²

Se anteriormente a apropriação da natureza, por exemplo, significava que esta se tratava de um bem a ser usado para a satisfação de uma coletividade, hoje vemos os bens da natureza serem transformados em propriedade privada, com o uso exclusivo de quem a detém, impedindo a outros o seu uso. Transforma-se apropriação em posseção privada, em um domínio que exclui boa parte dos agentes integrantes da sociedade. Nesse novo enfoque, que se dissemina na vida urbana, subordina-se a apropriação, o uso, ao domínio, à posse privada do bem.

A dominação do espaço tende a se impor graças à ação política, à regulamentação de leis e normas, que, juntamente, com o avanço técnico e o controle dos meios de produção, permitem o pleno desenvolvimento da produção de produtos e espaços especializados. O que se vê no mundo é um grande crescimento econômico e técnico, que tende à manutenção da ordem estabelecida no processo. Este se realiza através da dominação do espaço, criando limites diferenciados à apropriação do espaço e logo, à possibilidade de desenvolvimento social. É pela apropriação que se socializa o espaço, até mesmo o que se considera individual e ao mesmo tempo se individualiza: o espaço social.

Quando nos apropriamos de um espaço, não como propriedade privada mas como lugar onde se realiza o uso, reconhecemos a importância social daquele local, não só o eu individual, mas o todo, ou o coletivo, e enquanto espaço socialmente reconhecido como o “lugar de todos”. A apropriação do espaço social, dessa forma, o individualiza por seu uso, ao mesmo tempo de todos e único, um lugar muito próprio, diferente de outros, de modo quase que individual. Ele passa a ser, desse modo ímpar, mas não propriedade particular, privada, continuando a ter como característica seu

² H. LEFEBVRE. De lo rural a lo urbano, p.164.



uso, ao mesmo tempo de todos e exclusivo. É o que acontece quando estamos, por exemplo, nos espaços públicos, nas ruas, junto a multidão. Fazemos parte da massa heterogênea, mas que se torna homogênea quando ligada por um interesse comum, que desencadeia uma luta comum. Vejamos, por exemplo, o que aconteceu durante a campanha para eleições diretas para presidente da República, as “Diretas-já”, em 1982, em São Paulo. A área central, o Vale do Anhangabaú, aparece como palco privilegiado da manifestação. Ao participar do movimento eu era, ao mesmo tempo, mais uma no meio da multidão, mas era eu presente com meu corpo que ocupava um lugar naquele Vale, naquele lugar público, era um ser individual na multidão. O Vale do Anhangabaú, onde realizou-se um dos atos, local de todos, lugar público, transforma-se em espaço único, de luta. É a reafirmação da apropriação que surge como direito, criando um conteúdo para o lugar.

É necessário retomar o sentido amplo de apropriação, aquele ligado ao uso e não à posse de bens de modo privado. A apropriação não é um privilégio, a posse garantida a determinados grupos na sociedade. Quando entendidos por esse ângulo, os modos de apropriação do espaço passam a ser determinados pelo mercado, onde “...hoje o valor de troca prevaleceu a tal ponto sobre o uso e o valor de uso que quase suprime este último”³.

Na realidade, há uma estratégia de classe que procura assegurar a reprodução das relações de produção espacial, *stricto sensu*, ligado aos fatores econômicos, através do domínio sobre o espaço. Não é de um dia para outro que se transforma a apropriação do espaço em posse privada, domínio excludente, no empecilho do uso do espaço pela sociedade. Nessa estratégia, joga-se com várias armas que, direta ou indiretamente, atingem a vida da sociedade e promovem alterações em sua prática, principalmente nos grandes centros urbanos. Como situação exemplo podemos chamar a atenção para o papel do urbanismo em nosso mundo.

Desde os anos 50, ao urbanismo imprimi-se marca da funcionalidade

³ H. LEFEBVRE. O direito à cidade, p. 18.



...ao servir aos propósitos de modernização do Brasil...e por afinal revelar a afinidade estrutural de seu programa técnico com racionalidade do cálculo econômico empresarial, ou do Estado⁴

Justificando ações, através dos projetos urbanísticos, que auxiliam em nossa “modernização”, procura-se estruturar as cidades segundo novas formas, a fim de melhor possibilitar a circulação de mercadorias. Assim, linhas retas, traçados geométricos, visam à maior fluidez do capital. As novas estruturas propostas, geométricas, racionais, baseadas e respaldadas por uma série de equações matemáticas, aliadas a novas e modernas técnicas de construção, procuram a promoção de uma melhor funcionabilidade produtiva das cidades, segundo uma lógica racionalista, que sugere um melhor aproveitamento dos espaços. Com isso, tem-se a valorização de determinadas áreas, pelo trabalho socialmente realizado. Esse processo acaba por expulsar residentes/habitantes que não tenham condições de pagar por essa valorização. É o que acontece quando os aluguéis se elevam em áreas revalorizadas, e os antigos moradores, não proprietários de imóveis, não conseguindo pagar pelo aumento dos preços dos aluguéis, mudam-se para áreas onde os preços ainda são acessíveis à sua renda. Em geral, essas áreas, em que os valores imobiliários são mais baixos, correspondem às regiões que não são consideradas prioritárias para investimentos por parte do poder público e imobiliário, por, no momento, não fazerem parte da estratégia de reprodução e valorização do capital, ficando esquecidas, sem benfeitorias, atraindo a população com menor poder aquisitivo. As melhores parcelas do solo urbano só podem ser “usadas” por quem por elas puder pagar.

Como proposta, na busca de um avanço de nossa sociedade, urge que retomemos o uso do espaço enquanto modo de apropriação. Mas o que é uso? A resposta parece simples: utilizar, ter função, servir a algo. No caso do espaço, mais do que isso, ele tem um valor de uso, ou seja, adquire uma qualidade justamente pelo seu uso, que corresponde à necessidade, à expectativa e a desejabilidade. Trata-se de um processo em que

⁴ Otilia ARANTES. “Do Universalismo moderno ao Regionalismo pós-crítico” in *Urbanismo em fim de linha*, p. 112.



cada necessidade produz outras. O desejo passa através das necessidades determinadas e se encarna nelas socialmente⁵.

Assim é a qualidade atribuída ao espaço pela sua utilização, sua função, seu atendimento às necessidades socialmente impostas e que através do espaço podem ser satisfeitas, como por exemplo, a moradia; o deslocar-se na cidade pelas ruas e avenidas, utilizando-se de transporte coletivo; a satisfação do atendimento à saúde, dado pela existência e acesso aos postos de atendimento como os hospitais e aos profissionais qualificados; o acesso à educação e aos bens de consumo, pela presença respectiva de escolas, locais de comércio e de trabalho. Estamos falando do valor dado ao lugar pelas possibilidades de uso que proporciona a reprodução da vida em todas as suas dimensões. É a tomada do espaço para a satisfação das necessidades mais profundas, que ultrapassam as necessidades específicas ligadas à reprodução biológica. É a apropriação dos lugares para a satisfação dos desejos ligados ao estar com os outros. É a brincadeira, a conversa com os amigos nos lugares públicos. É a comemoração nas ruas os resultados de jogos, fazendo as festas, religiosas ou não. É o sentimento de cidadania, aquele que se apropria, que usa a cidade simplesmente por ela existir.

Esse “uso” é mais sentido quando vivenciado, o que muitas vezes provoca o conflito entre posições antagônicas. O conflito

traduz-se numa luta pelo uso, pela apropriação, que absolutamente não é nem poderia ser entendida como marginal, à parte do todo, fora da sociedade e do social...o uso se insurge e ganha visibilidade, restabelece a dialética da propriedade em outros termos, em outros planos. É um processo que pressupõe atos práticos⁶.

Esses atos exigem da pessoa, com presença física, com seu corpo⁷ que ocupa esse espaço e o sente, não só pela sua materialidade, mas também pelos cheiros, agradáveis ou não, que são característicos do lugar,

⁵ H LEFEBVRE. La presencia y la ausencia, p. 267.

⁶ Odete C. L. SEABRA. “A insurreição do uso” in J. S. MARTINS (org.) Henri Lefebvre e o retorno à dialética. p. 76.

⁷ A importância do corpo na apropriação aparece nos trabalhos de : H. LEFEBVRE. La production de l'espace; de T. PAQUOT. Vive la ville; de A.F.A. CARLOS “A rua; espacialidade, cotidiano e poder” in O lugar no/do mundo.

pelas cores vivas ou que lembrem o cinza, que se enxerga quando se está no local e que nossa memória guarda, justamente por termos vivido o lugar, a situação, que é memória individual (a minha), mas também é coletiva (a nossa, a dos que também vivenciaram o lugar). A prática do uso do espaço, ainda que genericamente aconteça em todos os lugares, tem a sua realização em locais determinados, estando ligada à relação do homem com o local muito específico, que lhe é próprio, do qual tem referências, que servem para pensar outros lugares, além do seu, ajudando a transformar a sua localidade, de forma a melhor atender as suas necessidades e desejos. É por essa relação que o uso diferencia os lugares da cidade, tornando-os únicos, criação particular e nesse sentido obra, já que surge como resposta às ações próprias do ser humano, ligadas ao desejo, à vida, sendo portanto originais, resultado das questões colocadas na sociedade e à vida social e não diretamente ligadas à troca, ao mercado, como hoje tudo parece ter se reduzido. Pelo uso, obra e produto se tornam indissociáveis. Deste modo

a obra não se separa absolutamente do produto, nem do trabalho produtor, nem da troca, do mercado, do dinheiro⁸.

Ao mesmo tempo em que obra, por sua originalidade, por responder aos problemas colocados, a cidade é também produto, produção da sociedade moderna, na condição de produto, além de seu valor de uso subordinado à propriedade privada- pela intercambialidade que promove entre seus diferentes elementos constitutivos, faz surgir o valor de troca, que, deste modo, só tem expressão pelas relações que se estabelecem entre os componentes da cidade que se interligam pelo uso. Desta forma, o valor de uso é que dá a condição para a existência do valor de troca.

Assistimos, hoje, ao fato de que o processo de reprodução espacial apresenta a tendência na qual, os espaços são reduzidos à troca, ao seu valor de troca. Esse parece ser o resultado do processo de expansão do capital na sociedade atual, que procura subordinar o valor de uso, quase que o eliminando pela troca. Esse processo também invade a vida cotidiana com relação, por exemplo, aos objetos de uso diário que estão presentes na rotina dos afazeres domésticos. Não se pode negar sua importância, as

⁸ H. LEFEBVRE. La presencia y la ausencia, p. 232.



facilidades que trazem às donas de casa, o tempo que poupam ao executar tarefas, mas essas vantagens, supervalorizadas quando da apresentação do produto no mercado, escondem a programação, a submissão dos seres humanos a formas de trabalho que são previamente criadas e que procuram dirigir o “como fazer”, os gestos do corpo, que, até, muitas vezes, não precisam ser mais executados e, desta maneira a vida passa a ser previamente gerenciada em todos os sentidos, os corpos passam a fazer o movimento necessário para o funcionamento dos eletrodomésticos. Esses produtos

...privilegiados, efetivamente úteis e agradáveis- o carro, a geladeira, o rádio, a tv- têm como missão: expropriar o corpo e compor esta apropriação, substituindo o desejo por algo fixado, substituindo o gozo pela satisfação programada⁹

Trata-se da subordinação do homem às máquinas em seu dia-a-dia, nas tarefas domésticas e não mais apenas no chamado mundo do trabalho.

O modo de viver o trabalho na indústria se generaliza nas mais diversas situações da vida. No espaço urbano as necessidades de compra de produtos, aparentemente individuais, são as mesmas impostas a todos, não de forma a que todos tenham disso consciência, mas pelo apelo ao desejo, que passa a ser introduzido como uma necessidade a qual não se consegue negar, sendo necessária a compra, para a satisfação da vida. Passam a ser comprados, não se levando em conta o valor de uso, mas o apelo/desejo da compra em si, do ser proprietário de um utensílio, mesmo que não seja para o usar. Exemplos temos muitos. Não raro ouvimos pessoas que comprem um aparelho de micro-ondas, mas que nele não realizam mais do que o aquecimento da comida. Subutilizam-no, mas dizem que não conseguem pensar em não tê-lo, já que todos os conhecidos o possuem. O desejo é o de possuir e não o de utilizar. É nesse sentido que, ao ter seu uso atenuado, o produto enquanto mercadoria, pela troca, adquire força destituindo a qualidade do uso, valorizando-o exclusivamente enquanto um valor de troca. A posse dos objetos pela compra reforça a satisfação dos chamados desejos do consumidor, criados e reproduzidos pelos meios de comunicação. Os chamados prazeres naturais, que não necessariamente

⁹ H. LEFEBVRE. Critique de la vie quotidienne, III, pp. 31-32.

exigem, para a sua satisfação, a compra de algo, mas que envolvem o encontro com o outro, o prazer ao fazer algo, estando em algum lugar, sem a mediação do mundo da mercadoria, parecem desaparecer, deixando o uso cada vez mais rarefeito, limitado à função de servir para algo, capturado pelo funcional.

O espaço, tido como um objeto, não foge a essa norma. Passa a não ter história, transformado em mercadoria, que se vende aos pedaços. Uma mercadoria que se apresenta como neutra. Essa tendência é dirigida pelo poder estatal que, através do urbanismo, procura o estabelecimento de um espaço “...repressivo, representado como objetivo, científico, neutro”¹⁰. Sua aparente neutralidade não mais é do que o resultado das ações e estratégias que já foram aceitas ou incorporadas, a ponto de não mais as reconhecermos, dando ao espaço uma aparente naturalidade. Sobre esse espaço “neutro”, novas ações se realizam a fim de torná-lo mais produtivo, valorizado enquanto produto de troca. No caso de nossa sociedade urbana, esse espaço se reconhece pelas parcelas da cidade, que são tratadas como mercadorias, pelas quais a sociedade como um todo luta por obter. Mas essa luta, em geral, é pelo direito à compra do pedaço, como se fosse realmente um objeto/produto, posto à venda e que permite somente a seu proprietário a posse do espaço e, por isso, usá-lo.

Mas, como no processo de reprodução do espaço urbano – a cidade como materialização concreta – a lógica da reprodução do capital impõe sua racionalidade pelo triunfo do valor de troca, sobre o valor de uso, e como isso a cidade, lugar do encontro, do uso, perde esses atributos que sempre lhe marcaram. Talvez essas características não estejam eliminadas, mas demasiadamente atenuadas. Como o espaço é sempre político, meio e suporte das relações de reprodução social, ele serve de instrumento à reprodução (enquanto condição), que é também econômica, e é nele que se realizam as lutas políticas por sua posse. Sobre ele, estratégias espaciais são desenvolvidas a fim de atingir o crescimento econômico e produtivo desejado. Transferem-se nas grandes cidades o sentido das lutas políticas, que aos poucos deixam de dizer respeito à coletividade e passam à escala individual.

¹⁰ H. LEFEBVRE. *La révolution urbaine*, p. 239.



As lutas se fragmentam; embora existam movimentos organizados pela moradia, como no caso de São Paulo o movimento dos sem teto, que chega a ocupar prédios abandonados no centro “histórico”, o que parece prevalecer, sendo divulgado nos meios de comunicação como se fosse a exigência da sociedade, é a luta individual pela aquisição privada de um imóvel, ao invés da luta pela existência de uma política habitacional; o mesmo acontece com a questão da saúde e do ensino. Nas periferias pobres da cidade temos grupos de moradores e pais que brigam com o poder público pela existência de vagas e atendimento em hospitais e matrículas nas escolas, mas a discussão que aparece como pública, que se projeta na imprensa é outra. Na saúde, a briga hoje aparece como sendo contra os abusivos aumentos nas mensalidades, discussão que chega ao Congresso Nacional, e não pela recuperação da eficácia do sistema de saúde público. Na educação, novamente a discussão pública gira em torno dos pagamentos mensais às escolas particulares e não pelo direito à boa escola pública. Muitos, no caso do problema do deslocamento na cidade, discutem a validade ou não dos rodízios (estadual e municipal) dos automóveis deixando a real solução- a melhoria e ampliação do sistema de transportes coletivos (ônibus, trem e metrô)- para um segundo plano. O que aparece é sempre um questionamento pelo direito ao uso do seu próprio veículo. Desloca-se, em todos os casos mencionados, o direito ao uso para o direito de “poder usar” por estar pagando a uma instituição privada ou por possuir privadamente um bem. Aqui se coloca a dimensão do indivíduo, enquanto usuário, e não, enquanto sujeito da produção do espaço.

Até mesmo os chamados lugares do ócio, ligados aparentemente ao tempo do não trabalho, são capturados nesse movimento de privatização e individualismo. Ir a um parque arborizado da cidade, jogar bola na rua, ficar nas praças, nos lugares públicos, atos que poderiam gerar o encontro entre iguais e diferentes, sem a necessidade de comprar algo, são vistos como atitudes daqueles que não têm dinheiro, e que, por isso, aventuram-se a permanecer nesses lugares que se degradam, enquanto espaços públicos sem investimento na sua manutenção, muitas vezes abandonados, tornando-se perigosos pela falta de segurança, de luminosidade, de cuidado com a vegetação que cresce como mato. Desta forma, os lugares que não

fazem parte do circuito da reprodução de mercadorias tendem a desaparecer fisicamente, por sua destruição ou não- manutenção, e socialmente pela negação a seu uso, dada pela desvalorização do local público, no conjunto da sociedade. A valorização do local passa a ser dada em função do poder de gastar, e mesmo que isso (a compra de um produto) não ocorra, o desejo de poder fazê-lo existe. Ao invés de como cidadãos lutarmos pelo direito ao lazer, assumimos a condição de consumidores e legitimamos a aceitação do acesso ao lazer pelo pagamento individual. Como nos mostra Milton Santos, passamos de cidadãos a meros consumidores. “Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário”¹¹. É o caso hoje, da ida aos shoppings centers, praticar exercícios em academias, programar férias para lugares distantes de seu local de moradia. Assim, o lugar do não trabalho torna-se fortemente ligado ao trabalho produtivo, que gera capital pela exploração do desejo da quebra da rotina, tida como massacrante e sem-graça, e do consumo dos lugares e das coisas.

Consumir parece ser a palavra de ordem em nossa sociedade. Consumir o espaço ou criar um espaço do consumo? Trata-se apenas de um jogo de palavras ou revelam entendimentos sobre o espaço de modo diferenciado?

Criar o espaço de consumo nos leva a pensar em um lugar que se torna altamente especializado, destinado ao consumo específico por uma camada determinada da população; logo um espaço que segrega, permitindo o acesso a grupos específicos. Os “shoppings centers”, espalhados pela cidade, podem ser um exemplo de lugares criados para o consumo de mercadorias, mas o seu estabelecimento em diferentes locais da cidade revela a estratégia de atingir a um consumidor específico. Não que exista uma norma legal de impedimento ao acesso deles, mas sim social, velada. Por exemplo: O “shopping center Iguatemi”, localizado na avenida Faria Lima, área de expansão imobiliária da metrópole paulista, tem como maior clientela a camada mais abastada da população. O próprio lugar, entendido não apenas como a parcela física do território, mas também pelo conjunto de pessoas, atividades e relações entre elas existentes, expulsa,

¹¹ M. SANTOS. O espaço do cidadão, p. 13.



afasta, repele, por sua particularidade, de ser um espaço semi-público, vigiado, que segrega.

Mas, não são só os locais criados para o comércio formal, em lojas, que são lugares de consumo. Praias belíssimas, algumas de difícil acesso, áreas no campo, montanhas, a que muitos atribuem energias cósmicas, a “natureza”, aparentemente intocada, tornam-se lugares especiais de consumo, isto é, aqui são os próprios lugares que são consumidos. Poucos têm condições financeiras ou equipamentos para consumir o lugar, dado inicialmente pelo acesso a eles, a que muitos chamam de santuários ecológicos, ligados ao lazer ou ao turismo. Assim, tem seu uso vinculado ao tempo do não-trabalho; portanto, os elementos naturais são incorporados à lógica de reprodução do capital, não só como matéria-prima, que servia e ainda serve à produção de produtos, como acontece com a água, a madeira, os minérios, mas como fonte de atração; o lugar como objeto de desejo, do qual se tem consciência de que poucos têm acesso, visto que transformado em mercadoria. Aqui entramos no universo do consumo do lugar.

Os limites impostos pelo processo de produção espacial cerceiam e restringem o uso, já que o espaço se transforma em mercadoria em si. A restrição ao uso do lugar, este agora entendido como objeto de consumo, pela subordinação do seu acesso à troca, reforça a segregação espacial. É o caso, por exemplo, das atividades de grupos que se denominam ecológicos, que usam o discurso do limite de acesso a determinados lugares, como algo necessário para a preservação da natureza. “Se todos tivessem acesso a esse lugar ele já estaria destruído”, é a frase que mais se ouve por aqueles que visitam esses locais. Por isso, o limite da acessibilidade pelo artifício financeiro é tido como o melhor à “natureza”. Em nome de sua preservação, privatiza-se o seu uso, permitindo-se apenas ao consumo por quem puder pagar (e muito), fazendo com que o lugar se reverta em um produto de consumo diferenciado. O acesso da população, em geral, aparece, no discurso “preservacionista”, como algo a ser evitado. A sociedade é, em si, uma ameaça ao ser destruidora, anti-ecológica e, portanto, politicamente incorreta. Aqui, o espaço entra no circuito da mercadoria como um “bem”, cujo acesso deve ser restrito a uma classe de privilegiados para continuar uma mercadoria possível de ser consumida.

Mas o consumo do espaço pode ter outro sentido, apelando para a dimensão do lugar enquanto reprodução da vida e não apenas como reprodução do capital. O consumo do espaço pressupõe seu uso, o viver a vida cotidiana, presente em suas relações sociais, sem que, necessariamente, a relação de troca, ligada às mercadorias, nas quais o próprio lugar pode-se transformar, exista. Quando no local se prioriza o ato da troca e não o seu uso, é como se houvesse uma transformação: um movimento que faz do local que se vive, que se usa nas relações mais diversas, um lugar do consumo, em que o mercado e a propriedade privada de coisas e espaços passam a ser privilegiados e, com isso, minimizadas as relações entre os homens e deles com o lugar, transformado em uma mercadoria que se compra e vende.

Essa transformação exige uma mudança do entendimento do papel/função de espaços que, tradicionalmente, eram usados, satisfazendo as necessidades de reprodução da vida social, como, por exemplo, as ruas.



A rua, em nossa sociedade urbana, sempre foi muito marcante. É tão importante que faz parte do movimento de modernização da vida e Fernando Pessoa chega a lhe conferir um poema, em que destaca a vida urbana e o papel das ruas. Diz ele:

Já me cansa a rua, não, não me cansa- tudo é rua na vida... Cansar-me a rua? Canso-me só quando penso. Quando olho a rua, ou a sinto, não penso¹².

A rua é um lugar público, em que se vive. Nela vemos tudo que se considera moral e imoral. Do trabalho no comércio, ao comércio do corpo, tudo existe e convive. Por ela transitam as mais diferentes pessoas, das mais variadas formas. Algumas passam pela rua pouco a vivendo, fechadas em seus carros. Outras marcam a rua com a presença de seus corpos, esbarrando em outros, parando frente a frente quando do trânsito intenso de pedestres, sentindo cheiros, escutando ruídos, mas como autômatos. A rua faz parte da vivência cotidiana, sendo usada para os deslocamentos que se fazem necessários para que a vida possa correr. Por ela se transita para ir às compras, ao trabalho, às instituições públicas e privadas. É lugar de passagem regido pela vida e o ritmo da vida social.

No caso da cidade de São Paulo, por exemplo, durante a semana, nos horários comerciais, as ruas do centro histórico de São Paulo são praticamente intransitáveis, devido à grande massa de pedestres que por elas se desloca. À noite, depois das 22 horas, esse movimento diminui bastante até que as ruas ficam praticamente desertas. Nos finais de semana, durante o dia, nos locais próximos a praças, igrejas, cinemas ou algum comércio que abre as portas, possuem movimento e, assim mesmo, reduzido. O contrário acontece nos bairros mais afastados do centro, os bairros populares da periferia. Durante os finais de semana, é quando encontramos, durante o dia, as pessoas a fazer compras nos locais em que moram. A rua tem um uso que se liga à vida dos habitantes. Nela, como em todo o lugar público, exigem-se posturas públicas para a convivência democrática, o respeito às diferenças socialmente aceitas e policiadas por todos seus participantes. Existe uma cultura urbana que “dita a cada

¹² . Trecho da poesia intitulada “Intervalo doloroso” de Fernando PESSOA, publicado in Folha de São Paulo, 18.11.98 Caderno ilustrada.

indivíduo suas regras de conduta e assim os meios de as contornar”¹³. Ao conhecê-las, pode-se criar os mecanismos para transgredi-las. Deste modo, as pessoas podem todas usar e se apropriar da rua. Nela, todos os elementos interagem, criam-se normas para o convívio social, convive-se com a diferença. Talvez por isso a rua seja perigosa. Ela estimula, pelo seu uso, a prática espaço-social. A rua contém funções negligenciadas pelos urbanistas: a simbólica, a informativa e a lúdica, o que permite ou possibilita que nela se promova a desordem, informando e surpreendendo a todos

Na rua e através deste espaço, um grupo (a cidade ela mesma) manifesta-se, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca¹⁴.

Assim, esse lugar pode se revelar revolucionário.

A prática espaço-social pode permitir à apropriação dos lugares, revigorando o sentido de cidadania. O homem se colocaria como agente participante e não apenas espectador de ações. Se o uso da rua e dos espaços públicos favorece a prática espaço-social então, para maior controle do Estado e de instituições que detêm o poder, o melhor é destruir esses locais que, ao favorecer uma grande mistura de populações e interesses, desestabilizam as ações que encaminham para a homogeneização e segregação espaciais que poderiam facilitar o controle e a ordem pretendidos e necessários para a maximização das atividades produtivas.

A melhor maneira de exercer o controle é através da dominação do espaço e, com isso, temos o empobrecimento da vida, retirando da vida do trabalhador aquilo que é riqueza, mas não pode ser medido pelo dinheiro: os contatos, os encontros, as amizades, as festas. É a deteriorização da vida, pela perda das relações entre as pessoas pelo cerceamento do uso do espaço público. Apenas nesse sentido tornam-se todas “modernas”, isoladas uma das outras, solitárias, sem amigos e nem mais referências. Esse fenômeno se processa com a alteração da forma da vida nos lugares da cidade: os bares populares e os botecos de bairro deixam de ser freqüentados pelos jovens, não são vistos como lugares de encontro, que

¹³ T, PAQUOT. Vive la Ville p. 12.

¹⁴ H. LEFEBVRE. La révolution urbaine, pp.30



antes faziam parte ou da rotina de um dia de trabalho, ou da vida comunitária, onde, muitas vezes, só se jogava conversa fora ou faziam-se piadas sobre os outros, sem que nada ou quase nada fosse consumido como mercadoria no local. O mesmo acontece com as ruas. Dificilmente, hoje em dia, marca-se um encontro; o início talvez de um relacionamento amoroso, na praça da República, um lugar central e de fácil acesso na cidade é quase impossível. O encontro com o novo, o desconhecido, era marcado sempre em um lugar público, mas não desconhecido. Ele dava a segurança para o estar ou para o ir embora, mas era um local em que os seus conhecidos, ou lá não estariam, ou não costumavam freqüentar em determinados dias ou horários, o que permite a segurança do uso pelo ser anônimo, garantindo assim a manutenção das relações e dos contatos com outros.

Essas estratégias sociais de convivência, que procuram garantir a liberdade em determinados espaços da cidade, têm sido minadas pelas ações realizadas, de forma consciente ou não, através do planejamento e ordenação do espaço urbano, que tendem a eclipsar o poder existente nas ruas, através do seu abandono e destruição de sua atratividade, pela não conservação, falta de segurança, depredação do espaço, etc, de um lado, e por outro, quando da construção de novos espaços em que se colocam normas que impedem determinados usos, procurando formalmente delimitar o uso do lugar, ou ainda mesmo quando se criam, já nos projetos, áreas de convívio que são fortemente controladas, vigiadas a ponto de procurar impedir qualquer possibilidade do uso pleno e livre. A produção do espaço, submetido à extrema funcionalidade dos lugares, limita a existência dos diferentes, da multiplicidade no local.

Em muitos casos de projetos de bairros residenciais, programam o espaço da moradia individual sem articulações com o entorno. Ignoram-se os locais, as áreas públicas de comércio, como bar, quitanda, loja. Do ponto de vista legal impede-se qualquer indício de existência de atividades que não seja a da moradia. Mas, a própria vida no local, se encarrega da transformação/ transgressão das normas. Nos conjuntos habitacionais, por exemplo, a vida reproduz um outro “plano”. Em algumas residências, sabe-se que existe um salão de beleza; na garagem de outra, uma pequena

oficina de carros e todos acabam por utilizar esses serviços “locais”. É no encontro de rua que essas informações são divulgadas e se realizam. Até mesmo em prédios residenciais, vez por outra, os moradores são informados por papeizinhos, colocados debaixo das portas que, por exemplo, no apartamento tal, fulana faz depilação às interessadas; noutro, sicrano conserta eletrodomésticos; em outro beltrano vende aparelhos importados. Talvez seja por isso que não se realiza em plenitude a homogeneização, o controle e a dominação do espaço: as pessoas, na maior parte das vezes, pela própria vida e situação tendem a transgredir o institucionalmente ordenado.

O espaço é o lugar da ação. Ele se transforma, criando-se e recriando-se no movimento que se estabelece entre os desejos de apropriação por parte da população e a busca da eficácia de produção de mercadorias, que para que seja atingida, exige a manipulação e a imposição espacial. Desse modo, mesmo que as ruas tendam a ser transformadas, do ponto de vista funcional, em simples lugares de passagem, fazendo as conexões entre os locais de trabalho e de moradia, esse processo não se realiza plenamente porque as ruas, justamente por serem lugares de passagem de muitas e diferentes pessoas, preservam características muito próprias: elas informam, exigem uma determinada forma de sociabilidade e, por mais que as pessoas tentem se isolar elas têm que manter relações, mesmo que superficiais, já que, nas ruas, múltiplas ações podem se desenvolver a qualquer momento. Ainda que esse processo ocorra na cidade, como um todo, há locais em que a luta, entre o uso e o consumo do espaço são mais marcadas.

O centro da cidade

As ruas e os espaços públicos, em geral, permitem o uso sem exigir a permanência, ou a identificação e a exposição do indivíduo ou grupo. Os espaços do centro da cidade possuem essa dimensão. Não exigem a permanência e ainda, dialeticamente, servem de espaços de referência de duração, de história. O centro contém uma centralidade urbana que pode



sempre reunir mais objetos e atos e situações e novos objetos, novos atos, novas situações.¹⁵

Essas novas situações, conjugadas, podem ser criadoras de algo novo, transformador. O chamado “centro histórico” da cidade é povoado das mais diversas formas e atividades, que, no conjunto, formam a representação do que se chama de cidade. Desta maneira, o centro surge como a expressão maior de cidade. É o local em que as relações se renovam constantemente, permitindo, ao mesmo tempo, a existência pela duração da ação, pela mudança mais lenta de suas formas, e da instabilidade, pela multiplicidade de atividades, pessoas, permissões, proibições e transgressões que se realizam na pluralidade das relações existentes.

Esse lugar central integra e dispersa. Para ele convergem, até mesmo graças ao sistema de circulação que aí tem seu ponto nodal, pessoas, mercadorias, veículos, informações. É o lugar que reúne, integrando os fluxos vindos das mais diversas áreas da própria cidade, e até mesmo de outros mercados regionais e internacionais. Se, no passado, nesses fluxos, predominavam a circulação de bens materiais, hoje dispõe-se da circulação de informações e de capitais através de impulsos, sem que, necessariamente, a mercadoria materializada, enquanto um produto com presença física, precise circular na cidade. De um ponto a outro, os capitais são transferidos entre instituições sem que, muitas vezes, haja uma produção material de algum bem. O centro tem, hoje, esse papel de integrar pontos de produção de capital, de informações.

Ao mesmo tempo em que é ponto de convergência, também é de onde se dispersam os mesmos fluxos de capitais, informações, bens materiais e pessoas. O que se produz e divulga nesse centro, a vida urbana que se gesta, reproduz-se por outros pontos, às vezes integralmente, outras em parte, gerando em outras localidades, modelos de vida semelhantes, mas que ainda mantêm uma determinada particularidade. O centro, desta forma, só existe como centro na relação com outros lugares, já que se coloca como ponto de onde se integram e se dispersam atividades. O centro

¹⁵ H. LEFEBVRE. De lo rural a lo urbano, p268.

... é o nó do sistema de circulação, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação dessas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo¹⁶.

É no centro da cidade que se materializa o ponto de intercâmbio entre as necessidades de reprodução do capital, que tendem a ser gestadas pelas leis de mercado e, por isso, exigem do poder estatal e dos agentes e empreendedores privados, ações estratégicas para o controle sócio-espacial, e o desejo de apropriação por parte da população da vida urbana, que, nas áreas do centro, estão marcadamente presentes. Estamos falando da agitação, da densidade de acontecimentos que concentram, da instabilidade que isso proporciona, das possibilidades que oferece para o imprevisto, e, ao mesmo tempo, para o anonimato/liberdade, individualidade/coletividade, individualismo/solidão, trabalho/consumo. Estamos aqui nos referindo ao poder simbólico do centro que tende, hoje, a ser deslocado para outras áreas, para novos centros.

No caso paulista, o centro de São Paulo é expressão das diversas formas sociais de ação e de dinâmica social existente, que estabelece relações entre os diferentes grupos e interesses. Ainda que nossa sociedade possua e desenvolva relações baseadas na hierarquia social que se espacializa, o centro, por sua própria funcionalidade, tende a reunir as diferenças, assumindo, ao longo de sua construção, o papel de lugar das possibilidades. Essa é sua principal característica, diferente dos novos centros que se criam na metrópole polinucleada e que tendem a não reunir as diferenças e, sim, as igualdades. Neles, estão concentradas atividades e funções, mas, diferentes do que acontecia com o antigo centro, são altamente especializadas e muito específicas, sendo consumidas por grupos bem delimitados, e sem acesso à população, em geral. Deste modo, os novos centros já surgem como limitadores de possibilidades, por não favorecerem a reunião de diferentes, por terem sido criados segundo uma lógica fundada na maximização da produtividade e assim, pensado apenas

¹⁶ Maria E. B. SPOSITO. “O centro e as formas de expressão da centralidade urbana” in Revista de Geografia, vol. 1, pp. 6.



segundo a ótica da funcionalidade. Desse modo, da mesma forma com que acontece com o trabalho, dividido e hierarquizado segundo funções e classes, os centros novos se especializam enquanto centros de gerenciamento empresarial, financeiros, educacionais, religiosos, tecnológicos, industriais, de consumo, de lazer, de informação, de poder institucional. Reúnem, de acordo com sua especificidade, os elementos essenciais ligados ao desempenho de suas funções, de forma a atenderem às exigências dadas por sua funcionalidade, dentro do sistema de produção que praticamente exige, tornando quase que inevitável, a segregação e a especialização dos espaços. Em nome de uma pretensa integração faz-se necessária a segregação, justificada racionalmente em nome da produção. Deste modo “...a integração, se obtém como resultado a segregação... Estratégia de classe “...que se utiliza da cidade como “...um instrumento político e dispositivo para controlar o consumo” ¹⁷.

Aparentemente, esses novos centros são independentes uns dos outros, como se constituíssem células autônomas, independentes, com vida própria. Na prática, estão imbricados, um remetendo ao outro, tendo no centro histórico de São Paulo, que ainda concentra não só o poder decisório, mas as mais variadas formas, atividades e relações, como o lugar que, por não ter se especializado ao extremo, faz a relação entre os diversos centros de modo a que todos, em conjunto, façam com que o capital se reproduza de forma mais intensa e rápida.

Pensar o centro, hoje, implica, necessariamente, em se repensar os locais, de modo a articulá-los. O surgimento de novos centros se dá em razão da própria dinâmica de crescimento da aglomeração urbana metropolitana, que tinha expressão na área central. A área central sempre foi marcada pela centralidade que hoje expressa

...cada vez mais a partir da observação da existência de mais de uma área com forte densidade de atividades ligadas a elevados índices de freqüentação, ainda que as necessidades e demandas que determinam essas freqüentações sejam de natureza e intensidades diferentes¹⁸.

¹⁷ H. LEFEBVRE. De lo rural a lo urbano, p-218.

¹⁸ M. E. B. SPOSITO. “Reestruturação da cidade” in J. C. MELO (Org). Região, cidade e poder, pp. 120.

É a expansão da centralidade existente nessa área que acarreta o seu próprio empobrecimento, pela perda de algumas atividades e funções, para os novos centros criados para funcionarem dentro da máxima racionalidade e produtividade. Ainda que decadente/renovado, é nesse centro que encontramos as sedes de instituições que daí comandam o processo e, é nele que a multiplicidade de ações acontece, o que o torna, particularmente, mais rico em relações do que os outros, permitindo a manutenção de seu poder simbólico, mesmo em um mundo onde o individualismo cresce e a idéia de auto-reprodução se espalham. A ausência de contato com o outro se apresenta como perda e não ganho e, assim os lugares onde “tudo pode acontecer”, por conterem a possibilidade do imprevisto, ganham dimensão única, aliando sonho, aventura, medo e contatos.

Os atuais projetos urbanísticos tendem para a eliminação dos lugares que concentrariam atividades, pessoas e relações, ou seja, para o esvaziamento do centro histórico, em nome da funcionabilidade dos locais que, assim especializados, levam a uma quase uniformização dos espaços, dada por sua função, que tende à privatização do urbano, para o uso e consumo dos lugares. Esse processo conduz a atomização pessoal, levando as pessoas a agirem exclusivamente de acordo com os próprios interesses, de modo que a vida privada parece ser mais livre, tendendo para o individualismo, que praticamente, exclui a necessidade de contato com o outro.

Mesmo que seja essa a tendência, muitas vezes aceita até de forma inconsciente nos discursos, na prática; as pessoas inclinam-se, depois de sentirem ou não que essa pretensa funcionalidade empobrece a vida (pelo menos no que diz respeito à possibilidade de relações e ações), para um movimento de retorno, de volta, de valorização das áreas centrais, como locais de múltiplas possibilidades de relações, de liberdade, de encontros, de durabilidade, de história.

Na criação dos novos centros especializados, ou mesmo para a manutenção dos antigos centros, desloca-se uma grande quantidade de riquezas, na forma de produtos e/ou infra-estrutura básica para a reprodução, enquanto que outros locais, distantes ou dos centros ou dos



arredores destes, ficam privados dos mesmos bens. Essas áreas, em que a penúria parece ser a característica comum, é que fazem os polinúcleos serem realçados. São as periferias, as áreas mais afastadas e sem os elementos básicos para a reprodução da vida urbana, que dão aos polinúcleos o destaque de lugar da multiplicidade, da possibilidade e da vivência urbana. É na articulação entre centro e periferia que se realiza a confrontação entre esses respectivos lugares. O confronto só existe em função da concentração de quase tudo, em poucos locais na cidade, ou seja, nos chamados centros, em detrimento de outras localidades, as periferias.

É essa concentração de trabalho social nas áreas centrais que faz com que o espaço do centro seja valorizado, mesmo quando falamos das áreas vazias nele existentes. Na valorização/especulação dos bens imobiliários desse local é que se reforça o processo de segregação espacial, que se justifica em nome de uma pretensa integração dos centros. Vendido aos pedaços, em lotes, tornam-se acessíveis apenas a quem puder pagar por este fragmento. Assim, o espaço reafirma-se como instrumento de troca, que subordina o uso numa sociedade estruturalmente hierarquizada.

É a prática sócio-espacial existente que acaba por diferenciar as pessoas e lugares, impedindo o uso do espaço, expulsando-as para lugares distantes e pouco valorizados, justamente pela escassez de trabalho socialmente produtivo no lugar. É na inter-relação entre riqueza e pobreza que o centro se reafirma enquanto lugar da possibilidade, enquanto as periferias se confirmam como lugares da penúria, da falta de oportunidades, do sacrifício, da morte, da doença, ou seja do flagelo¹⁹. O que poucos percebem é que a cidade, como um todo, nutre-se também dessas áreas, que, por sua vez, concentram boa parte da classe trabalhadora, os quais garantem a reprodução do capital. Embora também nutram a cidade, as periferias não têm acesso às benesses da vida urbana, mas a apenas aos problemas urbanos. É na relação contraditória existente entre centro e periferia que vemos uma marca de nosso crescimento e desenvolvimento: a desigualdade. A periferia, a que muitos dizem não fazer parte da cidade, sendo o lugar da violência e da marginalidade, é elemento constitutivo do

¹⁹ J. S. MARTINS. Subúrbio. Nesse trabalho Martins discute como essa marca das periferias paulistanas se manifesta desde o século XIX.

processo de reprodução do espaço urbano de nossas cidades. É a relação centro-periferia que fortifica o processo de constituição da centralidade existente nas grandes cidades metropolitanas de nosso tempo, já que a centralidade nunca se faz completa. Ela depende das relações entre as diversas localidades, entre o centro e a periferia e, logo, está em permanente movimento.

A centralidade se caracteriza por ser um processo que atrai fluxos de capitais, pessoas, atividades, definidos por uma racionalidade estatal que, agindo sobre o espaço urbano, o envolve de modo a condensar nele as riquezas e o poder, através de estratégias e planos aí desenvolvidos. Essa concentração de riquezas e poder tende a ser pontuada, elevando a importância de determinados locais, que se constituem em centros, onde se materializa o processo de concentração, ou dito de outra maneira, a centralidade adquire uma forma, uma espacialidade.

Como estamos falando de um processo em constante movimento, a própria constituição e o fortalecimento da centralidade exigem que quanto mais unificado for o poder econômico e político, mais esse fenômeno precisa se ampliar espacialmente e para isso faz-se importante o desenvolvimento funcional e especializado de outros lugares que, conectados e articulados, garantem a expansão da centralidade. Pode parecer contraditório, mas o fortalecimento da centralidade se dá, no mundo moderno, a partir da qualificação e do funcionamento de parcelas do espaço urbano, ou seja, da fragmentação espacial.

Essa valorização das parcelas, que acaba por se constituir em novos centros dentro da metrópole, é necessária já que, devido ao crescimento econômico e funcional dos antigos centros, ou centros iniciais, passam a não mais conseguir atender, de modo satisfatório, às novas funções que se privilegiam no atual movimento de reprodução do capital. Destaca-se hoje, a produção e o consumo de produtos e serviços muito especializados, voltados às classes muito específicas, o que exige um desenvolvimento das tecnologias das comunicações e da informática. Desta forma, a chamada “deteriorização dos centros” representa a própria expansão do processo que os constituiu: a centralidade.



A centralidade assim se reforça em sua dispersão. Os novos centros, ora se articulam, ora concorrem uns com os outros, e deste movimento há um ganho de força do processo de concentração. Quanto maior a especificidade de um local, maior sua funcionalidade. Nesse processo, há perdas, já que a não multiplicidade, dada em nome de um funcionalismo, restringe as possibilidades de movimentos e alternativas novas para os fenômenos para além do aspecto econômico.

Os centros mais antigos, que ainda guardam uma multiplicidade de atividades (o que permite uma variada gama de pessoas, classes e relações), possibilitam o afloramento das mais diversas manifestações, contendo uma forma democrática do uso, do que os novos centros. O centro de São Paulo, por exemplo, hoje é um local freqüentado, de trabalho, de lazer, de compras e atendimento aos cidadãos de baixo poder aquisitivo. É como se “o povão” se apropriasse desse centro, que assume assim um caráter popular. Mas, justamente por possibilitar as mais variadas relações, o centro também é o local de intensa vida econômica para quem aí possui negócios. Não falamos apenas nos pequenos comerciantes que possuem lojas na área. Falamos também de um lugar que é sede de grandes instituições financeiras, órgãos governamentais ligados às finanças, à cultura, ao transporte. É também o lugar simbólico.

O centro é o local de realização e concentração de “eventos culturais” e, mesmo que ocorra o controle cultural dos objetos, que devem ser consumidos, essa tentativa de domínio não se realiza plenamente pela existência da multiplicidade que proporciona a diversidade, dificultando o controle total. Nessa multiplicidade de eventos culturais que se desenvolvem no centro, uns tendem a ser cooptados, tornados objetos de consumo dirigido, transformando a cultura em um simples produto de troca; mas, entre os elementos, mesmo que parcialmente controlados, ainda se encontram expressões culturais que não são totalmente cooptadas, em que encontramos os resíduos, aquilo que resiste ao processo de transformação de tudo em mercadoria. Os exemplos não são muitos, mas existem. Mesmo quando o Estado promove festas populares, nas áreas centrais da cidade, como grandes shows ao ar livre, ou em parceria com emissoras de tv, faz da paixão nacional (o futebol) um espetáculo a que se assiste em grandes telas

e ainda que parte dos que participam do evento só estejam ali devido às propagandas feitas para chamar o público, não raro vemos pessoas que, realmente, emocionam-se, gritam, choram, envolvidas não só com o espetáculo em si, mas no contato com outros, participando, ao mesmo tempo, de modo coletivo e individual do evento. O riso, o choro, a alegria e tristeza, por mais que tendam a ser comandados, escapam do domínio total, tentado pelo Estado, que até corre o risco, nessas ocasiões, de perder o controle que acredita exercer. O espaço múltiplo, ainda democrático, existe de modo latente e assusta.

O centro de múltiplas atividades se revela, assim, mais rico em relações do que os criados para a maior eficácia do processo de centralidade; estes por serem estritamente funcionais e específicos, tendem a atender a apenas alguns interesses e a algumas classes promovendo ou reforçando a desigualdade.

Enquanto tendência, a centralidade caminha hoje para o reforço da desigualdade espacial, dada pela especificidade de funções de cada um dos novos centros, que expulsa para as periferias tudo aquilo (pessoas e atividades) que não faz mais parte dessa nova forma de produção econômica, especializada e funcional. As próprias periferias, desse modo, assumem o papel ou a função de concentrarem, a princípio, aquilo que fica aparentemente de fora do processo. Dizemos aparentemente, pois na realidade são parte integrante do processo da divisão sócio-espacial do trabalho.

Como o fortalecimento da centralidade exige a dispersão e a concentração de riquezas e poder em outras localidades, que atendam a produções específicas, tornando os lugares mais funcionais, ao mesmo tempo em que temos esse deslocamento, estendem-se também as áreas de pobreza, miséria e penúria. Ao lado do processo de criação de novos centros, periferias imensas também surgem ou crescem, fazendo com que o espaço urbano se reproduza, criando e aprofundando as contradições. Simultaneamente, a centralidade se amplia ou se reforça, mas também se atenua, já que a intensificação da formação de periferias pobres leva, pela própria situação de abandono das áreas, pelos poderes governamentais (e por sua grande distância das áreas centrais), ao surgimento de poderes



locais, que fazem valer uma lei e ordem muito específicas, não diferentes em sua essência do poder formal instituído (tão autoritário e repressor quanto o do Estado) mas paralelo; implica numa perda parcial do controle, pelos órgãos estatais. Para uma parcela significativa dessa população que mora nas periferias, ir ao centro torna-se, muitas vezes, um suplício, devido ao grande deslocamento que se faz necessário, às horas que serão gastas no trajeto, já que as distâncias percorridas são enormes e nem sempre há uma eficácia dos transportes coletivos, que, muitas vezes, mal existem. Como boa parte da infra-estrutura local, os serviços públicos são precários, pois não oferecem as condições mínimas e satisfatórias para o exercício de atividades essenciais. Ao invés de o centro se reforçar como local da concentração, onde tudo pode acontecer e que oportunidades podem favorecer, às vezes, a dificuldade ao seu acesso minimiza suas possibilidades de oferta. A centralidade passa, assim, a oprimir e a reforçar a contradição.

Levando-se às últimas consequências o processo de centralidade – pela sua dispersão –, não nos levaria a ver seu fim? Tenderia ela a reforçar a concentração de poder em alguns pontos localizados, enquanto sub-centros resultantes da expansão da centralidade, de onde Estado e agentes detentores de poder econômico e político comandariam e administrariam a expansão do processo, a fim de realizar, em plenitude, a reprodução do capital?

Parece-nos que a última tendência que desponta no horizonte é aquela do reforço em determinados locais para o comando e concentração do poder. O processo de reprodução espacial tende a funcionalizar os espaços, normatizando e limitando o uso e as tentativas de apropriação dos lugares. É por esse mecanismo que se realiza a expansão da centralidade, com o surgimento de novos centros especializados e funcionais. Mas, os centros possuem particularidades. O centro histórico, marcado pela diversidade, permite, justamente por essa sua grande característica, que em determinados momentos a racionalidade se rompa e o centro realize o seu papel simbólico, enquanto possibilidade de apropriação.

A cidade de São Paulo, enquanto espaço caracterizado como instrumento de reprodução do modo de produção capitalista e produto da

produção social, contém as contradições inerentes ao processo de reprodução. É nela que se estabelece o conflito entre a tentativa de apropriação dos lugares e a normatização do uso espacial, esta última entendida como uma estratégia de dominação, pelo Estado e pelas instituições de poder.

O próprio desenvolvimento da cidade exige a concentração de poder (político e econômico), atividades e funções em determinados locais, os centros, de onde são articuladas outras relações com áreas periféricas na cidade. Nesse processo, há o aparecimento de outros centros, como resultado da própria expansão da centralidade capitalista. Essa expansão da centralidade aponta para duas direções aparentemente opostas: uma ligada a criação de novos centros que tendem a se fortalecer, e a outra ao reforço do centro que, simbolicamente apresenta-se como o principal e que parece se enfraquecer, mas que entendemos como parte de um mesmo movimento que se revela, como o processo de produção, contraditório.

A que encaminha esse processo? Enquanto tendência, diríamos que, pela própria necessidade de expansão da centralidade, há o surgimento de novos centros, que se caracterizam por sua funcionalidade e especialidade, aparentando serem muito diferentes, na forma, dos antigos centros históricos, cuja marca é a multifuncionalidade. Estes últimos tendem, no atual momento histórico, a ter um esvaziamento de seu papel simbólico, em nome de uma melhor funcionalidade, marcada pela especialização do lugar, favorecendo a reprodução econômica capitalista, assinalada pela atuação do Estado, que, por sua ação, tende a reforçar a hierarquização e a desigualdade sócio-espacial. É nesse contexto que equipar e disciplinar o uso dos centros históricos da cidade pode fortalecer seu papel de centro econômico de importância, de forma moderna adequando-o às novas necessidades da produção na atualidade. Por isso, a ação do Estado (através da prefeitura) e de instituições privadas (como a Associação Viva o Centro) buscam oficialmente um disciplinamento e controle do uso que se faz dos espaços centrais da cidade visando a uma “revitalização do centro histórico”, que dá ênfase ao retorno ou à ampliação da produção econômica nessa área, de modo a fazer desse lugar a expressão de uma “cidade mundial”, ou seja, um lugar que atenda às novas exigências da reprodução.



Nesse contexto, o centro histórico tende à especialização, no caso, atendendo ou propiciando a funcionabilidade do setor de serviços altamente especializados, que exigem modernos equipamentos de comunicação e uma infra-estrutura que possibilite sua viabilização. Atingir esse objetivo pressupõe uma mudança, não só das atividades aí existentes, mas também da população que se utiliza dessa área, e que tem esse centro como uma referência histórica, de vida e de trabalho. O centro histórico, nesse sentido, poderia perder seu valor simbólico, de lugar das possibilidades, dos mais variados acontecimentos, da luta entre os desiguais, ou seja, deve ter diluída sua diversidade, mingando as possibilidades de apropriação do lugar, em nome de uma racionalidade econômica e funcional, que define os usos e limita, por normas espaciais ditadas pelos agentes que detêm o poder (que utilizando-se de um discurso racionalista, em nome do desenvolvimento), priva ou normatiza, restringindo o uso do espaço.

Como estamos partindo do pressuposto de que esse processo é contraditório, se de um lado ocorre a normatização do espaço, por outro existem tentativas de apropriação que se insurgem contra a normatização. Essas tentativas de apropriação dos lugares, em especial do centro histórico da cidade, que se apresenta como o lugar do poder, e portanto da opressão, ainda mantêm a marca do lugar de luta e manifestações, que aparecem em alguns momentos tendendo a romper com a racionalidade estabelecida, realizando seu papel simbólico, ao reafirmar o espaço como fundamental nas relações conflituosas que se estabelecem quando do seu uso.

O conflito pelo uso do espaço estaria revelando a essência do processo social: a propriedade lutando contra a apropriação²⁰.

Nesse momento, de luta pelo uso, é que se aponta para a possibilidade de apropriação. Que momentos seriam esses? Qual a importância dos momentos na criação de novas possibilidades de apropriação?

Esse trabalho procurará apontar as insurgências, dadas pelo uso, que são produtores de momentos e produto de contradições do processo de produção social do espaço, que, ao se realizarem, promovem a apropriação

²⁰ Odette V. L. SEABRA. "A insurreição do uso" in J. S. MARTINS (org). Henri Lefebvre e o retorno à dialética, pg. 79.

dos espaços centrais, transformando a vida cotidiana, que tende a se reproduzir na separação bem delimitada entre trabalho, lazer e vida privada, que também passam a ser entendidos de forma específica e funcional. A vida cotidiana é invadida pelo processo que gere a vida empresarial, envolvendo o tempo do trabalho e do não- trabalho. Na medida em que o não trabalho deve gerar a produção, faz parte do processo de reprodução do capital. Nesse sentido passa-se a valorizar as atividades de diversão e entretenimento que são obtidas pelo pagamento a seu acesso. Criam-se lazes pagos e especializados, de acordo com os diferentes grupos e camadas sociais, diferenciados na sociedade, de acordo com seu poder de consumo.

Partimos do pressuposto de que as apropriações realizadas no centro da cidade, quando da realização de eventos públicos, de acesso amplo e generalizado, não se exigindo o pagamento para a participação deles (embora se apresentem como programados e direcionados pelo poder público, logo sendo normatizados em sua concepção), por sua própria característica, de serem públicos e gratuitos, possibilitam o acesso quase irrestrito a toda a população, acenando à possibilidade do imprevisto, do não controlado, do risco, da subversão ao pré-estabelecido. Nesses momentos, talvez, possam ser revelados ou apontadas as possibilidades de realização da unidade da vida cotidiana, não mais como fato parcelar, mas como parte de uma totalidade, que precisa ser hoje compreendida, no contexto da produção do ser humano. As possíveis formas de apropriação surgem, nesse contexto, como o fruto ou resposta ao processo conflitual que se estabelece entre a tentativa de normatização, colocada enquanto estratégia pelo Estado e instituições privadas, e a insurreição (ou negação) a essa tentativa, que busca dominar ainda mais a vida cotidiana.

O que parece ocorrer no centro é um grande confronto, muitas vezes não explícito, oficialmente, entre os grupos que detêm o poder e o restante da sociedade que se utiliza desse espaço. As propostas de “revitalizar” o centro, encaminhadas pelo Estado e apoiadas por grupos organizados, que detêm o poder econômico, como a Associação Viva o Centro, não ampliam a possibilidade de apropriação do espaço. Ao contrário, levam à restrição do uso dos lugares públicos, esvaziando o papel simbólico do centro,



restringindo-o a lugar do poder e não da possibilidade do encontro, da troca, do contato entre diferentes. Essa tendência só não se implementa plenamente porque precisa realizar-se também na vida cotidiana. A vida cotidiana, existente na sociedade urbana, apresenta uma continuidade, necessária e base da reprodução das relações sociais. Mas, essa reprodução é repleta de contradições. Essas fazem parte da vida e se apresentam como descontinuidades, rupturas e que têm sua insurgência em alguns momentos, que vislumbramos como sendo os ligados à festa, às comemorações, às reivindicações públicas que ocorrem no centro simbólico da cidade, carregado de história e sentido. Por isso, a necessidade da observação, da permanência, do contato no centro, durante esses eventos, com os que vivem esses momentos, de modo a mostrar como se utilizam o centro e como o entendem. Neles, procuraremos os modos em que as “insurgências” se realizam, enquanto apropriação do centro histórico da cidade, resultado da contradição entre a produção social do espaço e a apropriação privada que se revela, quando da tentativa de normatização do espaço, em que o Estado tende a limitar e definir o uso. A tentativa de apropriação é que aparece como insurgência contra a norma que regula o uso. Essa tentativa, como mostraremos, às vezes, são antecipadas na arte que se faz na cidade e sobre ela, em algumas obras cinematográficas, dentre as quais escolhemos como base de nossa análise o filme “Sábado” de Ugo Giorgetti.

Analisar o conflito que se estabelece entre a normatização e a apropriação exige o desvendamento de como se apresentam, na prática, esses dois fenômenos nesse processo conflitual.

Por isso, tentaremos entender como cada um deles tende a realizar-se, com que estratégias e com quais embates. Tomemos a primeira tendência aqui exposta: a do esvaziamento do papel simbólico do centro histórico, em nome de uma funcionalidade e especialização que favoreça a reprodução das relações sociais de produção, reforçando a hierarquização e a desigualdade no processo de reprodução do espaço. Trata-se da normatização do espaço, que limita e define os usos.

Essa regulação espacial, levada a cabo por ações do Estado, visa proporcionar a maior eficácia do modo de reprodução capitalista e, para isso,

as estratégias sócio-espaciais, colocadas em prática pelo Estado, tendem à reprodução das relações de dominação, mas de forma a não se apresentarem à sociedade claramente com esse objetivo. O Estado, suas ordens, mandos e desmandos, parecem nunca atender a classes específicas, mas sim, à sociedade como um todo. Isso se realiza quando as classes dominantes, que são organizadas, criam representações que defendem seus interesses, e fazem com que seus anseios apresentem-se como se fossem de interesse comum, de todos os membros da sociedade, e dessa forma acabam por também justificar o seu poder e a sua ação pelo Estado, que responde e representa interesses muito específicos, da classe dominante, como se fossem os desejos da sociedade como um todo.

Nossa sociedade é formada de diferentes classes. O Estado, teoricamente, deveria atender ao conjunto da sociedade, mas na sua prática vemos que os grandes investimentos são dirigidos para setores e áreas que privilegiam os grupos de maior poder econômico e político, e que servem para maior agilidade da produção do capital.

Entre os anos de 1993 e 1996, a prefeitura do município de São Paulo realizou grandes investimentos em obras públicas. Dessas obras, destaca-se a realização do túnel Ayrton Senna (túnel sob o parque do Ibirapuera) onde foram gastos 746,5 milhões de reais e que beneficiam diretamente 75 mil pessoas/dia. Não podemos negar a grandiosidade da obra, mas comparando-se com os 256 milhões de reais investidos no projeto Cingapura (projeto de moradia popular que procura reurbanizar áreas ocupadas por favelas), que beneficiou o equivalente a 98.756 pessoas, temos uma noção das prioridades dadas pelo poder público na cidade. Coincidentemente, ou não, as obras públicas de maior investimento, o túnel sob o parque do Ibirapuera e o túnel sob o rio Pinheiros, nas quais, respectivamente, foram investidos 746,5 e 378,5 milhões de reais, correspondem às áreas na cidade em que o percentual dos chefes de família, com renda superior a 20 salários mínimos, varia de 25,95 a 39, 61%, as mais altas da cidade²¹. O Estado privilegia os grupos com maior poder aquisitivo, mas não pode não responder a determinados questionamentos das classes com menor poder aquisitivo. Mas, como faz isso? Apresentando

²¹ FOLHA de São Paulo, caderno cidades, 30.08.96



soluções apenas aos apelos destas classes, no limite, expressão das representações criadas pelas classes dominantes e que já estejam incorporadas como de interesse de todos. Como exemplo, o projeto Cingapura, que possibilita o acesso, ainda que extremamente limitado e muitas vezes de modo precário, à moradia popular.

Controlando o poder sobre a localização do investimento público, o Estado consegue reorganizar as relações sociais, dando destaque àquelas ligadas à produção, em função do suporte espacial. Essa ação estatal consegue se impor, com maior eficiência, quando não sofre a interferência popular. Alijar a sociedade da ação implica mudar a prática da população quando em ação, ou seja, na sua prática cotidiana. Essa ação torna-se mais eficaz quando a sociedade, como um todo, não detém o conhecimento sobre o espaço em que atua, e cuja produção alimenta as interferências no quadro da reprodução da vida. O espaço é apresentado à sociedade como algo dado, já existente, natural, no qual o Estado nada mais realiza do que o ato de administrar. O espaço, nesse sentido, parece com um organismo, um corpo, algo naturalmente existente, no qual, quando aparece um problema, um mal, este é levado a um médico que prescreve, após diagnóstico, o melhor remédio de modo a recolocar o organismo em funcionamento. No caso do espaço, o Estado age da mesma forma nas relações espaciais. O espaço, apresentando-se como natural e não como socialmente produzido, com as marcas da sua sociedade, passa a ser gerenciado, administrado, cuidado pelo Estado, através de intervenções urbanísticas, que acabam por reduzir tudo o que faz parte da vida cotidiana a fenômenos explicados no plano da ação orientada, planejada e executada pelos mais diversos órgãos do Estado. A explicação de por que a cidade e a vida urbana se apresentam com problemas e aparentes desordens espaciais, normalmente, é dada pela falta ou pelo erro na estratégia de ação. As desigualdades sócio-espaciais passam a ser entendidas como partes de uma realidade que aparece como natural. A separação de classes, e destas no espaço, é vista como natural, como se sempre tivesse sido assim. A opressão e a dominação já se apresentam tão introjetadas na vida, que até parecem naturais, mas que poderiam ser minimizadas se o Estado fizesse com que suas estratégias e planos fossem cumpridos. O “caos”, nesse sentido é uma consequência

natural do processo de desenvolvimento aliado a “erros”, quando da efetivação das intervenções urbanísticas feitas pelo Estado. Não que ele não tente resolver os problemas específicos das classes de menor poder aquisitivo. Ele “tenta”, mas por razões que parecem inevitáveis pelo Estado, o plano não se realiza com a eficiência proposta.

As intervenções urbanísticas, efetuadas pelo poder estatal, modificam ou recriam o desenho espacial da cidade. As “mudanças espaciais”, que conferem um novo traçado à cidade, representam uma ação pré-orientada, que redireciona o desenvolvimento econômico da sociedade, de modo a realizar ou atingir alvos concebidos pelas classes dirigentes, que se apresentam como necessidades da sociedade como um todo. Elimina-se, na ação dos planejadores, dos urbanistas, dos *experts* do espaço, a necessidade de benfeitorias em áreas periféricas, onde predomina a concentração de população de baixa renda. Grandes investimentos são feitos nas áreas centrais da cidade, com a justificativa de que aí se concentram as atividades que geram riquezas para toda a sociedade e, assim, benefícios para todos e não apenas para os que usam esses locais específicos. Na ação intervencionista do Estado, filtra-se, seleciona-se o que e onde agir, colocando em evidência algumas áreas da cidade que passam a ser consideradas de suma importância para o todo social. O privilégio de determinadas áreas, em detrimento de outras, que praticamente são “esquecidas” ou ignoradas, acaba por reduzir ou simplificar a vida às necessidades que são apontadas pelo Estado como imprescindíveis à sociedade, e que, na maior parte das vezes, podem ser resolvidas através de soluções técnicas. Quando aparece um problema, este tende a ser encarado como uma disfuncionalidade muito específica, que seria combatida com ações técnicas, também específicas. Dificilmente, o problema é tido como resultado do processo de desenvolvimento que, em si mesmo, já é contraditório, que gera simultaneamente a riqueza e a pobreza, e que necessitaria, para ser ao menos minimizado, de ações conjuntas que envolvessem os mais diversos agentes e funções. Tudo é reduzido a parcelas independentes e aparentemente desconexas entre si, daí a aceitação de uma ação técnica específica, como suficiente para a eliminação



do problema. É desta forma que o espaço surge como o produto e tem sua forma ligada às ações estatais.

Em suma: queremos demonstrar como a vida cotidiana se reproduz na separação bem delimitada entre trabalho, lazer e vida privada separando o tempo do trabalho e do não trabalho; a vida privada do trabalho e este do tempo do lazer. Os modos de apropriação do centro histórico, cada vez mais restritos e em confronto com as estratégias de dominação do espaço, podem se revelar como possibilidades de realização da unidade da vida cotidiana, pela realização dos momentos e trazendo, como possibilidade, a festa para dentro da vida cotidiana, não como a excepcionalidade, a exterioridade implantada e programada, por estratégias estatais, de modo a dominar os momentos, mas como algo não excepcional e sim contínuo, de forma a transformar a vida cotidiana.

Capítulo I – Um quadro do centro

O Estado aparece como o grande gerenciador, administrador e transformador da cidade. A ação do poder público se estabelece onde na cidade se pode produzir, comercializar, estudar, consumir, bem como aonde se realizam os fluxos de veículos, pessoas e sistemas de comunicação. À produção espontânea se justapõe o poder normatizador do Estado. Até podem surgir locais, pólos de crescimento econômico espontâneos na cidade, mas que tendem, aos poucos, ou a serem incorporados ao sistema, sendo portanto controlados, ou sucumbem frente às novas orientações programadas quando da constituição de locais específicos para o desenvolvimento de determinadas atividades. É difícil competir com as estratégias estatais. Às vezes é o próprio Estado o responsável pela construção de obras que marcam a cidade. No caso da metrópole de São Paulo, com a construção, já citada, do túnel Ayrton Senna, o Memorial da América Latina e as novas obras e transformações (pontes, novas pistas) do desenho viário da marginal Pinheiros. A presença do administrador político é tão forte, que nas propagandas eleitorais não raro se ouve “tal obra, foi fulano que fez...é fulano que faz”. As transformações espaciais tornam-se produtos de uma administração e não obras de produção social. A cidade passa a ser entendida como expressão, não mais do desenvolvimento histórico da sociedade, e sim, da ação técnica planejada por algum administrador.

O Estado, utilizando-se do espaço como instrumento para reprodução das relações de dominação, procura nele impingir as características necessárias para a efetivação desse projeto de controle sócio-espacial, o que imprime à vida cotidiana um esquema, ao mesmo tempo

... homogeneizante, a dizer a tendência por ela mesma, à identidade, à equivalência, ao repetitivo e sua ordem; à fragmentação, ou seja, o esfrelamento do tempo e do espaço, do trabalho como do ócio, as especializações cada vez mais impelidas; a hierarquização, a ordem hierárquica se impondo tanto



às funções- mais ou menos importantes- como que aos objetos...²².

Aparentemente contraditória, essa tríade, que também tende a caracterizar o espaço, é perfeitamente articulada.

A homogeneização pressupõe uma centralização espacial, ou seja, a existência em determinados locais de um conjunto de bens e atividades que permitam a intercambialidade com outros lugares, que seriam então equivalentes por também possuírem determinadas características e funções específicas. Estamos nos referindo aqui as intercambialidades entre espaços equivalentes, ou seja, homogêneos. Mas esse intercâmbio não se dá no espaço como um todo, mas entre partes do espaço que se fragmenta, em razão de uma funcionalidade criada e controlada, para responder a determinadas necessidades essenciais à reprodução da dominação, e logo, para maior eficácia do modo de produção.

É pelas partes que se equivalem, que há trocas entre os espaços, que deste modo são ao mesmo tempo homogêneos e fragmentados. Mas ainda falta a articulação com a outra característica do moderno espaço capitalista: a hierarquização. O espaço homogêneo acaba, por sua necessidade de centralização, fragmentando-se em partes que, funcionalmente, levam a uma hierarquização espacial, dada em torno dos centros de decisão, dominação e comercialização. A extrema funcionalidade de determinados espaços, a negação da multifuncionalidade, são as essências de um processo que faz do espaço uma mercadoria submetida à lógica da propriedade privada, gerando, em última instância, a segregação espacial, a negação do contato entre diferentes pessoas e funções, permitindo o surgimento de "... áreas que se diferenciam e multiplicam simultaneamente na metrópole, hierarquizam-se formando os guetos"²³.

Os guetos, que se apresentam como parte do espaço que tende à homogeneização, são lugares em que a homogeneidade só existe para determinado grupo que consegue, em lugar específico, ainda estabelecer referências e manter aí traços da memória de grupo, sendo então e ao mesmo tempo, uma das expressões presentes no espaço homogêneo, mas

²² H. LEFEBVRE. Critique de la vie quotidienne III, p. 84.

²³ Ana F.A. CARLOS. "Os lugares da metrópole: a questão dos guetos urbanos" in O lugar no/do mundo, p. 67.

que pode produzir a diferença. O gueto pode ser uma entrada para o novo, fugindo aos padrões homogeneizantes, resgatando particularidades culturais de grupos, que, de forma coletiva, reivindicam e lutam por direitos básicos, os quais muitas vezes são negados em nossa sociedade. Mas pode também ser a expressão maior desse espaço homogêneo, fragmentado e hierarquizado, ao se fechar em torno das maiores marcas e formas de vida no mundo capitalista: o consumo e o individualismo. De um lado, pode ser o caminho para a apropriação e uso do espaço; de outro, rota para o estabelecimento e fortalecimento do consumo de classe, da privatização e comercialização do espaço, enquanto propriedade privada.

A existência de “guetos espaciais”, ao mesmo tempo em que, de alguma forma, integra internamente os grupos, ou pela luta de direitos ou pela pseudo-identidade pautada no consumo, promove e/ou é resultado da segregação sócio-espacial que se estabelece no espaço como um todo. Sua formação dá aos grupos uma coesão interna que pode levar à negação e exclusão dos que lhes são diferentes. O reconhecimento da diferença, da existência do outro, enquanto pertencente a um grupo específico, pode promover, pela separação, um pacto de não agressão, como também um conflito entre os grupos, justamente pelo reconhecimento da diferença.

A formação de lugares que concentram grupos a partir de seu poder de consumo, tanto de alta como de baixa renda, muitas vezes, surge como resultado de uma ação estratégica do poder estatal aliado a interesses de empreendimentos privados. Utilizando-se de um discurso tecnicista, órgãos de planejamento, com seus arquitetos, urbanistas, engenheiros, geógrafos e sociólogos, estabelecem onde e como construir, com quais dimensões, com que atividades. O que escapa a essa organização é considerado clandestino, ilegal e passível de punições. Por exemplo: As áreas de mananciais da região metropolitana de São Paulo são locais de preservação ambiental. É nessa região que a área metropolitana capta a água, de que as cidades necessitam para que possa haver a vida e a produção. A princípio não poderiam ser utilizadas para a moradia e nem para as atividades econômicas, mas o são. As classes de maior poder aquisitivo podem se estabelecer em alguns desses locais se seguirem as normas de ocupação permitidas, respeitando tamanho de lotes, área passível de construção,



áreas verdes a serem preservadas e demais instrumentos legais. As classes de menor poder aquisitivo, até por não terem onde morar, ocupam de maneira precária, sem a mínima infra-estrutura e sem respeitar normas pré-estabelecidas para a ocupação, muitas vezes logrados por empreendedores que, apostando na fraqueza da fiscalização, ou apoiados nela, vendem parcelas do espaço que não podem ser vendidas. O resultado é que além do comprometimento dos mananciais pela ocupação chamada de “irregular” ou “clandestina”, temos um grande grupo de moradores que passam a viver com medo do despejo, da perda de todo um investimento de vida no lugar. Queremos com isso demonstrar que os espaços de segregação social parecem ser necessários para a realização do próprio processo de reprodução do capital e são constituídos dentro de uma lógica própria do capitalismo e não como negação desse. Mesmo a população de baixo poder aquisitivo não ocupa coletivamente esse espaço. Ela compra lotes não regulares, do ponto de vista jurídico. O espaço como um todo entra na lógica da comercialização para toda a sociedade, que, no entanto, têm acesso a ele de modo diferenciado: espaços com maior materialização de trabalho social para uns, enquanto que para outros restam a ocupação de lugares subordinados aos primeiros.

A relação entre a homogeneidade, a fragmentação e a hierarquização do espaço não é estanque. Os lugares, em constante mobilidade, podem e se alteram nas posições de poder, controle, produção e comercialização. Estamos nos referindo à importância dos vários centros de uma cidade polinucleada.

Como a centralização faz parte do processo de produção espacial, na hierarquização dos centros, dada a partir da extrema funcionalidade dos fragmentos do espaço, a centralidade burocrática assume papel de destaque. É nela que o Estado instala os poderes de decisão, de onde controla, regula a vida social, procurando reduzir os cidadãos a meros espectadores, agentes passivos, que, em silêncio, reconhecem o poder e o controle estatal por todo o espaço.

Mas, como imprimir a passividade e o silêncio aos cidadãos? Privando-os do espaço, que passa a ser organizado pelo Estado e não compreendido como produto da história daquela sociedade da qual faz parte.

Isso se torna possível ao se enfatizar apenas as ações estatais, quando se pensa na transformação do espaço. Aliado a isso, ocorre a perda da referência simbólica dos lugares, que remetem à memória de sua própria constituição, que resgata o passado não apenas como algo que já aconteceu, mas como mediação entre passado e futuro, um modo para se pensar o futuro. A perda dessa memória espacial, a estruturação e funcionalidade que são impostas no espaço pelo Estado, tendem a levar todas as compreensões e ações para o âmbito do particular, do privado, e nunca para o contexto geral e coletivo. Novamente a explicação da “parte”, do fragmento simplifica, elimina a necessidade do entendimento da totalidade, já que essa passa, aparentemente, a não existir por não ocorrer à articulação das partes.

O processo de construção da centralidade, no contexto metropolitano, que necessita se expandir, exige a fragmentação espacial com a criação de centros especializados e funcionais que se hierarquizam pela relação com os centros de decisão. A própria hierarquização desses centros pode levar à transformação do papel/ função desses lugares, que, ora se projetam como centros e/ou, ora caem em relativa decadência, às vezes momentânea, fazendo parte de um jogo de valorização/ desvalorização imobiliária de áreas da cidade. Surgem, nesse processo, cidades que são centros e que podem estar subordinadas a uma hierarquia de mercados (locais, regionais, nacionais e globais), mas que, internamente, possuem uma hierarquia de centros.

No caso de São Paulo, ponto de partida de nossas reflexões, podemos afirmar que, enquanto metrópole, ele guarda a dimensão de uma cidade centro. Mantém intercâmbio com os mais diferentes mercados, articulando amplos espaços, mas, internamente, constitui-se enquanto uma cidade polinucleada, possuindo vários sub-centros, ao lado do centro tradicional ou histórico.

Desses sub-centros, alguns são considerados tradicionais, como por exemplo, Pinheiros, Santo Amaro, que contêm serviços e atividades que respondem ao desenvolvimento produtivo e a parte dos anseios e necessidades da população, sendo referências simbólicas.



Mas temos, em algumas periferias da cidade, às vezes, ao invés de aparecimento de sub-centros que respondem às necessidades mais gerais da população, o implemento apenas de centros comerciais, e neste sentido, funcionais e especializados no consumo, como quando da instalação de shoppings centers. Assim, o implemento de centros comerciais na periferia é uma forma para a ampliação da reprodutibilidade do modo de produção, em seu sentido mais amplo. Em geral, o preço do solo é mais baixo do que nas localidades próximas ao centro ou aos centros regionais já estabelecidos. Com a instalação, valoriza-se o preço do solo ao redor e serve para o surgimento de outros projetos imobiliários, que passam a promover os novos empreendimentos, justamente por ficar a poucos minutos do shopping center, cujo acesso é dado por vias pavimentadas e servido por transporte coletivo. Como nos diz Chombart:

o espaço construído é transformado, não para responder as necessidades e aos desejos da apropriação dos habitantes desprovidos, mas para obter uma maior eficácia na produção, permitindo um grande proveito na orientação do consumo de habitações e equipamentos, favorecendo no final quem tem mais dinheiro²⁴.

Assim, projetos espaciais, como a instalação de shoppings centers na periferia, favorecem, em última análise, a parcela da população que tem dinheiro e poder e que assim continua no controle da situação e, ao mesmo tempo, procura afastar as pessoas de menor poder aquisitivo da área central.

Mas há novos centros, especializados e funcionais que de certo modo excluem a diversidade, a multifuncionalidade, ao promoverem e se especializarem em determinadas funções. Alguns deles surgem como projetos de incorporadoras, ou seja, do segmento de mercado que compõe com a iniciativa privada o conjunto de setores e atividades produtivas. Agem paralela e simultaneamente ao controle estatal, fazendo “surgir” os centros especializados, valorizando áreas antes pouco procuradas para a implementação de atividades econômicas de grande porte e redirecionando, com acordos com o poder estatal, as áreas em que prioriza o crescimento da

²⁴ Paul-Henry CHOMBART DE LAUWE. La fin des villes, pg. 52.

cidade. É o caso, por exemplo, da região do Centro Empresarial, próximo a ponte João Dias, da Av. Faria Lima, em Pinheiros e da Av. Luís Carlos Berrini, que concentram um número significativo de empresas de serviços de ponta (informática, comunicações e propaganda), que atendem outras grandes empresas que necessitam desses serviços. Graças a essa falta de diversidade, em nome da especialidade funcional, esses novos centros atraem uma determinada e específica camada social que usufrui desses serviços.

A criação dos novos centros, lugares que concentram atividades consideradas especializadas, que servem à mais moderna forma de produzir, mas que não detém um valor simbólico para a sociedade, leva a uma valorização de áreas da cidade pela implementação e concentração de serviços sofisticados. Hoje, os novos centros se especializam de tal forma que chegam a não necessitar do relacionamento físico com as instituições mais tradicionais, como edifícios do poder público, igrejas ou comércio tradicional. Os centros instalados na Av. Paulista e na av. Luís Carlos Berrini, por exemplo, se constituem, enquanto centros do setor terciário onde destacam-se o financeiro e de serviços muito especializados, como das telecomunicações²⁵. Já o Centro Empresarial, na zona sul de São Paulo, é um complexo empresarial “auto-suficiente”, que em seu interior possui uma série de serviços que respondem às necessidades dos que aí trabalham, sem contato com o entorno. Granja Viana, Tamboré e Alphaville são complexos residenciais que surgem na periferia da mancha urbana da cidade e que se constituem, criando serviços/comércio, ou seja, fazendo surgir um centro. Os shoppings centers espalhados pela cidade são uma proposta de centros especializados no comércio, que tendem a limitar a diversidade de seus frequentadores, sendo que em alguns (como o Iguatemi) predomina o atendimento às camadas mais privilegiadas.

Esse fenômeno, concomitantemente, promove uma desvalorização dos chamados centros tradicionais, e em especial do centro histórico da cidade de São Paulo. É o fenômeno da dispersão dos centros que serve ao fortalecimento do processo de centralização e que implica uma

²⁵ Em 29.01.99 entrou em funcionamento na Av. Luís C. Berrini a sede São Paulo da Rede Globo de televisão, a maior emissora do país.



valorização/desvalorização dos núcleos centrais em razão de uma funcionalidade definida por uma racionalidade econômica e pelo crescimento da população e da mancha urbana. A valorização de determinados locais é possível graças à desvalorização, mesmo que momentânea, de outras áreas centrais. Nessa lógica, empresas passam a se deslocar para os novos centros em razão das vantagens que lhes apresentam as incorporadoras: acesso rápido às marginais, o que facilita o escoamento da produção e a chegada de clientes; prédios com garagens permitindo o estacionamento de funcionários, clientes e representantes, que, no centro tradicional, sofriam restrições; edifícios modernos, capazes de incorporar as tecnologias de comunicações que alguns prédios do centro antigo só poderiam fazê-lo se sofressem mudanças estruturais; possibilidade da criação de heliportos no alto dos prédios, facilitando ainda mais o acesso à região.

O deslocamento para essas áreas, que despontam como novas centralidades funcionais, faz com que o centro histórico perca parte de sua produção econômica. Caem os valores dos imóveis na região e a partir daí parece iniciar-se uma “guerra” entre os agentes que detêm o poder, que passam a exigir do Estado um posicionamento e uma atuação eficaz como administrador da cidade, contra a deteriorização da área central da mesma. É nesse contexto que vemos surgir projetos específicos para a revalorização do centro (histórico) da cidade, em uma ação conjunta do Estado e instituições particulares, como a Associação Viva o Centro, que no discurso, procura recuperar o centro como referência simbólica.

Os chamados “novos centros”, muito especializados e funcionais, não se caracterizam enquanto referência simbólica para a população como um todo que, muitas vezes, desconhece a posição geográfica na cidade de lugares como da Av. Luis Carlos Berrini, por exemplo, fato que seria impensável se os nomes citados fossem: Sé, Av. Ipiranga, Av. São João, Barão de Itapetininga, Largo de São Francisco, Largo de São Bento ou a Praça Patriarca. Esses lugares, mesmo que não façam parte da rotina diária das pessoas, são referências de lugares na cidade conhecidos pela sua multiplicidade de funções, fazem parte da história do crescimento da área central da cidade.

Quando nos referimos ao centro de São Paulo, recuperamos em nossa memória e vivência, fatos, situações e locais que marcam esse centro e a vida na cidade. Ainda que a cidade possua vários centros, expressão de seu próprio crescimento, o centro tradicional faz parte da história da cidade e da vida de boa parte de seus habitantes. Um milhão de pessoas passam diariamente pelo Viaduto do Chá. A catedral da Sé é a marca da praça que leva esse nome. A Faculdade de Direito, no largo São Francisco, a praça Ramos de Azevedo, o Teatro Municipal, o Vale do Anhangabaú, a rua Direita, a praça João Mendes são nomes de fácil reconhecimento na área central. Fazem parte da vida de milhares de pessoas que, diariamente, deslocam-se para o centro, seja a trabalho, a compras ou na resolução de alguns serviços. Dada essa importância denominaremos no trabalho o termo centro da cidade pela área que abrange os distritos Sé e República (carta 1) e cujos limites são: Av. Duque de Caxias, R. Mauá, Av. do Estado, Av. Mercúrio, Viaduto do Glicério, V. Jaceguaí, V. Mesquita Filho, R. Amaral Gurgel, retomando a Duque de Caxias e que tem uma área de 4,7km², com 84.983 pessoas residindo na área²⁶; e por núcleo do centro a área (carta 1) que tem por limites: Av. Ipiranga, Viaduto Santa Efigênia, Largo do São Bento, Rua Boa Vista, Rua Roberto Simonsen, R Anita Garibaldi, Praça João Mendes, Viaduto Paulínia, R. Maria Paula, Viaduto 9 de julho, Av. São Luís e retomando a av. Ipiranga. O núcleo do centro, que possui uma área de 0,9 km² que já estão incluídos na área total do centro²⁷, correspondia nos anos 50 ao coração da cidade²⁸ (carta 2) e hoje, juntamente com a área do centro, é o palco de propostas de intervenções urbanísticas apresentadas pela iniciativa particular, como a Associação Viva o Centro, muitas delas encampadas pela Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo. Com base na possibilidade de comparação dessas propostas, tanto da Viva o Centro, quanto do poder municipal, aliada à importância histórica da área e de seu papel na vida urbana, que podem, por sua vez, ser comparados à função e importância da mesma área nos anos 50, faremos dessa área o nosso recorte para o trabalho.

²⁶ A. SPOSATI (coord) Que cidade é esta? e IBGE. Censo demográfico 91- São Paulo

²⁷ VIVA o Centro. São paulo, centro XXI, entre história e projeto, pg 66.

²⁸ N. L. MÜLLER. op. cit.



A área conhecida como centro da cidade, ou centro tradicional é difícil de ser definida. Como já nos dizia Müller em seu trabalho sobre a área central, quando destacava as divergências, até mesmo no ponto de vista administrativo, que fazia duas delimitações da área central: uma, cuja base era o Perímetro de Irradiação (envolvimento de uma área congestionada por um anel, a partir do qual seria permitido sua expansão superficial) e outra fundada na legislação municipal (que permitiria, a partir da expansão da área central, a ampliação das posturas e ações municipais)²⁹. Várias são as fontes, mas os critérios de delimitação nem sempre coincidem, o que acaba por produzir um número de estatísticas sobre o centro, muitas vezes desconectadas, pelo fato de cada fonte adotar um critério de delimitação da área. Por exemplo: até o final dos anos 80, a prefeitura municipal de São Paulo adotava o uso do termo área centro à localização denominada (carta 3) por ZA1, que corresponde aos bairros Sé, Campos Elíseos, Liberdade e Cerqueira César. Foi o mesmo critério adotado pela pesquisa OD/87 do Metrô de São Paulo. A FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), leva em conta o perímetro abrangido pela administração regional Sé que corresponde aos distritos denominados por Sé, Santa Cecília, República, Pari, Liberdade, Consolação, Cambuci e Bela Vista, tornando impossível a comparação entre os dados. Os dados do IBGE/91, são, dentro do município, distribuídos e coletados pelos distritos no caso Sé, República, Santa Cecília e outros. Mas, mesmo esse critério, por distritos, dificulta a coleta de dados, já que em 1990, a prefeitura municipal de São Paulo redimensiona os distritos e o distrito da Sé (este é subdividido, sendo criado o distrito República), o que impossibilita a comparação de dados, inexistentes do distrito nos anos 80.

Os lugares do núcleo do centro em seu conjunto são reconhecidos como fazendo parte do centro de São Paulo, ou centro histórico ou ainda tradicional, sendo referência para toda a sociedade também por concentrarem muitos órgãos estatais (municipais, estaduais e federais) que impõem uma série de normas, condutas e deveres para os cidadãos, que a eles recorrem para a resolução de muitos problemas legais que atingem a

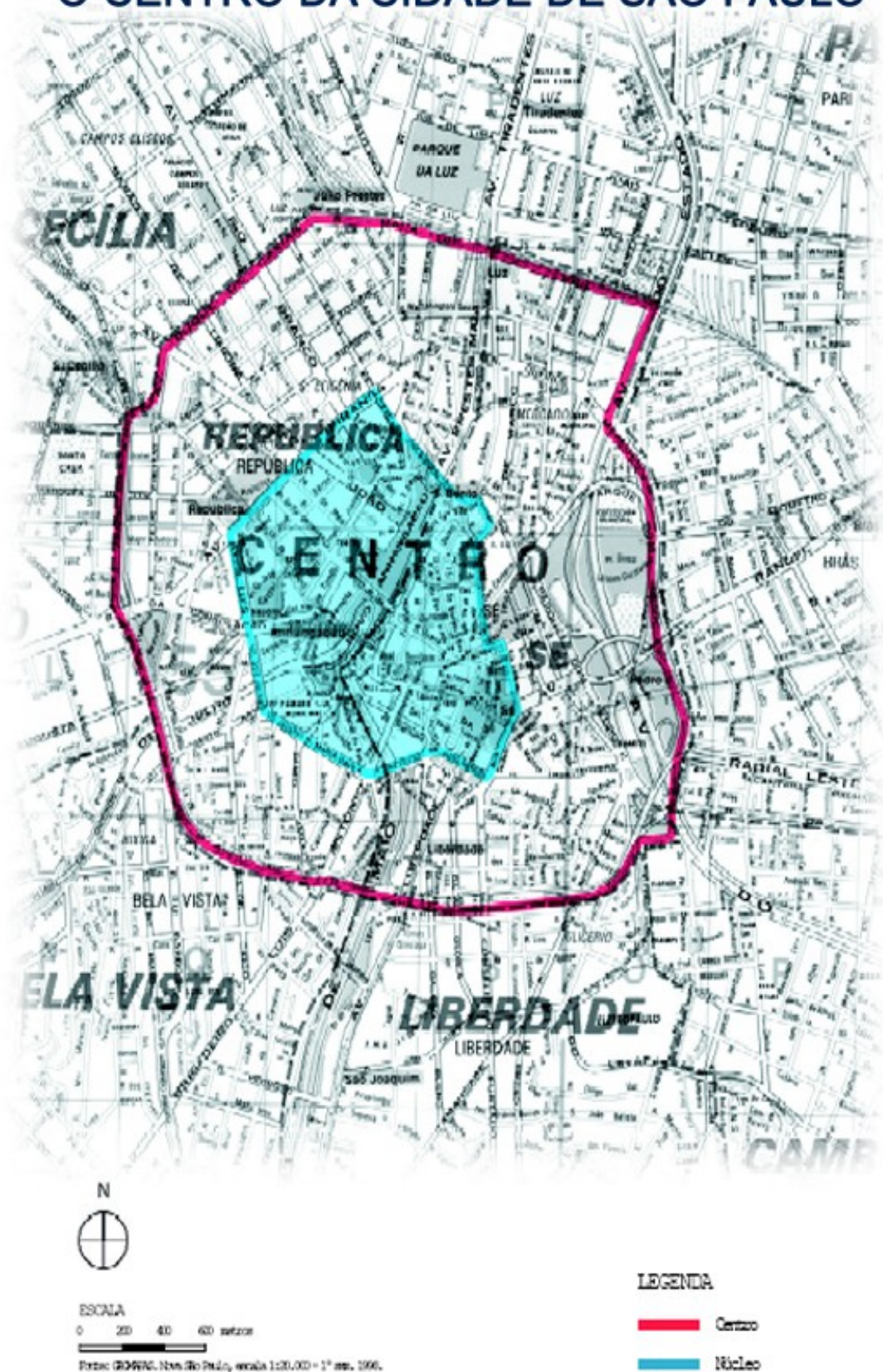
²⁹ N.L.MÜLLER. “A área central da cidade” in AZEVEDO, A(org). **A cidade de São Paulo**, tomo III, pp.121-122.

vida cotidiana, o que possibilita o mais variado uso dessa região à sociedade em geral.

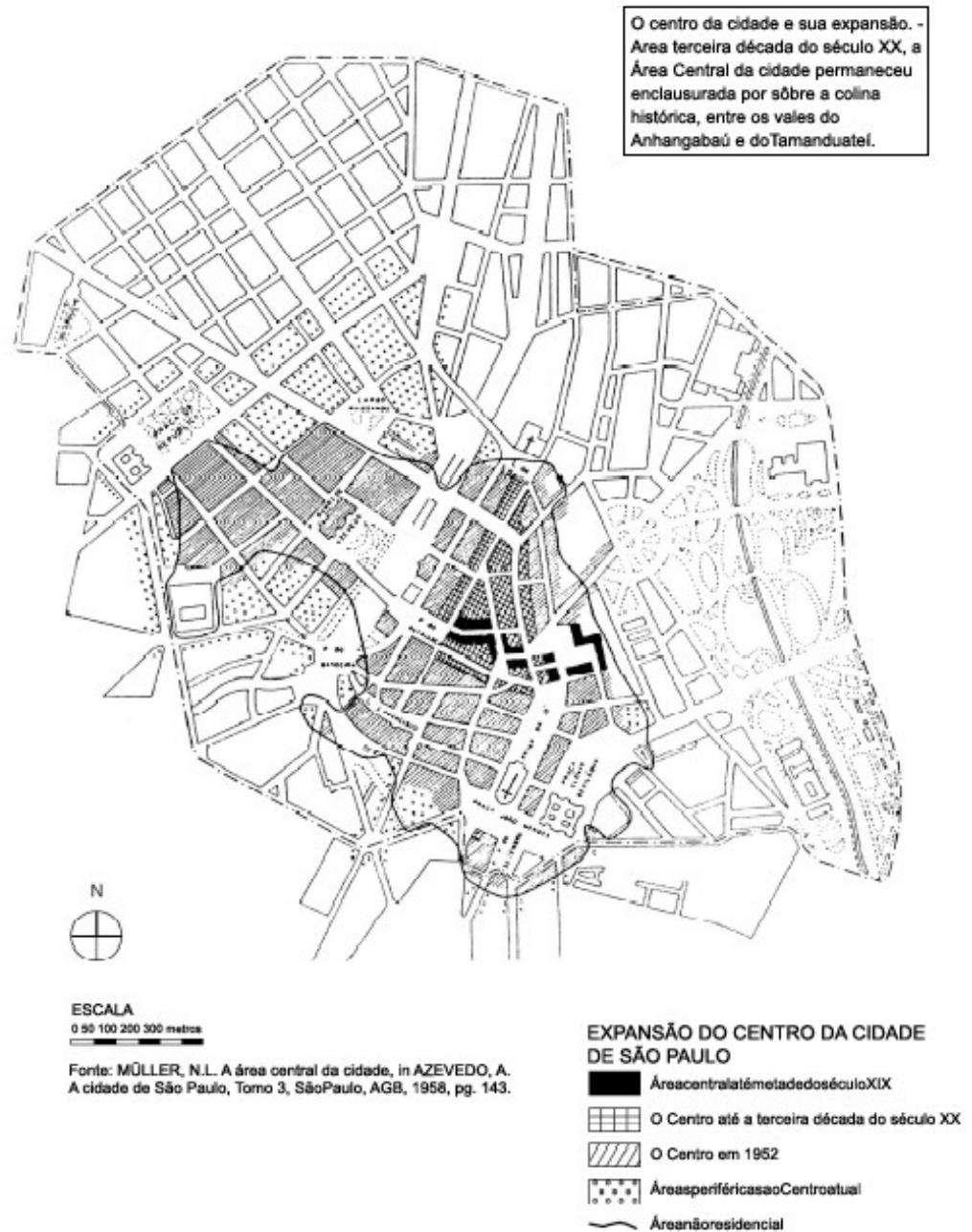


carta 1

O CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO



A ÁREA CENTRAL DA CIDADE



Assim, os dados sobre o centro não são consensuais.



O centro é a região da cidade mais democrática, no que se refere a sua acessibilidade. É servido por sete estações de metrô (Liberdade, Sé, São Bento, Luz, Pedro II, Anhangabaú, República). Por exemplo: dos 2,5 milhões de passageiros/dia do metrô, 375.000 dão entrada por uma das catracas dessas estações. Só a estação Sé tem um total de 80 mil entradas/dia³⁰. Vale a pena lembrar que, na estação Sé, temos a interligação entre as linhas norte-sul e leste-oeste. Além da facilidade de acesso por metrô, 294 linhas de ônibus servem o centro. Segundo dados da pesquisa OD/87, na região central o pólo de atração é o distrito Sé que obtém um total de 24,23% de todas as viagens realizadas na região metropolitana³¹, tanto utilizando transporte coletivo, quanto individual.

A possibilidade do acesso ao centro confere a ele uma característica popular. Além do acesso ao centro, que tem como motivo principal o trabalho, ele é também ponto de “transbordo”, isto é, de passagem onde os trabalhadores mudam de ônibus. Do centro irradiam e para ele convergem as mais diferentes linhas de ônibus urbanos vindas dos mais variados pontos da cidade e de municípios próximos. É nas proximidades e saídas dos terminais de ônibus que temos um comércio voltado às classes de menor poder aquisitivo. Na ponte da Bandeira – caminho e passagem obrigatória para quem chega ou parte desse terminal (o Bandeira) –, encontramos um verdadeiro mercado ambulante, hoje organizado com suas barracas encostadas em um dos lados no viaduto da Bandeira e o outro lado livre para a passagem dos pedestres que são seus clientes em potencial. Nessas barracas, vende-se de tudo: relógios, tesouras, alicates, ventiladores, canetas, panos de cozinha, salgadinhos, refrigerantes, água, tudo a preços módicos e atraentes. A infinidade de produtos à venda lembra uma feira de produtos *made in Paraguai*³². Ao final da passarela do viaduto, lanchonetes que vendem o churrasco grego a preços irrisórios, lojas de roupas e até açougues com preços atraentes são encontrados e dirigidos a esse público que se utiliza os transportes públicos, cujo ponto final é o terminal Bandeira.

³⁰ VIVA o Centro. São Paulo, centro XXI. op.cit.

³¹ METRÔ. Pesquisa OD/87, pg. 52.

³² A expressão “made in Paraguai” sugere que se trata de produtos falsificados, muitos realmente contrabandeados do Paraguai.

O mesmo fenômeno se repete nos pontos de outros terminais existentes no núcleo, mas com suas particularidades. Nos pontos finais existentes na Praça Patriarca e proximidades não encontramos barracas de camelôs montadas, talvez devido à fiscalização mais rigorosa na área. Mas, nas lojas de calçados e roupas, próximas aos pontos de ônibus, os vendedores fazem alarde dos baixos preços de seus produtos. Na estação Sé do metrô, onde também nas ruas que têm saída para a praça da Sé existem pontos finais de ônibus, o mesmo fenômeno se repete. Lojas de roupas, drogarias populares, lanchonetes, papelarias oferecem produtos baratos aos que, apressadamente, cruzam o local. O mesmo se dá nas ruas do núcleo, que fazem o elo entre essas áreas de pontos terminais. É o que acontece, por exemplo, com a rua Direita, ligação entre a Praça da Sé e a Praça do Patriarca. Na rua Direita, por exemplo, encontramos 35 lojas comerciais³³ que fazem comércio de roupas, bolsas, relógios, calçados, utilidades do lar com preços sendo lojas, reconhecidamente, populares como Marisa, Pejan, Clovis e Brasileiras. O movimento nessa rua é intenso. Mesmo quando não há camelôs para atrapalhar a fluidez dos pedestres, o trânsito de pessoas é lento devido à quantidade de gente que por ela passa.

Mas, além do comércio popular, essas ruas atraem pelos serviços que prestam aos que procuram empregos. No início do dia, “homens-sanduíches” e cartazes anunciam vagas de empregos na região: precisa-se de office-boy, auxiliar de limpeza e de outros que fazem com que grupos de pessoas parem para anotarem as ofertas existentes.

A acessibilidade ao centro, que permite a uma boa parcela da população seu uso, acaba por manter o comércio variado que sempre existiu na região, reforçando ou aumentando o número de lojas comerciais que oferecem produtos com preços atraentes à população de baixo poder aquisitivo, que utiliza o transporte coletivo³⁴, possibilitando a esses o consumo de objetos, dando-lhes a impressão de fazer parte da sociedade, que é marcada pelo consumo.

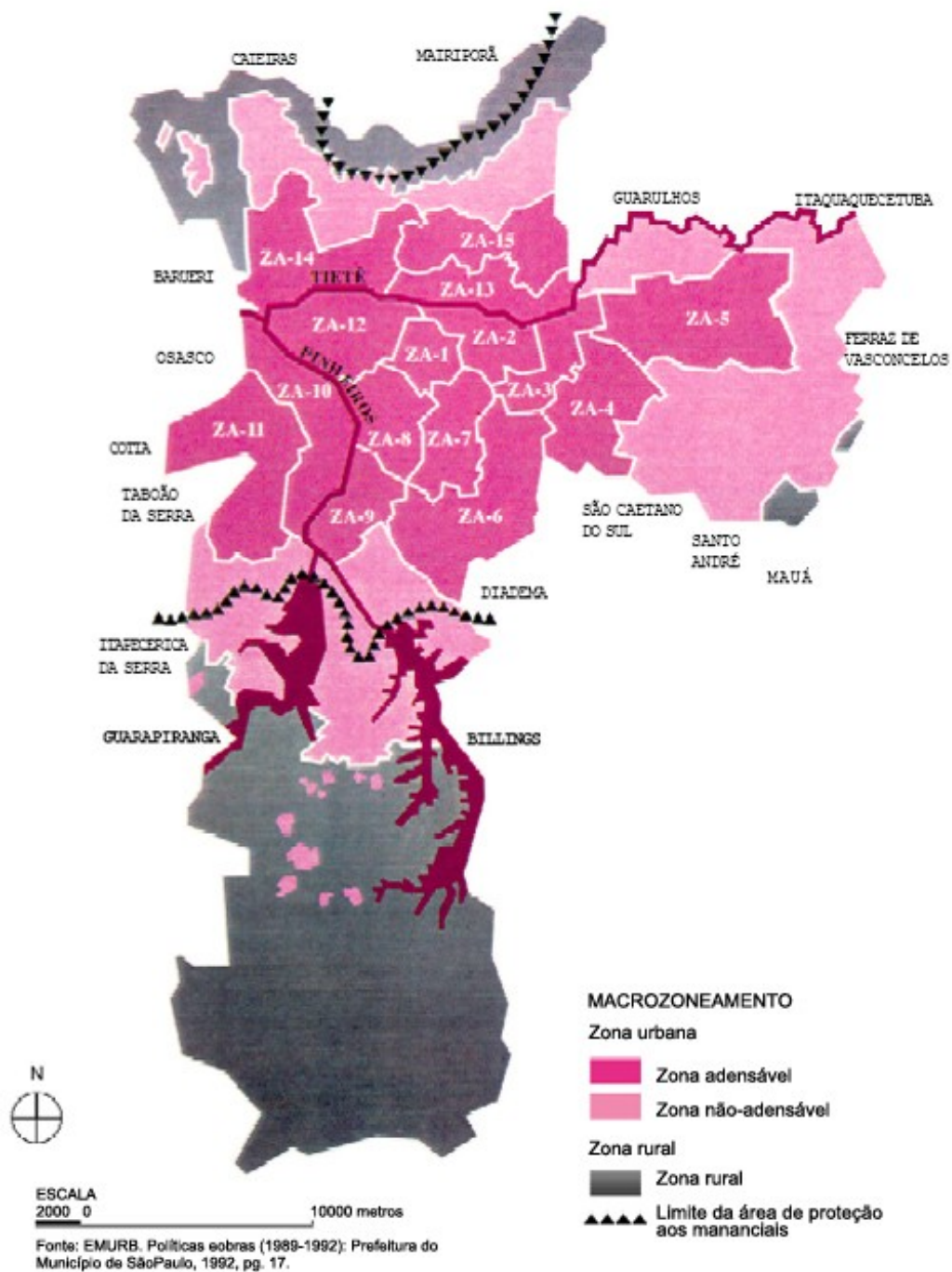
³³ Levantamento feito através de dados do Viva o centro conjugados com a lista telefônica 98 de empresas localizadas na rua.

³⁴ De acordo com a pesquisa OD/87, 80% das viagens realizadas por famílias que ganham até 4 salários mínimos eram feitas com a utilização de transporte coletivo in São Paulo (prefeitura). **São Paulo, crise e mudança**, pg. 161.



carta 3

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (delimitação por zonas)



Assim, os motivos que fazem do centro pólo de atração são muitos. De acordo com pesquisa realizada nos calçadões do núcleo³⁵, 49,3% dos entrevistados iam ao centro para trabalhar, 16,1% para utilizar serviços existentes no centro, 12,7% para fazer compras e 4% para recreação. Podemos verificar que o centro é, portanto, mais do que local de compras populares. É o lugar de trabalho. Na região central se concentram 432.287 empregos- 11,4% do total da cidade (3.794.622)³⁶. No Centro, o distrito República é o que apresenta mais oferta de emprego com uma taxa de 5,16%, enquanto o distrito Sé aparece com apenas 0,28%³⁷. Esses empregos encontram-se assim distribuídos:

EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE NO CENTRO (em %)		
Atividade	FIPE ³⁸	Associação Viva o Centro ³⁹
Serviços	35,31	35,4
Comércio	30,09	29,9
Func. público	16,27	16,0
Autônomo	8,74	9,3
Indústria	5,66	6,0
Transporte	1,19	1,2
Construção	1,73	1,7
Outra	s/d	0,6

Os dados apresentados pela FIPE e pela Associação Viva o Centro não se diferenciam muito. Ambos destacam a função ligada aos serviços e ao comércio no centro e ao papel não desprezível (16%) do funcionalismo público, aí existente, graças à concentração de serviços públicos prestados pelas diversas administrações (municipal, estadual e federal). Quanto aos autônomos, o destaque é dado aos advogados, que representam 88% do

³⁵ Pesquisa realizada sob a coordenação do Viva o Centro, com apoio técnico do Metrô e Abraspe e publicada na revista URBS, 10 de nov/dez/98, pg 53.

³⁶ VIVA o Centro. São Paulo, centro XXI... op. cit.

³⁷ A. SPOSATI. Que cidade é esta?

³⁸ FIPE. Levantamento sócio-econômico da região central da cidade de São Paulo- Tabela III1: empregos por setor de atividade (porcentagem)

³⁹ VIVA o centro. São Paulo, centro XXI...op.cit.



total, ficando o restante distribuído entre os médicos, dentistas e outros⁴⁰. Quanto aos empregos na indústria, estes se distribuem entre as confecções, lapidações, produção de cabides, de carimbos, bijuterias e pequenas editoras⁴¹.

O quadro, hoje, apresentado do Centro não difere muito, em linhas gerais, do mostrado por Müller nos anos 50. Vale a pena destacar que esse trabalho abrangia, basicamente, o que aqui chamo de núcleo e que na época correspondia ao chamado centro, que tinha o maior índice de complexidade funcional (carta 4). Segundo seu levantamento, na época era o comércio, em suas mais diversas modalidades (comércio varejista, comércio atacadista e escritórios comerciais) e serviços que se destacavam⁴², sendo a função industrial bem menos importante e ocupando uma área bem menor. Se, nessa época, o centro de São Paulo era marcado pela complexidade, do ponto de vista funcional, pela função comercial, no qual a autora incluía comércio e serviços ligados a escritórios comerciais, hoje temos, como o demonstraremos a seguir, a manutenção dessa complexidade, sendo o setor de serviços, seguido do de comércio, os concentradores de empregos e produção de riqueza da região.

O núcleo do centro hoje, segundo nosso levantamento⁴³, tem como expressão maior o setor de serviços contando com 2861 empresas prestadoras de serviços (assessoria financeira, contabilidade, escritório de investimentos, escritórios de arquitetura e engenharia, copiadoras, agências de viagens e turismo, hotéis, bancos, clínicas médicas, dentárias e oftalmológicas, salas de entretenimento, estacionamentos, cartórios, fórum, empresas públicas de prestação de serviços entre outros); o setor comercial vem logo a seguir com 1413 lojas comerciais (roupas, drogarias, calçados, malas, bolsas, peças de automóveis, aparelhos de surdez, óculos, carimbos, eletrodomésticos, perfumes, discos, peças eletrônicas, materiais de esporte); a função industrial é que aparece com números reduzidos, como já acontecia nos anos 50, e hoje temos 98 indústrias localizadas no núcleo,

⁴⁰ Esses números foram obtidos através de levantamento feito no quadro de Associados do Viva o Centro e conjugados aos dados obtidos através da lista telefônica.

⁴¹ Dados obtidos por levantamento feito no Viva o Centro.

⁴² Müller não utiliza a expressão serviços. Ambientamos o setor financeiro e de escritórios para serviços.

⁴³ Levantamento realizado com base nos dados fornecidos pela Associação Viva o Centro.

todas de pequeno porte, e que ocupam uma pequena área construída, se comparada com as áreas ocupadas pelo comércio e serviços.

Hoje, segundo a FIPE⁴⁴, a área construída com fins não residenciais é de 6.698.680m² e continua demonstrando que a função industrial é bem menos importante que o setor de comércio e serviços, como já acontecia nos anos 50. A indústria ocupa, em área construída, um total de 658.410 m², distribuídos nos setores horizontal – 4020m² e vertical- 654.390 m², o que, no conjunto, representa 9% da área construída. Já, o comércio e serviços ocupam 6.040.270 m², ou seja, 91% da área construída, sendo que 728.950 m² na horizontal e 5.311.320m² na vertical.

Dado a escassez de área no centro, este tem a verticalização como marca diferenciadora. O início da verticalização da cidade foi constituído de edifícios, de escritórios localizados no centro de São Paulo. Até a Segunda Guerra Mundial era um fenômeno central já que 70% dos edifícios localizavam-se no centro e neles a atividade do setor terciário predominava (60% de uso comercial). Só em 1957, a Lei 5261 vem limitar os coeficientes de aproveitamento em 4 vezes a área do terreno, para uso residencial e de 6 para uso comercial. Mas, no centro, os prédios já construídos, antes da promulgação da lei, já tinham uma média do coeficiente de aproveitamento do terreno muito superior a essa normatizada pela lei. O coeficiente de aproveitamento dos edifícios do centro variava de 8 até 10 vezes a área do terreno e, em alguns casos, como o do edifício Martinelli, chegava a 22 vezes.

Esse mesmo projeto de lei estabelecia, ainda, a densidade demográfica máxima de 600 habitantes por hectare, pela fixação de uma cota mínima de 35 m² de terreno por unidade⁴⁵.

⁴⁴ FIPE. Levantamento sócio-econômico...op.cit. Tabela IV. Uso do terreno-1993,pg.27

⁴⁵ SÃO PAULO (Prefeitura). São Paulo , crise e mudança, pg. 110



Na prática, a lei como um todo acaba por favorecer a construção, no tocante aos prédios residenciais, de grandes apartamentos com uma área mínima de 210 m², o que limitava o acesso da população de baixo poder aquisitivo, que não podia habitá-los. Ficavam os mais pobres excluídos do mercado de apartamentos, o que favoreceu, de um lado, o mercado imobiliário horizontal, que se expande para a periferia da cidade, e de outro, o crescimento de cortiços nas áreas já edificadas e que passavam por um quadro de decadência econômica. Com a Lei de Zoneamento de 1972, esse quadro vem se fortalecer já que, pela lei, apenas 10% da área do município passa a atingir o coeficiente de aproveitamento 4, enquanto que 86% atinge até 2 e 10% (áreas estritamente residenciais) o coeficiente 1⁴⁶. enquanto que 86% atinge até 2 e 10% (áreas estritamente residenciais) o coeficiente 1⁴⁷. Com isso, cria-se uma escassez de terrenos, que acabam por ter enquanto que 86% atinge até 2 e 10% (áreas estritamente residenciais) o coeficiente 1⁴⁸. as áreas onde é possível fazer o melhor investimento imobiliário para construções, nos locais em que o coeficiente de aproveitamento é 4, dos quais o centro faz parte.

O centro é, ainda, local de moradia para a população. Mas qual é a característica dessa população e como são as moradias no centro? Segundo o IBGE⁴⁹ da totalidade dos chefes de família dos domicílios, 4,42% ganham acima de 20 salários mínimos (s.m); 3,58% de 15 até 20 s.m.; 9,84% de 10 até 15 s.m.; 28,21% de 5 até 10 s.m.; 21,45% de 3 até 5 s.m.; 13,64% de 2 até 3 s.m.; 5,22% de 1,5 até 2 s.m.; 5,03% até 1,5s.m.; 3,9% sem renda e 1,7% não declararam.

Estima-se em 32.650 domicílios localizados no centro, com uma população residente de 79.832 pessoas, ou seja, 0,8% da população do município de São Paulo que em 91 era de 9.646.185 e apesar da pouca porcentagem populacional, a densidade demográfica no local (19.037 hab/km²) é muito superior a do município (6.392 hab/ km²)⁵⁰.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ IBGE. Censo demográfico, 1991- São Paulo.

⁵⁰ IBGE. Censo demográfico 1991- São Paulo

A ÁREA CENTRAL DA CIDADE

COMPLEXIDADE FUNCIONAL DO CENTRO E DE SUAS VIZINHANÇAS. - ONÚCLEO ANTIGO DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE É O QUE OFERECE MAIOR REPRESENTAÇÃO DO MÁXIMO DE COMPLEXIDADE FUNCIONAL.



ESCALA
0 50 100 200 300 METROS

FONTE: MÜLLER, N.L. A ÁREA CENTRAL DA CIDADE, IN AZEVEDO, A. ACIDADE DE SÃO PAULO, TOMO 3, SÃO PAULO, AGB, 1958, PG. 157.

COMPLEXIDADE FUNCIONAL NO CENTRO E ÁREAS PERIFÉRICAS

- ÁREA NÃO-RESIDENCIAL
- ÁREAS DE COMPLEXIDADE MÁXIMA
- ▤ ÁREAS DE GRANDE COMPLEXIDADE
- ▥ ÁREAS DE COMPLEXIDADE MÉDIA
- ▦ ÁREAS DE MENOR COMPLEXIDADE

Devemos lembrar que a área estudada tem 4,7km² e que a área construída para fins residenciais corresponde a apenas 40%. Segundo a FIPE⁵¹, a área de construção residencial, no centro, perfaz um total de 2.744.000m², sendo que 2.041.357 são de ocupação vertical e 702.643 de ocupação horizontal.

Da totalidade dos domicílios 28% são próprios, 56,65% alugados e 15,47% cedidos, ocupados ou em outra condição. Ainda, dessa totalidade de domicílios, 933 (2,85%) são considerados domicílios, com precária condição de habitabilidade, por serem cortiços ou improvisados⁵², que têm precário acesso à água, esgoto e coleta de lixo. Os chefes de família residentes nessas habitações juntam-se aos outros quase 50% de chefes de família, que não atingem a renda de até 5 s. m., e que ocupam apenas 32,2% da área utilizada, para fins de moradia. Enquanto 2,85% desses domicílios são considerados de precária condição de habitação, os quase 30% restantes ocupam o que se chama de prédios de baixo padrão, que, embora representem pouco mais de 6,5% da área construída possuem um coeficiente de aproveitamento de 8,82⁵³.

O centro, nesse sentido, destaca-se, quando levamos em conta a área construída para fins de uso residencial, como local de moradia para a população de médio e alto poder aquisitivo, e ocupam amplos apartamentos em prédios antigos localizados nessa área. Em termos percentuais, o destaque é dado para os domicílios de médio padrão verticais que totalizam 1.638.626 m² de área construída, ou seja, 59,7%, possuindo um coeficiente de aproveitamento médio de 7,15, perdendo para os prédios de alto padrão, cujo coeficiente médio é de 8,9 e que totalizam uma área construída de 224.145 m² (8,1%).

Embora existam grandes diferenças na condição de habitação, em comum, todos os imóveis utilizados, para fins residenciais, que possuem coeficientes médios de aproveitamento acima de 8, muito acima do que atualmente é permitido pela lei de zoneamento de 1972⁵⁴ (segundo essa lei o

⁵¹ FIPE. Levantamento sócio-...op.cit

⁵² A. SPOSATI. Que cidade é esta?

⁵³ FIPE. Levantamento...op.cit.

⁵⁴ Atualmente, segundo a lei de zoneamento, o coeficiente de aproveitamento expressa o quanto se pode construir tendo como referência a área do terreno. Assim quando a Lei permite o coeficiente de

coeficiente máximo de aproveitamento, permitido no centro, é 4), por boa parte dos prédios terem sido edificadas antes da promulgação das leis em questão. A concentração de prédios residenciais de médio padrão, no centro, também é decorrência da conjugação da existência de prédios mais antigos, aliada à instituição da lei de 1957, que inviabilizava a construção de prédios de apartamentos com baixa área construída.

Mas habitar não significa apenas possuir um endereço. Implica também o acesso ao uso dos equipamentos sociais, que deveriam satisfazer as necessidades dos moradores do local. Mas, quais seriam essas necessidades, quando lembramos que o grupo residente não é homogêneo e que possui necessidades e desejos específicos que não necessariamente podem e precisam ser solucionados no local? Quando falamos do aparelhamento do lugar, para a satisfação de serviços, como abastecimento de água, coleta de esgoto e lixo, telefonia, deparamo-nos com um quadro privilegiado do centro, se comparado a outras localidades do município. Isso é facilmente explicado se lembrarmos que é essa região, que primeiro implantou a infra-estrutura básica, instalada a fim de propiciar o desenvolvimento, a partir do núcleo, da cidade. Quase a totalidade dos domicílios é abastecida por água, e o que ocorre é que um equivalente a 1,15% dos domicílios não possuem circulação interna de água, sendo, portanto, para esses, precária a obtenção desse serviço.

Para saber as necessidades e os anseios, cabe lembrar o tipo de população que temos no centro. Se retomarmos os dados do IBGE, já citados anteriormente, verificaremos ainda que, a maior concentração percentual da faixa de renda dos chefes de família tenha ficado na faixa de 5 até 10 s.m., percebemos que a soma dos percentuais até 5 s.m., aliada à percentagem dos que não possuem renda, equivale a 49,24% ou seja, quase metade dos chefes de família ganham até 5 s.m. Tem-se um quadro em que quase metade das famílias residentes ganha até 5 s.m. e a existência de serviços públicos essenciais, como educação e saúde, é vital para uma vida digna a essa população.

No geral, serviços públicos como os de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, telefonia e transportes são oferecidos à população

aproveitamento 4, significa que se pode construir o equivalente a quatro vezes a área do terreno.



residente como um todo, não acontecendo o mesmo, de acordo com os números, com o atendimento público nos setores de saúde e educação. De acordo com Sposati⁵⁵, o centro tem deficiências no acesso a serviços públicos de saúde. O centro possui apenas 3 unidades entre Postos de atendimento médico, Unidades básicas de saúde e Centros de saúde, quando a necessidade total seria de 9. Isso implica dizer que há a necessidade do deslocamento da população para o atendimento em outras regiões. A falta de serviços médicos no local, aliada à baixa renda familiar (cerca de 50% da população ganha até 5 s.m.) e à baixa porcentagem de chefes de família que estudaram até o 1º grau completo (18,93%), talvez possam ser fatores que expliquem os índices altos de mortalidade infantil que, na região, é de 33,52 por mil⁵⁶, índices ligeiramente inferiores à média verificada no município (36,2 por mil), mas superiores a subdistritos como Penha (25,5 por mil), Brás (23,9 por mil) e Vila Nova Cachoeirinha (9,2 por mil). Quanto à educação, tanto a FIPE quanto Sposati apontam para um déficit de vagas em creches, no ensino infantil e no ensino de 1º e 2º graus. Esses dados demonstram que, apesar de estarmos falando do centro, este, no setor de educação e saúde, tem a situação agravada, já que, apesar de não conseguir oferecer os serviços à população residente na demanda exigida, ainda recebem população de outras regiões para atendimento, por esse ser deficitário em todas as localidades do município. O centro demonstra, apesar de sua pequena área e do pequeno número (absoluto) de habitantes, o quadro existente no município de São Paulo: a carência da população quanto ao atendimento desses serviços essenciais para o desenvolvimento da cidadania.

O centro é, assim, local de moradia e trabalho, e como no restante da cidade apresenta um quadro de desigualdades nas médias salariais e nas condições de vida de seus moradores, que marcam desigualdades no uso do espaço. Mas, o centro não é referência apenas para os que nele residem ou trabalham. Nele está concentrado o poder judicial da cidade, de onde resoluções são tomadas e que envolvem disputas econômicas, políticas, sociais e que depois devem ser cumpridas pelo poder executivo. Esse centro

⁵⁵ A. SPOSATI, Que cidade é esta?

⁵⁶ SEADE. Município de São Paulo, 1990.

possui uma série de vantagens à vida, permitindo sua apropriação pela multiplicidade de usos existentes. Ele é também uma referência cultural e simbólica.

Embora não satisfaça plenamente a necessidade do atendimento educacional de 1º e 2º graus dos moradores locais, não podemos nos esquecer que aí estão instaladas algumas das mais renomadas instituições de ensino superior como a Faculdade de Direito da USP (a São Francisco), que oferece um ensino gratuito e de qualidade reconhecida aos alunos que passam no vestibular (exame de seleção) e que moram por toda a grande São Paulo. Nela, ainda encontramos a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (vizinha a Faculdade de Direito), a escola municipal de bailado (curso de balé clássico) a Faculdade Tibiriçá (privada). Desta forma o centro oferece à cidade um serviço educacional voltado à formação profissional.

Além de instituições de ensino, temos no centro a Biblioteca Mário de Andrade (municipal) e alguns teatros. São 5 os teatros do centro (o mais conhecido é o Teatro Municipal) que representam 13% dos teatros existentes na região central (que possui 36 em toda sua área) que concentra 52,9% dos existentes no município (68 no total)⁵⁷ e que fazem parte do circuito de entretenimento da população de melhor poder aquisitivo, já que seus preços são um tanto elevados (variando em média de 20 a 30 reais), tornando-se mais caros quando, por exemplo, no Teatro Municipal são apresentados programas internacionais. Esses, com pagamento mais oneroso, é um limitador ao acesso da população de menor poder aquisitivo.

Esta tende a divertir-se no centro com os eventos promovidos pelos órgãos estatais que, com ou sem parceria com a iniciativa privada, às vezes, fazem do centro local de grandes eventos culturais gratuitos, como veremos adiante, ou ainda freqüentando os cinemas que possuem preços mais baixos (4 ou 5 reais) do que nos shoppings centers da cidade (8 reais).

Até a década de 70, os cinemas existentes na chamada Cinelândia (local que concentrava cinemas nas avenidas São João, Ipiranga e arredores), faziam parte da diversão do paulistano, mas os áureos tempos da Cinelândia parecem ser coisa do passado. Em meados dos anos 70 eram

⁵⁷ Guia de São Paulo, 1998.



em número de 57 representando 41,9% dos existentes no município⁵⁸, e hoje estão reduzidos a 25 cinemas (37,3%). Deles apenas 4(16%)-que num total possuem 7 salas de exibição com aproximadamente 3.200 lugares-, oferecem uma programação de filmes comerciais, nos quais é possível ir com a família. Nos outros, a programação se restringe à exibição de filmes pornográficos, sendo que em alguns se realizam ainda shows de *stripers* femininos e masculinos. Alguns cinemas da região, a exemplo do Copan e Metrôpole, foram fechados pela pouca procura ocasionada pelo aparecimento de inúmeros cinemas principalmente nos shoppings centers, espalhados pela cidade (hoje só nos shoppings centers existem 23 cinemas com 59 salas de exibição com um total de mais de 10.000 lugares) que parecem oferecer vantagens como a possibilidade de estacionamento seguro, e por outras áreas (hoje temos um total de 67 cinemas na cidade)⁵⁹. Alguns cinemas, como o Copan e o Comodoro, depois de fechados, tiveram alteradas as funções: de lugar de entretenimento e diversão tornaram-se templos de cultos religiosos. Mesmo assim, apesar das mudanças, os cinemas com programação comercial de circuito familiar, como o Ipiranga, Marabá e Cine Paris (na av. Ipiranga) e o Olido (na av. São João) continuam atraindo os que ainda apreciam as grandes salas de cinema com suas enormes tela de projeção.

Ainda no que se refere ao segmento de lazer, a cidade de São Paulo é conhecida como um centro gastronômico e no centro se localizam, entre bares e restaurantes, 328 estabelecimentos⁶⁰, um número ligeiramente superior aos encontrados por Cordeiro, que em 73 era de 289⁶¹, e que atendem as mais diversas camadas da população. Oferecem serviços de alimentação rápidas aos que passam pelo local em bares, lanchonetes, restaurantes, *fast-food* e comida por quilo, mas possuem bons e renomados locais de alimentação (bares e restaurantes, tanto os de preços mais populares, como o bar do Léo na rua Aurora), como os mais sofisticados e

⁵⁸ Helena K. CORDEIRO. O centro da metrópole paulistana, pg. 145.

⁵⁹ Levantamento feito em janeiro de 1999 com base nos jornais Estado de São Paulo e Folha de São Paulo.

⁶⁰ Dados do Viva o Centro

⁶¹ Helena H. CORDEIRO. O centro da metrópole paulistana.

luxuosos, geralmente instalados em hotéis de primeira categoria como o existente no Terraço Itália, no Edifício Itália, na Av. Ipiranga.

No centro, seus prédios, praças, logradouros – muitos deles tombados pelo patrimônio histórico –, fazem parte da história e resgatam por ela o processo do desenvolvimento da cidade, que, desde o início do século vinte, já apontava São Paulo como uma cidade moderna no país. Mesmo que muitos dos habitantes da cidade desconheçam a história desses bens, eles são marcos do centro, referenciais para as pessoas que por eles passam e a eles conferem novas histórias, e até mesmo novos nomes. Nos anos 80, muitos dos que usavam os ônibus no Vale do Anhangabaú (ainda não remodelado) chamavam a Praça Ramos de Azevedo de praça dos gatos, uma referência à quantidade desses animais que ocupavam os jardins do local. Lugares como a Praça Ramos, o Viaduto do Chá, a Praça do Patriarca, o Largo do São Francisco, a Praça da Sé e mesmo o Vale do Anhangabaú são referenciais da população que para eles deslocavam-se como forma de acesso ao transporte público que ligava o centro ao restante da Metrópole. Edifícios como o Martinelli, o Prédio do Banespa e todo o conjunto arquitetônico existente, principalmente no núcleo, traduziam a monumentalidade e o poder do centro paulista.

Observando a carta 5, notamos que no núcleo se concentram edifícios, igrejas, casas, praças, becos, túmulos, escolas, hotéis, que traduzem esse sentido de história, de referência para a cidade. Os números correspondem ao nome de uma mancha cultural e nele encontramos muitos dos bens arquitetônicos culturais da cidade dos quais daremos aqui alguns exemplos da área a que chamamos de núcleo.

Relação das manchas culturais⁶²:

1. Pátio do Colégio- Antigo Solar da Marquesa, Casa de Anchieta e o logradouro Pátio do Colégio.
2. Praça da Sé- Palácio da Justiça, Prédio Piratininga, Catedral da Sé.

⁶² Fonte: São Paulo (Estado). Bens culturais arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo.



3. Centro Velho- Palacete Crespe, Antigo Banco Português do Brasil, Antigo Banco de São Paulo.

4. Rua Quintino Bocáiuva- Antiga Rádio Record, Casa das Arcadas. Edifício Ouro para o bem de São Paulo.

5. Praça do Patriarca- Praça do Patriarca, Casa Fretin, Igreja Santo Antônio.

6. Largo do São Francisco- Igreja de São Francisco, Escola do Comércio Álvares Penteado.

7. Vale do Anhangabaú- Viaduto do Chá, Largo da Memória, Edifício dos Correios e telégrafos.

8. Avenida São João- Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos, Hotéis Central e Britânia, Conservatório Dramático Musical de São Paulo.

9. Centro Novo- Teatro Municipal, antigo Hotel Esplanada, Prédio Glória.

10. Praça da República- Escola Caetano de Campos.

16. Viaduto Santa Efigênia- viaduto Santa Efigênia, São Paulo Center Hotel.

17. Rua Florêncio de Abreu- Mosteiro São Bento.

Aos bens culturais descritos pode-se acrescentar os 15 templos religiosos (carta 6) e que retratam períodos diferenciados da religiosidade sempre presente no local e que marcavam desde o surgimento de uma Vila (a de Piratininga) ao marco central da cidade na praça da Sé. Encontramos no chamado núcleo central 10 templos, sendo 9 católicos (números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 12) e 1 luterano (11), nos quais, diariamente, a população, que transita pelo centro, visita e neles ora.

Seu patrimônio imobiliário, seus prédios, igrejas, escolas, logradouros constituem verdadeiros monumentos da cidade, por seu caráter simbólico que não se esgota na sua funcionalidade. Parte das edificações do centro são registros de uma história feita de lutas, avanços, recuos e concessões entre grupos da sociedade. Muitas vezes, em sua origem foram criadas para o atendimento específico, e nesse ponto funcional e até segregador, a uma determinada camada da população, mas, aos poucos,

também foi sendo apropriado, passando a fazer parte das referências simbólicas de todos. Como exemplo temos o prédio do Mappin, que, em sua origem, atendia apenas à classe mais abastada da população e que, a partir dos anos 50, passa a servir à população como um todo.

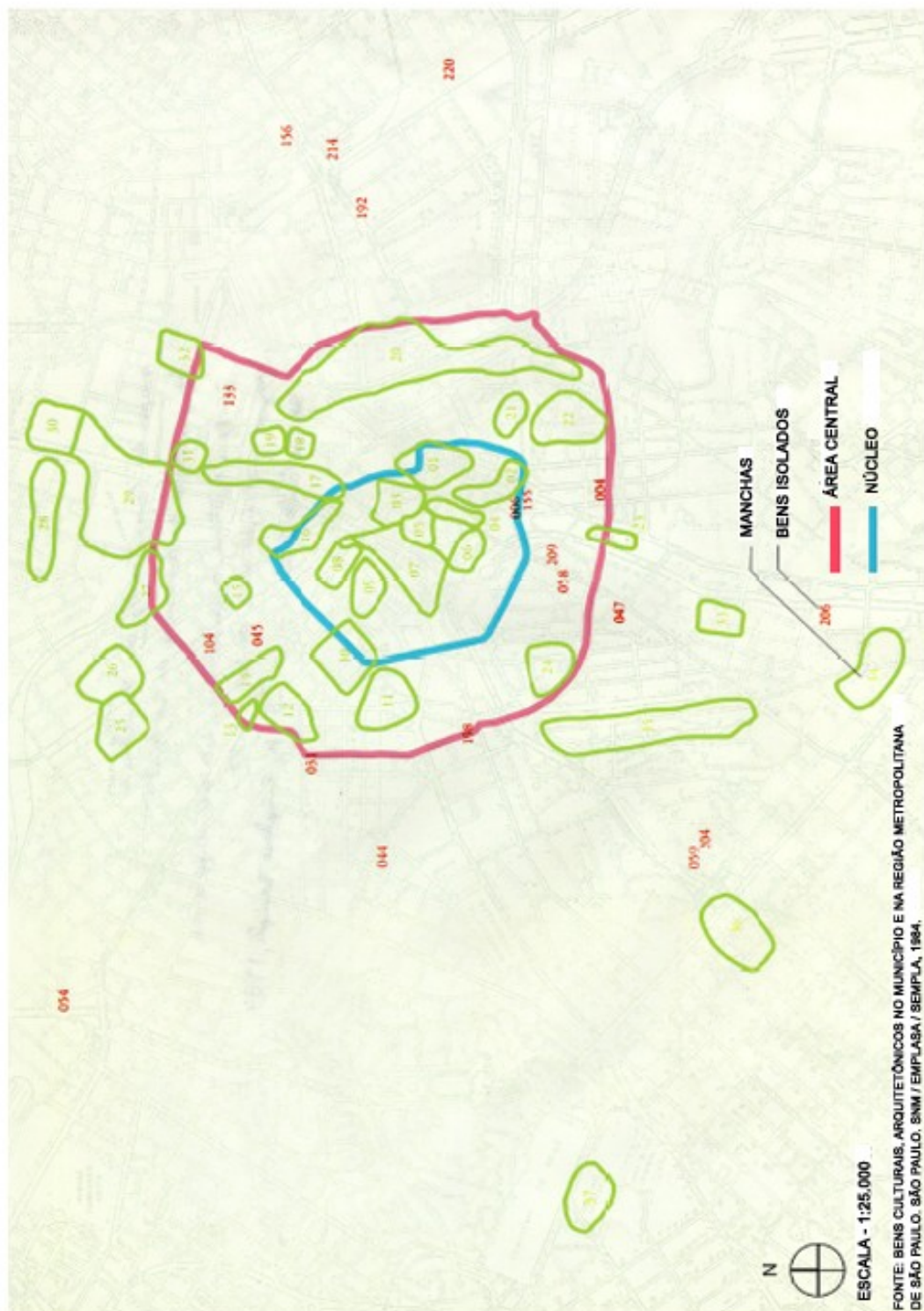
O centro de São Paulo sempre foi condensador de riquezas, informações, conhecimentos, poder, produção, cultura e nele estava concentrado o poder de decisão. Sua constituição corresponde a um momento histórico em que a diversidade e a multifuncionalidade eram as marcas da centralidade. Mas hoje, final dos anos 90, a centralidade no mundo é marcada, cada vez mais, por uma racionalidade, predominantemente resultado da ação da iniciativa privada que passa a exigir do Estado uma ação que tende a reorganização das relações sociais, ligadas à produção econômica, e utiliza o espaço como instrumento para essa ação. Utilizando-se de um discurso tecnocrático, o Estado intervém no espaço com ações estratégicas de modo a utilizá-lo de forma mais produtiva, retirando ou dele afastando todos os elementos que possam retardar ou interferir, de modo prejudicial, a velocidade das ações que são julgadas necessárias à efetivação do processo produtivo, que se interliga, eliminando as fronteiras nacionais por todo o mundo.

Dentre os elementos espaciais, os espaços públicos e, mais especificamente, as ruas são os que mais recebem ou sofrem transformações e ações efetuadas segundo a lógica racionalista estatal.

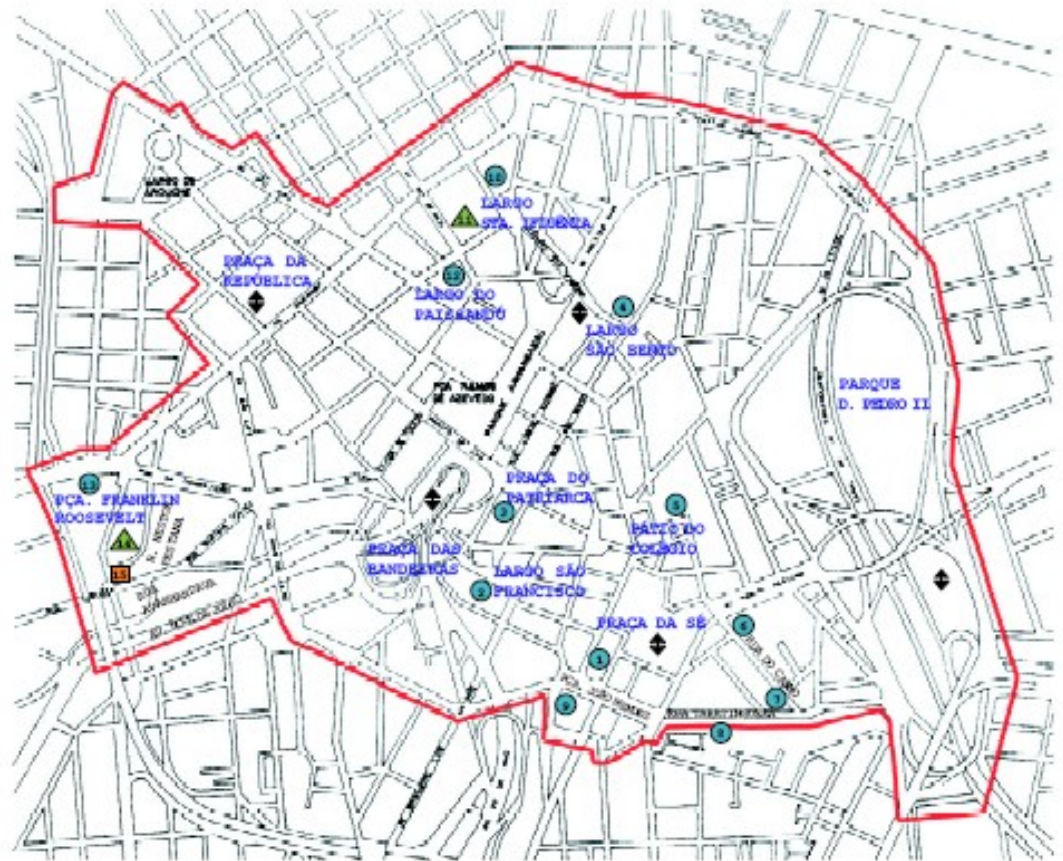
A rua, analisada apenas por seu aspecto estritamente funcional, acaba por ser restrita a local de trânsito e passagem, essencial ao movimento das mercadorias e do capital. É por esse prisma que o Estado analisa as ruas. Estas devem favorecer a circulação de veículos em alta velocidade e por isso restringe a possibilidade de seu uso para outras funções que não seja a da circulação. A cidade não pode parar e, pensada enquanto um organismo que deve funcionar bem, suas “veias e artérias”, suas vias de circulação devem favorecer ao fluxo rápido, à circulação, evitando-se os bloqueios, as paradas, os congestionamentos. É com esse objetivo que os projetos



CONCENTRAÇÃO DE MANANCIAS E BENS IISOLADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



LOCALIZAÇÃO DAS IGREJAS

**ROTEIRO CENTRO VELHO**

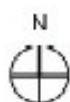
PONTO INICIAL- PRAÇA DASE

- 1 CATEDRALDASÉ
- 2 CONJUNTOPRANCISCANO
- 3 IGREJADESANTOANTÔNIO
- 4 BASÍLICADESAO BENTO
- 5 CAPELADEANGHIETA
- 6 IGREJADAORDEMTERCEIRADOCARMO
- 7 IGREJADEN.S. DABOAMORTE
- 8 IGREJADOMENINOJESUS SANTALUZIA
- 9 IGREJADESAOGONÇALO

ROTEIRO CENTRO NOVO

PONTONIAL- LARGO SÁBADO

- 10 IGREJADESANTAFIGENIA
- 11 IGREJAEVANGÉLICALUTERANADESPAULO
- 12 IGREJADEN.S. DOROSÁRIODOSHOMENSPRETOS
- 13 IGREJADEN.S. DA CONSOLAÇÃO
- 14 IGREJAPRESBIT. IND. DOBRASIL
- 15 SINAGOGABET-EL/CONGREG. ISR. ASHKNAZI



ESCALA
0 100 500 METROS

Fonte: SAIA, Helena. Roteiro das Igrejas- Procentro, in Vivao Centro. São Paulo Centro XXI. São Paulo. Associação Vivao Centro. 1996. pg.29.



4. ESTAÇÃO DO METRÔ

IGREJACATÓLICA

IGREJA PROTESTANTE



SINAGOGA



PERIMETROPROCENTRO

são aplicados na cidade, de modo a dar fluidez à circulação, exigindo-se mudanças na forma dessa rede de circulação. Assim, justifica-se, por exemplo, a construção, do já citado, complexo Ayrton Senna, que inclui um túnel sob o rio Pinheiros, o que exige a aplicação de alta tecnologia, ligando diretamente o trânsito de veículos automotores, no percurso existente entre a região do Morumbi e o Ibirapuera, e, indiretamente, da área central da cidade.

Essa tendência ao uso do espaço de modo a favorecer a reprodução, que é mundial, só se realiza na escala local, ou seja, quando atinge a vida cotidiana, incorporando-se a ela. Essa caracterização do espaço, homogêneo, fragmentado e hierarquizado, ao se instituir no processo de reprodução da vida, aparece enquanto resultado de um processo que instala a cotidianidade como se fosse algo aparentemente natural e não uma criação estratégica para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. A cidade é vista aos pedaços, por parcelas que parecem desconectadas e até por isso nem sempre compreensíveis. Isso possibilita, por exemplo, que inúmeras obras sejam executadas e que verbas sejam gastas, sem que haja um questionamento de sua importância, o que implica um consenso de que grandes investimentos de obras viárias como construção de túneis, pontes, viadutos são e sempre serão as obras que devem fazer parte do projeto de desenvolvimento e modernização da cidade. Obras que boa parte da população sabe que existem, mas nem sempre pode delas usufruir. Quantos dos que utilizam o transporte coletivo⁶³ já transitaram no complexo viário Ayrton Senna ou pelo Elevado Costa e Silva ou ainda pelas Avenidas Marginais do Rio Pinheiros, obras por onde só passam automóveis? A fluidez da circulação aparece sempre associada à ênfase no transporte individual.

Além de modificações estruturais, normas impeditivas do uso também contribuem para limitar a rua a lugar de passagem rápida. O desfile de sete de setembro e do carnaval paulistano são deslocados da Av. Tiradentes, no centro de São Paulo, para o chamado “Sambódromo”, no

⁶³ Em 1987 a participação do transporte coletivo(ônibus) no total de viagens realizadas no município de São Paulo era de 55,9%. Fonte: SÃO PAULO (prefeitura). São Paulo: crise e mudança, pg. 163.

parque Anhembi, local especificamente construído com esse objetivo. Desta forma, esses eventos deixam de atrapalhar o trânsito e a vida produtiva da cidade. Assim, graças à intervenção estatal, ocorre um disciplinamento do uso do espaço. Normatizam-se os lugares onde são permitidas a brincadeira e a diversão, que, de popular, transformam-se em espetáculo de consumo pago, o que limita o acesso aos lugares a quem por eles puder pagar. A própria “festa”, que significava uma quebra da rotina de trabalho e do tempo do relógio, a ele se incorpora passando a ser regida por um tempo previamente estipulado para acontecer. A rua desaparece como o lugar da brincadeira, a qual passa a acontecer em espaços restritos, de acesso pago e em hora designada. O Sambódromo, por exemplo, torna-se um lugar que exclui todos os que no Carnaval não podem pagar para assistir às escolas de Samba desfilarem. Com isso, a ação do Estado tende a bloquear, a manipular, a estipular a ação social em determinados caminhos e até nos momentos de sua diversão, ou seja, nas horas do não-trabalho. O tempo do não-trabalho continua a fazer parte do processo produtivo.

Mas o que a rua, as praças, os espaços públicos apresentam como perigo ao controle social que se pretende? Por que representam um risco à ordem pretendida? Por que uma intervenção mais clara e direta sobre as ruas da área central da cidade, que são as primeiras onde normas de restrições de uso são implementadas, servindo como ação piloto que, posteriormente, podem ser impostas a outros núcleos de centralidade da cidade?

A rua, enquanto espaço público, é o local onde pode se realizar a prática social, em sentido amplo, e revela o conflito entre as formas modernas e arcaicas, as tendências que se colocam como mundiais e as particularidades locais, a ação normativa do Estado e as tentativas de negação às normas impostas. Em especial, as ruas da área central, justamente por terem história, serem formadas em momentos diferentes, e ainda que o Estado sempre tenha interferido no crescimento da cidade, a diversidade se faz presente. Essa diversidade está nas marcas de seus edifícios e também na multiplicidade de usos, temporalidades de vida, de pessoas das mais diversas camadas da sociedade, o que possibilita o encontro com pessoas, objetos, momentos diferenciados que fazem parte da



vida cotidiana urbana. Mas, se a rua for usada para além da estrita circulação, ou seja como lugar também do encontro, até mesmo obrigatório, entre os diferentes, é necessário saber partilhá-la, estabelecendo normas de convívio social aceitas e que garantam um pacto de não agressão entre os diferentes, já que esse “encontro” pressupõe a presença física das diferenças, o que pode provocar o estranhamento e gerar conflito.

Diante do estranho, do diferente, é preciso saber como agir. Assim, o convívio na rua exige um aprendizado. E essa vivência, esse aprendizado pode ser maior quanto mais esse lugar possibilitar a diversidade, como é o caso da área central da cidade de São Paulo. Aí, coexistem os sem-teto, os moradores de rua, os trabalhadores não qualificados, os desempregados, os trabalhadores qualificados e altamente especializados, além dos dirigentes de grandes instituições financeiras. As ruas do centro são, para quem nelas transita, trabalha ou mora, uma possibilidade para a reflexão de nossa sociedade. As ruas são um jornal vivo de nossa época. As desigualdades sociais, que se generalizam na vida urbana de nosso tempo, podem ser vistas, apresentando-se como um risco para muitos, servindo como um instrumento para a reflexão de nossa sociedade. É nessa região que protestos ligados ao mundo do trabalho (como passeatas e atos por melhores salários), as injustiças sociais, as questões ambientais ou até mesmo comemorações (aniversário da cidade, campeonato mundial de futebol) ou grandes eventos culturais (shows musicais) podem ser acompanhados por milhares de participantes e daí veiculados para o resto do país. A área central aparece como um lugar de acesso mais democrático, onde vozes diferentes são ouvidas e podem permitir um repensar de fatos e situações.

Talvez pela existência de uma diversidade, por ser uma fonte de informações e que assim pode possibilitar uma prática sócio-espacial atuante e consciente, é que a ação estatal tem procurado transformar as ruas, praças e lugares públicos, em lugares de encontro, de reunião dos diferentes em locais que possibilitam o máximo da reprodução das forças produtivas, reunindo, preferencialmente, apenas as unidades de produção.

Para a efetivação dessa estratégia, reforçam-se as relações sociais de dominação que fazem parte da hierarquia dos grupos sociais e lugares. O

domínio se faz com menos atrito, quando apenas um grupo detém melhor o conhecimento do real e consegue simplificá-lo, de tal forma, que tudo parece translúcido, revelando-se pela simples aparência, pela forma que, numa lógica simples, ao ser transformada, também transfigura o real.

Assim, suprimir da rua, a possibilidade da fonte de informações, do convívio entre os diferentes, impõe-se como uma estratégia de dominação da sociedade. Para isso várias ações são colocadas em prática, de forma que, articuladas, consigam atingir o alvo. No mundo capitalista, o consumo sempre foi importante. Ele faz parte do processo de reprodução da vida urbana e logo está presente na vida cotidiana. Mas temos, hoje, uma mudança na sua realização. O consumo é quase que obrigatoriamente direcionado. Não nos apropriamos mais de coisas e lugares pelo consumo dado pela necessidade do uso, mas pelo realizado enquanto troca de bens, de propriedades privadas e mediado pela ideologia do consumo.

Nas ruas, realizavam-se as trocas, o consumo, mas era exigido todo um “saber conviver” público, pressupondo a existência da diferença e um vivê-la. Ao serem criados locais próprios para a exclusividade do consumo, ou seja, com o surgimento de uma centralidade de consumo direcionado para determinados grupos, como acontece nos mais diversos shopping-centers destinados a realização do consumo para classes específicas, desfigura-se a rua. Esta, justamente por possibilitar, mesmo que pela realização de consumo variado, o encontro entre os diferentes, torna-se a representação do perigo, já que por se apresentar enquanto o lugar democrático, tem a capacidade de agregar a diversidade, que passa a ser tida como um risco, por promover o conflito. É assim que as ruas da área central vêm sendo representadas: como o lugar do perigo, por serem os locais reconhecidos como freqüentados pelo povo, que, em um sentido pejorativo, passa a ser entendido como sinônimo de conjunto da população de baixo poder aquisitivo e não como a sociedade que é marcada pela diversidade e pela desigualdade.

Realmente, o centro, como já vimos, é um pólo para onde quase 25% de todas as viagens realizadas na região metropolitana tem com destino ou dele partem, sendo que a renda familiar de 80% dos que utilizam



os transportes coletivos é de 4 salários mínimos⁶⁴. Talvez, por isso, o centro também se qualifique enquanto popular, este entendido no senso comum não como a sociedade em seu conjunto, mas ao conjunto da população de baixo poder aquisitivo. Mas, não é porque o centro é um local popular que ele é perigoso, embora seja essa a representação que mais se divulgue dele. Os lugares mais perigosos da cidade⁶⁵ ficam na periferia (Guaianazes, Jardim Ângela e Brasilândia) com altos índices de homicídios (respectivamente: 88,0; 83,1; 81,2 assassinatos por 100 mil habitantes) enquanto que o centro apresentava um dos menores índices (6 por mil habitantes⁶⁶). Os perigos do centro constituem-se em roubos, furtos e roubos de carros que estão presentes em todas as áreas da cidade.

A rua, os locais públicos do centro, como representação do perigo, tem sua imagem reforçada pelo abandono a que são submetidos pelo não investimento em sua manutenção. Acabam se deteriorando fisicamente. Praças deixam de ser tratadas, aparecendo abandonadas, o que acaba por afastar parte da população que detém um maior poder aquisitivo, que, com medo, refugia-se em novos núcleos, centros especializados, agenciados pelo capital privado, onde “encontram-se” com os “iguais” e “abrigados do perigo”. Assiste-se hoje ao fato de se privilegiar o espaço que tende a homogeneidade social, transformados em espaços semi-públicos, como os shoppings-centers, e ao desprestígio dos lugares públicos, que poderiam promover a diversidade. Esses, por sua vez, acabam também a tender a uma certa “homogeneização”, forçada pelo abandono, em que sua ocupação, não raro, acaba sendo permeada pela transgressão, o que reforça a imagem negativa do lugar .

Na imprensa, hoje, destaca-se o problema da existência dos camelôs que tomam as ruas, praças e viadutos do centro restringindo, muitas vezes, a passagem dos pedestres. A retirada do comércio ambulante desses locais aparece como a solução a ser realizada, mas não se discute o porquê de sua existência, as alternativas para a retirada. Mostram-se apenas a ação e a resposta dos camelôs, que fazem greve de fome ou queimam as

⁶⁴ SÃO PAULO. (Prefeitura). São Paulo: crise e mudança, pg. 161.

⁶⁵ Dados retirados da Folha de São Paulo e que não divulgava os índices do centro, mas indicava que a área central tinha os menores valores , caderno cidades, folha 1, 25.01.99.

⁶⁶ VIVA o centro, Informe 105, março 97.

barracas em sinal de protesto, atos que não impedem a ação municipal já determinada. Nessa estratégia até feiras tradicionais, como as de artesanato que aconteciam aos domingos na praça da República, há décadas, são retiradas⁶⁷ já que a ordem é o fim do comércio ambulante do centro. A retirada dos camelôs aparece como o fim de um problema.

Ainda que isso faça parte de um processo do qual o Estado é um dos grandes agentes, para a sociedade, a idéia que fica é a de que a degradação espacial está ligada ao uso do povo, da população que ganha até 4 salários mínimos, que aí trabalha, compra, utiliza-se dos serviços públicos existentes, ou mora, de forma que a deteriorização dos lugares aparece como resultado da ação da população de baixo poder aquisitivo que usa o local, quase que como uma estratégia para a sobrevivência, e não pelo abandono a que são submetidos pela ação estatal que dirige suas ações empreendedoras apenas aos setores e às áreas da cidade que possam possibilitar maior desenvolvimento da produção em seu sentido mais estrito, ou seja, ligado à produção econômica. Para isso, favorece a fragmentação da centralidade, a qual passa a ser marcada pela homogeneização sócio-funcional, pulverizando a centralidade tradicional, que, apesar de também promover a desigualdade, ainda mantinham a diversidade e a possibilidade de mudança.

A tendência à homogeneização sócio-espacial favorece o desenvolvimento da desigualdade, já que a extrema funcionalidade possibilita um maior crescimento e desenvolvimento econômico, ficando à parte o desenvolvimento social que poderia promover uma melhoria na vida cotidiana. É necessário que haja uma melhor distribuição da riqueza social, de forma a possibilitar a satisfação das necessidades elementares: educação, saúde, habitação, lazer, transportes e trabalho. O crescimento econômico não garante a formação elementar de um quadro de pessoal qualificado e nem a transformação da cidade em um lugar seguro, belo, tranquilo. Segurança e beleza de uma cidade não se conseguem apenas através da colocação de mais policiamento nas ruas e o cercamento do patrimônio público urbano, como já vem acontecendo⁶⁸. É preciso

⁶⁷ Todos os que participavam da feira de artesanato da praça da República são retirados no final de 1998.

⁶⁸ Lauro MESQUITA. Tristes monumentos paulistas in URBS, nov/dez98, pg. 36-43.



democratizar o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, a todos os elementos essenciais da cidadania, para que os próprios habitantes da cidade contribuam conscientemente para a construção de uma cidade melhor, agradável à vida, bonita

As interferências do poder estatal, as normas que regulam o uso do espaço são mostradas como necessárias para o desenvolvimento da sociedade e não para o desenvolvimento do capitalismo. Assim, a ação do Estado, seus projetos urbanísticos, sempre aparecem como obras necessárias ao desenvolvimento do conjunto social e não de grupos específicos que detêm o poder econômico e político. Aliado a isso, a existência da organização e representatividade de outros grupos sociais dão tranqüilidade à ação estatal, que passa a sofrer poucas resistências, evitando ao máximo os choques, os embates a essa prática intervencionista. Consegue-se isso cooptando o cotidiano por meio do consumo programado, que se instaura em todos os momentos da vida.

A satisfação pelo consumo é dada em vários níveis que se colocam de modo hierárquico e ligados à posição social de grupo. Alguns utensílios domésticos, por exemplo, passam a ser de consumo possível para todos. É o caso da compra de tvs, de cd playes, de geladeiras, de fogões. Outros, como viagens de férias, são possíveis para alguns, mas não deixam de fazer parte do desejo de consumo de todos, que só se realizam de acordo com as possibilidades econômicas de cada grupo. Pelo consumo dado no cotidiano, tende-se a minar as lutas coletivas em nome da explosão dos desejos de consumo individuais. Mas, o cotidiano pode não apenas reproduzir a ordem estabelecida, como também promover a resistência a essa ordem e até mesmo se colocar como o local da mudança. E é pelo e no espaço, que pode ser reproduzido segundo a ordem existente, que assim garante a reprodução das relações de dominação, ou que pode ser apropriado pelo uso dado pela prática social, apontando para a possibilidade da transformação, que a vida cotidiana se realiza em meio a um conflito permanente entre o existir e o vir a ser.

Enquanto instrumento que serve à reprodução do que já é dado, o espaço não permanece imobilizado. Ele tem uma mobilidade, ele se transforma até para garantir a sua permanência. Sua transformação

programada faz parte de uma estratégia para a manutenção das relações de dominação. A continuidade, a permanência da dominação exige a transformação, ao menos na aparência, do espaço.

É desse modo que vemos hoje as ações estatais implantadas na região central da cidade. No processo de desenvolvimento da centralidade, que exige sua dispersão em núcleos especializados, a centralidade tradicional, que caracterizava a área central da cidade com sua grande diversidade, torna-se obsoleta. Procuram-se, agora, para a realização mais ágil do processo produtivo, lugares extremamente funcionais que não tenham a necessidade de relação física com instituições existentes na centralidade tradicional (órgãos públicos, comércio diversificado instalados em lojas de ruas, igrejas, escolas, etc). Tudo precisa ser realizado *on line*, graças ao desenvolvimento da telefonia e sistema de computação. A demora e/ou impossibilidade na transformação da infra-estrutura desse centro implica a desvalorização da região, que é acompanhada pela valorização de outras áreas, na cidade em que empreendimentos privados fazem suas aplicações, passando a aí se localizar. Esse processo de valorização e desvalorização de parte da cidade, privilegia grupos que detêm o poder de forma diferenciada. Alguns desses empreendedores, que possuem parte de seus investimentos, na área central, aliam-se a grupos imobiliários que procuram refazer do centro uma área de atração de investidores, oferecendo vantagens pelos baixos preços, se comparados a outras áreas da cidade. Além disso, fazem pressões junto aos órgãos estatais, de modo a permitir ações que dêem um novo impulso modernizador à região, recuperando e revalorizando o patrimônio aí existente.

O resultado desse processo é a volta das intervenções estatais na região que, através de ações conjuntas com a iniciativa privada, buscam a revalorização da região. Mas por que revalorizar e recuperar o centro, que é multifuncional, se no processo de expansão da centralidade os novos centros tendem a ser marcados pela funcionalidade e especialização, ao invés da multifuncionalidade? O centro tradicional ainda é, por concentrar poder econômico, político e cultural, o lugar que mais bem expressa a condição do ser urbanizado. Segundo Soja, o “ser urbanizado” significa “aderir, ser transformado num adepto, num crente de uma ideologia coletiva,



enraizada nas extensões da **polis...** e de **civitas...**”⁶⁹. Isso implica reconhecer e acatar uma ideologia coletiva, um modo de viver, que se intensifica por meio de uma disciplinalização e controle social, que hoje se apóiam na generalização do consumo. Mesmo em um período que a centralidade, para se fortalecer, deva se expandir, favorecendo a criação de novos locais-centros, especializados e funcionais, o papel dos centros tradicionais não pode ser minimizado nesse processo. É ele que, simbolicamente, reúne os elementos reconhecidos e aceitos pela sociedade, como instrumentos de controle, de vigilância, entendidos como necessários para a boa administração da vida social urbana.

Consciente dessa importância, a Associação Viva o Centro, em sua tentativa de contribuir para a recuperação da área central, sugere a volta do poder executivo estadual para o centro, o que exigiria sua transferência do Palácio dos Bandeirantes no Morumbi, como já ocorreu com o poder municipal que, em 1992, transferiu a sede da prefeitura do Parque do Ibirapuera, zona sul da cidade, para o Palácio das Indústrias no Parque Pedro II. A proposta do “Viva o Centro” insiste que, além disso, nenhum órgão público, hoje instalado no centro, possa mudar para além da área central e, os que se encontram fora retornem. Como exemplo citam o IBGE que, hoje, está instalado no Itaim. Mas, as propostas com relação à centralização do poder não se restringem ao poder político. Numa tentativa de reforçar a centralidade do centro, também indicam que sejam mantidas as formas da estrutura metroviária que fazem do centro o local de acesso mais democrático, reforçando seu papel, enquanto o lugar de onde todas as novas linhas de metrô deveriam partir. Do ponto de vista cultural, propõe a retomada do centro como pólo cultural, através de leis, que não permitissem que novos equipamentos públicos de escala municipal ou metropolitana fossem construídos fora da área central. A mesma proposta é feita até para o setor privado. Todos os grandes investimentos em equipamentos privados de escala municipal ou metropolitana, que fossem construídos fora da área central, seriam impedidos de contar com qualquer auxílio do poder municipal ou estadual⁷⁰. Essas são algumas das sugestões que a “Viva o centro” quer

⁶⁹ E. SOJA. Geografias pós-modernas, pg. 282.

⁷⁰ F. VILLAÇA. “Um plano diretor para o centro” in VIVA o centro. São Paulo centro XXI, pg. 18.

ver implementadas, tentando fazer com que se tornem lei, a fim de viabilizar, no menor espaço de tempo possível, a revitalização do centro.

A recuperação do centro assume, assim, grande importância para o desenvolvimento do processo capitalista. Através dele, poder-se-ia garantir o controle social, pelo reconhecimento do centro como o lugar da concentração do poder, dos serviços, da cultura e da informação, que permitiria o desenvolvimento econômico e funcional da região hoje, momento em que se privilegia a rapidez informacional. Nesse sentido, a multifuncionalidade é uma necessidade para que haja a possibilidade do crescimento no centro de serviços altamente especializados (como de assessoria financeira, câmbio, comunicações) a fim de que possam realizar relações e fluxos de capitais, que se internacionalizam, interligando os lugares na economia globalizada.

É o multiuso, presente no centro tradicional, que possibilita sua transformação em um centro moderno, sendo que, nesse processo, vai-se gerando internamente a negação do espaço de uso múltiplo e popular democrático, em nome de uma ordem imposta pela forma, necessária temporal e espacial, propiciando uma recuperação das atividades produtivas, dentro da lógica de produção moderna, coordenando a economia através de novos fluxos interligados no espaço, por uma rede de informações. Assim, busca-se reanimar o centro, colocando-o em uma nova perspectiva produtiva, dando-lhe equivalência com os outros centros especializados e, portanto, agora, articulados e plenamente reprodutíveis, já que se colocam como espaços homogêneos.

A recuperação do centro tradicional de São Paulo tende a passar por processos semelhantes aos que ocorreram na revitalização do centro das cidades de Boston (EUA), do bairro do Bronx em Nova Iorque (EUA) e de Dublin (Irlanda) onde a revitalização das áreas centrais passa por um processo em que a iniciativa privada, em associação com a municipalidade, formaram parcerias com base , ou melhor, tendo como carro chefe, a revalorização do patrimônio já edificado por meio de estratégias que envolvem a renovação cultural, dirigida e aliada ao desenvolvimento econômico e urbanístico. Aproveitando-se do patrimônio arquitetônico, este é recuperado esteticamente e a ele se conjugam novas funções, diferentes



das de origem, de forma a agora contribuírem para o novo momento de crescimento econômico. Foi o que aconteceu com o Pelourinho⁷¹ (em Salvador -Bahia), onde lojas de comércio e empresas passam a ocupar as casas, que, recuperadas, faziam parte do Pelourinho, que, como um todo, reafirma-se enquanto área de atração turística e que gera inúmeros empregos e capital para a cidade. Com a recuperação econômica, a área passa a atrair novos investimentos, sendo que o valor do metro quadrado na área acaba por ser valorizado, e muitos dos antigos moradores se mudam do local e uma nova forma social aí se estabelece. O que se institui é o moderno, que se utiliza da forma arquitetônica antiga que, hoje, valoriza-se enquanto objeto de consumo cultural, mas descarta o antigo modo de viver introduzindo novos personagens no local, empresários e comerciantes que fazem o local ser produtivo e integrado com a economia.

Mas, São Paulo tem suas particularidades e um problema a resolver: como atrair investimentos no centro, de forma a possibilitar a ampliação e manutenção de estabelecimentos com atividades altamente especializadas? Apenas o baixo valor de imóveis não é suficiente para isso. Em 1992, segundo pesquisa do Viva o Centro⁷², o centro por ser tido como área degradada, tinha o menor preço praticado nos principais centros econômicos da cidade, a saber: 4 vezes menor do que o do pólo Paulista, 3 vezes menor que o do pólo Jardins e do pólo marginal. Mesmo assim, uma série de fatores continuavam a manter novos investidores longe da área. Novas tecnologias deviam ser adaptadas aos edifícios, que, deste modo, necessitam de alterações, além da ampliação da oferta de vagas de estacionamento, de modo a atender ao novo fluxo de pessoas, bem como uma transformação na malha viária local, permitindo um maior fluxo de veículos. Além disso, numa estratégia mais ampla, buscando atrair ainda mais investimentos ligados à ampliação e especialização de objetos de consumo e até da cultura, o centro deve se tornar atraente às classes de maior poder aquisitivo, que haviam migrado para os centros especializados de consumo. Mas a série de ações que se fazem necessárias para a revitalização, implicam autorizações, permissões para construções novas,

⁷¹ J.G. SIMÕES JR. Revitalização dos centros urbanos in Polis, 19.

⁷² VIVA o centro. Em Revista, 3,pg.4

aumento do coeficiente do uso do solo, ou seja, pressupõe a ação do Estado, que, através de leis e resoluções, pode ou não auxiliar nesse processo.



Capítulo II – A disputa pelo uso do espaço público.

É em São Paulo, no seu centro, que temos claramente a disputa pelo uso do espaço urbano e pelo direito à vida urbana. São Paulo é considerada uma das mais urbanas cidades brasileiras. Pode parecer pleonasma o uso das palavras urbano e cidade, que muitas vezes são ditas como se fossem sinônimas. Elas são interligadas, mas distintas. O urbano vai além dos limites territoriais da cidade, ainda que seja nas cidades, principalmente nas metrópoles, que a vida urbana esteja mais difundida. O urbano se impõe como uma tendência de nossa sociedade, exigindo para tanto, uma base material, morfológica e prático-sensível, de modo a intensificar a vida urbana, realizando efetivamente a sociedade urbana que poderia, por uma mudança de sua prática social, fazer com que “...o valor de uso subordinado ao valor de troca durante séculos...” possa “...retornar ao primeiro plano”⁷³. Falamos aqui do projeto, do vir a ser, da possibilidade, da virtualidade presente em nossa sociedade. O que temos de concreto são apontamentos, momentos em que alguns desses indícios se apresentam. Nas cidades é que eles são mais fortes. O urbano aparece e se revela com mais intensidade no curso da manifestação da cidade, e é ele que permite reconstituir e compreender aspectos que durante algum tempo não eram percebidos: a centralidade, o espaço como lugar da sociedade urbana, que ao mesmo tempo ainda não existe (enquanto uma totalidade), mas já se prefigura como virtualidade (uma tendência)⁷⁴.

O urbano hoje não pode ser limitado a esse território, já que a vida urbana se apresenta (mesmo que parcialmente colocada) e se difunde por outros locais, criando espaços que, embora tenham uma dimensão natural, afastam-se da idéia de natureza (primitiva), principalmente pela presença marcante de um de seus aspectos: o consumo. Na vida moderna consome-se tudo ou somos levados a tudo consumir; o tempo é o do relógio, ainda que não trabalhem numa indústria; as modificações tecnológicas e do ritmo de vida aceleram-se. Enfim, fazemos parte da atual sociedade urbana que tendeu a localizar, pontuar, focalizar, intensificar e concentrar alguns de

⁷³ H. LEFEBVRE. O direito à cidade, p. 118.

⁷⁴ T. PAQUOT. Vive la ville, pg. 31.

seus elementos, entre eles o da possibilidade do exercício da liberdade e do uso do espaço num lugar: a cidade⁷⁵.

A cidade é construção social e tem as características da sociedade que a produziu, interferindo também na reprodução da sociedade que a constitui. Ela evoca a idéia de centro de decisão, de autoridade, de informação, de conhecimento, de possibilidade para o crescimento social. É o centro da cidade que agrega todos esses elementos, pelo menos na imagem popular. Nele, hoje vemos o embate entre os diferentes agentes da sociedade, que, muitas vezes, são contraditórios e/ou complementares. Temos a defesa dos anseios de grupos que detêm o capital, do Estado, que tem a seu favor o poder de ação e dos habitantes/moradores, que têm no uso, na permanência, na luta, a forma de resistência contra as ações segregacionistas espaciais.

Segundo Sposito⁷⁶, até a década de 70, nos países subdesenvolvidos, o centro da cidade era único e monopolizava todas as funções necessárias ao funcionamento da sociedade. Era o ponto nodal do sistema de circulação e servia como articulador das atividades aí instaladas com as que ficavam fora desse centro. Era o resultado do crescimento das próprias cidades, concentrando capital e mantendo-se como o lugar da cidade onde a circulação de bens, mercadorias e dinheiro se efetivava de maneira mais ágil, estimulando também o consumo de bens e serviços, bem como das possibilidades de crescimento social. O crescimento da cidade de São Paulo evoca a expansão de seu centro em decorrência do crescimento populacional dado pela absorção de áreas e setores limítrofes ao centro. A expansão do centro não se dá por um processo linear e homogêneo; nessa expansão o aparecimento de áreas contínuas ao centro, que se não fosse por esse fato, poderiam fazer parte de um processo em que surgem locais, que não são os sub-centros, com atividades muito selecionadas e especializadas, tendendo ao homogêneo, o qual Sposito denomina de “desdobramento da centralidade”⁷⁷.

⁷⁵ H. LEFEBVRE. La revolution urbaine, pg. 227.

⁷⁶ M. E. SPOSITO. “O centro e as formas de expressão da centralidade urbana” in Revista de Geografia nº10, pg. 1-18.

⁷⁷ M. E. SPOSITO. O centro e as formas ...op. cit. pg. 10.



No caso do chamado centro de São Paulo, parte da área de expansão caracteriza-se por ser formada por locais com atividades muito selecionadas e especializadas, tendendo, em decorrência da funcionalidade, ao homogêneo. É o caso da Santa Ifigênia, em produtos eletro-eletrônicos; do Bom Retiro, em confecções e vestuário; da São Caetano, em vestuário (noivas); da Consolação, em luminárias, entre outros exemplos.

À medida em que a cidade se estende, amplia-se a relação entre o centro e a periferia. A cidade cresce territorialmente e o centro não consegue mais satisfazer às necessidades da população e do setor produtivo a contento. Pela intensidade de fluxos a ele destinados e pela distância dos bairros ao centro, torna-se difícil o seu acesso, já que as vias de circulação passam a não comportar o fluxo. O centro, devido ao seu grande desenvolvimento, explode, deixando a outras localidades parte de suas funções, principalmente no que diz respeito ao setor comercial. Ao mesmo tempo, parece implodir, destruindo-se pela deterioração de algumas de suas áreas que perderam as funções ou foram muito reduzidas. Esse processo não indica o fim do centro, mas sua disseminação, ainda que, na aparência ele, se deteriore, é por ele que se faz a articulação entre os diversos novos centros ou subcentros⁷⁸, já que nele continua conectado o poder econômico e político.

A localização desses novos centros é dada, por um lado, pelo alto preço do solo no centro, e de outro, para atender a uma demanda populacional específica, o que já é, no caso paulista, uma demonstração da própria fragmentação/estruturação da sociedade. São criados centros para atender as necessidades de determinadas camadas da população, ou até mesmo de todas, mas em espaços determinados e específicos para cada uma delas, em uma clara expressão da segregação espacial⁷⁹, dada por esses novos centros, que passam a se especializar em função do consumidor que atende.

A existência de vários centros na cidade, ainda que marquem a segregação espacial, são também produto do crescimento desmensurado da mancha urbana e localizam-se em áreas com alta densidade populacional e

⁷⁸ M. E. SPOSITO. O centro e as formas...op.cit. pg. 10. Sposito usa o termo subcentro para designar áreas com as mesmas atividades do centro principal, mas em escala menor.

⁷⁹ Ibidem, pg. 16.

oferecem uma diversidade de atividades que atinjam as demandas específicas existentes, como acontece em alguns bairros onde o “centro” do bairro apresenta comércio e serviços, inclusive da administração pública. No caso de São Paulo, estamos diante da policentralidade, ou seja, centros com diferentes níveis de especialização e importância dispersos pela mancha urbana. Os vários centros acabam por colaborar no crescimento da metrópole paulista, já que provocam a concorrência entre eles, bem como a complementariedade. Voltamos a insistir: a existência de vários centros não minimiza o papel do Centro (tradicional). Quanto mais importantes são as qualidades desses centros (fragmentados na cidade), maior o poder de unificação dado ao Centro como articulador do processo.

Esse centro continua a concentrar o poder de decisão, e como nos diz Lefebvre⁸⁰, “o sistema decisório se diz racional” e é em nome de uma “racionalidade” que procura gerir as relações sociais, intervindo na produção espacial. Para ele, convergem conhecimentos e informações vindas de pontos próximos e afastados de forma rápida, graças ao desenvolvimento do sistema de comunicações. Por isso, mesmo com a fragmentação do espaço, este pode ser articulado, gerenciado e dominado, utilizando-se os meios técnicos mais avançados, como os modernos sistemas de comunicação, entre eles destacando-se a informática, que parece até anular a distância física entre os pontos. Trata-se de uma comunicabilidade eficiente e rápida. Raffestin chega mesmo a afirmar que “um dos trunfos do poder hoje é informacional”⁸¹, e esse instrumento do poder, combinado a outras estratégias, tenderia para uma tentativa totalitária de controle dado através de um ponto, que articula outros para o pleno desenvolvimento da reprodução do capital.

Em comum, todos os centros têm uma comunicação funcional e atraem uma rede de fluxo, além de serem locais de concentração de atividade, o que permite a intercambialidade realizada pelos homens no espaço urbano. Esses intercâmbios são de mercadorias, valores, usos e serviços. Deste modo, o centro adquire características que parecem até se contraporem, mas que são complementares, fazendo parte do movimento

⁸⁰ H. LEFEBVRE. La production...op.cit. pg. 384.

⁸¹ C. RAFFESTIN. Por uma geografia do poder, p. 203.



dialético de construção da urbanidade: ele é, ao mesmo tempo, um elemento funcional, servindo à reprodução das relações de produção; e simbólico, ao ser também lugar de encontro e referência para a população, por nele se realizarem a prestação de serviços essenciais. Dessa articulação é que podemos entender o centro não apenas como lugar de reprodução econômica, mas como elemento de transformação das relações sociais do espaço urbano.

Os novos centros na cidade só puderam se constituir em relação à sua localização na rede de fluxos cotidianos existentes para o centro. Logo, o princípio da centralidade na metrópole, hoje, está pautado na multiplicidade de centros, na mobilidade e dinâmica dos fenômenos sociais e econômicos, de forma articulada.

Nessa dinâmica, o centro determina a periferia, subordinando-a pela precariedade a que é submetida, já que os investimentos, segundo uma racionalidade econômica, acabam por ser destinados a lugares na cidade em que possam servir à ampliação/realização das relações de produção. Deste modo, o centro, ou os vários centros, mantêm-se como referência e lugar de poder para a população que habita as periferias. Referência porque as periferias desestruturadas, aparentemente caóticas, sem a infra-estrutura e os serviços essenciais que são obtidos apenas nos centros, acabam por conferir cada vez mais importância na vida cotidiana, aos centros. Mesmo quando o centro parece perder parte de suas funções pelo deslocamento delas para outras áreas, formando novos centros, isso não representa, segundo Ascher

...um enfraquecimento das zonas de negócio centrais. Ao contrário, ela exprime antes a reprojeção dos centros direcionais sobre as funções estratégicas e a relegação à periferia de funções menos determinantes⁸².

Mantendo a periferia em situação de abandono, ou com atividades e funções sem grande importância, o centro e os centros regionais mantêm o domínio sobre essa área.

⁸² F. ASCHER. Métapolis, pg. 96.

Para as periferias são deslocados, essencialmente, centros comerciais e de atividades que se banalizaram. Instalam-se shoppings-centers (populares) nas periferias ampliando de forma espetacular o desejo do consumo. Nos lugares onde são instalados esses shoppings, as novas catedrais do mundo moderno, cria-se uma ilusão que, através dele, passa-se a integrar a sociedade e a cidade, pelo acesso aos lugares de consumo modernos. A localização de um shopping, cujo público alvo é a população da periferia, traz para esse segmento social, a impressão de que agora fazem parte da cidade, por incorporarem aos seus hábitos e representações de vida, símbolos que estavam relacionados com as classes de maior poder aquisitivo, ou seja, um lugar de consumo selecionado.

O consumo se presentifica na vida e possibilita que o individualismo se incorpore ao cotidiano, de modo que a população fique, como nos diz Sennett "... mais preocupada em consumir do que com qualquer outro propósito mais complexo, político ou comunitário"⁸³. Isso responde a um desejo de participação da vida moderna, marcada pelo consumo, não em qualquer lugar, mas nos locais criados estrategicamente para isso. O surgimento desses locais é parte do processo de expansão e afirmação da centralidade.

A expansão da centralidade, com a criação de novos centros de serviços ligados ao comércio ou a funções institucionais, pode garantir a permanência no local de moradia, a não necessidade do deslocamento das populações. Assim, inicia-se um processo que tende a eliminação, em parte, do simbolismo que representa o Centro, reforçando-o como lugar das decisões, do poder e não como expressão do encontro dos diferentes, da luta, do anseio de liberdade, que as ruas, praças e os lugares públicos representam.

Diante disso, dentro de uma estratégia urbanística, proposta por grupos organizados como a Associação "Viva o Centro" e em parte implementados pelo Estado, que dissimula os projetos na tentativa de se evitar o uso dos lugares públicos centrais pelas mais diversas camadas sociais, levando a uma anulação ou restrição da prática sócio-espacial, que no extremo pode acabar limitada à aceitação, sem contestação, das normas

⁸³ R. SENNETT. Carne e pedra, pg. 19



pré-estipuladas, de forma que nenhum espaço escape à dominação. Nesse sentido, as restrições impostas ao uso da rua, das praças, dos lugares públicos, pressupõem que estes percam sua dimensão pública e democrática. Isso pode ser conseguido com a valorização do que é privado (pago) em detrimento do que é público. O que é público passa a ser visto como não pago, logo de pobre, precário, com mau funcionamento e deteriorado.

A deteriorização dos espaços públicos aparece na sociedade e são divulgados na mídia, quando o assunto é, por exemplo, o ensino e a saúde públicos. No 1º e 2º graus das escolas públicas parecem só estudar aqueles que não podem pagar pelo ensino privado. O mesmo divulga-se da saúde pública, quando se reforça o mau funcionamento de hospitais e a falta de médicos. Já, o que é privado parece agregar as qualidades positivas, selecionando as pessoas que as podem pagar. Numa sociedade em que tudo, tendencialmente, se transforma em mercadoria, o próprio espaço e sua produção apontam para a homogeneização, a equivalência, a semelhança dos lugares enfim, à priorização do privado, em detrimento do que é público.

Mas os espaços públicos fazem parte do processo de reprodução do capital e, no caso da cidade de São Paulo, têm grande concentração no centro histórico ou tradicional. A concentração dos espaços trabalhados urbanisticamente com a intenção de serem públicos, no centro da cidade, do comércio varejista, repartições públicas, estabelecimentos de crédito, e a possibilidade da tentativa do exercício da cidadania no lugar de todos, faz com que as pessoas criem uma idéia do centro como a imagem da cidade enquanto um espaço de liberdade e das possibilidades. Talvez por isso, ainda hoje, muitos habitantes de menor poder aquisitivo chamem ao centro de cidade (como outrora quase toda população o fazia ao reconhecer o centro pelo triângulo formado pelas ruas Direita, São Bento e 15 de Novembro), não fazendo o mesmo com seus locais de moradia, ainda que estes estejam localizados na área urbana do município de São Paulo. Denominam as áreas onde residem de periferia, bairro ou ainda subúrbio, mas não de cidade. Talvez, pela inexistência (nos bairros) de espaços públicos concebidos urbanisticamente para o convívio.



O centro se revela, assim, como lugar da produção e do conflito permanente. Para melhor entender esse processo, faz-se necessário analisar as ações que se realizam nesse espaço, e que são concebidas como estratégias, principalmente pelo Estado e pelos grupos detentores de poder econômico, para que, depois, possamos apresentar as formas de luta e tentativas de apropriação desse espaço pelos habitantes de nossa cidade, que, muitas vezes, acontecem sem que necessariamente se concebam enquanto uma estratégia consciente de luta.

Atualmente, Estado e grupos organizados como a Associação “Viva o Centro”, estão aliados na recuperação/revalorização do centro tradicional de São Paulo, buscando fazer dele um ponto concentrador de poder e decisão, de forma a integrar o comando da produção paulista à rede produtiva e decisória mundial. Para que isso possa ser possível, é essencial a ação interventora do Estado.

A ação estatal

Quando o Estado resolve, oficialmente, promover a revalorização da área central, em um primeiro momento, abre várias frentes na tentativa de agilizar o processo. Criar mecanismos institucionais de atração de investimentos privados é o papel da Prefeitura Municipal de São Paulo para tentar a revitalização da área central. Restringir-nos-emos aqui às medidas tomadas a partir da década de 90, por ser o momento em que grupos de empresários organizados em torno de uma Associação, a “Viva o Centro”, mobilizam-se pela recuperação de seus investimentos existentes no local.

Durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (89-92), do Partido dos Trabalhadores (PT), já havia uma proposta⁸⁴ de adensamento da área central, que de um total de 725 mil⁸⁵m² de estoque de área edificável, indicava 557 ou seja 76,8% para uso residencial e apenas 168 ou 23,2% para uso não residencial. Esse indicativo proposto levava em conta que se a área fosse ocupada acima do indicado, ainda mais por comércio, serviços ou

⁸⁴ Essa proposta não chegou a ser votada na Câmara Municipal.

⁸⁵ Valores de estoque edificável em mil metros quadrados. Dados obtidos in EMURB. Políticas e obras, pg. 16.



indústrias, todos os sistemas (viário, abastecimento de água, energia elétrica e telefonia) ficariam sobrecarregados, mesmo sendo essa a área da cidade com a melhor infra-estrutura para a realização da produção. A opção pelo retorno ou incremento da moradia no centro era uma tentativa de aproveitamento da infra-estrutura existente, que se tornava ociosa ou, parcialmente utilizada, nos horários noturnos e finais de semana, ou seja, quando da redução de atividades de trabalho fora do horário comercial.

Iniciando o processo de recuperação de investimentos no local, na administração Erundina é inaugurada a obra de reurbanização do Vale do Anhangabaú⁸⁶, que já aparecia como uma tentativa de revalorização do local através dos investimentos públicos na área. Junto com a reurbanização do Vale, que transformou a área em uma grande praça, sem lugar para os carros⁸⁷, de uso exclusivo do pedestre, foi também tentada uma outra estratégia legal, chamada de Operação Urbana Anhangabaú, a qual discutiremos, e que representou uma das ações efetivas do Estado na busca da revalorização da área.

Revitalizar. Dar nova vida, novo fôlego à uma área. Mas por que uma área de São Paulo, como o centro de uma cidade rica e com grande dinâmica econômica, precisaria de medidas para reanimação, principalmente econômica?

Desde o final dos anos 60, o centro tem se expandido em decorrência do crescimento populacional dado pela absorção de áreas e setores limítrofes ao centro, de forma não linear e homogênea, acompanhando a dinâmica dos processos de produção econômica e imobiliária. A urbanização se expande, incorporando áreas do centro à periferia. A estrutura existente cresce em direção às novas áreas, sem passar por um processo de renovação, o que faz com que o centro não satisfaça mais aos novos papéis funcionais, defendidos pelo mercado imobiliário, que promove um processo de valorização de áreas, através de sua especialização funcional aliada à desvalorização de outros lugares.

⁸⁶ O projeto dessa obra teve origem durante a administração Reinaldo de Barros, passando pela de Jânio Quadros e terminando a década com a inauguração na administração de Luiza Erundina.

⁸⁷ Os carros continuam a passar no Vale só que pelos túneis subterrâneos existentes sob a praça reurbanizada.

O processo de centralização agiganta-se. O centro tradicional passa a ter uma alta densidade populacional durante o dia, resultado do fluxo de pessoas que circulam pelo centro, seja a trabalho, para o consumo nas lojas e/ou marreteiros, para encontros, para satisfação de necessidades e resolução de problemas ligados ao setor público. À noite, o centro fica praticamente “vazio”. O número de empresas que funcionam nesse período é pequeno. Quanto aos moradores, pessoas que residem na área central, alguns vivem em *kitchenettes* e outros em grandes apartamentos, em edifícios construídos nos anos 50 e 60. Mas, há muitos que residem em antigos casarões e vilas, transformados em cortiços, onde pagam aluguel. Esses fatores caracterizam a área central como de baixa qualidade para o uso do solo residencial, já que o aumento de habitações coletivas, que oferecem uma baixa qualidade de vida, é visto como um fator que favorece o grau de degradação ambiental e social do lugar. Deste modo, todo um equipamento público (água, luz, esgoto, telefonia, sistema de transportes, gás, etc.) fica ocioso no período noturno. De lugares de encontro, das possibilidades durante o dia, passa a interditos e perigosos à noite. Mas não estamos só falando da vida social do centro. Economicamente, o centro começa a demonstrar sinais de decadência. Empresas deixam de investir na área central. A redução de investimentos indica para o descrédito do desenvolvimento da área, bem como a existência de obstáculos e problemas. São elencados, pelas empresas, motivos para o não investimento, dos quais destacamos: a depredação ambiental, a redução na segurança pessoal, a dificuldade de acesso veicular e uma legislação inibidora para edificações que não permitem o maior adensamento da área.

A procura por novas localizações na cidade foi possível graças ao seu crescimento, que expandiu também serviços e infra-estrutura, vias de comunicação a outras áreas, que dentro de uma lógica imobiliária, precisavam ser ocupadas, valorizadas e vendidas, e por isso as estratégias para o consumo delas são efetuadas, em detrimento da área central, que nesse momento do processo, “parece” ficar para o consumo das classes populares, que volta a ser atraída ao centro, até como possibilidade de moradia, já que os aluguéis em cortiços tornam atraentes as moradias coletivas no centro. É que, com a chegada de mais infra-estrutura em



algumas periferias da cidade, começa a aumentar o preço da moradia. Como saída, a população, ou se desloca para lugares mais distantes, até mesmo para fora dos limites do município ou procura moradias coletivas nas áreas centrais da cidade (o que muitos chamam de periferização do centro). O espaço aparece cada vez mais fragmentado e isso “... produz um movimento de atração-expulsão da população do centro para a periferia e vice versa”⁸⁸. Aparentemente, o centro, nesse momento, quando parece ter aumentado a população de menor poder aquisitivo, é visto como local desvalorizado.

Num mundo em que a divisão de trabalho se acentuou, que os territórios, como decorrência, especializam-se, fragmentando-se, torna-se necessária a interligação e a conexão dessas áreas.

A globalização exige o reforço dos centros nas metrópoles, já que eles teriam o poder de concentrar “as funções estratégicas das firmas multinacionais e os serviços avançados elas que necessitam”⁸⁹, para efetivamente fazer fluir o capital internacional por todos os pontos do planeta. Revitalizar o centro é conferir-lhe o poder necessário para a manutenção da produção e concentração de capital.

Mas o que esse processo significa no mundo moderno? Não é uma volta nostálgica ao centro, recolocando-o como lugar simbólico à população. Segundo Simões⁹⁰, a revitalização urbana busca uma nova vitalidade econômica, social, funcional e ambiental, apontando saídas para a crise global (econômica, social, energética e de valores). Busca-se revalorizá-lo, fazendo-o local de atração aos capitais empresariais, reafirmando sua função de articulador dos processos econômicos. Para isso, o poder público e o privado aliam-se e tendem a utilizar-se da mesma lógica: investir em melhorias nos lugares centrais, pois é onde há mais possibilidades de retorno de capital investido, pelo próprio poder que este concentra.

Os investimentos públicos realizados na região central, a partir dos anos 80, com a realização de grandes obras de reestruturação viária, servem como uma amostra do poder público de colocar em evidência sua intenção de revalorização da área. Deste modo, com essas ações, procura contagiar,

⁸⁸ A. F.A. CARLOS. “A natureza do espaço fragmentado” in O lugar no/do mundo, pg. 58

⁸⁹ F. ASCHER. Métapolis, pg. 112/113. “... les fonctions stratégiques des firmes multinationales et les services avancés dont elles ont besoin”.

⁹⁰ J.G.SIMÕES JUNIOR. Revitalização dos centros...op.cit.pg.5-17.

com outras estratégias complementares, iniciativas de empreendimentos privados, conseguindo não só fazer dessa região um ponto centralizador das dinâmicas econômicas locais, mas principalmente, de reafirmar o centro de São Paulo como um ponto importante na rede espacial das relações.



É neste contexto que se pode entender as modificações espaciais em locais tradicionalmente reconhecidos como “centro da cidade”, como o vale do Anhangabaú, primeiro local do centro a ser “reurbanizado” com vistas à valorização patrimonial.

A revalorização dessa área- vale do Anhangabaú e imediações- foi feita em dois níveis: o primeiro, tratava-se da reestruturação física do vale do Anhangabaú, boulevard São João, largo do Paissandu, passagem em desnível da avenida Prestes Maia sob a avenida Senador Queiroz; a segunda era a Operação Urbana Anhangabaú, primeira aprovada por lei em São Paulo, que permitiu o adensamento maior da área.

Como discurreremos, foram feitas modificações físicas do vale, dando maior fluidez às vias de circulação de veículos, que passam a ser subterrâneas e nas quais passam diariamente 105.000 veículos e 120 linhas de ônibus⁹¹, deixando exclusivamente aos pedestres uma grande área de circulação e passagem. O atual vale (foto 1) remodelado, parece uma grande praça, com aproximadamente 50.000 metros quadrados, a maior parte dela com piso revestido e áreas verdes (cerca de 11.000m²), além da existência de obras de arte modernas e um espelho d'água. Ao vale, interliga-se o boulevard São João (foto2), também remodelado e de uso exclusivo de pedestres. Aparentemente temos agora um espaço em que a prioridade parece ser o pedestre. Esteticamente temos uma mudança na aparência do Vale que embeleza o espaço público, atingindo um dos pontos do projeto, muito mais amplo, de revitalização da área. As obras de reurbanização do Vale do Anhangabaú⁹² são iniciadas em outubro de 1987, pelo então prefeito Jânio Quadros. Os trabalhos no Vale consistiam na construção de dois túneis, desviando os carros da superfície que ficaria disponível para os pedestres. Isso daria à região maior fluidez no trânsito de veículos, agora se realizando no subterrâneo. Com isso, o novo Vale, remodelado, teria áreas verdes, diminuindo, como um todo, a poluição do centro, ao mesmo tempo em que possibilitava maior agilidade na circulação de veículos.

⁹¹ Ibidem, pg. 41.

⁹² Embora iniciada na administração Jânio Quadros, o projeto para a reurbanização do Vale, surge na administração Reinaldo de Barros que promove a concorrência pública da qual o projeto vencedor é do arquiteto Jorge Wilhelm e da paisagista Rosa Kliass, ficando engavetada por sete anos até ser retomada por Jânio Quadros.



foto 1



VALE DO ANHANGABAÚ REMODELADO

foto 2



BOULEVARD SÃO JOÃO, ESQUINA COM VALE DO ANHANGABAÚ. JULHO 1997.

As obras de reurbanização do Vale do Anhangabaú e o *boulevard* São João visavam atrair novos investimentos privados para as áreas e tinham como proposta, pelo menos no texto apresentado pela equipe técnica responsável pelo projeto arquitetônico (lotado no departamento de projetos urbanos-Emurb), dar ênfase ao uso da rua pelos pedestres, que, nas primeiras cidades do Brasil era “o espaço das festas e de circulação de pessoas”⁹³ e para isso propunham calçadas para pedestres, com instalação de floreiras, canteiros e bancos, evitando a esses usuários o conflito com o “tráfego de automóveis e coletivos”⁹⁴. Isso no que diz respeito ao *boulevard* São João. O Vale do Anhangabaú, por sua vez, ficaria destinado aos pedestres, procurando fazer com que ele se tornasse parecido ao que era em sua origem: um parque *boulevard* que foi retalhado por pistas de tráfego na administração Prestes Maia para efetuação de parte do “Plano de Avenidas” (foto 3). Talvez influenciados pelas obras de Oscar Niemeyer, a sua remodelação foi marcada por grandes espaços de piso de concreto e granito, alternados com áreas de gramado e obras de arte modernas.

Remodelado, o “novo Vale” é devolvido à cidade, em dezembro de 1991, com “92 lixeiras, 144 bancos de madeira, 572 metros de banco de granito, 10 novos pontos de telefones públicos, café e sanitários públicos”⁹⁵, ou seja, com uma estrutura capaz de atender à população. Dos equipamentos, apenas os sanitários públicos não foram bem recebidos pelos comerciantes locais. Embora necessários, pela experiência tida com os sanitários públicos da Praça Ramos, que exalavam mal cheiro pela falta de manutenção e limpeza, os sanitários eram vistos como locais de possível violência - poderiam, segundo os comerciantes, abrigar marginais, colocando em risco quem entrasse ou estivesse nas suas proximidades. Preferiam, a exemplo da proposta existente em Los Angeles, que os banheiros fossem “quase públicos- quer dizer, toaletes em restaurantes, galerias de arte e prédios de escritórios - que podem ficar à disposição de turistas e empregados de escritórios, enquanto são fechados para vagabundos e desajustados”⁹⁶. Deste

⁹³ Jorge A. CIANCIO. Intervenções na área central. in O resgate da área central.

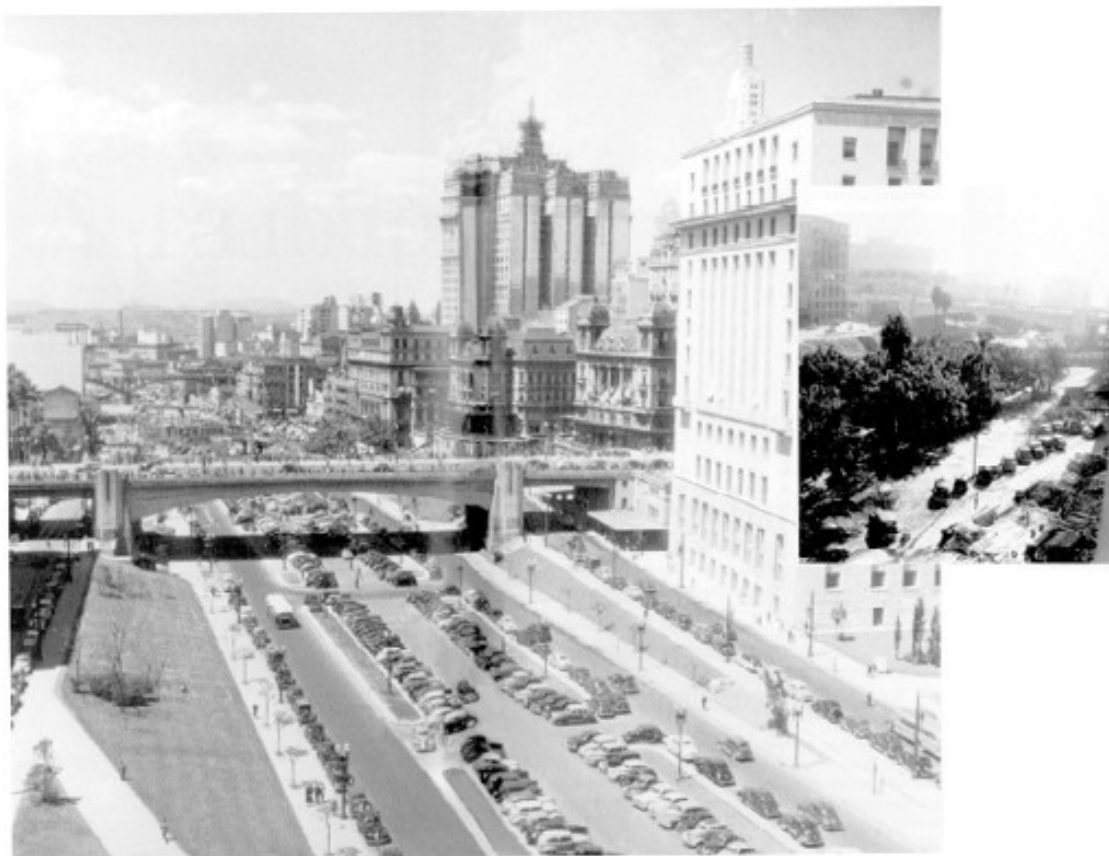
⁹⁴ Jorge A. CIANCIO. Intervenções...op.cit.

⁹⁵ Cristina RAMALHO. Anhangabaú, finalmente! in Jornal da Tarde, 21/12/91.

⁹⁶ Mike DAVIS. Cidade de Quartzos, pg. 214.



foto 3



REFORMAS NO ANHANGABAÚ: ANTIGO PARQUE BOULEVARD FOI RETALHADO POR MODERNAS PISTAS DE TRÁFEGO.

FONTE: CIDADE, 4PG12-13. DPH- SECRETARIAMUNICIPALDECULTURA, 1996.

modo, poderia se fazer uma seleção de que tipo de pessoa iria usufruir os equipamentos sanitários.

A volta do Vale à vida dos cidadãos que freqüentam o centro da cidade é dada por uma aparente quebra da normalidade da cidade. Eventos são organizados pela Secretaria de Cultura do Município que trazem ao Anhangabaú música, peças teatrais, balé, corais. A população compareceu à festa de inauguração do Vale, patrocinada pela Prefeitura, não apenas para assistir aos eventos, mas também porque vinha fazer as compras de Natal.⁹⁷ Na época, a preocupação dos lojistas relacionava-se com a possibilidade de que o Vale se tornasse “outra Sé”. Faziam alusão à Praça da Sé, que após a conclusão das obras do metrô e de sua remodelação, com áreas verdes, fontes d’água, foi tomada por barracas de camelôs⁹⁸ que passam a fazer concorrência às lojas instaladas nas proximidades, tomando as calçadas dos pedestres. Embora preocupados apenas com seus negócios, esses comerciantes, ao atacarem a presença dos ambulantes e sem se aperceberem disso, denunciam a apropriação privada do espaço público. Temiam que o mesmo ocorresse com o Vale. Que a aparente beleza do espaço, recém inaugurado, fosse apagada pela presença dos trabalhadores desempregados, que nas calçadas, como camelôs, buscariam saídas para a situação econômica em que se encontram.

Durante os festejos, muito policiamento. Depois de terminados, a vigilância no local continua e ele não é tomado e nem transformado em “Camelódromo”. Torna-se realmente uma grande área para os pedestres, embora pouco arborizada, não permitindo a permanência das pessoas nos dias de muito sol, já que a falta de abrigos contra os raios solares (nem árvores, nem coberturas) aliada à grande quantidade de cimento e granito no chão, tornam o local extremamente quente e árido, lembrando o Memorial da América Latina, muito criticado por ser um projeto de espaço que exclui o homem.

⁹⁷ De acordo com os promotores do evento, de 30 a 50 mil pessoas estavam na sexta à noite no Vale e assistiram ao espetáculo “La Tirolesa”, uma peça teatral apresentada pelo grupo argentino La Organización Negra.

⁹⁸ Em 1998 é feita a operação de retirada dos camelôs da Sé. Durante o 1º semestre do corrente ano, o policiamento conseguiu manter a praça da Sé livre, sem camelôs.



Ainda que essa área da região central (Anhangabaú e Av. São João) tenha sido recuperada para atender aos interesses dos diversos agentes de urbanização, promotores, bancos, autoridades locais, que buscam revalorizar e atrair mais investimentos para esse local, reforçando sua centralidade, não podemos esquecer que esta não se define apenas por esse aspecto totalizante, de racionalidade e decisão que tende para o controle de tudo.

A racionalidade servindo ao controle social, pode ser exemplificada quando da revalorização do centro da cidade de Los Angeles, aonde a política municipal assume “...sua liderança ofensiva por segurança e na demanda das classes médias por isolamento total”⁹⁹. Ao optar pela classe média, o Estado promoveu em Los Angeles “o endurecimento consciente da superfície da cidade contra o pobre”, endurecimento este que é “especialmente descarado no tratamento maniqueísta do microcosmo do Centro”¹⁰⁰. Assim, são elaborados projetos que visam tornar o Centro atraente, visual e esteticamente, para o estabelecimento de atividades modernas, atraindo também turistas de todo o mundo, ao mesmo tempo que procura evitar a entrada dos sem-teto, mendigos e pobres na área.

O espaço é utilizado como instrumento de poder. A cidade de Los Angeles, nesse sentido está

“...engajada numa luta sem trégua para tornar as instalações e os espaços públicos tão invisíveis quanto possível para os sem-teto e pobres”¹⁰¹,

e é esse processo que parece servir de inspiração à revalorização da área central da cidade de São Paulo.

Apesar de toda essa tentativa de controle da sociedade, através do espaço, em especial da cidade e de seu centro, o centro tem também seu papel simbólico, representa um espaço apropriado para festas, comemorações, passeios, diversões e protestos. As pessoas vivem o centro e nele gastam suas energias, não só no trabalho produtivo, mas também na festa, na comemoração, no jogo, na violência, no namoro, no beijo, na busca do outro, nas brincadeiras. Quando dos momentos da aglomeração para as

⁹⁹ Mike DAVIS. Cidade de Quartzos, p. 208.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 212.

¹⁰¹ Ibidem, p. 213.



comemorações, para a festa, o divertimento (agradáveis ou não, organizados enquanto eventos pelos órgãos estatais ou grupos de divertimento de empresas privadas, ou ainda quando espontâneos, autênticos) estaria o centro sendo apropriado pela população? A vivência do centro, nesses momentos, não poderia apontar para novos entendimentos da cidade possibilitando a criação, pela população, de uma nova representação da cidade, e por que não, de uma nova imagem, positiva, diferente da veiculada na grande mídia, de cidade violenta e perigosa, vindo a colaborar para a construção de um novo espaço social?

O centro da cidade contém, potencialmente, essas duas dimensões: lugar da expressão do poder de decisão das classes dirigentes, que segrega, e do encontro, da liberdade. Na remodelação do Vale foi dada ênfase à uma maior dinâmica da circulação, que favorece a produção. A simbologia do centro como lugar lúdico não foi esquecida, apenas minimizada. Faz parte do processo de valorização de um lugar a criação de “... uma imagem positiva e de alta qualidade”¹⁰². A criação dessa imagem

... através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo)¹⁰³.

Atrair investimentos à essa área central e trazer de volta a classe de melhor poder aquisitivo, utilizando-se da nova imagem da região reurbanizada, exige que se afaste da representação do centro de São Paulo, a idéia de região perigosa, marginal e abandonada pelo poder público.

Com essa operação é dado o primeiro passo para a revalorização da área, graças à aplicação de investimentos públicos. Na sua ação transformadora do espaço, o Estado projetou um espaço destinado, prioritariamente, à circulação. Mas somente essa ação não foi capaz de promover a revalorização da área desejada. Além desse instrumento de ação direta, o poder municipal também se utiliza de um segundo instrumento legal. Trata-se da Operação Urbana Anhangabaú.

¹⁰² D. HARVEY. A condição pós-moderna, pg. 91.

¹⁰³ Ibidem, p. 92



A Operação Urbana Anhangabaú é implantada, pela lei 11.090 de 16 de setembro de 1991, e constitui-se na venda de direitos de construção acima dos limites estabelecidos pela Lei de Zoneamento (até então o coeficiente de aproveitamento era 4), que com a operação passa para até 7¹⁰⁴ a fim de criar atrativos para a realização de investimentos privados. Na possível parceria estado/investimentos privados, a prefeitura já havia entrado com sua participação através da reurbanização do Vale do Anhangabaú, valorizando o local com investimentos nas obras públicas aí realizadas, melhorando o tráfego, as condições ambientais do lugar e embelezando-o. Com a Operação Urbana, a prefeitura esperava estar criando as condições legais para o investimento em novas construções, com a participação dos empreendedores privados, que em uma ação conjunta, poderiam gerar situações de forma a auxiliar na revitalização da área.

A “Operação urbana Anhangabaú” consistia na

venda de direitos de construção, ultrapassando os limites estabelecidos na Lei de Zoneamento¹⁰⁵, com a diferença que, ao invés de aplicá-los exclusivamente em habitações de interesse social

(como acontecia nas operações interligadas) eles foram “destinados a obras e serviços necessários dentro da área definida pela operação”¹⁰⁶. Ela seria uma ação indutora e pioneira. Através dela se poderia adensar a região central permitindo a elevação do coeficiente de aproveitamento do solo, para além do permitido pela lei de zoneamento para a área, sendo estabelecido pela prefeitura municipal uma área de 150000m² como área negociável, excedente ao permitido pela lei. Mas essa operação tinha, na visão do investidor privado, um inconveniente: construir, mesmo com permissão acima do estabelecido pela lei de zoneamento, implicava uma contrapartida financeira. Essa operação só serviu, na prática, para demonstrar que o poder público estava inclinado a procurar modificar o espaço da área central a fim de revalorizá-lo, mas a Operação Urbana Anhangabaú não foi suficiente para convencer os investidores a construir na área através da compra do potencial construtivo acima do estabelecido por lei. O fim das obras de

¹⁰⁴ J.E. A. LEFÈBRE. “Operação Urbana Anhangabaú” in EMURB. O resgate da área central.

¹⁰⁵ Em vigor desde 1972.

¹⁰⁶ José E. de A. LEFÈVRE. Operação Urbana Anhangabaú, in O resgate da área central.

recuperação física e de remodelação do Vale e do *Boulevard* São João demonstra que essas modificações sozinhas, promovidas pelo município, não seriam capazes de promover a capacitação da área como o desejado.

Junto a essa iniciativa, a prefeitura passa a incentivar a recuperação do valor simbólico do centro, de seu poder como organizador das atividades produtivas em todos os sentidos, de modo a torná-lo, como dizia a secretária da Cultura Marilena Chauí (administração PT), o coração cultural da cidade, de forma a retomar seu papel de destaque enquanto irradiador de atividades.

No período da gestão de Luiza Erundina, a prefeitura cria, no centro, uma série de atividades culturais, como uma primeira tentativa de atrair novamente a população para a área, em especial os jovens das classes médias. Promoveu-se uma vez ao mês, ao final das tardes de sábado, grandes shows de música brasileira, com artistas renomados como Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, Nei Matogrosso, Elba Ramalho, que atraíam milhares de pessoas ao Vale do Anhangabaú, onde um palco havia sido montado. O centro, nesses momentos, volta a ser referência simbólica do espaço público na cidade, da diversão e cultura da cidade. Ao mesmo tempo em que o coloca em destaque, requalificando-o enquanto local de concentração (preparando-o para a função de pólo turístico), com as remodelações espaciais e novas atividades que atendessem à demanda que surgiria a partir do desenvolvimento da atividade turística, possibilita também uma prática nova, que se pautou pelo resgate daquilo que não se incorporou ao processo produtivo, do resíduo que emerge pela recuperação simbólica do lugar, enquanto lugar de encontro.

Embora os eventos façam parte de um projeto da Prefeitura da cidade, e portanto, são pensados, estudados, articulados e manipulados, nos momentos de sua realização, alguns elementos tendem a escapar ao controle. A população presente aos eventos não é uma massa amorfa, um rebanho de cordeiros prontos a receberem ordens, a serem imolados sem se rebelar. As atividades culturais, as comemorações se apresentam como rupturas do cotidiano, visto como o conjunto dos atos banais, repetitivos, idênticos, monótonos. Esses cortes no cotidiano, a existência desses momentos que proporcionam, a quem deles participa, a alegria, a beleza, a sensação de pertencer ao mundo e ao lugar, dá a esperança de ao reviver o



momento, conservá-lo, portanto, em uma forma suprema da repetição, ao torná-lo durável, que se liga à vida de forma plena e aponta à possibilidade de se pensar num cotidiano diferente, mas não monótono e, sim, alegre, cheio de vida. É como se o momento pudesse ser mantido, tornado quase eterno, ou seja, incorporado à cotidianidade da vida, não como algo extraordinário e fugaz, mas como parte essencial da existência. Possibilita o reconhecimento da sociedade, pela prática, pela vivência cotidiana no espaço.

Na prática, os momentos têm uma certa durabilidade, determinada, prevista. Os eventos culturais, que criam um momento, são resultado de uma decisão ligada ao poder, e se colocam como tentativas, que, aparentemente, representam rupturas, que visam a realização total de uma possibilidade de ação previamente determinada e que busca ampliar as formas de reprodução do modo de produção capitalista. A realização dos grandes eventos, que concentram milhares de pessoas na região central, apesar de todos os cuidados, planejamento e controle, deixa caminho à possibilidade de apropriação, pelo uso do espaço. São os grupos organizados, como a Associação Viva o Centro, que primeiro percebem esse risco e passam a pressionar o poder municipal, para rever essa ação de restabelecer o poder simbólico do centro, utilizando-se de atrações culturais para grandes aglomerações. O discurso apóia-se na idéia de que o Centro deve reaver seu poder simbólico, mas reforçando-se apenas como local do poder. As justificativas para isso são sempre muito racionais e em nome da ordem social: os grandes eventos, por atraírem milhares de pessoas, muitas de baixa renda, recolocam a área central como lugar de aglomeração e possível violência, mesmo que os dados policiais obtidos, durante a realização destes, não indiquem isso¹⁰⁷. A possível violência acabaria por afugentar, nos dias em que se prevê a aglomeração, os consumidores e as pessoas que têm negócios a resolver nessa região. Aparentemente, a reunião de pessoas, em grande número, e as possibilidades que podem surgir, constituem um problema às relações sociais de produção.

¹⁰⁷ Estado de São Paulo, caderno 2, 11.12.95. Ao comentar sobre o show de Caetano Veloso nas esquinas da Av. São João e Av. Ipiranga, a notícia destaca que do mesmo modo ao que acontecia nos shows ocorridos no Vale, as ocorrências policiais limitaram-se ao atendimento de pessoas que passaram mal por excesso de bebida ou por “mal estar”, provocado pelo empurra-empurra da multidão.

Passa-se a divulgar a idéia de que a concentração de pessoas em torno de um grande evento gera a violência. A essa idéia se junta ou reforça-se aquela de que o povo aglomerado destrói a paisagem do centro, danifica canteiros, sujando a área, já que parecem não ter o mínimo de “civilidade”. O centro, enquanto um cartão postal a ser mostrado ao mundo, não deve conter esses elementos, que parecem prejudicar o projeto de revalorização da área, e, portanto, devem ser criadas condições para afastá-los, daí o fim da festa e com isso a limitação quanto ao uso dos lugares públicos. Procura-se, como já foi denunciado por Davis ao falar de Los Angeles, pela nova estrutura proposta ao Centro

... assegurar um **continuum** sem costuras de trabalho, consumo e recreação das classes médias, sem a indesejada exposição aos ambientes de rua da classe trabalhadora do Centro¹⁰⁸

Os grandes eventos culturais propiciam o aparecimento da multidão, que pode recuperar a possibilidade de heterogeneidade populacional, que não faz parte da proposta de recuperação do local. Assim, desde 1996, não temos a realização de eventos que possam permitir uma concentração populacional, especificamente, para a participação de um evento cultural promovido pela prefeitura. O ato de afastá-lo da população da região também envolve uma outra estratégia: a mudança das atividades a serem desenvolvidas no centro, aliadas a uma alteração dos pontos de terminais de transporte coletivo, que, se interligados, por um lado, até facilitariam a vida dos seus usuários e, por outro, acabaria com o trânsito de passagem de pedestres no centro, que hoje o cruzam para fazer as interligações entre os terminais de ônibus e destes, às vezes, com o metrô.

Na tentativa de atrair um outro tipo de população ao centro, procura-se privilegiar e melhorar o acesso e a circulação dos veículos individuais, favorecendo até mesmo a ampliação de ofertas de estacionamento, ao mesmo tempo em que se limita a necessidade da circulação de passagem dos pedestres, principalmente daqueles que transitam de um ponto a outro, no centro, para fazer a baldeação de transporte coletivo.

¹⁰⁸ M. DAVIS. Cidade de Quartz, p. 211.



O Estado quer garantir a continuidade do processo de reprodução capitalista. Para isso até promove mudanças espaciais, desde que estas não se apresentem como rupturas, mas sim garantam sua promoção. Quando aparece a descontinuidade, que pode ser provocada pela realização de um momento, esta pode constituir um novo começo, levando à constituição de uma nova continuidade, diferente da que anteriormente existia. Essa nova continuidade pode restabelecer a situação existente em outros moldes, mas com o mesmo princípio, como pode significar o novo, o diferente. É essa possibilidade que vemos nos eventos que quebram a rotina cotidiana, que colocam, por momentos, em suspenso uma situação, que pode levar a uma crítica radical da vida cotidiana, a uma mudança de sua concepção e constituição.

Além da realização de grandes eventos culturais no centro, suprimidos pela administração Maluf (93-96), ainda durante a administração PT (89-92) foi implementado o Projeto “Eixo Sé-Arouche” (carta 7) pelo decreto nº 31620/92, que buscava a recuperação paisagística da área estabelecida pelo projeto piloto, no centro, marcada pela retirada de anúncios de propaganda dos estabelecimentos, recuperação das fachadas das edificações, restabelecimento dos canteiros, com o plantio de novas espécies vegetais, substituição dos calçamentos e da iluminação pública, que passou a ser feita por lâmpadas de vapor de sódio. Além disso, houve o deslocamento e a adequação de terminais de ônibus, táxis e estacionamento de motos. A isso se alia a implantação de novos modos de manutenção urbana e de limpeza pública, que passou a ser mecanizada.

Com o projeto, buscavam-se “melhorias ambientais e culturais no centro e com isso revalorização”¹⁰⁹, através da promoção e “ordenação da paisagem urbana central”¹¹⁰ permitindo um melhor uso pelos usuários. Com a reurbanização do Vale, o Projeto Sé-Arouche, o retorno da sede da prefeitura ao Centro, buscava-se revalorizá-lo e torná-lo atraente aos investimentos, principalmente de empresas de porte menor, mas altamente especializadas e modernas, que podiam encontrar no centro imóveis cujo metro quadrado chegava a ser quatro vezes menor do que um na Av.

¹⁰⁹ SÃO PAULO (Prefeitura). Eixo Sé-Arouche, pg. 6.

¹¹⁰ Ibidem, p. 6.

Paulista. Fazer do Centro um local de serviços especializados e altamente qualificados era o projeto mais amplo para tornar a cidade de São Paulo uma “Cidade Mundial”. São Paulo, que já foi conhecida por ser a mais industrial do país, viu suas indústrias migrarem para outras regiões, o que, para muitos, era um sinal de sua decadência. Mas, graças às mudanças técnicas e de comunicação que ocorrem nas indústrias e empresas, como a automação de serviços e a informatização de sistemas, foi possível o emprego de um menor número de pessoal, bem como de uma menor área para produção. São fundamentalmente escritórios com esse perfil que a região central da cidade procurava atrair. Esse contexto indicava para um centro, que novamente aparecia e se revigorava, tanto do ponto de vista econômico, como cultural, ainda que para isso, trazer de volta ao centro a mais diversificada população exigisse a promoção de grandes eventos.

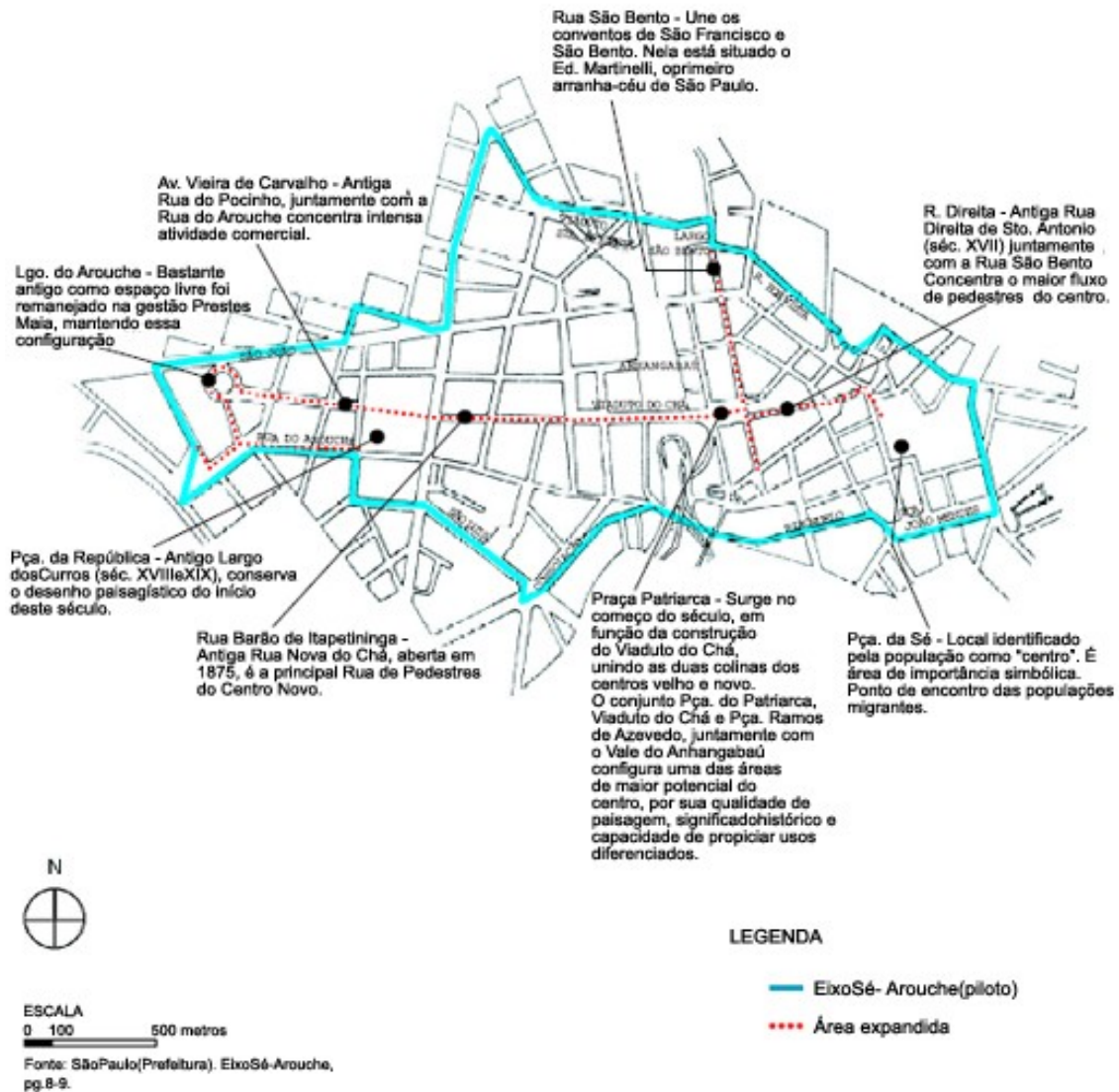
Essas ações realizadas pela prefeitura são aceitas na estratégia dos grupos dominantes, que querem a transformação da representação que se faz do centro. Para esses grupos, o centro deve perder sua imagem de lugar que concentra pessoas de baixo poder aquisitivo, de local do povo, que, no senso comum, aparece como o responsável pela degradação e violência da região central da cidade, para se tornar o lugar da efervescência cultural, pólo de atividades noturnas de diversão e entretenimento, lugar de visitação turística, tendo como destaques seus monumentos arquitetônicos, devolvendo ao centro o ar de sofisticação que lhe era peculiar até a década de 50, pelas atividades de serviços que agora passaria a desenvolver, restituindo “... ao Centro suas características únicas na metrópole...” e afastando “...de forma eficiente a ameaça de declínio”¹¹¹.

Mas, para que isso se realize, são necessários ainda mais investimentos e outras mudanças nos usos de determinados edifícios e até alterações estruturais na região, ou seja, o Estado deve disciplinar, orientar o uso do espaço na área central. Com a alegação que o setor público não tem mais capacidade para fazer investimentos, todas as propostas para revalori -

¹¹¹ VIVA o Centro. “ Justificativa e memória descritiva do projeto de reurbanização da Praça do Patriarca” in O coração da cidade, p. 12.



EIXO SÉ - AROUCHE



zar a região pressupõem parcerias com a iniciativa privada. As parcerias não se restringem ao apoio financeiro. As próprias medidas de intervenção costumam ir ao encontro das necessidades e anseios dos grupos que se associam ao Estado e que a ele encaminham propostas.

Uma das últimas intervenções legais, que corresponde a lei municipal 12.349 de agosto de 1997, conhecida e apresentada na “Cartilha da área central”¹¹², institui incentivos, formas de participação e de gestão na área central da cidade. Essa lei, que trata da “Operação urbana centro”, busca possibilitar o retorno de investimentos na região, promovendo a revalorização do local. Para isso permite a alteração das normas de uso e aproveitamento do solo urbano, modificando ou abrindo novas possibilidades para investimentos. Algumas modificações do aproveitamento do uso do solo são livres de quaisquer contrapartidas financeiras, desde que os espaços sejam usados para a implementação de determinadas atividades econômicas, como hotelaria, centros de cultura e lazer e as de serviços altamente especializados (como os ligados à telecomunicação e informática).

A Operação Urbana Centro permite a alteração, durante os 36 meses iniciais, a partir da data de promulgação da lei (agosto de 1997), do coeficiente de aproveitamento do solo na área de atuação da operação era de até 4 (carta 8), ou seja, permitia que o volume de área construída do imóvel fosse de até 4 vezes o tamanho da área do terreno. Pela Operação, o coeficiente passa a ser de 6 para edifícios residenciais e edifícios garagem, podendo chegar a 12 se for edifício misto, desde que com acessos independentes. Se o edifício for utilizado para fins hoteleiros, também pode chegar ao coeficiente de aproveitamento de 12, subdivididos em 6 para os apartamentos, 2 para os serviços e 4 para garagem. Caso os prédios hoteleiros ainda possuam áreas destinadas a cinemas, teatros, salas de espetáculo, auditórios para conferências e convenções, creche, escola ou museu, essas não entram no cômputo para efeito do cálculo de coeficiente e nem as áreas de circulação do público nos andares térreos ou correspondentes no edifício. Com isso, procura-se incentivar o uso de edifícios para atividades ligadas ao lazer e à cultura, em sentido amplo.

¹¹² EMURB. Cartilha da área central, pg. 6.



Durante os 36 meses iniciais de vigência da operação urbana centro (de agosto de 1997 a agosto de 2000) estão previstas isenções totais de pagamento de contrapartida para utilização de coeficiente de aproveitamento do solo acima de 4 vezes a área do terreno, desde que implantados na área de especial interesse (carta 8). Após esse período, a isenção do pagamento sofrerá redução anual gradativa de 20%, até que ao final do sétimo ano será extinta. Fora da área de especial interesse, mas dentro da região de atuação da operação Urbana centro, a edificação acima do coeficiente de aproveitamento estabelecido pela lei de zoneamento existente, também seria possível, só que mediante contrapartida financeira. Das medidas propostas na Operação Urbana Centro, a que vem provocando maior interesse na iniciativa privada é a que prevê que a

transferência de potencial construtivo de imóveis tombados e Z8¹¹³-200 ... concedendo ao seu proprietário o direito de transferir potencial construtivo desse imóvel para outro localizado dentro ou fora da Operação Urbana¹¹⁴.

Essa medida incentiva a recuperação de edifícios tombados no centro. Seu processo consiste no seguinte: o imóvel cessionário, isto é, o que é recuperado, cede seu potencial construtivo (cujo coeficiente não pode ultrapassar 4) para ser utilizado em outro empreendimento na área do município (excetuando-se a transferência para zonas estritamente residenciais -Z1). Essa ação vem possibilitando a recuperação de imóveis no centro, que acaba valorizando, com sua beleza e recuperação arquitetônica, a área de especial interesse, servindo como incentivador para novas ações e investimentos. No início de 99, graças à descoberta por parte dos investidores dessa possibilidade legal, eram 37 os processos existentes na EMURB, sendo que 30 eram ativos, isto é, estavam em fase de estudo para aprovação e regulamentação. Utilizamos o termo “descoberta”, pois uma vez que a operação foi aprovada em 97, só ao final de 98 é que essa começa a sair do papel. É nesse momento que os proprietários de imóveis tombados, e/ou de interesse histórico, tomam conhecimento da prática que a operação urbana centro permite.

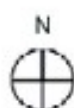
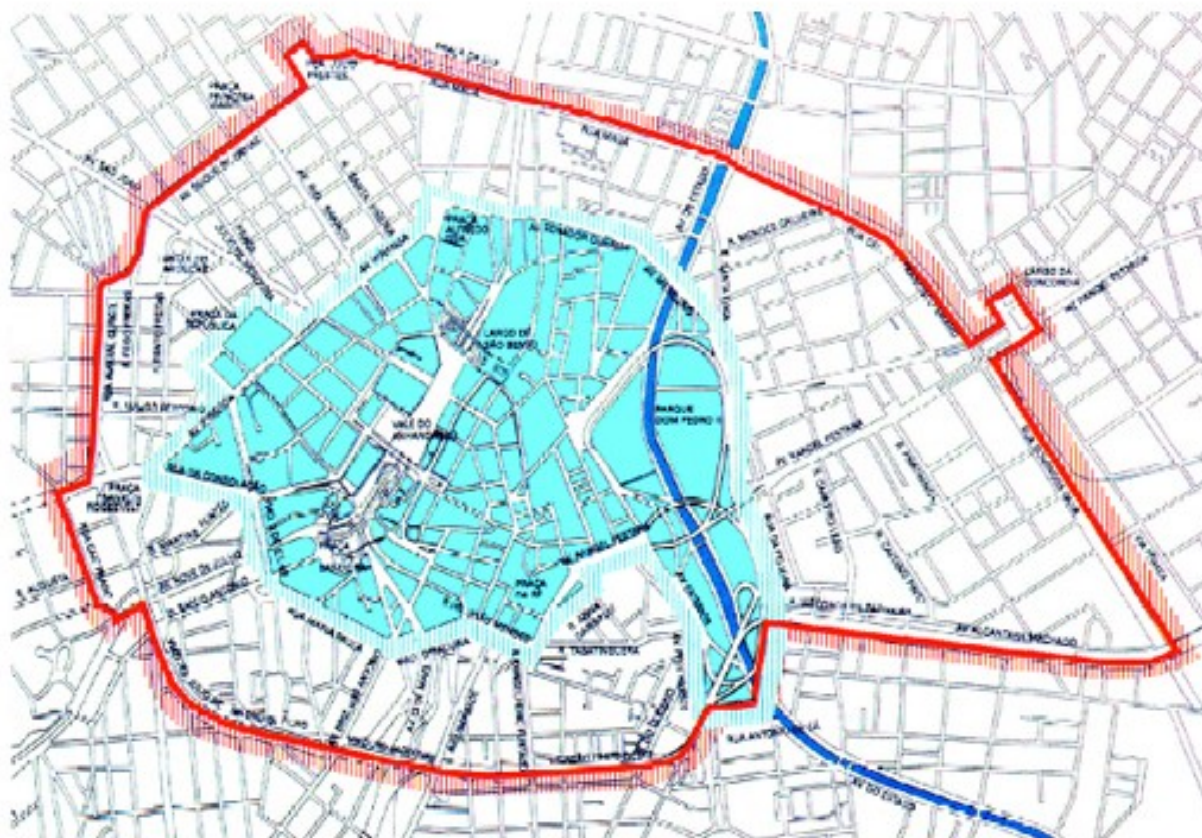
¹¹³ Z8- área de usos especiais.

¹¹⁴ in EMURB. A cartilha da área central,pg. 10



carta 8

ÁREA DA OPERAÇÃO URBANA CENTRO



ESCALA
0 200 400 600 metros
Fonte: URB5, nº 0, agosto 1997, pg. 31.

LEGENDA

-  Perímetro da Operação Urbana Centro
-  Lotes indeiros
-  Área de Especial Interesse
-  Lotes indeiros



Ainda que se trate de transações entre particulares, um que vende seu potencial de construção a outro, todo o processo é intermediado pela prefeitura. Para a iniciativa privada trata-se de um bom negócio.

Através daquilo que se chama “Operação Interligada”, o dono de um imóvel tombado entra com um processo para restauração do imóvel, e com o restauro desse imóvel, permite-se o uso do potencial construtivo equivalente à área restaurada em outra área da cidade, fora ou dentro da operação urbana centro¹¹⁵ “, desde que seguindo a legislação existente quanto ao uso. Assim, quem restaura o imóvel, em contrapartida, recebe o direito do uso do potencial construtivo sem ônus. Esperava-se com isso que investimentos em novas construções fossem feitas na área central, mas todas as transferências de potencial construtivo foram para fora da área, o que sugere que teremos edificações com coeficiente 4 na cidade em áreas onde, antes, o limite era 2.

Essa lei permite a reconstrução ou reforma de edifícios de modo a capacitá-los para novos usos, fato que era dificultado pela legislação anterior, que na tentativa de preservar o patrimônio histórico, impossibilitava o uso desses edifícios para outras finalidades que não as de origem. É possível, através da restauração arquitetônica, refazer a memória da metrópole, não como uma história do centro dada e acabada, reduzida a fatos e datas, mas, como marcas de momentos históricos de uma coletividade, que ligada ou em confronto com o poder político, cria “monumentos” na cidade que podem servir à reflexão do mundo, hoje, e na construção de um futuro possível.

Esse instrumento legal corrige o que inviabilizou a Operação Urbana Anhangabaú, do início da década de 90, que não chegou a formar as tão desejadas parcerias entre a Prefeitura e a iniciativa privada, devido a necessidade da contrapartida financeira. Busca-se, com essa operação, tornar a área central novamente atraente para investimentos imobiliários e de atividades produtivas, recolocando-a, enquanto um lugar de valorização, dentro da cidade. São vantagens como essas que permitem e/ou incentivam a recuperação e a transformação de prédios como o edifício Alexandre Mackenzie, da Eletropaulo (conhecido como da *Light*), em pleno Viaduto do

¹¹⁵ Ibidem, pp.9-11

Chá, no shopping *Light* (foto 4). O futuro shopping center *Light*, que, pelas previsões iniciais seria aberto ao público em maio de 1999, procura ser uma alternativa capaz de atrair a população de maior poder aquisitivo para o centro. No projeto, ao menos, espera-se recriar a atmosfera existente na Galeria Lafayette, em Paris, com lojas e produtos de grife, para o atendimento a um determinado grupo com poder de compra. São propostas e ações como essas, realizadas em prédios de interesse histórico, que permitiriam que, parte do patrimônio arquitetônico do centro, fosse preservado, agora atendendo às novas funções.

Outra iniciativa foi o incentivo à recuperação das fachadas dos imóveis, graças ao benefício concedido pela prefeitura aos proprietários (ou patrocinadores) que mantivessem as fachadas dos imóveis sempre em perfeitas condições, de modo a revalorizar e embelezar o centro. Manter as fachadas conservadas pode isentar em até dez anos o IPTU do imóvel (a isenção do IPTU pode chegar a 100%¹¹⁶). Isso tem feito com que alguns proprietários tenham se preocupado com a conservação das fachadas de seus imóveis, mesmo limitando-se a passar somente uma demão de tinta sobre elas. Apesar de não ser exatamente esta a idéia de recuperação de fachadas, pretendida pela EMURB, esta atitude tem sido valorizada.

Das intervenções realizadas pelo poder estatal no centro, a Operação Urbana Centro foi a que mais apontou para as possibilidades de respostas aos anseios da iniciativa privada. A operação urbana centro não tem a capacidade de alterar o conjunto de forças existentes, mas pode servir como um dos instrumentos na tentativa de recuperar o patrimônio existente no centro, embora não consiga efetivamente orientar, como aparecem nos documentos da “Viva o centro”, onde e de que maneira ocorrerão os investimentos privados. A operação urbana consegue sugerir e oferece alguns privilégios legais, para incentivar as ações, mas nem sempre isso é o suficiente, mesmo quando da operação participam, como parte da comissão executiva¹¹⁷, várias entidades que defendem interesses muito específicos, das quais destacamos a Associação Viva o Centro- Sociedade Pró-revalorização do centro de São Paulo.

¹¹⁶ URBS, nº 0, pg. 26-32.

¹¹⁷ A comissão executiva tem como papel analisar, verificar, emitir pareceres e deliberar. in EMURB. A cartilha da área central.



foto 4



FUTURO SHOPPING LIGHT NO VIADUTO DO CHÁ. JUNHO DE 1998.

A iniciativa privada : a “Associação Viva o Centro”

A Associação Viva o Centro surge em outubro de 1991, logo após a criação da Operação Urbana Anhangabaú que apontava para a intenção do poder público em revalorizar o centro. Revalorizar e requalificar o centro de São Paulo era o que a Associação procurava, colaborando com a sugestão de ações de modo a

dotar a cidade de um Centro Metropolitano moderno e eficiente que permita São Paulo integrar-se à rede de cidades mundiais... que sediarão os comandos da sociedade globalizada do século XXI¹¹⁸.

Seu projeto é fazer do centro de São Paulo um centro moderno, dinâmico, concentrador de poder e de serviços especializados, resgatando seu papel tão essencial e simbólico da vida econômica, social e política que a cidade tinha nos anos 50, período a partir do qual sua centralidade se amplia, surgindo novos centros que pareciam assumir funções que, antes, só existiam no centro tradicional.

Nos anos 50, a importância da cidade de São Paulo era reconhecida, tendo influência nas decisões nacionais, embora o centro político estivesse localizado no Rio de Janeiro. Sua relação com o comércio internacional era dada, a partir da venda de seus produtos e da importação de tecnologia o que a impulsionou como grande região industrial do país. Hoje, a cidade de São Paulo destaca-se como importante centro financeiro, fazendo parte da rede de fluxos internacionais. Se a indústria foi sinônimo de concentração de riquezas nos anos 50, na atual economia mundial são as instituições financeiras, as empresas prestadoras de serviços, que simbolizam a riqueza econômica e de poder que têm sua concentração na cidade de São Paulo.

Sua importância como cidade na rede de cidades mundiais vem sendo apontada e, tem como indicador o crescimento do investimento estrangeiro direto que, desde 1991, entra na economia graças aos programas de privatização governamentais¹¹⁹. Desta forma, empresas como

¹¹⁸ VIVA o centro. A Associação Viva o Centro, pg. 2.

¹¹⁹ S. SASSEN. As cidades na economia mundial, pg. 55



a Telesp foram privatizadas, tendo em seu comando uma empresa da Espanha (a Telefônica). Se observarmos os dados já apresentados, temos, no centro de São Paulo, serviços que atendem ao mesmo tempo um mercado consumidor e empresarial. São mais de 30% dos empregos só no setor de serviços, representados pelo setor bancário, empresas de seguros, de viagens, de turismo, escritórios de contabilidade, engenharia, arquitetura, de aplicações financeiras, além de uma série de estabelecimentos que fazem do comércio da região um dos mais variados da cidade. É no centro que se localiza a Bolsa de Mercadorias e Futuros, a Bolsa de Valores (Bovespa), a sede de 31 bancos¹²⁰ o que talvez tenha contribuído para que 44% do volume de escritórios na cidade de São Paulo estejam concentrados no centro que, em 1996, teve a média de valorização de seus imóveis empatada com a média Paulista/Faria Lima (uma alta de 11,78%¹²¹), o que serve como um demonstrativo ao mercado de seu processo de recuperação, tornando-o novamente atraente para investimentos. A revalorização dos preços dos imóveis no centro é também decorrência da instalação das propostas governamentais de recuperação do centro, como as operações urbanas.

Na conjugação Estado/iniciativa privada é que se tem procurado mudar a imagem do centro, que deve ser a de um lugar moderno, concentrador de poder, segurança e cultura, atraindo mais investimentos.

Para a realização da revalorização/revitalização desse centro, a Associação Viva o Centro tem enviado aos órgãos governamentais, propostas, resultado de discussões realizadas em workshops, seminários e encontros que, sob sua iniciativa, tem se realizado no centro e que, posteriormente são publicadas em revistas próprias da Associação. Com base nesses documentos pode-se notar que várias são as frentes sugeridas, e algumas incorporadas nas leis da prefeitura para a revitalização e recuperação da área central, como veremos a seguir.

A recuperação do centro depende, em boa parte, da manutenção do poder financeiro¹²² e de serviços, ou seja, da concentração de atividades

¹²⁰ Viva o centro, São Paulo, centro XXI, pg. 62.

¹²¹ H. GEBARA. O mercado imobiliário no centro in O ESTADO de São Paulo, 16.03.97 AI- 2.

¹²² O centro sozinho concentra 45,11% das atividades do setor financeiro contra 31,38% da Paulista, 5,74% da Verbo Divino e 17,77% das demais regiões in URBS, 8, JUN/JUL/98, PG. 15

interligadas que se beneficiam da estrutura existente para continuar crescendo. Por estrutura chamamos, aqui, não só os sistemas básicos de alimentação funcional da cidade (água, luz, esgoto, telefonia, transportes) como também a segurança pessoal e patrimonial dos que aí mantêm suas empresas e empregados. Segundo as propostas, o item segurança pode ser melhor garantido, não só com o aumento do policiamento local, como também pelo uso do centro, em todos os horários e não apenas nos de trabalho. Para isso apontam para duas estratégias: A área central incrementada pelo uso residencial e o desenvolvimento de atividades noturnas, de entretenimento e turismo. A multifuncionalidade necessária para a revalorização do local é essencial para que setores especializados do terciário possam também se instalar.

O aumento da segurança patrimonial e diversificação do uso são as propostas apresentadas. Na questão da segurança, as medidas diretas sugeridas dizem respeito à ampliação do efetivo do policiamento (tanto o militar como o civil) na região. Para atingir essa meta propõe, num primeiro momento, a realização de ações enérgicas por parte dos órgãos de segurança do Estado, para combater a marginalidade que parece imperar no centro. Segundo a Associação, é necessário um policiamento ostensivo, capaz de garantir a sensação permanente de segurança. Um exemplo disso foi a “operação laboratório” da polícia militar, que a imprensa chamou de “tolerância zero” fazendo uma alusão à operação executada, em Nova York, no combate à violência. Essa operação, cujo período de atuação foi de 18 de fevereiro à 4 de março de 97, buscava lidar com os “perigos das esquinas do centro”. Procurava-se criar uma imagem de centro seguro, mostrando o combate ao crime. As esquinas tornaram-se lugares incômodos, isto porque era grande o número de carros parados nas esquinas e cruzamentos à noite, mas também durante o dia, devido ao grande movimento existente, provocando insegurança. Na operação, pessoas “suspeitas” (normalmente dentre aquelas que trajavam roupas muito simples, às vezes com graxa ou pó, mal vestidas, sem sapatos, usando roupas rasgadas ou sujas, paradas, sentadas em bancos ou canteiros das praças), eram detidas e depois da batida e revista policial, acabavam por ser encaminhadas à delegacia; muitas



vezes pelo fato de não portarem documentos. As pessoas “suspeitas” eram, em boa parte, trabalhadores que acabam sempre

... considerados ignorantes, atrasados e perigosos, estando a polícia autorizada a parar qualquer trabalhador nas ruas, exigir a carteira de trabalho e prendê-lo para averiguação¹²³.

Reforçava-se assim a crença de que a população de menor poder aquisitivo é, em princípio, responsável pela violência e insegurança no centro da cidade.

Embora durante essa fase, criminosos tenham sido recapturados, a polícia militar bateu de frente com os órgãos municipais e estaduais, principalmente com os que são encarregados do atendimento social. De acordo com a PM, somente o SOS criança conseguiu, em parte, atender a demanda provocada pela retirada de crianças abandonadas das esquinas dessas ruas centrais, mas os órgãos estaduais e municipais não sabiam como agir diante do grande número de apreensões feitas durante a Operação. A PM foi às ruas para combater a violência, pelo menos a reconhecida como tal, e deparou-se com um problema social, para o qual não estava preparada. Ao pedir auxílio aos organismos encarregados, tornou pública a falta de investimento, o despreparo e a inexistência de planos de atuação e projetos sociais para o atendimento tanto da população carente quanto de criminosos. O que fazer com desempregados, pessoas não qualificadas para o novo tipo de trabalho, mendigos, deficientes físicos e mentais, além dos moradores de rua?

À volta, ou melhor, um adensamento maior da área, pela ampliação do número de moradias, garantiria não só um melhor aproveitamento da infra-estrutura existente e subutilizada nos horários após o término do expediente comercial, como também um aumento da segurança, já que o movimento constante representado pela circulação dos moradores traria de volta a vida social do centro, de modo que as relações de vizinhança, entre os moradores dos prédios, devolvessem o sentimento de compartilhar e zelar pelo lugar, ou seja, de vigilância permanente.

¹²³ M. CHAUÍ. Conformismo e resistência, pg. 57.

Mas a que tipo de pessoas um possível adensamento da área central atenderia? O reforço do uso para moradias da região inicia-se no começo da década de 90, quando, ainda na gestão de Luiza Erundina, é proposto o adensamento da área central, privilegiando, como já vimos, o uso residencial. Nesse período foi desenvolvido o primeiro projeto piloto do Programa Habitacional, para população de baixa renda, na região central, que reformou e construiu, em forma de mutirão, um lote de 4031m² e um casarão na Celso Garcia, onde moram mais de 180 famílias que outrora eram moradoras de cortiços da área central¹²⁴. Na época, muitos dos críticos ao programa diziam, reproduzindo a crença existente no senso comum, que moradores de cortiços e favelas são marginais ou desempregados, e que se tratava de um programa de ajuda aos miseráveis com a utilização de áreas de valor e recursos públicos. Dados recentes da FIPE desmentem essa visão mostrando que 56,1% dos moradores de cortiço são trabalhadores com carteira assinada, 17,2% trabalham sem registro, 26,3% são autônomos e 0,4% empregadores, e que pagam de aluguel por um cômodo, nos cortiços, em média 200,00 reais¹²⁵. O Programa habitacional para a população de baixa renda na área central encontra-se parado desde o término da gestão Erundina (92) e nenhum outro foi estabelecido oficialmente para a região central, apesar da disposição dos moradores dos atuais cortiços em assumir um financiamento popular, de forma a obter a moradia.

Atualmente, existem quatro propostas da Associação Viva o Centro para o incremento da função de moradia na área central. São elas:

1. Programa de melhoria de cortiços com atuação direta do poder público e co-gestão poder público/associações de moradores;
2. Incentivo à construção de habitações pelo setor privado através de abertura de linhas de financiamento para a população de renda média;
3. Incentivo à reciclagem de imóveis de interesse arquitetônico para uso residencial;
4. Utilização de parcerias entre o poder público e o setor privado para projetos de reurbanização que envolvam a produção de moradias¹²⁶.

¹²⁴ Telma LONGARESI. “Um velho problema” in URBS, 3, nov/97, pg. 9-14.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ VIVA o Centro. Propostas e compromissos, pp. 4.



Essas propostas, a princípio não são excludentes, e podem ser basicamente incorporadas a duas grandes linhas de atuação: uma de investimentos em habitações para a classe média e outra para recuperação de áreas degradadas ou encortiçadas. Para o primeiro caso sugere-se a utilização dos terrenos da Zona Cerealista do Pátio do Pari (em processo de desativação) para a construção de moradias voltadas ao atendimento das classes médias. No segundo caso, fala-se em ampliação da oferta habitacional aos encortiçados, pela reforma, reciclagem e construção de imóveis, sem, entretanto, especificar ou sugerir onde isso poderia ser possível e deixando ao poder municipal toda a tarefa.

No primeiro caso, com o uso dos terrenos nas proximidades do Pátio do Pari, teríamos, de acordo com a proposta apresentada pela Associação “Viva o Centro”, uma transformação na área de forma a que esta se prestasse a usos múltiplos, nos quais incluir-se-ia o de moradia. A proposta, como veremos, levaria a uma mudança total dos freqüentadores e usuários do local. Existe, nas proximidades do Pátio do Pari, uma zona cerealista que gera empregos, que utiliza mão-de-obra não qualificada (carregadores entre outros). No intuito de revitalizar a área, para que realize funções específicas na rede de locais centrais, é sugerido pela “Viva o centro”, que a zona cerealista seja retirada do local, e as áreas e proximidades do Pátio do Pari, que estivessem sem uso, ou sub-utilizadas, sejam remodeladas de modo a comportar edificações que proporcionassem maior diversificação de funções, como habitação, comércio e serviços especializados, que exigem uma tecnologia moderna e mão-de-obra qualificada. Essa proposta, se efetuada, permite a mudança de uma parcela da população da área e no local, possibilitando a projeção de um outro lugar, com outras características e outra população.

Essa proposta privilegia, ou pressupõe, um determinado tipo de trabalho e trabalhador para as novas funções que o novo tipo de uso exigiria. Mão-de-obra qualificada, especializada e em número reduzido, aliada à dispersão, mobilidade geográfica, flexibilidade do mercado de trabalho e grandes inovações tecnológicas são as novas características/qualidades da nova organização de produção capitalista, que exige uma nova sociabilidade, necessitando novos tipos de habitação, escolaridade e centros de produção;

com isso novos usos e mudanças de funções dos lugares da metrópole. Nem a atual zona cerealista e a mão-de-obra aí existente adequam-se a esse perfil sócio-econômico exigido, por isso devem ser removidos. É o antigo dando passagem ao novo. É a destruição criativa transformando espaços e acelerando o ritmo de vida. Medidas como essas são tidas, pela Associação, como necessárias, a fim de favorecer o adensamento da região central, ao recolocar o uso residencial como estratégia para valorização das áreas.

O adensamento da região central, através do uso residencial, propiciaria um melhor aproveitamento da área, possibilitando o acesso ao uso dos equipamentos aí existentes e à disposição de toda a população, como teatros, cinemas, bibliotecas, comércio, a fácil acessibilidade a qualquer parte da cidade, graças à grande oferta de transportes públicos. Hoje, a volta da moradia à região central e ao centro é uma proposta aceita, tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada, mas com diferenças na atuação. Enquanto os órgãos estatais, alegando a falta de recursos, deixam em suspenso o programa de habitação popular, que poderia vir a resolver o problema dos cortiços na região, a iniciativa privada vem investindo nessa possibilidade, procurando adensar a área central pelo uso residencial das classes de maior poder aquisitivo, em especial as chamadas classes médias. Segundo a EMBRAESP (Empresa brasileira de estudos do patrimônio) de agosto/97 até janeiro/98 cinco empreendimentos imobiliários, apartamentos residenciais com 69,29m² ¹²⁷, foram colocados à venda na região central, sendo rapidamente integrados ao mercado.

Se o Estado não intervir, através de uma política real de habitação na área central, corre-se o risco de forçar a expulsão da população moradora de baixa renda, inviabilizando a diversidade cultural entre os moradores da região que, *grosso modo*, devido ao instrumento de acesso econômico passariam a se constituir, enquanto um grupo hegemônico.

O desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, entretenimento cultural, diversão noturna e as novas produções econômicas, faz parte do processo de requalificação do centro proposto pela Associação Viva o

¹²⁷ Ana M. CICCACIO. A lógica...op.cit.



Centro. Reforçar o papel do centro, enquanto congregador de atividades e serviços relacionados ao turismo é de essencial importância no processo de revalorização, proposto pela Viva o Centro. São Paulo é uma das cidades que mais recebe turistas no Brasil, mas um turismo muito específico: o de negócios. Ele se manifesta nas feiras e convenções realizadas no Parque do Anhembi e Expo-norte. Aliado a isso, 47% dos negócios financeiros estão localizados no centro. Toda essa efervescência de negócios explica, em parte, o grande número de visitantes e a concentração, no centro, de um parque hoteleiro capaz de servir a esses executivos que, do centro, têm acesso fácil à própria região central e mesmo aos locais onde feiras e convenções acontecem.

O centro possui o maior número de quartos de hotéis (10 mil) do total existente na cidade¹²⁸ (35 mil, incluindo os flats residenciais que não existem no centro). Os hotéis são em número de 90 assim classificados: 4 são de cinco estrelas; 10 de quatro estrelas; 29 de três estrelas; 40 de duas estrelas e 7 de uma estrela¹²⁹. Os hotéis do centro têm uma ocupação média de 70%¹³⁰ durante a semana e quando ocorrem as feiras e convenções, caindo esse número pela metade durante os finais de semana, quando nenhum grande evento, ligado ao mundo dos negócios acontece, como ocorre nas capitais do mundo.

As vantagens proporcionadas pela Operação Urbana Centro, que amplia o coeficiente de aproveitamento do solo em até 12 (quando se trata de edifícios e empreendimentos ligados às atividades hoteleiras), foi uma das tentativas de não só manter o parque hoteleiro existente na área central, como também de tentar renová-lo, face à concorrência que surge com a construção do eixo hoteleiro em direção à Av. Luis Carlos Berrini, no sudoeste da metrópole, um centro que congrega atividades e serviços especializados na cidade.

O fortalecimento de atividades e serviços ligados ao turismo de negócios é uma das propostas feitas pela Associação Viva o Centro, para garantir a requalificação do centro. Mas, qual é o sentido do termo

¹²⁸ VIVA o centro. URBS, 5, fev/98, pg. 26-27.

¹²⁹ VIVA o centro. São Paulo, centro XXI, pg.66. O número de estrelas indicava a qualidade do hotel. Quanto maior o número, melhor a qualificação. O número máximo de estrelas de um hotel é 5.

¹³⁰ Dados fornecidos pelo Jornal 60 minutos da Rede Cultura, em 03.02.99.

requalificar os espaços centrais para a Associação Viva o Centro? É instituí-los das modificações necessárias, de forma a que possam se adequar às novas necessidades de produção e de modo a fazer do centro

o **locus** de onde deverão surgir as respostas para os formidáveis desafios urbanísticos, sociais e econômicos que se colocam para a inserção de São Paulo na ordem mundial globalizada¹³¹.

Como um espaço que tende à homogeneização, deve também possuir as características de “cidades mundiais”, que

sediarão os comandos financeiros, serviços de excelência, pólos difusores de cultura e tecnologias de ponta, telecomunicações, corporações e organismos supranacionais e outros atributos¹³².

O centro, como núcleo irradiador dessas ações deve, prioritariamente, responder aos serviços altamente qualificados e que exigem muita tecnologia e mão de obra especializada e em pequeno número. Além disso, tem que promover a existência de serviços, diversões, cultura, informações, arte, espetáculos, produção econômica. Estes devem ainda ser similar às existentes em cidades como Nova Iorque, Boston, Paris, Londres, de forma a que um turista sempre se sinta em casa, usufruindo as benesses do mundo ocidental.

Mas São Paulo tem sua particularidade. A cidade faz parte de uma sociedade altamente desigual, sócia, econômica e culturalmente e, essas diferenças são muito visíveis na área central de São Paulo (do que em outras partes do mundo), que tende a concentrar a diversidade. Essa particularidade da cidade de São Paulo, não aparece como algo exótico, pitoresco, o que poderia provocar até o interesse, enquanto algo turístico. Ela representa a faceta mais visível da desigualdade e isso não deve aparecer, pelo menos nas áreas centrais que se procura valorizar.

É necessário valorizar aquilo que possa atrair um novo tipo de população para o centro. Para isso, a Associação Viva o Centro envia ao poder Municipal, como sua contribuição ao processo de revitalização do centro, sugestões para mantê-lo, reforçando-o como um lugar de vida

¹³¹ VIVA o Centro. Propostas e compromissos, pp.1

¹³² Ibidem, pp.1.



cultural, artística e de produção econômica ligada ao lazer. A Associação afirma que

...graças às suas ofertas permanentes de atividades de cultura, lazer, entretenimento e turismo, o Centro, tradicionalmente, constitui-se por si mesmo num poderoso pólo de atração, independentemente de eventos especiais que possa abrigar¹³³.

Ao destacar que, independentemente de eventos especiais, o centro é naturalmente um pólo de atração turística, a Associação Viva o Centro já demonstra sua restrição à existência de eventos especiais que possam promover as concentrações, a aglomeração populacional em torno de um grande evento cultural, como os promovidos pela prefeitura municipal da cidade.

Começa a luta entre Estado e iniciativa privada pelo uso/acesso aos espaços públicos da área central da cidade e, inicialmente, é o Vale do Anhangabaú que passa a ser disputado. O Vale era o local, desde o final de 92, onde a prefeitura municipal, através da Secretaria de Cultura, promovia eventos com a realização de shows de música popular brasileira, que chegavam a reunir 80 mil pessoas. Desde o início de 1993, a Associação Viva o Centro já demonstrava sua insatisfação com essas “atividades culturais de massa”. Em sua publicação quinzenal intitulada “Informe”¹³⁴, apontava para o problema das concentrações nos espaços públicos do centro. Colocava que o som dos shows perturbava o funcionamento dos escritórios localizados nas imediações do Vale. Em 1994, a crítica à realização dos eventos aumenta e questiona-se com mais ênfase o uso que se faz do Vale. Além de shows, em junho de 94, ocorreu no Vale o “2º Arraiá” que consistia em uma “quermesse” no centro, em comemoração às festas juninas, com barracas de comidas e pequenos shows musicais, que atraíam os que trabalhavam no centro ao Vale, onde comiam algo, assistiam a quadrilhas, enfim, divertiam-se até mesmo durante a travessia que faziam

¹³³ VIVA o Centro. Propostas e compromissos, pp. 7

¹³⁴ VIVA o Centro. Informe, nº3, março de 1993. Os shows de música que ocorriam no Vale tinham seu início às 18.00 horas, mas antes desse horário, havia testes para passagem de som, que ocorriam antes do final do expediente comercial. Durante esse ano, os “Informe” nºs 4 e 5 continuavam a fazer críticas aos shows que, segundo os boletins da Associação, perturbavam e atrapalhavam o trabalho realizado nos escritórios e lojas comerciais próximas ao Vale.

rotineiramente pelo Vale. Em seu Informe de junho de 1994, a Associação critica o uso do Vale para esse tipo de evento que, junto com os shows

...além de importunarem os escritórios, congestionam a região com as barracas e nada tem a ver com a realidade metropolitana, sendo uma caricatura que imita festejos de raízes rurais, nada acrescentando à riqueza cultural do centro¹³⁵.

A Associação Viva o Centro não quer a existência da diversidade cultural no Centro.

Essa disputa pelo uso do espaço público do Vale ganha novos rumos em 1995. A Associação Viva o Centro tem seus pedidos de restrição ao uso do Vale, incorporados pela Secretaria de Habitação e desenvolvimento Urbano, que, na época, tinha como secretário Lair Alberto Krahenbahl. Começa uma disputa entre as Secretarias Municipais da Habitação e a da Cultura, cujo secretário era Rodolfo Konder, pelo uso dos espaços públicos do Vale. Em junho de 95, a Associação chega a publicar que

livre finalmente das grandes e predatórias concentrações humanas, o Vale do Anhangabaú...deverá voltar a ser o grande cartão postal da metrópole e recuperar sua função de proporcionar à população repouso, contemplação e encontro¹³⁶.

Essa luta tem seu término em 96, quando, oficialmente, a prefeitura anuncia o fim da realização de shows no Vale. Essa ação de restrição do uso do espaço público, em nome da revitalização da área central e da recuperação de sua paisagem, na prática, tende à exclusão, à negação do uso e permanência da população de baixo poder aquisitivo pela região, tornando-a apenas em lugar de passagem que, como veremos, mais tarde também se procurará evitar.

A Associação Viva o Centro, através de suas propostas, tenta conferir uma nova imagem do centro, o que implica uma mudança de suas funções e das freqüentações. As novas freqüências podem ser conseguidas se o centro, ao ser recuperado economicamente, passar a não mais

¹³⁵ Ibidem, nº 18, junho de 1994.

¹³⁶ Ibidem, nº 39, junho de 1995.



responder às necessidades e aos desejos de apropriação dos habitantes da cidade, satisfazendo e favorecendo a maior eficácia da produção, permitindo um aumento do consumo de edificações e equipamentos para o grupo que detém o poder econômico na cidade. Com isso, tende a acentuar a segregação urbana, transformando/reforçando o centro como área de negócios e, através de uma transformação paisagística e funcional, em lugar de “possível” residência para executivos, o que implicaria uma redução de parte da atual população moradora, pela transferência da população residente de menor poder aquisitivo, para as periferias.

Propostas para a transformação de lugares públicos, revitalizando-os com o aval técnico especializado, escondem a retirada da população que hoje usa o local. Os espaços públicos são reconhecidos, nas propostas da Associação Viva o Centro, como elementos estruturadores, funcionais e simbólicos, e são sobre esses espaços que propõe intervenções urbanísticas, de forma a articulá-los “enquanto rede, identificando os elementos que atuam como distribuidores e articuladores¹³⁷”, de modo a intensificar seu uso para a potencialização da produção na área. Embora os espaços públicos tenham uma importância simbólica, estes passam a ser analisados apenas pela sua funcionalidade econômica, a ponto de ser sugerido que, em algumas situações, como na proposta de implantação de um sistema de tráfego seletivo na área central, que uma das formas de controle do tráfego seletivo poderia ser através da cobrança, “variando de cobrança de tarifa ao controle do horário”¹³⁸, ou seja, o acesso e permanência no espaço público seriam dados através de um tipo de pagamento. Deste modo, tende-se à privatização do público. Com isso, seria alterado o perfil dos usuários do local, que pelo pagamento, pareceriam os usuários de lugares semelhantes espalhados por todo o mundo.

A tendência à privatização do público, com ênfase no que é privado pode ser encontrada em outras publicações da Associação. Além do acesso controlado do trânsito seletivo, através de cobrança, na tentativa de possibilitar um maior acesso de determinados veículos ao centro, propõe-se a ampliação da “oferta de vagas em estacionamentos na área, seja em

¹³⁷ Associação VIVA o Centro. São Paulo centro, uma nova abordagem, pp.34.

¹³⁸ Ibidem, pp.34

garagens subterrâneas, seja em prédios”¹³⁹. Nessas propostas, encaminhadas ao poder público pela “Viva o Centro”, prioriza-se a melhoria da acessibilidade ao centro pelos executivos dos altos escalões das empresas e de seus clientes e fornecedores, em veículos particulares. Segundo a “Viva o centro”¹⁴⁰, o poder público pecava por ignorar a demanda cativa de automóveis, que seria composta de pessoas que necessitam de alta mobilidade, como altos executivos, vendedores e fornecedores de serviços especializados. Não pensar nesse público era dar mais argumentos às empresas que preferiam outras áreas da cidade, para instalação de suas sedes. Assim, com essas medidas, espera-se possibilitar a agilidade de circulação e permanência no centro tradicional, favorecendo o desenvolvimento dos negócios e segregando-o ainda mais, restringindo o seu uso.

O Centro, como vimos, é área que concentra um grande fluxo de veículos coletivos, vindos de várias partes da cidade e mesmo de outros municípios. A Associação Viva o Centro tem, também para esse segmento todo uma proposta que procura

...promover uma melhor distribuição de pessoas e veículos no Centro, bem como a redução de emissão de gases poluentes gerados pelos veículos a diesel, que constituem o principal componente poluidor na Área Central¹⁴¹

Para isso, destaca, entre suas medidas:

Plano de Recuperação do Desempenho Operacional dos Corredores de Transporte Coletivo envolvendo:

- tronco-alimentação das linhas de ônibus, o que diminuirá o número de ônibus que acessam o centro, permitindo que todas as linhas com ponto final no Centro se concentrem nos terminais. Ao mesmo tempo, diminuirá o fluxo de passagem de pedestres pelo Centro.
- integração de terminais através de linhas circulares, operadas com veículos trolebus, para atender à demanda de usuários que se transferem no centro.
- linha de interligação CentroVelho-Centro Novo¹⁴²

¹³⁹ Associação VIVA o Centro. Propostas e compromissos, pp. 9.

¹⁴⁰ VIVA o centro. Em revista, 3 pg. 5-6.

¹⁴¹ VIVA o Centro. São Paulo Centro, uma nova abordagem, p. 30.

¹⁴² Ibidem, p. 30.



Levando-se às últimas conseqüências essa proposta, ligada à circulação do transporte público no centro histórico da cidade, conseguiria-se, se efetivamente implementada, o reforço à restrição da circulação de pessoas que se utilizam dos transportes coletivos nas áreas centrais da metrópole. Isto porque, ao se propor a melhoria do sistema de interligação entre os diversos modos de transporte coletivo na área¹⁴³ levaria, ou poderia possibilitar, maior rapidez nas viagens e nas trocas de veículos coletivos pela população que necessita ir ao centro para fazer as baldeações entre os transportes coletivos.

Nesse plano, destaca-se a racionalidade e funcionalidade dos transportes que, se eficazes, diminuiriam o tempo de duração dos trajetos. Com relação, especificamente ao chamado núcleo central, a integração dos terminais, através de linhas circulares, praticamente evitaria o trânsito de pedestres, em especial daqueles que fazem baldeações de transportes coletivos no centro. Se por um lado isso facilitaria a vida dos usuários do sistema de transporte coletivo, por outro traria mais ônus aos passageiros, já que não há, na proposta, a sugestão da tarifa interligada ou única nesse sistema.

Essa proposta, de interligação dos terminais de ônibus coletivo, torna-se possível, porque o centro não é o destino final de pelo menos 40%¹⁴⁴ das viagens a ele realizadas, o que justificaria a visão de limitar o trânsito da população menos qualificada ao trabalho especializado exigido e com menor poder aquisitivo pelo centro da cidade. Para parte dessa população, o centro, já hoje, serve como ponto de interligação entre outras áreas da cidade e da região metropolitana. Nesse sentido, é lugar de circulação de pessoas, que dele fazem uso como lugar de passagem e de consumo ocasional que se realiza nas lojas populares do centro e camelôs das ruas, quando das caminhadas entre os atuais não interligados pontos terminais de ônibus e metrô. Cerca de dois milhões de pessoas/dia fazem “travessias compulsórias” pelo centro. Se, por um lado, a proposta pode beneficiar a maior fluidez e rapidez do tempo das viagens, tornando menos

¹⁴³ VIVA o centro. Propostas...op.cit. pg. 9.

¹⁴⁴ Ibidem, pg. 9-10.

cansativo o dia de trabalho, por outro, atinge o objetivo de retirar do centro as pessoas que dele fazem lugar de passagem.



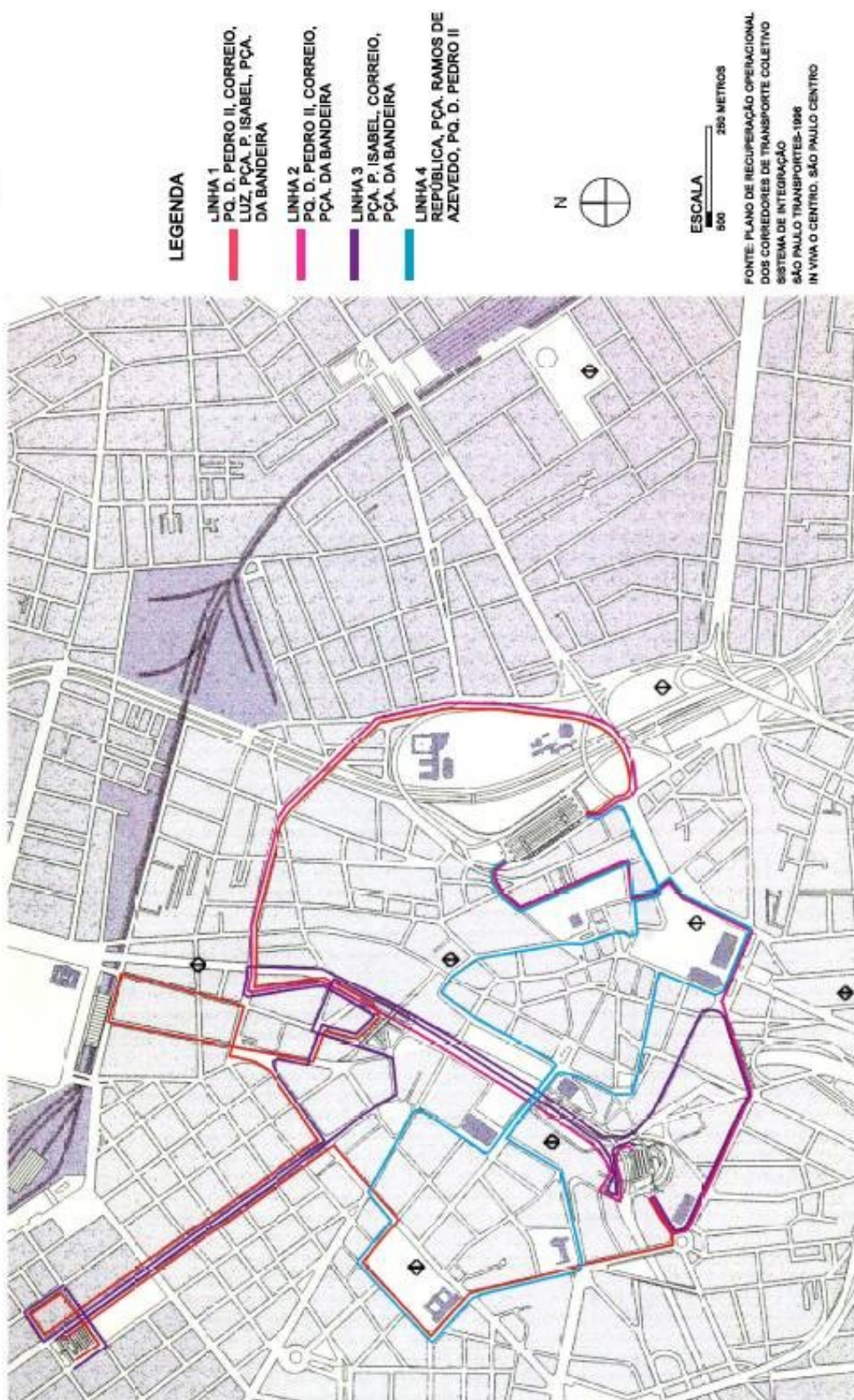
foto 5



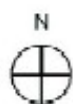
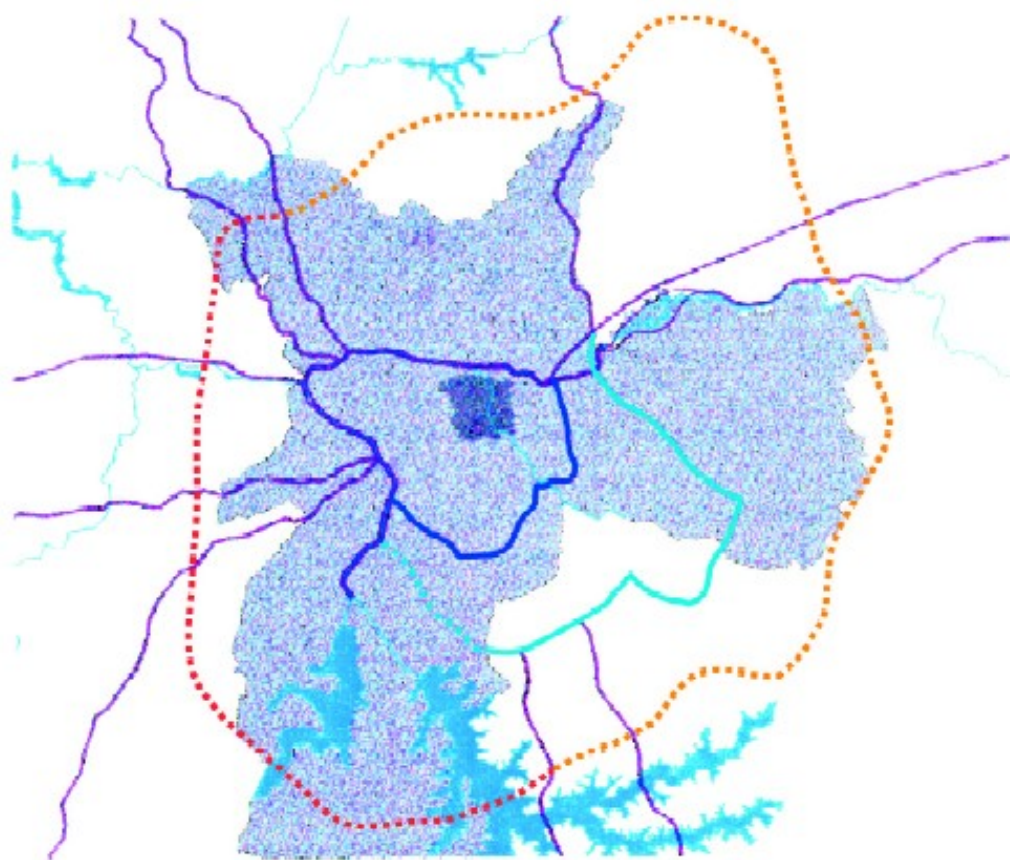
LINHAS CIRCULAR DO CENTRO

carta 9

SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DOS TERMINAIS CENTRAL



RODOANEL/ ANEL VIÁRIO METROPOLITANO/ MINIANEL



ESCALA
2000 0 10000 METROS

FONTE: PLANO MUNICIPAL DE TRÁFEGO E TRANSPORTE-1990
PMSP/SMT-DSV-CET
DERSA 1994
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS-1998
IN VIVO AO CENTRO. SÃO PAULO CENTRO, PG. 14

RODOANEL

- TRECHO PRIORITÁRIO
- TRECHO COMPLEMENTAR

ANEL VIÁRIO METROPOLITANO

- EXISTENTE
- A IMPLANTAR
- MINIANEL

Tirar dois milhões de pessoas das ruas centrais é limpar a área, por extensão, também se limpando a área do comércio informal, que tem como seus consumidores as pessoas que aí circulam, principalmente as de menor poder aquisitivo. Poucos passos concretamente foram feitos para atingir essa meta. A proposta de interligação feita pelo “Viva o Centro”, e encaminhada à prefeitura municipal, foi timidamente incorporada pelo poder público. Apenas os ônibus circulares centro- linha centro (foto 5) estão em funcionamento, mas embora façam a interligação entre as áreas centrais (Parque D. Pedro, Bandeira, Princesa Isabel, Correio- carta 9), não possuem um sistema de funcionamento como o do metrô, no qual a baldeação entre uma linha e outra não é onerosa, desde que não se saia da estação. Quem não quiser andar, de um ponto a outro, deverá pagar nova passagem nos trolebus (não poluentes e coloridos), que servem essa “linha”. É meta, nessa proposta, tirar a marca do centro, como lugar de passagem, mas não só dos pedestres como também dos carros, que dele fazem só trajeto.

Ainda para facilitar a circulação, afastando os veículos de carga e o tráfego de automóveis vindos das marginais dos Rios Tietê e Pinheiros, evitando os transtornos dos “engarrafamentos” na área central, a Associação Viva o Centro vem sendo defensora ardorosa da proposta da construção de três anéis viários: o Mini anel, o Anel Viário Metropolitano e o Rodo anel, que já está em fase de discussão/implementação (carta 10). Desse conjunto de obras viárias, os dois primeiros “... são melhoramentos de abrangência intraurbana” e o último, o Rodo anel “...tem por objetivo eliminar o tráfego interurbano de carga das marginais”¹⁴⁵. Além de proporcionar maior rapidez e redução dos custos de transporte de carga, seus defensores alegam que, para a área central, ocasionará a diminuição dos veículos que atravessam ou a contornam, trazendo melhorias às condições ambientais do centro¹⁴⁶. Por outro lado, a possível melhoria das condições ambientais da área central poderia resultar em grandes impactos ambientais na região metropolitana, como um todo, já que essa estrutura atingiria áreas de mananciais e de preservação ambiental.

¹⁴⁵ VIVA o Centro. São Paulo centro, p. 14.

¹⁴⁶ VIVA o Centro. São Paulo centro, pg. 14.



Em nome do fluxo rápido das mercadorias e da limpeza do tráfego de passagem no centro, a Associação Viva o Centro apóia as intervenções espaciais propostas para a modificação das vias de circulação. Lembramos que ações estatais transformadoras do espaço na área central, alterando as vias de circulação, são feitas desde a década de 20, de modo a permitir o fluxo de veículos, de mercadorias, possibilitando a rapidez do processo de reprodução do capital e capacitando a cidade com um território metropolitano. Prestes Maia, com seu Plano de Avenidas, deu maior velocidade à circulação do capital, modificando a paisagem do Vale do Anhangabaú, destruindo o antigo bulevar, criando avenidas que passavam a cortá-lo. Os espaços centrais acabam por sintetizar a frase mais difundida sobre a cidade: "São Paulo não pode parar", e são as alterações em seu sistema viário que, em teoria, possibilitam a rapidez, a velocidade dos fluxos. A São Paulo sem os espaços para o pedestre, já que a prioridade é a circulação de mercadorias, é resultado da estratégia de racionalização do espaço, ou seja, da concepção e intervenção do Estado, mas que acabam por se incorporar na vida cotidiana dos que vivem o lugar, sendo aceitas como naturais, normais, como se sempre tivessem existido de tão arraigadas que se tornam à vida. Exemplos dessa incorporação vêem-se nas ruas. Ao tentar atravessá-las, tanto pedestres, como os que conduzem os veículos particulares, têm por pressuposto que o veículo tem sempre prioridade sobre o pedestre, ao contrário do que acontece em países considerados desenvolvidos. Alguém que, atravessando a faixa de pedestres no seu sinal verde, ao ver a mudança indicada pelo piscar vermelho, começa a correr ou apressa o passo de modo a dar a passagem desimpedida assim que o verde para os carros aparecer. Poucos são os que continuam no mesmo ritmo até o final da travessia, embora esse fosse um direito expresso no código de trânsito brasileiro.

Nas propostas encaminhadas pela Associação Viva o Centro à prefeitura, procura-se revitalizar o centro, revalorizando-o, deixando-o atraente para a instalação de empresas, oferecendo uma rede interligada de locais centrais dotados de infra-estrutura necessária a conexão em redes informacionais, técnico, científicas, atraindo mão-de-obra qualificada. Para isso, as entidades interessadas (como a "Viva o centro") atuam junto ao



poder público pela viabilização do adensamento no centro¹⁴⁷, ao mesmo tempo em que exige a explicitação das regras de ocupação e utilização do espaço público, bem como a fiscalização rigorosa do cumprimento dessas normas para a melhoria da paisagem e do meio ambiente, tentando conseguir, do poder público, a privatização desses espaços e, para isso, são necessárias intervenções espaciais.

As propostas da Associação Viva o Centro para intervenções que levem à transformação do uso do espaço, nas áreas centrais, estão presentes no documento “São Paulo Centro, uma nova abordagem”¹⁴⁸. Como um exemplo, podemos citar o projeto de recuperação urbana do complexo Praça do Patriarca-Galeria Prestes Maia, cujo detalhamento se encontra em uma publicação da Associação intitulada “O coração da Cidade”¹⁴⁹. De acordo com essa publicação

...a Praça do Patriarca é o ponto de fuga natural do pedestre que vem caminhando da Praça Ramos de Azevedo, assim como abre a visão ampla do vale e do Teatro Municipal àqueles que emergem das estreitas ruas (Direita, São Bento e da Quitanda) do centro velho¹⁵⁰.

Reconhece-se que é local da população, de passagem para o pedestre que aí, além de se deslocar do centro novo para o velho, e vice-versa, faz dessa praça lugar de compras em lojas populares, em parte, graças à possibilidade criada pelo deslocamento. Nela também permanece, quando espera pela saída dos ônibus que aí fazem ponto terminal.

Para a reurbanização dessa área são propostas algumas ações, das quais destacamos:

1. Na Praça do Patriarca

“A retirada dos terminais de ônibus ao longo do leito carroçável¹⁵¹”. Com a retirada dos terminais de ônibus, o local deixaria de ser lugar de

¹⁴⁷ Graças a “operação urbana centro” é permitido seu maior adensamento. Em 1997 a proposta apresentada pela Prefeitura do Município de São Paulo para discussão do Plano Diretor prevê o adensamento nos bairros mais centrais providos de infra-estrutura ociosa, incorporando as sugestões da Associação Viva o centro, não só no plano diretor como na Operação Urbana Centro.

¹⁴⁸ Associação VIVA O Centro. São Paulo centro, uma nova abordagem.

¹⁴⁹ Associação VIVA o Centro. “Justificativa e memória descritiva do projeto de reurbanização da Praça Patriarca” in O coração da cidade.

¹⁵⁰ Ibidem, pp.9.

¹⁵¹ Ibidem, pp. 9



passagem da população que utiliza esse meio de transporte. Apenas pontos de táxis, ônibus turísticos e veículos para o atendimento de serviços de hotel, da igreja e da Galeria Prestes Maia teriam autorização para penetrar em seu novo leito carroçável proposto. Juntamente a essa ação, a recomposição dos desenhos originais do mosaico português das calçadas, o restauro das fachadas dos edifícios e da Igreja, a implementação de um projeto de iluminação próprio para realçar o conjunto arquitetônico dos equipamentos da praça, seriam aliados à instalação de um pórtico/cobertura no acesso da Galeria Prestes Maia.

2. Na Galeria Prestes Maia

a. “ A substituição da cobertura para o acesso da Galeria Prestes Maia, que será a peça emblemática do novo conjunto “¹⁵². Essa “cobertura” seria o sinal de que a recuperação de uma área, não necessariamente implica seu congelamento estrutural. Esse “pórtico” seria o artefato arquitetônico que deveria expressar a condição de transformação, não só da praça, mas da cidade.

b. “ Reforma e reorganização total do uso da Galeria Prestes Maia, criando nos seus espaços atividades diversas de caráter não-institucional-agência de correio, posto telefônico, farmácia, café, bar, banca de jornais, livraria-, configurando um local de uso intenso que se traduzisse no nome **São Paulo 24 horas**. A qualidade funcional e estética, valorizando os espaços amplos e esculturas que ornamentam a Galeria Prestes Maia desde a sua inauguração, é vital para o êxito do projeto”¹⁵³.

Assim a Galeria teria seus espaços redimensionados para atender a atividades diversas (ligadas à cultura, ao lazer e à diversão), havendo a transformação do local, que perderia seu caráter institucional hoje existente (devido aos órgãos públicos aí implantados). Em lugar de órgãos institucionais, a presença de cafés, bares, livrarias, farmácias, posto telefônico traduziria a nova qualidade do lugar que, como se espera de lugares modernos e movimentados, estariam prontos a atender 24 horas por dia.

¹⁵² Ibidem, pp. 9

¹⁵³ Ibidem, pp. 10.

Segundo a Associação, as transformações na Galeria se justificam, já que depois da nova configuração do Vale do Anhangabaú,

A Galeria Prestes Maia deixou de ser um trajeto conveniente para todos aqueles que atravessam o Centro e cujo destino não é o Centro¹⁵⁴.

Assim, a transformação da Galeria poderia auxiliar no movimento de revitalização, contribuindo para a mudança dos usuários dela e da Praça do Patriarca, estando, portanto o conjunto composto pela Galeria e pela Praça, apto a atender à nova demanda, ligada à criação de um pólo cultural-turístico pago, que se colocaria como impeditivo aos antigos freqüentadores, à massa de trabalhadores que por aí circulava.

A alteração da forma e da estrutura do espaço pode ser apontada como instrumento à modificação do uso e dos grupos que ocupam os lugares. Mas, o rearranjo espacial deve ser acompanhado de outras medidas para impedir o uso, a apropriação do lugar. Ainda que seu novo aspecto, incluindo o simbólico, tenda a ser construído pela ação do Estado e de grupos dominantes, ele, por sua própria história, continua constituindo-se como referência de uso para a sociedade em geral.

O centro da cidade tem uma história de conflitos entre as estratégias de dominação espaciais, encaminhadas pelo poder estatal, e a vida cotidiana das pessoas que por elas são diretamente afetadas e às quais reagem, de forma violenta ou não. A transformação espacial, que procura impedir o uso pela população, pode também levar a respostas contrárias a essa estratégia espacial. O que há de concreto é a construção de uma espacialidade baseada nos conflitos. Deste modo, a fim de minimizá-los, as transformações propostas são sempre acompanhadas de negações formais, de impedimentos legais, de proibições ao uso dos espaços, sempre em nome da revitalização do lugar. Assim, coloca-se o projeto de recuperação da Praça do Patriarca, que é apresentado como o projeto pioneiro e indutor de outros que colaborariam para a criação de novas funções no centro.

As ações propostas para a recuperação da área central, ainda que em nenhum momento expressem claramente o desejo de afugentar as populações de baixo poder aquisitivo, tendem, pelos serviços oferecidos e

¹⁵⁴ Ibidem ,pp. 9



pelo custo necessário para obtê-los, pelos empregos que podem ser gerados (ligados a atividades turísticas ou serviços altamente especializados) a levar a uma elitização da população que freqüentaria o centro, já que afastam as classes de menor poder aquisitivo, que tendem a permanecer vivendo e consumindo nas periferias pobres da cidade, desde que aí sejam criados serviços que, antes, só o centro possuía.

Busca-se, com isso, a ocupação do centro por uma população diferente da hoje existente, eliminando-se as diferenças e contrastes pela interdição. Na prática, impõe-se uma concepção de centro de poder, que acaba por segregar pessoas e lugares. Essas propostas se parecem com as encaminhadas por ocasião da recuperação da área central de Los Angeles onde

“o renascimento contemporâneo do Centro é projetado para tornar tal heterogeneidade virtualmente impossível. Ele não somente tenciona matar a rua... mas matar a multidão... para eliminar esta mistura democrática nas calçadas... como se fosse um “antídoto americano para a polarização classista européia”¹⁵⁵.

Talvez aí estivesse a declaração da diferença entre as cidades do oeste americano e das européias: estas últimas ainda mantinham, estampado em seu espaço, uma história de lutas e de participação popular nas ruas. As propostas de revitalização do Centro de São Paulo, tendem a aproximá-lo das cidades americanas. Isto é sugerido pela Associação “Viva o Centro”, que propõe a multifuncionalidade de serviços, mas não a diversidade populacional, por isso pressiona o Estado para que este realize ações, como tentamos demonstrar, que favoreçam e ampliem a garantia da continuidade do processo de reprodução capitalista, num Centro ascético e limpo, como o é o centro revitalizado de Los Angeles.

As medidas restritivas e normatizantes do espaço incorporam-se à vida. Ainda que, às vezes, existam reações contrárias, rapidamente são admitidas ao cotidiano por, na prática, não representarem grandes alterações à forma de dominação do espaço. Tratam-se das transformações necessárias que atingem a vida das pessoas, para que a lógica das relações

¹⁵⁵ Mike DAVIS . Cidade de Quartz, pg. 211.

sociais de reprodução permaneça a mesma, aumentando ainda mais as desigualdades sócio-espaciais.



Capítulo III – O uso do espaço e a quebra de rotina

Como a população usa e percebe o espaço público do centro da metrópole?

Para responder a essa questão foi feito um trabalho de campo em que a coleta das informações se realizou a partir da observação, dos eventos realizados no Vale do Anhangabaú; enquanto realizava esse trabalho acabei entrando em contato com as pessoas, que, até curiosas em saber o que fazia de caderno na mão, permitiram um contato e deram suas impressões sobre o centro e a vida nesse lugar, que serviram como mais um elemento na tentativa de compreensão do espaço público.

Isso foi necessário para que pudéssemos perceber como as pessoas interagem nos espaços públicos do centro da cidade, a partir de sua vivência, ligada à permanência física e à participação de determinados fatos e o quanto essa ação, e posterior entendimento sobre o lugar é, ou não, penetrado pelas imagens e representações veiculadas pelo Estado e outros grupos que detêm o poder econômico, que tendem a impingir por meio de representações criadas como novas,

“uma qualidade que independe do valor de uso da mercadoria. É a origem da falsa aparência que pertence, de modo inalienável e intransferível, às imagens geradas pelo inconsciente coletivo... Essa falsa aparência de novidade se reflete como um espelho em outro, na falsa aparência do sempre igual, do eterno retorno do mesmo”¹⁵⁶

Imputando idéias de desordem, destruição e caos por meio das imagens, que tendem a se converter em realidade- o que é visto passa a ser tido como o real-, o Estado justifica suas intervenções no espaço urbano a fim de resgatar “a ordem”, mantendo o controle social e procurando evitar as tentativas de apropriação do espaço que poderiam levar a mudanças. Nesse sentido, o uso da imagem faz parte de uma estratégia de controle social que tende a apresentar o centro da cidade como lugar apenas da concentração do poder e, deste modo, como o local da dominação.

¹⁵⁶ W. BENJAMIN, Paris capital do século XIX, in F.R. KOTHE. Walter Benjamin, pg. 40



A imagem tende a anular o ato de olhar que, segundo Matos, perde-se na metrópole, podendo levar à dissolução do sujeito que se torna objeto-mercadoria, sem memória e pensamento crítico¹⁵⁷. Essa perda vem ocorrendo pela transformação do olhar. Não mais observamos, apenas vemos o mundo através das imagens. Esse processo de ver por imagens tem se difundido muito pelos meios de comunicação. Pelas imagens que se expõem do mundo têm-se a impressão de que o que é visto é entendido sem que nada esteja oculto. Desaparecem as dúvidas e questões. Tudo “parece” compreensível, simples, lógico, transparente. Reduzido a uma imagem, o espaço, na modernidade, tende a ser compreendido apenas pelo aspecto visível, embora o ser humano possa apreendê-lo através de seus sentidos: pelo tato, olfato, audição e assim constitui-se uma generalidade da consciência espacial pautada na visão, no reflexo, no espelho das imagens.

Essa redução do espaço à imagem é a maximização do tempo espacializado¹⁵⁸ que iguala diferenças pelo estabelecimento de ações diferenciadas em tempos aparentemente iguais num espaço. Impera na atualidade o que Debord chama de tempo pseudocíclico que seria um tempo

*“... em que o vivido quotidiano continua privado de decisão e submetido, já não a ordem natural, mas à pseudonatureza desenvolvida no trabalho alienado” recordando “... muito naturalmente o velho ritmo cíclico que regulava a sobrevivência das sociedades pré-industriais”*¹⁵⁹.

O movimento pseudocíclico é reconhecido na aparente rotina vivida no dia-a-dia, que, ao mesmo tempo, representa-se como enfadonho, como se fosse o destino de uma determinada classe, o que naturaliza, na sociedade, as diferenças sociais existentes, mas garante um porto seguro frente às transformações que acontecem, sem que sejam entendidas, no mundo moderno; ao mesmo tempo, é no cotidiano que as mudanças são exigidas e que se efetuam para quebrar a sensação da rotina mortal. As pessoas, mesmo que não conscientes das questões, contribuem na sua

¹⁵⁷ Olgária MATOS. Os arcanos do inteiramente outro, pp. 73-75.

¹⁵⁸ Olgária MATOS. “A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças” in Espaço e Debate, 7, pp. 45.

¹⁵⁹ G. DEBORD. A sociedade do espetáculo, pg. 123/124.



transformação, ainda que de maneira passiva, pois os fatos entram na vida, no cotidiano e passam a exigir as alterações necessárias.

Esse tempo pseudocíclico se apresenta pela instantaneidade possibilitada pelo desenvolvimento da rede de comunicações, que, através da mídia, iguala lugares que parecem não mais se diferenciar, se particularizar, por deles sempre serem apresentadas imagens semelhantes como as de violência, de movimentação, de agitação, que passam a todos a impressão de estarmos sendo informados. As imagens do mundo aparentam dar vida à informação. Mas nem tudo que é informado é comunicado. Muitas vezes, restringimo-nos a ver algo sem conseguir enxergar, observar. Acabamos por aceitar as informações que nos são transmitidas, principalmente por meio das imagens, como dados certos e verdadeiros. Entretanto, sempre há algo escondido, não compreendido pela visão que se tem da imagem. Por ela somos levados a uma superficialidade da cultura, que acaba por se impor como verdadeira no senso comum.

Procurar quebrar a ditadura da imagem exige a retomada do olhar, e foi isso que procurei fazer neste trabalho, o que exigiu que eu permanecesse no centro, que participasse dos eventos e fizesse contatos com as pessoas que o freqüentam, tentando fazer o exercício de observação, tão caro aos geógrafos que elevaram a Geografia, desde o final do século XIX, ao estatuto de ciência, pela qual davam um entendimento do mundo, a partir do estudo pormenorizado do meio geográfico e dos fatos humanos¹⁶⁰.

A recuperação do olhar exige a observação, a descrição do objeto visto sob as mais variadas perspectivas, a fim de, juntamente com o conhecimento socialmente produzido, conseguir relacioná-las, desvendando o que se esconde na aparência da cidade, na sua paisagem, que *“na sua dimensão visível, contém a história do lugar”*¹⁶¹. Esse exercício de observação foi feito com primor no belo trabalho de Camus, intitulado “A peste”, no qual ele nos apresenta a cidade de Oran, que, para nós, transforma-se em uma imagem quando apreciamos a obra:

¹⁶⁰ Podemos observar essa atuação nos trabalhos, por exemplo, de Jean BRUNHES; de Pierre GEORGE; de Vidal DE LA BLACHE; de F. RATZEL, entre outros.

¹⁶¹ Ana F.A. CARLOS. “Notas sobre a paisagem urbana paulista” in Revista da Biblioteca Mário de Andrade, pg. 23

“A própria cidade, vamos admiti-lo, é feia. Com seu aspecto tranqüilo, é preciso algum tempo para se perceber o que a torna diferente de tantas outras cidades comerciais em todas as latitudes... Uma forma cômoda de travar conhecimento com uma cidade é procurar saber como se trabalha, como se ama e como se morre. Na nossa pequena cidade, talvez por efeito do clima, tudo se faz ao mesmo tempo, com o mesmo ar frenético e distante. Quer dizer que as pessoas se entediam e se dedicam a criar hábitos. Nossos concidadãos trabalham muito, mas apenas para enriquecerem. Interessam-se principalmente pelo comércio e ocupam-se, em primeiro lugar, segundo a sua própria expressão, em fazer negócios. Naturalmente, apreciam prazeres simples, gostam de mulheres, de cinema e banhos de mar. Muito sensatamente, porém, reservam os prazeres para os domingos e os sábados à noite, procurando nos outros dias da semana, ganhar muito dinheiro...Dirão sem dúvida que nada disso é peculiar à nossa cidade e que, em suma, todos os nossos contemporâneos são assim. Sem dúvida, nada há de mais natural, hoje em dia, ao que ver as pessoas trabalharem de manhã à noite e optarem, em seguida por perder nas cartas, no café e em tagarelices, o tempo que lhes resta para viverem. Mas há cidades e países em que as pessoas, de vez em quando, suspeitam que exista mais alguma coisa. Isso, em geral, não lhes modifica a vida. Simplesmente, houve a suspeita, o que já significa algo. Oran, pelo contrário, é uma cidade aparentemente sem suspeitas, quer dizer, uma cidade inteiramente moderna...”¹⁶²

Camus aponta a necessidade de se ultrapassar o imediatamente visto para chegar-se ao entendimento do lugar, já que a cidade é translúcida: a luz a atravessa, mas nem tudo pode ser visto. O olhar de Camus sobre Oran procurava um sentido nos indivíduos, nas relações e na paisagem. Esse entendimento da cidade é a primeira aproximação para a compreensão do real, mas não se pode restringir sua percepção ao que pode ser visto. É preciso observar cuidadosamente a paisagem. Esta é observada pelo alcance diferenciado de objetos, indivíduos e momentos que se articulam uns aos outros num processo contínuo. Como nos diz Chauí “observar é jamais ter uma coisa, pessoa ou situação de uma só vez e por inteiro¹⁶³”. A observação exige tempo, vivência da cidade para compreensão de seus

¹⁶² Albert CAMUS. A peste, pg. 7 e 8.

¹⁶³ M. CHAUI. Convite à filosofia, pg. 132.



ritmos, suas particularidades, suas diferenças, sua vida. É necessário perceber o cotidiano das pessoas, a rotina de suas vidas, o trabalho, mas também o lazer, que de alguma forma representa a quebra desse dia-a-dia ligado ao prazer, ao gozo, ao encontro com belas mulheres e homens, com os companheiros de jogo. Camus ressalta, em seu trabalho, que para a realização da vida nosso corpo gasta energia. Esta, muitas vezes, é gasta com desperdício. E esse gasto não é só no trabalho produtivo, embora nas cidades modernas privilegie-se o gasto de energia na produção de riquezas, mas também, no caso da observação de Camus, no jogo, no sexo, no lazer. O jogo, o sexo, o lazer, o tempo livre (do aparente não-trabalho) devem estar acompanhados pelo gasto para o seu consumo, gerando o aumento da produção dos setores ligados a esses prazeres (indústria do sexo, do turismo, dos divertimentos). Produção de riqueza e destruição (pelo próprio uso da mesma) fazem parte do processo da vida. Só por meio do entendimento dessa vida é que se pode suspeitar que exista algo mais, que nem tudo está explicitado e que talvez, nesse cotidiano, aparentemente igual a todos em outros locais, esteja escondida, não revelada, a possibilidade da mudança, da transformação da vida e que só pode ser vislumbrada se ultrapassarmos o imediatamente visível. Oran é colocada como uma cidade inteiramente moderna, por não apresentar, aparentemente, suspeitas, como se tudo o que é visto tivesse uma equivalência com a realidade, que deste modo é transparente, sem que nada precise ser aprofundado, nem estudado, para que o real possa ser compreendido. A cidade, por sua aparência, já é o real e, nesse sentido, igual a todas as outras “cidades modernas”.

As cidades modernas podem favorecer a diversificação e contribuindo para o enriquecimento das relações individuais e sociais urbanas, pela multiplicidade dos agentes envolvidos, como pode, na visão de Ascher, em um universo heterogêneo como o da metrópole

“... as maneiras em uso são tão variadas que a civilidade pode favorecer uma diversificação e um enriquecimento do registro das relações individuais e sociais urbanas: mas, ao inverso, ela arrisca assim de se dar como não dito regras de base, elementares, uma espécie de código simplificado, exatamente comum

Deste modo, simplifica-se as possibilidades de relações ao reduzir tudo a regras básicas e elementares, que mantenham a ordem existente. Talvez, por isso, muitos percebam a cidade como também o lugar da precariedade e do desamparo, já que é essa a experiência que a classe proletária possui¹⁶⁵. Por outro lado é, para o mesmo grupo, o lugar das possibilidades, da diversidade, do multiuso.

Marcada pela cultura urbana, que é reconhecida principalmente como uma cultura das classes superiores, enriquecida pela diversidade das contribuições de diversas tendências, que muitas vezes se opõem¹⁶⁶, a vida nas grandes cidades modernas, aparece com um ritmo alucinante, esquizofrênico. Quase se exige que as pessoas tenham que ter as mais variadas experiências, que a vida urbana até possibilita, mas para serem chamadas de modernas. Se antes essas experiências eram obtidas pelo contato físico entre as pessoas ou grupos, que podiam variar da relação amorosa ao conflito econômico, como na história de Fausto de Goethe¹⁶⁷, hoje, graças aos avanços técnicos que possibilitam a comunicabilidade global e instantânea, existe a tendência à supressão do contato corporal, em nome da virtualidade técnica. Através da internet pode-se saber, por exemplo, como vive uma moça nos EUA, que instalou uma filmadora em seu quarto conectada a seu computador pessoal, e oferece, a quem pagar, o acesso às imagens de sua vida privada¹⁶⁸.

Ainda que a modernidade se ponha à nossa sociedade como um projeto redentor¹⁶⁹ de construção de um mundo novo que promova o desenvolvimento social, dá-se destaque ao individualismo, às soluções privadas, em que as situações tendem a ser homogeneizadas pelo capital, pelo quanto vale, pelo dinheiro. Nesse contexto, o mundo das aparências se impõe na forma das imagens. No mundo moderno, o que é aparente está

¹⁶⁴ F. ASCHER. Metapoles, p. 155.

¹⁶⁵ O. MATOS. Os arcanos do inteiramente outro, pg. 65.

¹⁶⁶ M. RONCAYOLO. La ville et ses territories, pg. 80

¹⁶⁷ M. BERMAN. Tudo o que é sólido desmancha no ar, pg. 40.

¹⁶⁸ Dados fornecidos em reportagem feita por Lucas Mendes no programa Vitrine, da Tv Cultura, exibido dia 2.5.98 às 21h30.

¹⁶⁹ D. HARVEY. Condição pós-moderna, pg.287.



tão banalizado que fica difícil “ver”. Ocorre um “achatamento da paisagem”¹⁷⁰ pela própria velocidade do movimento urbano, que dificulta a distinção dos objetos que passam a ser compreendidos apenas pelo aspecto visível, ainda que o homem possa apreendê-lo pelo tato, olfato, ouvido e, deste modo, constitui-se uma generalidade da consciência espacial pautada na visão, no reflexo, no espelho de imagens. Por isso, hoje as pessoas não param para olhar. Um novo ritmo, acelerado, invade a vida urbana, transformando o movimento da cidade, da circulação e das coisas. As pessoas passam a viver estimuladas também pelas imagens.

É necessário desvelar aquilo que se esconde por detrás das imagens que são apresentadas ao mundo, por isso devemos, para começar a desvendar a realidade, iniciar nossa busca pela observação e descrição da paisagem que

“... liga-se ao plano do imediato àquele da produção do espaço, analisado como produto das transformações que a sociedade humana realiza a partir da natureza, num determinado momento de desenvolvimento das forças produtivas”¹⁷¹.

Como produto da sociedade, o espaço é construído no dia-a-dia. Esse construir, ao mesmo tempo em que mantém as relações já estabelecidas entre os homens, faz aflorar, nessas mesmas relações, as ancestralidades não aprisionadas (resíduos) pela dominação.

São estes resíduos que abrem possibilidades para o estabelecimento do novo. Assim, nas relações sociais, já estão presentes os germes da autodestruição (que precisam ser ativados na prática social), e, portanto, da mudança para a criação de algo novo.

O germe da destruição da norma, do homogêneo, está presente no cotidiano, muitas vezes entendido como uma simples e eterna rotina, sempre igual. Mas como nos mostra Nietzsche, ao falar sobre a música, não há repetição sem diferença¹⁷². No cotidiano, as transformações dão-se lentamente, quase são imperceptíveis e quando aparecem, passam a ter visibilidade e são comparadas a outros momentos da vida social. Aparecem

¹⁷⁰ Nelson Brissac PEIXOTO. O olhar do estrangeiro, pg. 364 in “O Olhar”.

¹⁷¹ Ana Fani A. CARLOS. Notas sobre a paisagem urbana paulista. op.cit, pg.21.

¹⁷² H. LEFEBVRE. Hegel, Marx, Nietzsche, pg. 244

como as novas relações, que entretanto, nutrem-se também de formas do passado, incorporando-as.

Essas relações podem materializar-se em objetos, lugares, linguagens e modos de vida, colocando em conflito as antigas, criando algo diferente. Esse diferente pode, ao mesmo tempo, libertar ou prender. Fruto do desenvolvimento das relações de produção na sociedade capitalista, avança, destruindo antigas relações, criando e transformando a sociedade. Esse processo transformador pode aprisionar quando, ainda que aparentemente destrua a antiga situação e represente uma mudança, esta tenda a se reconstruir sob a mesma ordem, sendo a acomodação do novo às formas mais conhecidas e mantendo a reprodutibilidade do sistema. Em movimento, o período de mudança é caracterizado pela indeterminação, pela incerteza, deixando em suspenso o vir a ser. Quando muito, consegue-se detectar algumas das tendências que apontam para o futuro, e em algumas delas, as possibilidades de reais transformações e, portanto, em um possível projeto para a nossa sociedade.

Nas grandes cidades, percebem-se as rápidas mudanças da sociedade capitalista. Tudo parece novidade, mas como já destacamos, uma novidade que incorpora diferentes tempos históricos. Esse caráter, de novo, tanto pode garantir a continuidade do processo de desenvolvimento capitalista nos princípios existentes (dominação e subordinação de tudo ao econômico), como fornecer elementos que contribuam para uma outra forma de produção econômica e social. O que procuraremos neste trabalho é a busca dos elementos que apontem para a transformação da realidade e que já estão presentes na vida existente da cidade, ainda que não estejam estampados, declarados, revelados no imediato que pode ser captado da paisagem urbana.

É nessa discussão que se coloca a importância da análise dos eventos realizados no centro de São Paulo e, em especial a partir de 1991, dos realizados no Vale do Anhangabaú, como tentaremos agora fazê-lo, mostrando que o centro possui uma história reconhecida de lugar da luta e representa o lugar dos conflitos, onde se estabelece a luta do coletivo.



Os eventos no centro

Enquanto representação privilegiada das contradições da sociedade urbana, o centro é lembrado pela população como o lugar da concentração e da manifestação popular, quando algum fato marcante da vida é trazido à tona e com o qual se constrói uma imagem, mesmo que muitas vezes conduzida e orientada por diversos agentes sociais.

Como nos diz Chombart de Lauwe “s homens de cada época são marcados, em sua vida cotidiana, por imagens e atentados da cidade”¹⁷³. No caso do centro, enquanto lugar do conflito e luta, uma das mais belas imagens que temos dessa apropriação do centro da cidade, enquanto lugar da luta coletiva, foi a tomada do Vale do Anhangabaú em abril de 1984 (quando este ainda não havia sido remodelado) por um milhão de pessoas que, nas ruas, em passeata da Sé ao Vale, pediam as DIRETAS JÁ – movimento que pedia eleições diretas para presidente da República. As eleições diretas para presidente diretas não ocorreram, mas, por causa desse desejo, o povo voltava às ruas depois de um longo período de silêncio, instaurado pela ditadura militar, a partir de 1964. Voltava com classe, vestindo amarelo. Isto é, as cores da bandeira eram usadas como sinal de civismo, pedindo mudanças políticas¹⁷⁴. O ato congregou diversos partidos e grupos de pessoas: metalúrgicos, professores, comerciários, vendedores, bancários, funcionários públicos, jovens, estudantes, aposentados, entre outros. Além dos moradores da cidade de São Paulo havia ainda caravanas vindas de outros municípios. O centro de São Paulo era o símbolo da centralidade de São Paulo, não só em relação ao município. Também era a referência para toda a área metropolitana de São Paulo “formada por 39 municípios dos quais o mais importante tem o mesmo nome, ou ainda, empresta o seu nome à área”¹⁷⁵, atingindo ainda o Estado e país. No palanque dos discursos, instalado no Vale do Anhangabaú, Osmar Santos (locutor esportivo) conclamava e apresentava os diversos oradores

¹⁷³ Paul-Hery CHOMBART DE LAUWE. *La fin des Villes*, pg. 189.

¹⁷⁴ Não foi só para pedir mudanças na política brasileira que a população usou as cores da bandeira nacional. Durante a copa do mundo de futebol de 1998, as cores da bandeira tornam-se referência para a moda. Era “in” estar vestido de amarelo e verde durante o período da realização do evento (junho/julho de 98).

¹⁷⁵ Milton SANTOS. *Metrópole corporativa fragmentada*. pg. 13.

do ato suprapartidário. Nele discursaram, entre outros, Franco Montoro (Governador do Estado e na época do PMDB), Leonel Brisola (PDT), Luís Inácio Lula da Silva (PT). Não se sabe se havia mesmo um milhão de pessoas¹⁷⁶, mas em toda a área que compreende o Vale do Anhangabaú as ruas estavam tomadas. Os brasileiros queriam mudanças e as ruas mostravam isso:

“Segundo as pesquisas, mais de 85% dos brasileiros apoiavam as diretas. Mas não se tratava de uma adesão passiva. As praças apinhadas de gente e o tamanho dos atos públicos comprovavam a existência de altíssima participação nessa demonstração política de unanimidade nacional”¹⁷⁷.

As ruas, os espaços públicos voltavam a ser os lugares da manifestação.

Essa foi a imagem que ficou registrada da luta pela volta do direito político de escolha dos representantes do povo, pelo voto direto e da retomada dos espaços públicos para a manifestação. Mas, vários outros atos políticos e protestos aconteceram no mesmo período no centro. Quando pensava-se em um ato, lembrava-se do centro, na visibilidade que se conseguiria, tanto na imprensa, que noticiaria o fato, quanto na população que, justamente por freqüentar esse local e ser em grande número, veria o ato.

Na área central, por exemplo, fica a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de São Paulo na Praça da República, que também costuma ser ocupada por professores da rede estadual, vindos dos mais distantes municípios do estado quando da luta por melhores condições de ensino. Símbolo do lugar da manifestação, o centro paulista é tomado em várias ocasiões por lutas, demonstradas nas marchas pela paz, no pedido de **impeachment**, nos protestos contra a discriminação aos aidéticos, na defesa pelo direito ao aborto, e a favor da reforma agrária. Desta última temos o registro da manifestação ocorrida na Praça da Sé em 17.04.97,

¹⁷⁶ Anos depois, na Folha de São Paulo, era publicada a pesquisa da Datafolha que na época teria calculado em 100 mil pessoas no primeiro comício de São Paulo ocorrido em 25 de janeiro de 1984 na Praça da Sé e em 500 mil no segundo, datado de 16 de abril de 1984 no Vale do Anhangabaú. Folha de São Paulo, 25/01/94, caderno Brasil, 1-8.

¹⁷⁷ Folha de São Paulo, 25/01/94, caderno Brasil 1-8.



através de uma exposição de fotos de Sebastião Salgado¹⁷⁸, texto de José Saramago, músicas de Chico Buarque, que apresentava aspectos da vida e luta dos que trabalham a terra e os conflitos pela posse dela, em especial a foto dos mortos no conflito de Eldorado dos Carajás. Essa exposição no centro revela a dimensão da resistência de sua centralidade. Era a lembrança e a cobrança pelo massacre dos sem-terra em Eldorado dos Carajás, no Pará. A luta era por reforma agrária, mas os sem-terra já fazem parte da sociedade urbana e é no mais simbólico território do urbano que promovem as manifestações. O centro da cidade de São Paulo foi um dos locais onde se realizou a exposição, que ocorria simultaneamente em várias cidades do Brasil e do mundo. Este fato tão específico, ocorrido na zona rural de um município no norte do país, teve repercussões em todo o mundo. A manifestação no centro da cidade paulista mostrava a intensa ligação entre cidade e campo no aspecto social, demonstrando que a sociedade brasileira é essencialmente urbana. Muitas pessoas podem depender da terra para o sustento da vida, mas os valores e desejos tendem a ser urbanos. Muitos trabalham no campo, mas moram nas periferias das cidades, e mesmo os que vivem na zona rural já são influenciados pelo modo de vida urbano que infiltra seus valores no cotidiano por meio do rádio, televisão e mesmo dos produtos de consumo familiar. Como nos diz Paquot, já “não é errôneo falar em urbanização dos costumes”¹⁷⁹, não importando se estamos no campo ou na cidade, é essa a tendência da vida moderna.

As grandes cidades, com todas as suas diversidades de funções apontam para o processo de “mundialização das cidades”¹⁸⁰, pelo qual não se pode mais remeter a um centro no mundo, ou mesmo no país, mas a vários centros, diversificados, ainda que em cada um deles a racionalidade política e decisória permaneça marcante. A cidade de São Paulo insere-se nesse contexto: de cidade mundial.

Na tentativa de fazer parte do conjunto de cidades denominadas de “mundiais”, é preciso reforçar a concentração do poder de decisão, principalmente do econômico e financeiro. Como já vimos, até para que seja possível o reforço da centralidade, fez-se necessário o aparecimento de

¹⁷⁸ Ver Sebastião SALGADO. Terra.

¹⁷⁹ Thierry PAQUOT. Homo Urbanus, pg. 129.

¹⁸⁰ H. LEFEBVRE. Hors du centre...op.cit. in Espace et Temps, 33.



novos centros especializados, mas isso não implica, necessariamente, o desaparecimento do centro antigo ou histórico, mas pressupõe que ele passe por transformações a fim de adquirir novas funções. No caso da cidade de São Paulo, temos uma tentativa de reafirmação desse centro como local da concentração de poder, numa estratégia posta em ação pelo Estado e por grupos que detêm o poder econômico, que, assim, procuram a revalorização dessa área através de um conjunto de medidas transformadoras do espaço.

Nessa tentativa de revalorização e requalificação espacial é que a partir de 1991 vemos, no centro, as ações estatais, promovendo a transformação do espaço público, como aconteceu com o Vale do Anhangabaú que, remodelado, se reafirma como local da concentração populacional ainda que, na maior parte das vezes, direcionada para um determinado fim: a de recuperar a imagem positiva do centro, deste como lugar da cultura, dos grandes eventos, afastando a que se empregava muito na imprensa: de lugar do abandono, da violência, do medo.

Criar uma imagem positiva da área central, no caso em especial da área remodelada, depende da força e intenção dos agentes envolvidos no processo de concepção e realização. Em 1991, época da inauguração do novo Vale, um dos atores do processo era o poder municipal, que tinha à sua frente a então prefeita Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores. Essa administração da cidade teve que responder às questões levantadas, debatendo com os mais diferentes interesses sobre a criação da nova imagem do centro. Após a conclusão das obras de remodelamento do Vale foi dada ênfase pela Secretaria Municipal de Cultura ao retorno da população que se havia afastado do centro, utilizando-se do mecanismo de fazer dele novamente o lugar do encontro, da festividade, do lazer, promovendo e controlando a realização de eventos culturais no novo Vale reurbanizado.

A partir de janeiro de 1992, na tentativa de refazer do centro um lugar referencial de cultura, são promovidos eventos de grande porte que chegam a levar 100 mil pessoas ao Vale. Foi o caso do show de Caetano Veloso quando se comemorou o aniversário da cidade, em 25 de janeiro de 1992.



Essa retomada do centro enquanto lugar apropriado pela população, que para aí se dirige em busca também de diversão, fazia parte das propostas da Secretaria da Cultura do Município de São Paulo, cuja secretária era Marilena Chauí, a transformação do Vale do Anhangabaú no coração cultural da cidade, através da promoção de grandes eventos no centro da cidade. Assim, o centro poderia continuar promovendo a diversificação populacional, mantendo-se como referencial cultural da sociedade como um todo. Isso, ao mesmo tempo, poderia atrair a volta dos investimentos nessa área para o desenvolvimento e ampliação de serviços ligados ao lazer e à área cultural, gerando ainda recursos por meio da venda de espaços de publicidade, durante a realização dos eventos.

Para a efetivação desse projeto de reafirmação do centro como referência cultural da cidade, é criado o projeto “Venha ao Vale”, que tinha como objetivo atrair o público ao centro, através da realização de shows de música popular com artistas conhecidos e presentes na mídia e que ocorriam uma vez por mês, ao sábado no final de tarde. Esses eventos, que auxiliariam a construção de uma imagem positiva da cidade, proporcionavam à população o acesso a shows musicais.

Ainda que a administração da ocasião (do Partido dos Trabalhadores) em seu programa procurasse privilegiar o acesso de bens e serviços a todos (inclusive das camadas de menor poder aquisitivo que costumam ser esquecidas pelo poder público), não se pode esquecer que a cidade “é tempo, é espaço, a cidade é uma negociação”¹⁸¹ e que o poder público participa desta como um dos principais agentes, não conseguindo romper com a forma de apresentação do produto cultural: a realização de espetáculos. Deste modo, embora os artistas participantes do projeto “Venha ao Vale” façam parte dos que cantam a música popular brasileira, ou a “boa música popular” de acordo com os críticos musicais, eles também pertencem e são promovidos no gosto musical proposto, e imposto, ao consumo de massas pela indústria cultural que consegue “...a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores”¹⁸². Deste modo, o evento, em si, incorpora-se ao processo produtivo.

¹⁸¹ Paul CHEMETOV. Le grand Laboratoire, in *Espace et Temps*, 33, p. 7.

¹⁸² T. ADORNO. Indústria cultural in op. cit. pg. 287.

De maio a dezembro de 1992, apresentam-se no Vale alternadamente os cantores: Marina Lima, Djavan, Gilberto Gil, Titãs, Moraes Moreira, Elba Ramalho. Esses eventos tornaram-se, na cidade “programa” do mês. Por serem realizados aos sábados, a maior parte das pessoas que participa do evento não pertence ao fluxo da região, pelo menos naquele dia e naquele horário (final de tarde). Era exigido o deslocamento das pessoas para a região, especialmente para esse fim. O centro, nessas ocasiões, passa a fazer parte do circuito cultural de entretenimento do grande público, torna-se lugar de encontro.

Durante os eventos, a concentração de pessoas, estimada em 80 mil por show, favorece o aparecimento do comércio informal dado pela presença de pipoqueiros, vendedores de amendoim, refrigerantes e cerveja em lata, que circulam entre a população e fazem do Vale local de trabalho.

O “Venha ao Vale” ocorria, às vezes, às quintas-feiras ao final da tarde, com artistas não muito presentes na mídia, como por exemplo, Alaíde Costa. Aí então o público presente era menor, restrito aos que passavam pelo local. Neste caso, não havia o deslocamento para o centro, com o fim exclusivo da participação dessa atividade. A idéia dos organizadores era fazer com que uma porcentagem daqueles que eram parte do fluxo de pessoas que circulava pelo centro, ficasse para assistir ao evento musical.

No último final de semana do ano de 1992, a Prefeitura Municipal encerra culturalmente suas atividades e também a sua gestão com um grande show de música popular em que, para a alegria da população, estavam presentes artistas tais como: Ney Matogrosso, Rita Lee, Caetano Veloso, Demônios da Garoa, Marisa Monte, Sérgio Dias (ex-mutantes), Gilberto Gil entre outros. Ao final, queima de fogos de artifício. Era a reafirmação do centro enquanto lugar da festa.

A proposta de atrair a população ao centro (aos finais de semana) para assistir aos shows musicais, de certa forma alcança o seu objetivo de atrair uma gama diversificada de pessoas. Ainda que o evento musical pudesse ser considerado um produto adaptado ao consumo de massas¹⁸³, foi levada à praça uma música considerada de boa qualidade por uma classe possuidora de um melhor poder aquisitivo, que também comparecia ao

¹⁸³ T. ADORNO. A Indústria cultural, op. cit. pg. 287.



evento. Deste modo, no Vale, podiam-se encontrar pessoas das mais diversas camadas da população.

Esse projeto, o “Venha ao Vale”, é transformado na administração seguinte, iniciada em 1993 com o prefeito Paulo Maluf. O processo de transformação inicia-se ao substituir o “Venha ao Vale” pelo “SampaShow”. Os shows de música são transferidos de sábado para sexta-feira (das 18:30 às 20:00 horas). Por um lado, permite aos que trabalham/vivem ou estão no centro (seja para fazer compras ou de passagem em busca das estações de metrô mais próximas: estação São Bento que tem saída para o Vale, estação Anhangabaú, nas imediações do Viaduto do Chá ou ainda na estação da República, no final da Barão de Itapetininga) ficar no Vale para participar dos eventos culturais gratuitos. Por outro, revela uma modificação na estratégia de valorização da área central. Não se busca mais a ocupação aos finais de semana. Restringem-se os momentos de encontro promovidos pelo poder público ao final de um dos dias de trabalho e aos que já estão no centro. Parece que não se quer mais o deslocamento para essa região que não seja pelo trabalho, o que diminui a possibilidade da diversidade populacional, do contato entre os diferentes.

Esses eventos passam a não ser divulgados na imprensa televisiva, como acontecia quando eram aos sábados. O acesso à informação é diminuído. Além da agenda cultural e de algumas faixas de propaganda nos cruzamentos de ruas movimentadas da cidade, nada mais os anunciava. Os que assistiam aos shows contavam sempre um fato parecido para explicar a presença. Muitos viram a movimentação no Vale ao saírem do Mappin (loja de departamentos muito freqüentada pela população em geral); outros saíam do trabalho e dirigiam-se às estações de metrô ou pontos de ônibus das proximidades. Vendo a aglomeração e escutando um alto som, paravam e ficavam assistindo ao espetáculo. Era o acaso que permitia a participação e não um desejo consciente de lá estar. A população que passa a assistir a esse projeto não ia ao centro por causa dos shows. Ela já estava no centro e como esse possibilita também a atividade cultural, as pessoas acabam por nele permanecer.

Além da mudança do público, agora quase que restrito aos que estavam no fluxo de pessoas do centro, há também mudanças no enfoque



do evento. Durante o “Venha ao Vale”, parte da programação era temática. O show de música, embora sob controle e de massa, procurava colocar em evidência algumas questões prementes na sociedade. Por exemplo: o show de Gilberto Gil e Djavan com a participação do grupo Ilê Ayê foi programado no mês dedicado à cultura negra (agosto de 92) no evento intitulado “A Face Negra da América” e Elba Ramalho (em novembro) num show em resposta à ação neo-nazista contra os nordestinos em São Paulo. Nesses shows, questões sobre os temas propostos eram levantadas pelos artistas, que, no palco, chamavam a atenção às tendências racistas, segregacionistas que apareciam na sociedade, pedindo que o público pensasse sobre a questão, procurando mudar essa realidade. Nesse sentido, o evento era mais do que um espetáculo, já que pela sua realização podia, ou não, levar a uma tomada de consciência dos problemas que afligem a sociedade.

No “SampaShow” eram realizados shows musicais, que privilegiavam apenas o artista ou grupos musicais como sendo o fato a ser visto e, em geral, artistas bem cotados na mídia enquanto campeões de vendas de discos e Cds, como no caso de Beto Barbosa, Negritude Junior, entre outros. O evento se apresentava unicamente como um espetáculo, resultado e concepção do modo de produção, que exige a atitude passiva do público envolvido e, na qualidade de uma mercadoria, toma parte da vida social, procurando dominá-la. O grupo de pessoas que participa desses eventos é

“... aparentemente tratado como grande pessoa... sob o disfarce do consumidor. Então o humanismo da mercadoria toma a cargo os lares e humanidade do trabalhador, muito simplesmente porque a economia política pode e deve dominar”¹⁸⁴

Por mais que se procure dominar a vida social, comercializando o lúdico, o corpo, compensando as frustrações vividas no dia de trabalho com um “espetáculo gratuito”, proporcionado pelo Estado, a aglomeração de pessoas, a multidão presente ao evento, pode favorecer ao indivíduo a possibilidade de não só fazer do centro o lugar de consumo, como também de consumi-lo, apropriando-se do lugar, usando-o, ocupando um lugar no

¹⁸⁴ G. DEBORD. A sociedade do espetáculo, pg. 32.



espaço da praça e junto com outros, acobertados pela própria multidão, que não permite ou dificulta a identificação, transgredir normas, ainda que muitas vezes, sem explicação para isso.

Esse espaço e esses momentos favorecem a mistura de populações, o que poderia “suprimir toda forma de segregação”¹⁸⁵, já que o contato entre diferentes exige o estabelecimento de normas sociais aceitas por todos, de modo a permitir a permanência de todos no lugar. Essas novas “normas” podem, temporariamente, levar a suspensão, pelo menos nesses locais públicos, do reconhecimento da hierarquia social existente em nossa sociedade, fato este que inquieta aos que detêm o poder.

Assim, a vivência das pessoas nas praças públicas, onde ocorrem os grandes eventos (shows, comemorações, atos políticos), podem apresentar-se como lugares de subversão, do exercício pleno da liberdade, criação, possibilitando, ao mesmo tempo, pelo anonimato e aglomeração, um momento de liberdade que ameaça, mesmo que não conscientemente e sem projeto político, a estrutura de poder existente, e talvez por isso exista a tendência à eliminação desses locais, mais especificamente dos que se localizam no centro, como áreas de encontro, da festa, da comemoração, da expressão do sentimento coletivo.

Uma primeira manifestação dessa tendência, de eliminação dos lugares de encontro e aglomeração, após a reurbanização do Vale do Anhangabaú, ocorre em 1995 quando da mudança da periodicidade do projeto Sampa Show. Este ocorria até então quinzenalmente, às sextas-feiras, aos finais de tarde. A partir de março ele passa a ser mensal. A mudança foi a saída encontrada para acalmar os conflitos surgidos entre as Secretarias Municipais de Habitação e da Cultura, no que dizia respeito a revitalização do Centro. Enquanto Rodolfo Konder (secretário da Cultura) defendia a manutenção de grandes eventos culturais no centro, procurando retirar a idéia de marginalidade, recuperando-o como lugar da cultura, Lair Krahenbuhl (secretário da Habitação) propunha a retirada dos shows do centro, atendendo à reivindicação da Associação Viva o Centro, alegando que esses destruíam o paisagismo do Vale e da região, afugentando das lojas próximas, nos dias de eventos, os consumidores que tendiam a evitar o

¹⁸⁵ T. PAQUOT. *Vive la Ville*, pg. 140.

local com medo do que poderia surgir das aglomerações. Durante o ano de 95, ainda acontecem os espetáculos de grupos e artistas como: Chiclet com Banana, Maurício Mattar, Só pra contrariar, Leandro e Leonardo, entre outros, até porque os contratos com esses artistas já haviam sido firmados. Entretanto, no início de 1996 o “SampaShow” é encerrado.

Mas, nem todos os grandes eventos são promovidos diretamente pela Prefeitura de São Paulo. Em 9 de dezembro de 1995, um evento realizado na esquina da Av Ipiranga com a Av. São João, sábado à noite, reuniu 110 mil pessoas de todas as classes sociais para assistir ao show de Caetano Veloso, patrocinado pelo Banco Itaú, que assim procurava comemorar os seus 50 anos de funcionamento.¹⁸⁶ Nos principais telejornais, durante o dia, era anunciado o evento e pedia-se, a quem fosse ao centro que o fizesse utilizando os transportes coletivos (ônibus ou metrô) a fim de evitar congestionamentos. Explicava-se ainda que a estação de metrô mais próxima do acontecimento era a da República.

Observando o movimento nessa estação pôde ser constatado que a juventude dos bairros mais sofisticados, como os Jardins, não sabia onde ficava o famoso lugar: o cruzamento da Av. São João com Ipiranga onde alguma coisa acontecia a Caetano quando ele o atravessava¹⁸⁷. Não costumavam ir ao centro sequer para fazer compras. Os seus “centros” eram outros, especializados principalmente no consumo. Os shoppings da cidade eram os locais onde parte da vida realizava-se. Não é apenas o comprar objetos que se faz nesses lugares. Eles possuem também toda uma área de lazer à disposição (cinemas, áreas de jogos para crianças, praças de alimentação). Assim, muitas pessoas que foram ao Centro para ouvir Caetano jamais haviam pisado naquele local. Para esses indivíduos, o centro antigo nunca chegou a ser referencial de coisa alguma. Não havia a necessidade de ir a esse local. Para essa parcela da população o centro está pulverizado. O poder se apresenta disseminado por vários locais.

A região central da cidade, onde prefeitura e grupos privados promovem eventos, era, há alguns anos, o único lugar que concentrava os

¹⁸⁶ . Folha de São Paulo, caderno cidades, 11.12.95.

¹⁸⁷ Sampa, música de Caetano Veloso, se inicia com a localização do músico no centro paulista. Diz ela “Alguma coisa acontece em meu coração, que só quando cruzo a Ipiranga e a Av. São João”, tornando esse um dos cruzamentos mais famosos da cidade.



elementos da vida urbana que, com o grande desenvolvimento, explode pulverizando-os por quase toda a cidade, ao mesmo tempo em que quase se autodestrói (como se implodisse) deixando de ser um referencial e fazer parte da imagem dos centros vividos e reconhecidos por essa população que, também, tem diluída a consciência espacial ao viver e perceber a cidade apenas de modo fragmentado. Como nos diz Choay, gosta-se apenas de fragmentos da cidade¹⁸⁸, dos locais onde se realiza parte das necessidades de sua classe, e são a eles que se recorre para as referências, agrupando os iguais e segregando os que, com quem não se deseja misturar. Para essa população, o antigo centro não faz parte da imagem de centro vivenciado e reconhecido. Para eles ir ao centro, o lugar desconhecido onde sabem existir uma multidão de pessoas diferentes, é exótico e o cruzamento da São João com a Ipiranga, um mistério¹⁸⁹. Por isso esses jovens, pertencentes às camadas de maior poder aquisitivo, não sabiam onde se realizaria o show. Saindo da estação República foi necessário seguir a multidão que conhecia bem o centro, pois nele trabalhava, fazia compras, ou seja, tinha-o como referencial. A multidão, e não o espaço, era a referência para esses que nunca haviam ido ao lugar e, portanto, não estavam familiarizados com o “trajeto”.

Era um evento de rua, com os mais diversos tipos de pessoas misturando-se, mas ainda assim era possível perceber a diferenciação que as pessoas tiveram na visualização do espetáculo. Democraticamente, os primeiros a chegar, muitas horas antes do início da apresentação que estava programada para as 19h45, conseguiram os lugares mais perto do palco, embora corressem o risco de serem prensados em caso de tumulto. Os que chegaram próximo ao começo do show ou com ele já iniciado, tiveram que se contentar em ver tudo de longe, não conseguindo sequer enxergar Caetano, ficando só com o som. Eram muitas as cabeças que impediam a visão.

Existiam, na área, lugares privilegiados de onde se podia bem avistar o show e a multidão, mas o acesso a eles não era fácil. Apenas uma platéia vip, selecionada pelo patrocinador, teve esse direito. Alguns prédios antigos

¹⁸⁸ Françoise CHOAY. “Nostalgie?” in *Espace et Temps*.33. pp. 11.

¹⁸⁹ Jean-Claude BERNARDET. *Viver o Centro* in *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, pg. 129.

na Av. São João, em sua maioria hotéis, que não tinham nenhuma estrela, tiveram os quartos que davam para essa avenida, alugados pelo Banco Itaú, de onde um grupo seletivo assistia ao show, agitando os lençóis brancos das camas. Ainda que a multidão fosse enorme, a PM não registrou nenhuma ocorrência grave. Apenas os enfermeiros de plantão é que tiveram que reanimar dez pessoas desmaiadas por causa do excesso de bebidas ou mal estar¹⁹⁰. O número de pessoas presentes poderia ter sido maior se não fosse o receio de muitas pessoas de irem a um lugar em que a multidão está presente. O lugar democrático, livre, a rua e a multidão inspiram medo.

Caetano Veloso cantou e entre algumas músicas fazia alguns comentários. Um deles chamou a atenção. Ele fez um elogio ao público, afirmando que esse deveria ser “mais respeitado do que tudo o que é privado”. O que é público é de uso de toda a sociedade. No caso do espaço público ele é aberto e de uso coletivo. É nele que a sociedade se manifesta claramente. Todos podem apropriar-se do lugar público, mas não ter a exclusividade do uso como acontece quando da posse privada de algo. A afirmação de Caetano adquire um caráter de rebeldia e contradição. O evento realizava-se em um espaço público e estava sendo utilizado para fins privados. Esse uso da rua para a promoção de interesses privados, pode levar à perda do sentido do que é público, o que apontaria para a não conquista da cidadania, se entendida como sendo “...o exercício da responsabilidade com relação ao que é comum¹⁹¹”. Se tudo passa a ser visto apenas sob o prisma do interesse privado, a responsabilidade sobre as ações que se efetuam no espaço deixa de ser coletiva para tornar-se, exclusivamente, individual.

Ainda que o show fosse na rua, um lugar público que favorecia a diversidade de usos, eventos e relações¹⁹² e uma multidão a ele assistisse sem precisar desembolsar dinheiro para participar, não era o poder público o responsável pela alegria popular. Tratava-se de uma estratégia de marketing do Banco Itaú, que, ao promover o espetáculo, na famosa esquina da cidade, imortalizada na música de Caetano Veloso – Av. Ipiranga com São João – procurava criar uma imagem positiva da empresa, buscando atrair

¹⁹⁰ Estado de São Paulo, caderno 2, 11.12.95.

¹⁹¹ Carlos Nelson SANTOS (coord). Quando a rua vira casa, pg. 130.

¹⁹² Carlos Nelson SANTOS (coord). Quando a rua vira casa, pg. 24.



novos clientes dotados de recursos. Mesmo que os virtuais candidatos a consumidores dos serviços bancários dessa empresa não tenham ido ao centro para assistir ao show, a iniciativa do Banco teve grande repercussão na imprensa (jornais e tv) que dedicou um bom espaço para divulgação e comentários do evento. Em acordo com a Rede Globo, posteriormente o show foi editado como um especial. Durante sua realização, foram feitos flashes ao vivo e comentários durante o Jornal Nacional¹⁹³, destacando a grandiosidade do evento.

O show fazia parte de uma estratégia de consumo de um produto, no caso, os serviços prestados por uma instituição financeira. Utiliza-se do espaço público, a rua, que é de todo mundo¹⁹⁴, lugar democrático e livre que, por outro lado inspira medo, já que, por mais que se procure controlar, a multidão utiliza o anonimato presente nas grandes aglomerações, o que possibilita a transgressão de normas de conduta pública. Ao destacar o público como o essencial, Caetano apontava, em seu show, para a cidade, enquanto lugar da diversidade e da possibilidade à criação de um projeto de ação coletiva, que recuperasse a cidade enquanto lugar da vida e da liberdade. Nesse sentido, a reconstrução da urbanidade, enquanto um projeto político, estaria na capacidade de a sociedade produzir novas formas da cidade, bem como de suas funções sociais, culturais e econômicas, de modo a possibilitar a autonomia e a liberdade de seus cidadãos, permitindo a diversidade e o direito à diferença¹⁹⁵.

O show de Caetano apresentava-se como essa tentativa. Não era um evento para um grupo específico. Possibilitava a mescla, o contato e até o medo. Era a retomada do espaço público pela festa, pelo show, pela quebra da rotina do trabalho. Era a apropriação da rua que fazia da festa, do encontro, mais do que fuga, um momento de prazer. Assim, "... o tempo das festas duplica o tempo do cotidiano em lugar de fragmentá-lo".¹⁹⁶

Não se poderia, pelos fragmentos, reconstituir algo da vida? Caetano em sua música "Sampa" dá pistas sobre isso. Em Sampa:

"Alguma coisa acontece no meu coração,

¹⁹³ Telejornal que vai ao ar de segunda à sexta às 20:00 horas, sendo um dos programas de maior audiência da tv brasileira.

¹⁹⁴ Yveline LÉVY-PIARROX. "Dehors/dedans: les lieux d'urbanité" in EspacesTemps, 33..

¹⁹⁵ P. ANSAY e R. SCHOONBRODT. Penser la ville.

¹⁹⁶ H. LEFEBVRE. Critique de la vie quotidienne III, pg. 19.

que só quando cruzo a Ipiranga e a Av. São João
É que quando cheguei por aqui eu nada entendi...
do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas
da força da grana que ergue e destrói coisas belas
da feia fumaça que sobe apagando as estrelas
eu vejo surgir teus poetas de campos e espaços
tuas oficinas de florestas, teus deuses da chuva
Panamérica de Áfricas utópicas, tûmulo do samba,
mais possível Quilombo de Zumbi
E os novos baianos passeiam na tua garoa e os novos
baianos te podem curtir numa boa.”

Ao cantar Sampa, Caetano traz para a vida da metrópole paulistana a emoção que se choca com a dureza do concreto e da difícil vida da cidade, cheia de contrastes: a riqueza do novo, a pobreza do povo ou de parte dele, a força do dinheiro, a transformação da primeira natureza, a criação, pelo homem, da segunda e no meio do embate a possibilidade de resistência e mudança simbolizada pelo Quilombo de Zumbi. A música descreve a multiplicidade da realidade social da qual o espaço é produto e meio¹⁹⁷. Produto e meio da relação que se estabelece entre “o povo oprimido e a força da grana”, possibilitando o surgimento dos “poetas de campos e espaços”. O espaço compreende as relações de coexistência e simultaneidade. O espaço social não é um simples objeto: é o resultado de ações passadas, permitindo ações sugestionadas ou proibidas. Os espaços sociais surgem destruindo e incorporando o que já existia “... e a mente apavora o que ainda não é mesmo velho, nada do que não era antes quando não somos mutantes...”, transformando-os em novos espaços, onde reside a possibilidade de mudança, já que é nesses espaços produzidos na transição novo/velho que pode haver a apropriação, através dos espaços de subversão. Estes são espaços onde se vive a vida urbana, incorporando os sentimentos, as emoções, aquilo que é próprio do ser humano.

Viver a vida urbana de uma grande cidade oferece a possibilidade “... de mesclar pessoas e diversificar atividades”¹⁹⁸. A diversidade possibilita a negação de uma única forma de viver e entender o lugar onde se vive, já que vários são os sentidos a ele dados a depender da cultura, da classe social,

¹⁹⁷ Ana. Fani. A.CARLOS. A (re)produção do espaço urbano; o caso de Cotia.

¹⁹⁸ Richard SENNETT. O declínio do homem público, pg. 26.



do local de moradia e de acesso aos bens da cidade. Favorece o surgimento do cosmopolita,

“o homem que se movimenta despreocupadamente em meio à diversidade, que está à vontade em situações sem nenhum vínculo nem paralelo com aquilo que lhe é familiar” ¹⁹⁹,

já que, na grande cidade, tudo é possível, graças à variedade de contatos travados no trabalho, escola, lazer, ou seja, na vida cotidiana. Participar de tão variadas situações na vida urbana exige que se recorra

“a um conjunto bem distinto de códigos, a depender da situação em que se encontrar (na casa, no trabalho, na Igreja, na rua ou no bar, num enterro, etc)” ²⁰⁰

Essa multiplicidade de experiências, propiciadas pela vivência da grande cidade, acaba por fazer do urbano o lugar da expressão dos conflitos²⁰¹ resultantes das intencionalidades nascidas de diferentes necessidades, ao mesmo tempo particulares a cada grupo, aparentemente contraditórias, mas parte de um mesmo processo, portanto complementares.

A música “Sampa” tem mais um sentido. Ao falar de São Paulo, intencionalmente ou não, Caetano ressalta a noção de centralidade. O espaço possui uma centralidade dialética, ao se colocar como o lugar do poder, e portanto da opressão, e, ao mesmo tempo, como o lugar da possibilidade de transformação da vida que o oprime, e logo, da subversão. É nesse lugar que a sociedade vai a busca do que a cidade pode oferecer, conseguindo, em alguns poucos momentos, apropriar-se pelo uso dos espaços públicos. Mas que momentos são esses? São justamente os da mudança, da transição novo/velho, em que o novo e a situação de mudança tendem a imperar, deixando a todos sem parâmetros e exigindo respostas rápidas. É justamente perante essa situação que há chance de transformação. Talvez, por isso, os espaços de representação se identifiquem com os lugares clandestinos e subterrâneos da vida social, que podem ser encontrados nas ocasiões das festas, dos eventos em que o conflito entre o público e o privado está presente, ainda que dissimulado.

¹⁹⁹ Richard SENNETT. O declínio op. cit, pg. 31.

²⁰⁰ David HARVEY. Condição pós-moderna, pg. 51.

²⁰¹ H. LEFEBVRE. La revolution op. cit. 232.

Em “Sampa”, a rua tem papel fundamental. Resgatada no cruzamento da Av. Ipiranga com a São João, ela pressupõe, para seu entendimento, a vivência de um alguém nela. A rua informa, surpreende, auxilia (pela desordem) a construir uma ordem superior, uma apropriação do espaço-tempo²⁰², que coloca todos, em tese, em situação de igualdade social. No show, era uma rua pública que, naquele momento, estava sendo apropriada pela população, mesmo que parcialmente controlada pelos seus idealizadores. De qualquer forma, esse evento ia contra a posição da Associação “Viva o centro”, que era a do não uso das ruas para a aglomeração. Mas, houve, além desse e antes dele, outros eventos, especificamente no Vale, que foram duramente criticados pela Associação por reforçarem a imagem do centro como de “centro popular”. Se antes os eventos eram realizados pela prefeitura municipal, e era com a administração do município que a Associação “Viva o centro” debatia, agora nas discussões, aparece um novo elemento interessado na apropriação privada desse espaço: as emissoras de televisão.

As emissoras de televisão são responsáveis por boa parte dos produtos da Indústria Cultural. Como em outras atividades, há concorrência entre as emissoras, e nessa disputa, o espaço serve como um elemento para a conquista de novos mercados. Na luta pela audiência e logo, pelos anunciantes, algumas emissoras de televisão passam a brigar pelo controle do uso de alguns lugares públicos na cidade, em momentos muito específicos, cujos acontecimentos conseguem mobilizar a atenção de todos, sob alguma forma de diversão. No Brasil, um evento que consegue esse feito é a copa do mundo de futebol.

O futebol, em nosso país,

“...é visto como arte, perícia, habilidade, engenho, capacidades que são próprias dos jogadores; mas ao mesmo tempo, é visto como conjunto de conhecimentos que todos possuem, jogadores e torcedores”²⁰³

eliminando, entre eles, a noção de hierarquia. O torcedor é o décimo segundo jogador. No Brasil, o futebol é o esporte popular que conquista

²⁰² H. LEFEBVRE. La Révolution urbaine, pg. 30

²⁰³ Marilena CHAUÍ. Conformismo op. cit. pg. 103.



paixões em todas as camadas da sociedade, servindo até de inspiração a artistas e intelectuais²⁰⁴.

Existe uma mobilização popular em torno do futebol que, nos anos 70, no auge da ditadura militar, foi utilizado na produção de “... uma ideologia da indivisão e da união nacional²⁰⁵”, do “pra frente Brasil”. O futebol acaba por ser apropriado e utilizado como mais um dos mecanismos de controle e direcionamento de ações, posturas e vontades.

Quando acontece um jogo do Brasil nas copas, o país pára. Altera-se a rotina do dia-a-dia de trabalho na cidade. Bancos, comércio, escolas, órgãos públicos, mudam os horários de atendimento e funcionamento a fim de liberar os funcionários para assistirem aos jogos. As pessoas teriam a possibilidade de assistir aos jogos em casa, ou mesmo nos locais de trabalho. Quase todas as emissoras transmitem o duelo esportivo, e é nesse momento que se estabelece um outro duelo: o das audiências. Ganha ou perde recursos a que conquista, ou não, o maior/menor número de telespectadores. Os índices do IBOPE é que irão direcionar em quais emissoras os anunciantes devem anunciar e divulgar seus produtos. Nessa guerra por mercado e capital, as emissoras de televisão traçam novas estratégias de conquista em que o espaço é conquistado e conquistador.

Conquistado, quando uma das redes de televisão consegue o direito ao uso exclusivo da área pública para montagem de seus equipamentos e em sua programação por meio de convites como, “Venha assistir aos jogos no Vale”, tentam convencer as pessoas a irem ou permanecerem nesse local. Não se trata de qualquer local. Estamos falando do Vale do Anhangabaú, no coração de São Paulo, bem servido de transporte coletivo, como metrô e linhas de ônibus, além de ser o lugar de maior circulação de pessoas da cidade. É um lugar estratégico, se a intenção é conseguir concentrar um grande número de pessoas. É conquistador, quando mostra a vitalidade do espaço, pela presença da multidão que fica, por exemplo no Vale, assistindo através de telões, aos jogos que, simultaneamente, estão sendo transmitidos para todo o mundo. A presença da multidão precisa ter

²⁰⁴ Como exemplo podemos citar o livro que reúne as crônicas de futebol escritas por Nelson Rodrigues intitulado “À sombra das chuteira imortais”, publicado pela Companhia das Letras, quando da realização da copa dos EUA, ou ainda as músicas compostas por Jorge Ben Jor, Chico Buarque, grupo Skank, entre outros.

²⁰⁵ Marilena CHAUI. Conformismo op. cit. pg. 60.

visibilidade, ser retransmitida, registrada aos que ficaram em casa assistindo ao jogo e aos anunciantes, dando uma demonstração de força da emissora que consegue levar ao espaço público mais de trinta mil pessoas, que em pé, ao sol, com frio ou calor, permanecem na praça, torcendo pela seleção “canarinho”, prestigiando, sem o saber, uma determinada emissora, que detém, usando um canal de televisão, o uso do lugar, naquele momento.

A conquista e controle do espaço exigem que este seja concebido como algo usável, capaz de ser dominado pela ação humana²⁰⁶. Se as pessoas desconhecem o espaço, o domínio sobre ele se dará por poucos, o que garante a manutenção da hierarquização social no e do espaço e com isso sua segregação.

Em uma ação conjunta da Prefeitura do Município de São Paulo e da Rede Bandeirantes de Televisão, com patrocínio da Antártica e da Phillips, foi instalado um gigantesco *widewall*²⁰⁷ no Vale do Anhangabaú, onde foram transmitidos, diretamente, os jogos do Brasil e boa parte das outras partidas da copa de futebol, que se realizou em meados de junho a julho de 1994, nos EUA e que foram assistidos simultaneamente em todo o mundo, via satélite. Além dos jogos em si, imagens de produtos (refrigerantes, roupas e acessórios esportivos) incitavam o desejo de consumo desses objetos, que eram oferecidos também ao mundo através das propagandas inseridas durante a veiculação do programa, principalmente nos intervalos dos jogos, tendo como “rapazes propaganda” alguns dos jogadores de futebol da seleção ou personalidades famosas que pareciam torcer pelo time brasileiro. O futebol, que no Brasil é parte integrante da cultura, é transformado em espetáculo, submetendo “... a si os homens vivos, na medida em que a economia já os submeteu totalmente”²⁰⁸. Pela apresentação do espetáculo futebolístico condiciona-se a compra de objetos, desde os relacionados com o esporte, como bolas e chuteiras, a bebidas alcoólicas, que, em tese, são prejudiciais ao desenvolvimento da atividade física, como a cerveja, por exemplo.

²⁰⁶ D. HARVEY. *Condição Pós-moderna*, pg. 231.

²⁰⁷ Parede de vidro de 42 metros quadrados que consistia em 81 telas de 38 polegadas- dados fornecidos pela Agenda Cultural de junho/94.

²⁰⁸ G. DEBORD. *A sociedade do espetáculo*, pp. 14.



A estratégia dessa emissora de televisão leva à praça pública milhares de pessoas que, respondendo à convocação feita nos e pelos meios de comunicação, ocupa-a, torcendo, gritando, agitando bandeiras, gastando energia física, sonhando com o gol. Quando os jogos acontecem durante a semana, poucos se deslocam ao centro exclusivamente para esse fim. A maioria faz parte do fluxo de pessoas que está no centro. Esse evento evoca para a população o reforço da idéia do centro como o lugar do povo. Ressalta as características do popular, que a “Viva o centro” quer afastar.

O caráter popular do evento era marcado pela presença dos ambulantes, que vendiam bebidas, salgadinhos, bandeiras do Brasil. Ao mesmo tempo em que o espaço público era apropriado, de forma improvisada, a presença desses vendedores ambulantes registrava as condições e estratégias de sobrevivência que permeiam o cotidiano e a produção do espaço²⁰⁹, que é construído por meio de um processo de exclusão social. Os ambulantes, nesse momento, apropriam-se do espaço mesmo que formalmente lhes seja negada essa possibilidade, através da realização do comércio improvisado, que faz parte da economia informal, contribuindo para a reprodução do capital. Como era um lugar público, também circulavam os catadores de latinhas de refrigerantes e cerveja que servem como fonte de sobrevivência para esse grupo, que com sacos às costas saem em busca dessa “riqueza”, vasculhando lixeiras e recolhendo as latas jogadas ao chão pelos torcedores para venderem depois. Além desse grupo, a “imagem da pobreza” do Centro, que o “Viva o centro” não quer ver divulgada, é reforçada pela presença de um grande número de crianças de rua, mulheres e deficientes físicos que pediam esmolas, e embora fossem muitos, ninguém parecia vê-los. É como se já fizessem parte da paisagem. Sua presença não chegava a importunar a multidão, pelo menos não a ponto de exigirem a sua retirada pelo policiamento que estava na praça.

É na imprensa que fica claro que o Vale e os lugares públicos onde se podia assistir aos jogos por telões eram os lugares da classe de baixo poder aquisitivo. Quem tinha recursos e queria torcer em conjunto, como que a pertencer a uma torcida organizada, procurava bares, restaurantes e casas noturnas que se preparavam para receber os torcedores de melhor poder

²⁰⁹ A. F. A. CARLOS. “A rua: espacialidade, cotidiano e poder” in O lugar no/do mundo, pg. 102.

aquisitivo, instalando tvs. de 29 polegadas para que os clientes pudessem assistir e vibrar pela seleção, consumindo no estabelecimento²¹⁰. Os jornais diários passam a apresentar, nos dias dos jogos do Brasil, roteiros para comemorações em bares, casas noturnas e de entretenimentos, mas não variando muito a informação sobre tais locais²¹¹. Esse discurso jornalístico implica o reforço ao desenvolvimento do mundo do consumo, que tende a capturar as situações mais variadas que poderiam acontecer, caso não houvesse essa proposta de disciplinamento do consumo de locais e mercadorias no momento da diversão, do lazer.

A imprensa resgata a idéia de torcida única pela seleção brasileira, que, como já foi exposto, é uma das formas utilizadas pelos grupos dominantes para impedir a manifestação das desigualdades²¹², e é nos meios de comunicação que aparece estampada, como algo natural, a segregação das classes dada em localizações específicas para a comemoração de algo que, a princípio, deveria unir a todos. As pessoas com melhor poder aquisitivo isolam-se em lugares de riqueza e/ou onde são rotulados como lugares da moda (“bem freqüentados” e que excluem a maioria). Para a maior parte da população, resta festejar na rua, na praça pública, talvez um dos poucos locais, onde não se precisa pagar, em que o exercício de liberdade é possível, já que a rua é difusora de muitos fluxos que permitem a troca, o conhecer, sem que seja preciso perder a identidade, justamente pela diversidade que pode promover²¹³. A rua possibilita o encontro, a manifestação protegida pelo anonimato garantido pela multidão, ao mesmo tempo em que é o espaço da sociabilidade capitalista²¹⁴ em que tudo tende a ser mediado pelo mercado, e foi a rua, o espaço público que foi utilizado na tentativa da ampliação dos negócios, do mercado, através da reprodução do desejo de consumir, impingida até aos momentos da diversão popular.

²¹⁰ Estado de São Paulo, 24.06.94, caderno cidades. Na mesma página que se esclarecia ao público os novos horários de funcionamento na cidade, apareciam indicados os locais, nos Jardins, em que bares e casas noturnas ofereciam seus endereços para reunir as torcidas.

²¹¹ Os bares, restaurantes e casas noturnas ficavam nos Jardins (a exemplo do Gallery), Itaim, Vila Madalena e mesmo no Centro.

²¹² Marilena CHAUI. *Conformismo* op. cit. pg. 60.

²¹³ P. ANSAY e R. SCHOONBRODT. *Penser la ville*, pg. 44.

²¹⁴ Marilena CHAUI. *Conformismo* op. cit. pg. 134.



A guerra de audiências acaba resultando na apropriação exclusiva de outros locais na cidade, para o mesmo fim, por diferentes emissoras. A praça da República foi ocupada pelo telão da Rede Globo. Cada emissora procura demonstrar, na sua programação, que é no seu espaço, no seu telão, que há mais pessoas aglomeradas.

Na grande final da copa, e da disputa por telespectadores e anunciantes, a luta entre as emissoras se acirra. Procurando atrair o maior número de pessoas, nos espaços públicos, e para frente da tv nas respectivas casas, a Bandeirantes anuncia que se o Brasil fosse vencedor, haveria uma festa no Vale com a apresentação de Jorge Benjor. Já a Globo, nesse jogo, desloca seu telão para a Av. Paulista e garante que sua festa seria animada por escolas de samba paulistas. O Brasil venceu. A festa, patrocinada pela prefeitura e redes de tv, correu noite adentro e, cada uma das emissoras, procurava, no dia seguinte, demonstrar que o seu lugar, onde estava instalado o seu telão, havia sido o mais procurado e freqüentado, demonstrando a força de sua programação. O uso do lugar serve como estratégia para demonstrar o poder de cada emissora, e, nesse sentido, é instrumento de domínio.

Sampa Show, Venha ao Vale, Show de Caetano, transmissão de partidas de futebol e comícios, foram os grandes eventos que trouxeram ou mantiveram multidões concentradas nos espaços públicos centrais e, reafirmaram o centro como um lugar popular, recuperando parte de seu simbolismo, o do lugar da festa, da agitação, do encontro popular.

Ainda que desde 96 estivessem proibidas as manifestações populares de grande porte, no centro, em nome de uma pretensa preservação paisagística da região central, mas que, na realidade, procurava reforçar o papel do centro enquanto um espaço de dominação; durante a realização da copa do mundo de futebol, realizada na França em 1998, a prefeitura municipal autorizou a Rede Globo a montar, sob o viaduto do Chá, no mesmo lugar onde antes existia o palco em que se realizavam os shows de música popular, um telão de alta definição para que as pessoas, novamente “convidadas” durante a programação da emissora, pudessem assistir aos jogos no Vale. Para garantir a presença das pessoas, além da

divulgação, baterias de escolas de samba eram convidadas a animar e a atrair o público que passava, a ficar no Vale.

Durante a realização dos eventos futebolísticos, relativos à Copa da França, percebemos, se comparado com a Copa dos EUA, que no Vale houve um maior controle da população que aí aparecia. Houve um maior policiamento ostensivo, que controlou o comércio informal, impedindo que vendedores de bebidas e alimentos circulassem por entre a multidão. A polícia militar, durante a exibição dos jogos de futebol, que aconteciam nos gramados franceses e eram transmitidos pelo telão ao público presente, incumbia-se de organizar o comércio informal, formalizando-o, restringindo-lhes o espaço de atuação. Só podiam ficar nas laterais da praça, não se importando com barracas montadas, com carrinho de pipoca ou caixas de isopor a tiracolo. Quem “quisesse” uma bebida é que tinha que se deslocar do meio da multidão, e da praça, para a sua lateral em busca de algo para saciar a sede ou fome (foto 6). A população novamente na praça, a festa, a comemoração apresentavam-se como uma ruptura momentânea da rotina diária²¹⁵, ainda que controlada.

Essa “permissão” do uso à população através da concessão privada do espaço público à Rede Globo, é dada, mesmo contrariando os interesses do “Viva o Centro”, que não quer o uso dos espaços públicos para a aglomeração de multidões. Deve-se lembrar que a Rede Globo, maior emissora do país, durante o mês de junho de 1998, antes do início da Copa da França, parecia promover uma campanha contra o poder municipal, ao mostrar, sistematicamente em seus telejornais, a ineficiência da administração pública. Após a concessão, a emissora passa a ser mais branda com as cobranças. Terminada a Copa da França, voltam a ser proibidas, mantendo-se o decreto anterior, quaisquer manifestações (não importa se de cunho cultural, esportivo, religioso ou político) organizadas no Vale do Anhangabaú, que assim se revela como lugar de repressão imposta em função das estratégias do Estado²¹⁶ e de grupos detentores de poder econômico.

²¹⁵ H. LEFEBVRE. Critique de la vie quotidienne I, pg. 265.

²¹⁶ A. F. A. CARLOS. A rua: espacialidade...op.cit.pg. 96.



foto 6



**COMERCIO INFORMAL NAS LATERAIS DO VALE DO ANHANGABAÛ.
DIA DE JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA, JUNHO DE 1998**

foto 7



**PRESENÇA DA POPULAÇÃO NO VALE PARA ASSISTIR
A JOGOS DE FUTEBOL**



A população nos eventos

Para entender o uso do espaço público, juntamente com as observações que fiz sobre a existência dos grandes eventos, e que foram a base do trabalho de campo, entrevistamos pessoas durante os eventos, tantos nos shows, como na exibição dos jogos das copas do mundo de 1994 e 1998, e cujas observações vieram acrescentar e reforçar algumas análises já expostas, as quais procuraremos deixar mais explícitas.

Durante a realização dos eventos eu, como observadora, acabei por colher impressões de pessoas que participavam dos eventos, tendo como premissa “o reconhecimento do outro como sujeito” ²¹⁷, logo, de criador de entendimentos desse espaço, ligado a experiências tidas com sua vivência. Isso implicou respeitar as suas ações, os seus ritmos e vontades, até em conversar comigo. Na maior parte dos casos, as pessoas estavam no Vale para se divertir e/ou, como mostraremos, para trabalhar, e não gostavam de ser importunadas por estranhos, no caso, eu era a estranha que procurava puxar conversa e, a partir daí, deles tirar suas impressões (seu entendimento do centro), durante um show ou outro grande evento. Eu, para eles, importunava, quebrava, mesmo que não fosse essa a intenção, a sua “presença” no local.

No caso das pessoas que estavam trabalhando no Vale, como vendedores de comida ou bebida, a conversa sempre se estabelecia após a compra de seu produto. Talvez até por me ver como compradora até o final do evento, aí sim se estabelecia um diálogo sobre o centro, sobre a vida no local, sobre o seu uso. Já, quando se tratava de pessoas espectadoras, a tentativa de estabelecimento de um contato só acontecia depois de uma aceitação de minha presença. Eu precisava ser aceita como mais uma no evento.

Os contatos realizados servem como um complemento ao trabalho de campo, realizado através de minhas observações, no local. Durante esses momentos eu me detinha, não apenas nas respostas e falas das pessoas, mas também, em seus olhares e gestos. As pessoas, por sua vez,

²¹⁷ J. S. MARTINS. “Tempo e linguagem nas lutas do campo” in *A chegada do Estranho*, pp. 29.

também me observavam, mas davam mais atenção ao movimento do que acontecia no Vale.

A presença de alguém, em um local que concentra uma multidão, com um caderno na mão fazendo anotações era o diferente. Numa ocasião, quando fazia observações sobre o que acontecia durante um jogo da copa dos EUA, um policial pára a meu lado e insiste em saber o que eu fazia. Após explicar que se tratava de uma pesquisa, quis ver o que eu havia anotado. Tive que lhe mostrar as anotações. Após verificar que se tratava apenas de como estava a movimentação das pessoas e como ele continuasse a meu lado, fechei o caderno e comecei a conversar com ele. Na conversa, ele dizia não entender por que as pessoas saíam de casa para ficar ali, em um lugar que podia ser perigoso, realçando que o perigo vinha da aglomeração “daquela gente”, que para ele era formada de migrantes nordestinos. A volta desses para suas terras natais, devolveria, na sua opinião, a tranquilidade à cidade de São Paulo. Mas, ele próprio era migrante, do interior de São Paulo, mas não se reconhecia como tal. O estranho era sempre o outro.

A fala desse policial reforçava o que mais se divulga na grande imprensa sobre o centro: que é lugar “do popular”, em que se destaca a grande presença da população de baixo poder aquisitivo, que, no senso comum, são chamados de pobres, todos associados aos migrantes nordestinos. Mas, no Vale tínhamos uma variedade muito grande de pessoas, para que se pudesse fazer tal afirmação, que, entretanto, é aceita como verdadeira para parte da população que evita ir aos locais públicos, quando há aglomerações.

Em nossos contatos, as pessoas, nas conversas, contaram um pouco de sua vida e da vivência no centro. Para todas elas, o centro é o lugar das possibilidades de trabalho. Reconhecem que a variedade de atividades aí existentes (destacam mais o comércio de mercadorias em lojas) possibilita a concentração de empregos. Algumas delas estavam desempregadas e viam inicialmente o centro como o lugar das oportunidades, aonde iam sempre em busca do emprego, ou por ofertas em classificados de jornais ou pelas vagas anunciadas em cartazes que ficam pregados em tábuas ou em “homens-sanduíches”, na Barão de Itapetininga.



Dessas pessoas desempregadas, algumas já haviam desistido de procurar emprego formal e sobreviviam como camelôs. Parte deles só vendia produtos no centro em ocasiões de grandes aglomerações, como acontece quando há shows, jogos televisionados, comícios, oferecendo a quem aí ficava, pipocas, milho verde e bebidas. Só tentavam o trabalho no centro como camelôs, onde o controle sobre suas atividades, efetuado pelos órgãos públicos, é mais tênue, o que é possível quando havia algum grande evento. Quando há aglomerações, os policiais não têm como tudo controlar e criam apenas algumas normas para aquele momento, como por exemplo, restringem a montagem de barracas às laterais do Vale, de modo a não impedir a circulação das pessoas.

Durante os eventos de grande público, os camelôs montam suas barracas no Vale do Anhangabaú e os que não as possuem, circulam com caixas de isopor por entre a multidão na tentativa de oferecer e vender os seus produtos. Afirmavam que o ganha pão diário era feito em pontos fixos em outros locais da cidade, durante os dias normais de trabalho (dentre os locais citaram o Largo da Batata em Pinheiros, e lugares periféricos, como o ponto final do ônibus Parque Arariba na zona sul).

Poucos dos camelôs com quem conversei trabalhavam no centro, especificamente no Viaduto do Chá e no Viaduto Bandeira. O que trabalhava no Viaduto do Chá não tinha barraca e expunha, em cima de plásticos, suas mercadorias, que variavam conforme o dia. Quando havia sol vendia óculos escuros, em dias chuvosos, guarda-chuvas.

O outro camelô, que trabalhava no Viaduto Bandeira, tinha uma barraca em que vendia tesouras, cortadores de unha, alicates, pequenas calculadoras. Os que trabalhavam diariamente no centro tinham medo de ter as mercadorias confiscadas e o trabalho terminado, por saberem do impedimento oficial dessa atividade.

A existência de camelôs no centro expõe o problema do desemprego na cidade, bem como uma das soluções encontradas pelas pessoas que por ele são atingidas. Mas aí temos, novamente, a instalação da luta pelo uso dos espaços públicos centrais. Enquanto os camelôs, os pedintes, os mendigos, as crianças de rua usam o centro em sua estratégia de sobrevivência, a tentativa da retirada de todos estes das ruas da área

central (tanto do chamado centro velho, como do expandido) ²¹⁸ faz parte da estratégia de “limpeza populacional” da área, levada a cabo pelo poder estatal, ainda que essa população seja o retrato das condições socioeconômicas de parte da população paulista hoje.

Esse processo tem continuado, pelo menos é isso que indicam as ações realizadas no início de 1999, em janeiro, quando a prefeitura municipal chegou a comunicar aos camelôs, que ocupavam o Viaduto Bandeira, que eles tinham 48 horas para saírem do local. Em fevereiro, ainda estavam lá, negociando o uso do lugar. A retirada dos camelôs aparece, no discurso da prefeitura, como uma tentativa de devolver os espaços públicos aos pedestres, mas em meio à crise existente no país, não basta baixar uma norma. É preciso que saídas também sejam oferecidas. A retirada dos camelôs da praça da Sé, da rua Direita, da Barão de Itapetininga, realmente possibilitou o melhor deslocamento dos que aí trabalham ou vão às compras. Mas, há determinados locais do centro, como o próprio Viaduto da Bandeira, que poderiam ser uma alternativa para os camelôs. Segundo Jorge Wilhelm, coordenador da equipe vencedora do concurso nacional de 1982, feito para reurbanizar o Vale do Anhangabaú e inaugurado em 1990, a Praça da Bandeira seria ideal para a realização de uma feira permanente de venda de produtos populares, onde os camelôs poderiam trabalhar ²¹⁹. A feira, hoje, existe pela iniciativa e necessidade de sobrevivência de pessoas que, como camelôs, organizaram todo o viaduto de forma que em um dos lados se instalaram as barracas e de outro está livre para a circulação dos pedestres. Mas, os que nele trabalham o fazem com medo, não dos possíveis assaltos, visto que para garantir seus trabalhos possuem e pagam segurança particular no viaduto; além da propina paga aos fiscais da prefeitura que cobram para fingir que não os vêem e assim não os autuam.

Os que afirmavam estar desempregados, mas que não haviam desistido de procurar empregos, dizem cada vez mais ser difícil uma colocação, já que o mercado parece estar requisitando uma qualificação

²¹⁸ A operação de retirada vem acontecendo desde o final de 1997 e intensificou-se durante o primeiro semestre de 1998. Logo ao início do segundo semestre de 98 (24.07.98) conflitos entre camelôs e policiais, repetem cenas já vistas no 1º semestre, com queima de barracas e confronto entre os envolvidos.

²¹⁹ URBS, 10, pg. 33.



cada vez melhor, até para a função de balconistas, exigindo-se para isso 2º grau completo (dentre as pessoas com quem conversamos apenas uma tinha completado o 2º grau e todas as outras cursado até a 5ª série).

Isso dá indicações do novo perfil de trabalhador que se exige. Reduz-se o número de ofertas de emprego, não só pela recessão econômica, mas também pelo aumento de tecnologia, em algumas áreas, o que leva as empresas, altamente sofisticadas, a trabalharem com um número reduzido de funcionários. Quando se divulga que empresas como a Fotótica²²⁰ voltam ao centro após dez anos de afastamento, ressalta-se que isso foi possível devido à incorporação de alta tecnologia, o que reduziu a necessidade de grandes espaços e de um grande número de trabalhadores. Mas ainda, assim, o centro, ou pela esperança ou pela crença, continua a ser procurado como o local de possível oferta de trabalho, graças à diversidade de atividades que ainda encontra e pelo seu acesso.

Das pessoas que estavam no centro, seja a trabalho, em sua busca, fazendo compras ou passeando, poucos moravam na área central e se deslocavam a pé; alguns eram de outros estados ou municípios e estavam a trabalho instalados em hotéis do centro (e por isso afirmavam também se deslocar a pé). A maioria morava nos bairros periféricos da cidade, deslocando-se de transporte coletivo (trem, metrô ou ônibus). São os que moram distante que elogiam a acessibilidade que, aliada à centralidade de atividades e lugares referenciais, faz do centro local de programa entre os que se sentem sozinhos na cidade e que buscam encontrar na multidão a possibilidade do encontro com os desconhecidos, com a garantia do anonimato. É isso que chama atenção na entrevista de um cidadão que, morador da Vila Mariana e tendo como área de lazer próxima a sua residência o parque do Ibirapuera, prefere o centro que garante seu anonimato. É a presença da multidão que lhe dá a garantia de agir sem ter que se revelar. É o encontro possível, não esperado com o desconhecido que fascina no centro. Ele, assim, deixa de ser somente o lugar do trabalho e das compras para se transformar em local de encontro fortuito, ocasional, não previsto e nem estipulado, como tende a ser regulada a vida nos

²²⁰ Associação Viva o centro. Em revista, 2 pg. 6. A fotótica é uma empresa que lida com materiais fotográficos e de ótica.



espaços do trabalho, da família e do lazer programados. Além desse entrevistado, dois outros ressaltaram esse lado do centro que, agitado, permite uma série de atos que quebram a rotina da vida, que proporcionam, às vezes, um “algo diferente”.

O grande número de pessoas é uma constante na rotina dos dias de semana no centro. Mas quando da realização de um grande acontecimento temos a concentração de uma multidão em um local, em especial no Vale do Anhangabaú, onde uma multidão, por exemplo em junho de 1998, aglomerava-se em frente a um telão instalado no Vale, para assistir aos jogos do time brasileiro, durante a realização da Copa do Mundo de futebol que acontecia na França. Mas as pessoas não se aglomeravam somente para ver o jogo. iam também para participar de uma festa, esperando que o time do Brasil sempre ganhasse o jogo. Como podemos ver na foto 6, além do comércio informal que abasteceu a multidão com bebidas em geral e salgadinhos, muitos se preparavam para o evento, vestindo-se a caráter, com as cores da bandeira brasileira, à espera da comemoração.

Como já mostramos, as emissoras de televisão disputavam entre si pelo uso do Vale para a exibição dos jogos. O Vale foi escolhido pela sua grande área livre, que permitia a concentração de multidões e também pela facilidade de acesso que ele permite, principalmente aos que utilizam o transporte coletivo. Mas, e se a escolha do lugar para os grandes acontecimentos fosse feita por quem deles participam? Que lugares escolheriam para realizá-los?

Ao serem indagados onde os grandes eventos deveriam ser realizados, todos apontaram o centro como o lugar para os acontecimentos, principalmente nas áreas de grandes espaços livres como o Vale do Anhangabaú ou mesmo a Praça da Sé ou da República, destacando que o Vale lhes parecia mais apropriado para isso, embora faltasse nele, não só mais equipamentos (banheiros, bebedouros públicos), como também espaços verdes, árvores e bancos. A falta de verde foi destacada por aqueles que assistiam aos eventos sentados ou parados nos gramados laterais do Vale, que, na realidade, fazem parte do conjunto da Praça Ramos, que dá acesso ao Vale. Alguns chegaram a fazer a indicação de outros locais, como o Parque do Ibirapuera (por ser mais aconchegante e



ter mais verde) ou o Estádio do Morumbi (possibilita uma boa visão de todos os lugares). De qualquer forma, todos colocavam como grande vantagem da realização de eventos no centro, o acesso fácil das pessoas, já que o centro é bem servido por transportes coletivos, o que não acontece com os outros locais indicados que restringem a acessibilidade.

A facilidade de acesso à área central acaba por torná-lo mais atraente para a realização de atividades as mais diversificadas. Questionados sobre a possibilidade de resolverem parte das necessidades nos centros próximos ao local de moradia ou trabalho, quando este não era na área central, dizem que podem fazer parte do que precisam (já que muitos dos serviços, principalmente os que se realizam nos órgãos públicos foram descentralizados, sendo instalados em outras áreas da cidade). Mesmo assim, às vezes optam por fazê-los no centro, aproveitando para a realização de outras atividades. Por exemplo: podem retirar o RG em vários locais na cidade, mas, ao irem ao centro, além de ser mais rápida a resolução do problema, graças aos serviços implantados pelo governo estatal com a criação do Poupa-Tempo, localizado atrás da Praça da Sé, na Av. Rangel Pestana, ainda lhes sobra tempo para fazer compras, comprar passes, rezar, etc. É a diversidade de atividades e funções existentes no centro que o fazem atraente e referencial para a população.

O centro é referência não só para a procura do trabalho, mas como o lugar do trabalho. Dos que estavam empregados, parte deles trabalhava no centro em atividades do setor de serviços (planejamento e órgãos de pesquisa) ganhando entre cinco e dez salários mínimos, enquanto que outros em serviços não qualificados, com ganhos em torno de 1 a 2 salários mínimos. Das pessoas que diziam estar empregadas, algumas disseram estar de passagem em São Paulo, hospedados em hotéis no centro, próximos aos locais de realização dos cursos aos quais foram enviados por seus respectivos serviços, que eram fora do Estado (citam Fortaleza e Natal como local de trabalho e de moradia fixa).

Mais do que trabalho, o centro proporciona também diversão, embora cuidados para se andar no centro devessem ser tomados, já que a violência aparece como algo muito presente (citada como um grande problema do centro e da própria cidade como um todo). Uma das pessoas

que morava num bairro periferia (ela especificamente era da zona oeste da cidade), falou que a violência não se restringia ao centro. Afirmava estar em todos os lugares da cidade e que a existente no centro nem assustava tanto quanto a que vivia diariamente no local de moradia, onde, segundo ela, o pouco de paz que existia era possível graças à ação dos justiceiros locais, que davam, “felizmente”, cabo dos bandidos da região. Se não fosse por essa ação, o medo, a insegurança não permitiria “sequer colocar as panelas no fogão”, ou seja, nem seria possível fazer as tarefas diárias da casa. A vida seria só medo, já que o poder público, os “governantes”, nada fazem para garantir a segurança nos bairros mais afastados do centro. No centro, o que ele vê de violência são pequenos roubos de carteiras e assaltos não seguidos de morte, enquanto que, na periferia a presença a morte é uma constante. É pela fala desse e de outros entrevistados que o contraste entre a periferia e o centro fica ressaltado.

A periferia é apresentada como o lugar da morte, da insegurança, da violência, retrato de uma sociedade marcada pela desigualdade ao acesso a bens e serviços. Se, no passado, morar na periferia também se associava à morte, os motivos que levavam a isso eram outros, que não a da morte por violência física entre homens. Eram as doenças, a falta de acessibilidade aos serviços médicos, que só podiam ser encontrados nas áreas centrais da cidade, a inexistência de serviços de limpeza pública e saneamento básico (água, esgoto) que faziam da periferia um lugar de risco à vida, enquanto que, o centro, ou as áreas mais próximas deste, representavam o lugar da salubridade, do crescimento econômico, onde serviços essenciais, como a existência de escolas, hospitais, empregos, lazeres, cultura, transporte e pavimentação, estavam presentes. Hoje, final do século XX, na cidade de São Paulo, ainda que estes serviços já estejam presentes nos locais mais afastados do centro, estes são em número reduzido, não atendendo a contento as necessidades das populações que moram nas periferias. A esse antigo problema da satisfação de serviços básicos, acrescenta-se agora a insegurança física, o medo de serem atacados ou fuzilados dentro de suas próprias casas. Nas periferias impera uma outra ordem, outra lei, um outro poder, paralelo ao representado pelo Estado, que pelo abandono a que



submete esses locais, possibilita a ascensão de um outro, que passa a dominar a vida da população local.

O centro, sob esse prisma, é menos arriscado do que a periferia e, por isso, até é possível andar pelo centro com relativa segurança, tomando-se apenas certos cuidados. Embora todos tenham afirmado ter medo dos assaltos, mesmo que nenhum deles tivesse passado por essa experiência, todos diziam que era devido às precauções tomadas. Bolsas coladas junto ao corpo e a não ostentação pública de riqueza, faziam parte da estratégia de combate à violência. Um dos que estava hospedado nos hotéis afirmava que para ir sossegado ao show de Fagner no Vale do Anhangabaú, deixou em seus aposentos o seu relógio e saiu com pouco dinheiro na carteira, usando uma calça jeans simples e uma camiseta para não chamar a atenção.

Enquanto a diversão pública, como o assistir a um show gratuito na praça, é uma opção para os que ganhavam mais de 5 salários mínimos, sendo ocasional a frequência, limitada ao estar por perto no dia do acontecimento e do artista que se apresenta, para os que estavam desempregados ou ganhavam até 2 salários mínimos era a oportunidade de ver um artista famoso, escutar um show de música, sem precisar pagar por isso. Para os que trabalhavam no centro, seja com carteira assinada, seja como camelôs ou ainda os desempregados, era essa a maneira de distração, fazendo com que a frequência nos eventos não fosse ocasional. Apenas quando por algum motivo eram impossibilitados de permanecer após o término do trabalho no centro ou quando não podiam se deslocar para ele, por falta de dinheiro para o pagamento do transporte coletivo, deixavam de assistir aos shows.

Nesses momentos, até por terem acesso ao show de um artista famoso, além de se divertirem com o espetáculo, os que detêm menor poder de consumo declaram ser iguais aos outros, participando de um fato que acham que vai virar notícia, da qual poderiam dizer que estavam lá, fazendo parte de algo importante que acontecia na cidade, coisa que nem sempre podem fazê-lo, ou seja, de participarem como cidadãos do acesso aos bens da sociedade em que vivem.

Os eventos, principalmente os shows com cantores brasileiros são programados pelo poder municipal, pré-estipulados, verdadeiros espetáculos promovidos pela indústria cultural que, assim, promove também o seu produto: o artista e os objetos a ele relacionados. Quem assiste a um show do grupo Tchan, vê-se inclinado a comprar o sapato ou o creme da loira ou da morena do grupo. Fazer parte da sociedade, em que se privilegia o consumo de mercadorias, implica em ser ou querer ser proprietário de determinados bens e objetos. Apesar de tudo isso, nesses momentos a permanência no lugar abre, por mais controlado e direcionado que seja, o desejo de fazer parte, de participar das ações que existem na cidade. Poder-se-ia dizer que, na realidade, não fazem parte de nada, apenas formam o número esperado no evento, que se iludem achando que fazem parte de algo.

Na fala dos que estão presentes ao evento, eles realmente crêem participar dos fatos que acontecem da cidade, dos quais, no dia-a-dia, são privados em seus locais de moradia. Além da falta de trabalho existente nas periferias e mesmo hoje para eles, na área central, devido a sua pouca qualificação, todos os que moravam na periferia informavam a não existência de atividades culturais em seus bairros, sendo que a diversão, muitas vezes, era apenas ver a jogos de futebol de várzea realizados no bairro. Ir ao centro durante a realização de grandes eventos, trazia-lhes a sensação de pertencer, mesmo que por poucos momentos, da vida da cidade. É essa a perspectiva que o centro e seu simbolismo têm em aberto, enquanto uma possibilidade de transformação. É no centro que as coisas acontecem, que conflitos também se dão, e é nesse local que muitos, às vezes, sentem-se como participantes da vida da cidade.



Capítulo IV – O simbolismo do centro

As várias ações, intervenções, como vimos, feitas pelo poder estatal ou sugeridas pela iniciativa privada buscam recuperar o centro, inclusive seu poder simbólico, enquanto local da concentração do poder para viabilizar e recuperar o patrimônio e os investimentos no local. Mas essa recuperação também pode abrir a perspectiva de se pensar o centro pelo seu poder simbólico da vida em liberdade, da reunião, da alegria, do encontro, ou seja, o centro enquanto identidade espacial, lugar de referência da vida. Nos estudos sobre a vida urbana, não se pode negar a importância e o papel do Estado, dos agentes imobiliários e econômicos na elaboração de um projeto de constituição das cidades. Estas são produzidas e construídas socialmente, servindo de instrumento de poder das classes dominantes, que procuram organizar a produção e os meios de produção através da cidade. Para isso, contribuem na concepção de suas estruturas, funcionamento, circulação e produção, cujo processo se incute na vida das pessoas, provocando transformações no seu ritmo de vida e na relação que se estabelece com o meio urbano. O cotidiano, aparentemente rotineiro, sempre igual, de cunho local, é atingido, criado e transformado, também, por ações de âmbito mundial.

Mas o que é o cotidiano da cidade, em que se realiza concretamente parte do processo de produção mundial?

O cotidiano da cidade pode ser entendido como o da permanente possibilidade de alteração da rotina diária, ao menos para os que viviam territorialmente afastados do centro, nas periferias ou subúrbios. A “cidade”, – que era a nomeação dada a área central da cidade –, era o “local da festa”, enquanto que o subúrbio era “essencialmente o lugar do sofrimento e da tragédia”²²¹. Isso se dava pela falta de acesso aos bens que eram produzidos e que se concentravam nas áreas centrais ou no centro, a que muitos confundiam com a própria cidade. Sendo representada como um lugar da festa, do ócio, do prazer, da ruptura do cotidiano sofrível, ligado ao mundo do trabalho, a cidade, ou seu centro, contraditoriamente, apresentava-se

²²¹ J.S.MARTINS. Subúrbio, pg. 18.

como o espaço do cotidiano agradável, de repetição ou manutenção da felicidade. Era, ao mesmo tempo, rotina, no sentido da permanência, e de extraordinariedade, do sobressalto, da diferença, da festa. Não que a todo o momento ocorressem realmente as festas, religiosas ou políticas, mas o centro continha esse fascínio pela existência de diversos atos, produtivos, econômicos, políticos, religiosos e de lazer, que são possíveis em um espaço, onde uma multiplicidade de pessoas e relações cria uma potencialidade extraordinária para a constituição de uma variedade de ações sociais, que tem sua concretude no espaço. O cotidiano da cidade aparece como fermento para a criação, e logo à transformação do já existente.

Assim o centro é lugar de reprodução, que, em parte, repete-se, mantendo certas condições de produção e, em parte, exige mudanças para continuar a produzir. A reprodução exige a manutenção e a permanência; precisa-se de um cotidiano que possibilite isso. Trata-se do espírito da modernidade, em que a manutenção de várias ações são necessárias para que a mudança possa ser possível. Mas, no mundo capitalista as mudanças tendem à manutenção de tudo na mesma ordem, dando a impressão de que o cotidiano não muda. Em essência, as relações de poder e dominação continuam existindo, mas adquirem nova forma pelo consumo, que se impõe como vital na vida cotidiana urbana.

Há a tendência ao consumo da cidade, de suas formas, de seu traçado, de seus bens históricos, de suas edificações, de seu solo. Mas, o consumo da cidade passa a não se realizar pelo uso que dela se faz, mas por sua tomada enquanto um objeto, uma mercadoria, à qual pode-se ter acesso exclusivo por meio da propriedade privada dos bens que fazem parte da cidade. Seu solo, compra-se em parcelas. A despeito do uso social da cidade, toma-a, pela compra, como propriedade privada, de uso exclusivo. Decide-se sobre um bem social de forma particular. O acesso à moradia, por exemplo, deixa de ser um direito constitucional. A moradia torna-se um direito para quem tem como pagar por ela. Institui-se uma cotidianidade, pautada no consumo, que tende à segregação espacial da cidade, pela construção de lugares específicos para determinados usos de classe. Criam-se bairros residenciais para as classes de maior poder aquisitivo. As de menor poder constroem as moradias à beira de córregos, de estradas, em



áreas de risco (com grandes chances ao desmoronamento) ou em localidades bem distantes das áreas centrais, como nas áreas de mananciais, sendo, posteriormente, retiradas dessas últimas.

O cotidiano se apresenta, de um lado, como produto-produtor do modo de reprodução capitalista, e, por outro, como “resíduo, quando fazemos a abstração da atividades” ²²², sendo aquele que não se incorpora inteiramente ao novo modo de viver e produzir. O cotidiano pode nos servir como categoria de análise, ajudando-nos a entender o processo de reprodução/apropriação do espaço urbano que, no mundo moderno, apresenta-se ao mesmo tempo como tendendo à homogeneização, à fragmentação e à hierarquização. Por mais banais que possam parecer os atos cotidianos, através de suas articulações e encadeamentos, conferem a especificidade a cada lugar no mundo. Nesse sentido, a cidade é a mediação entre o local e o global, sendo resultado do processo social e ligado ao modo de produção.

É esse cotidiano que penetra na vida das pessoas, que dá um sentido ao centro da cidade para a população, que, nele, tem a possibilidade de resolver parte dos problemas que assolam a vida. Como foi reforçado nas entrevistas realizadas com a população presente no Vale, o Centro possibilita o acesso a serviços dos mais variados. Pode-se, numa “ida ao centro”, retirar documentos, fazer compras, procurar a assistência do INSS, rezar, passear, comprar passes para uso do transporte coletivo, ervas medicinais e roupas. O centro tem a dimensão da diversidade de atividades que outros locais da cidade não possuem. Desta forma, ele se particulariza frente a outros lugares, possuindo sua especificidade: a de tudo concentrar.

Em um mundo onde a informação, os objetos, os lazeres, o espaço, as pessoas, viram mercadoria, tudo passa a se equivaler, e assim, no cotidiano, todos os instantes se parecem e nele se realizam. Por isso, o cotidiano pressupõe momentos que parecem contraditórios: é a necessidade do sentido de continuidade e permanência que garante a base para a produção e, ao mesmo tempo, a realização ou a transformação para o novo, momento em que interfere no processo que o constituiu.

²²² H. LEFEBVRE. Critique de la vie quotidienne III, pg. 16.



É o centro que permite a realização simultânea desses elementos. Ele é um ponto de referência. Simboliza o lugar da permanência, não só pela existência de monumentos arquitetônicos, que parecem não se transformar, embora a cada ano que passa a degradação física dos prédios seja visível, devido à não-manutenção, mas, principalmente, por nesse local estar centralizado o poder de decisão econômico (personificado nas instituições como a Bolsa de Valores, a de Mercadorias e Futuros, além de sedes de bancos privados e estatais). Além disso, concentra-se no centro um grande número de empregos, devido à diversidade de atividades existentes. Talvez por isso, pela concentração de empregos, as pessoas continuem, como foi indicado nas falas dos entrevistados, a verem o centro como o lugar das possibilidades que, entretanto, não se limitam a obtenção de uma melhor qualificação. O centro é visto como o lugar do emprego, mas também, graças à sua diversidade, como o da realização de inúmeras necessidades da vida, até mesmo a do lazer. Ele é o “centro”, lugar que tudo agrega (de bom e de ruim) que a sociedade pode oferecer. É essa permanência que permite a continuidade do processo de reprodução social, possibilitando o surgimento de situações que transformem a sociedade.

A permanência, ligada a uma rotina de procedimentos que escapam ao domínio das pessoas, confere à vida cotidiana o sentido de repetição obrigatória, sendo “tocada” em nome da necessidade de sobrevivência, não sendo permitido/necessário a compreensão do processo que leva a essa aparente repetição forçada. Aparente, já que nesse mesmo processo pode instituir-se o novo e, ainda que, momentaneamente, instaura-se a situação da precariedade, da não permanência, tornando possível, nesses momentos, a transformação (não em um novo acomodado e mantenedor da ordem existente), de um novo que interrompe a história constituída. O processo é possível, através do resgate ou do repensar o movimento, a partir do resíduo, das situações ou relações que, nas transformações, não foram cooptadas pelo movimento, que não se dobram à ação do processo de reprodução capitalista, residindo neles a possibilidade para o apontamento de um novo futuro que resgate no cotidiano a humanização da sociedade, indo em sentido inverso da tendência apontada na modernidade: da desumanização do homem.



Mas como detectar esses resíduos, recuperando as solidariedades ancestrais²²³ que parecem desaparecer? A vida urbana está presentificada nas cidades, que são construções de uma civilização, de uma sociedade e uma cultura, que está ligada a uma prática e ação, é na vida das cidades que aparecem as forças ou energias que tendem a insurgir contra a permanente dominação. Essas forças, em geral, tendem a ser sufocadas, mas também podem levar a uma mudança no processo. Para isso, é necessário atingir os modos de decisão e os sistemas de representação que se relacionam diretamente na vida local, consubstanciados nas formas, nas práticas e nos valores do imaginário, que fazem parte da constituição do espaço local, lugar da ação do habitante, que, entretanto, pode ou não dele se apropriar, dependendo, para isso, de sua possibilidade de agir ou não livremente.

Esse agir mais livremente, que poderia possibilitar a transformação do espaço, está, enquanto tendência hoje, sendo direcionado para a realização de uma maior eficácia de produção. Por seguir essa orientação, não responde às necessidades e aos desejos de uso dos habitantes, em especial daqueles que, no momento da produção, não são lembrados quando se planejam ou se organizam ações estruturais na cidade. Essas ações não são fruto do acaso. São elaboradas com base em um conhecimento, ao qual nem todos têm acesso. Para parcela da população, parte do entendimento que se tem da cidade, muitas vezes é construído com o auxílio de imagens que se criam da cidade. Essas imagens podem advir de experiências da vida, como também podem ser construções da grande mídia. O que temos visto, nela, é a exploração de uma imagem negativa da cidade. Construída, e aparentemente verdadeira, tende a aprisionar a alteridade estranha dos homens e das coisas. Essa imagem não surge do nada. É construída em algum momento passado e só se preserva hoje por existirem elementos constitutivos, determinados pelas relações sociais e culturais, que se mantêm e permitem a sua recorrência no presente.

As imagens, enquanto representações, são criadas e interferem pela e na prática social. Podem se estabelecer como um dos elementos da

²²³ M. SANTOS. O espaço do cidadão, pg. 16.

representação do espaço²²⁴, entendidos como representações que se ligam à ordenação espacial, à planificação do espaço, a um espaço produto/mercadoria, revelando a concepção que se tem do espaço, a partir do conhecimento, reconhecido e encampado pelo Estado, sob o qual, ações são gestadas a fim de servir às relações de reprodução. Mas, podem também contribuir para o surgimento dos espaços de representação²²⁵, ou seja, espaços que tendem a um resgate do sujeito, por ser composto, também, pelas emoções, aos que muitos chamam de irracionalidade, por imagens ligadas aos sonhos, desejos, à arte, à prática cotidiana. É assim que se apresenta à sociedade o centro da cidade de São Paulo. Ainda que o processo de urbanização tenda a uma homogeneização, como a pretendida pelo Estado que procura ressaltar o centro, apenas como lugar do poder, esse processo não consegue eliminar a diversidade e as manifestações resultantes da relação entre os diferentes.

Para, inicialmente, manter o centro como lugar da concentração econômica, procura-se incrementar seu papel de centro cultural, numa tentativa de atrair mais investimentos ligados ao turismo e ao lazer no centro. Para isso, a Prefeitura Municipal de São Paulo inicia um programa que visava a promover a volta da população ao centro, tendo como atrativo a realização de grandes eventos com cantores da música popular brasileira no Vale do Anhangabaú. Com essa atitude, acaba por ressaltar, novamente, o centro como local de concentração populacional, resgatando, pela aglomeração, pela multidão presente, o centro como local da agitação, da vida, ainda que de forma controlada.

Com isso recupera o sentido de apropriação do espaço público, dando continuidade a esse processo, que já aparecia antes mesmo da reurbanização do Vale. Em 82, por exemplo, a av. Prestes Maia, que cortava a superfície do Vale, foi tomada por multidões que faziam do centro um lugar da manifestação política e que possibilitava o surgimento de novas atitudes coletivas, resgatando interesses que iam além dos individuais, fazendo-se coletivos, e permitindo viver a cidade.

²²⁴ H. LEFEBVRE. La production...op.cit. 48

²²⁵ Ibidem.



“Viver sua cidade supõe uma recuperação da prática democrática o que pode levar a um reconhecimento do dever da cidadania” ²²⁶,

que por exemplo, foi demonstrado pela luta no centro da cidade pelas Diretas Já.

Nesses momentos, resgata-se o espaço como obra também do poder simbólico, dando lugar a possibilidades outras que não as previamente concebidas no plano do conhecimento racional. Essas novas possibilidades, entretanto, só se tornam possíveis se o habitante conseguir entendê-las, permitindo modificar sua prática social e política, conseguindo habitar seu lugar.

O centro da cidade tem a dimensão simbólica do habitar. Mas o que vem a ser o habitar que marca, contribuindo na constituição do simbolismo do lugar? Habitar não é só estar fixo em um local, dentro de uma edificação, com um endereço que serve de referencial da pessoa à sociedade. Habitar é poder viver o lugar, possibilitando ao ser humano o poder de “afirmar-se e dizer-se alternativamente **faber, sapiens, ludens, ridens, amans, creator**, etc” ²²⁷, ou seja, ter experiências múltiplas e diversificadas no espaço. O centro da cidade possui essa dimensão, reconhecida por sua história na sociedade de lugar de todas as possibilidades, por sua diversidade de funções, atividades, tipo de pessoas e culturas que podem privilegiar as trocas e os contatos. O habitar

...se expressa objetivamente em um conjunto de obras, produtos, coisas, que constituem um sistema parcial: a casa, a cidade, a aglomeração...tem significação e sentido no conjunto sensível que nos oferece um texto social²²⁸.

O espaço é, assim, obra e manifestação, tendo significação na sociedade. Mas há dificuldades no entendimento de seu sentido, de seu simbolismo. Ele precisa ser socializado, para que, através de seu entendimento, ele possa ser apropriado. Para isso os habitantes necessitam “aprender” o seu espaço, incorporando-o à vida. Não se pode transformá-lo se nele não se reconhecem a sua história e o seu tempo. Um espaço é

²²⁶ T. PAQUOT. Vive la ville, pp 65.

²²⁷ H. LEFEBVRE. De lo rural a lo urbano, p. 155.

²²⁸ Ibidem, p. 158

formado por diversas realidades, problemas e culturas que se diferenciam e que precisam ser reconhecidas como diferentes, ainda que estejam interligadas pelo processo de reprodução social.

Para que isso seja possível, é necessário, em um primeiro momento, reconhecer, dentre as várias representações existentes, quais podem, através do seu deciframento, abrir perspectivas para uma nova prática espacial, em que o homem, pelo uso, consiga se apropriar do espaço. Pelo trabalho de campo realizado no Vale, um dos apontamentos, no sentido da apropriação, foi a presença física das pessoas. Quando se encontravam, na forma de uma multidão concentrada, é que pareciam, mesmo que não se tratasse de algo intencional, não só se apropriar do espaço, como, por seu uso, dado em parte pela presença, provocava o “medo” aos grupos que detêm o poder, afastando do local os que para aí se dirigiam exclusivamente a fim de realizar o consumo, através da compra de produtos, objetos, enfim, mercadorias nas lojas comerciais.

Tanto para o Estado, quanto para grupos organizados, como a Associação Viva o Centro, o espaço estava reduzido a um local de realização, quase que exclusiva, das relações de produção. Assim, buscava-se suprimir do espaço as intencionalidades vinculadas ao desejo e que podiam promover as transformações espaciais.

Por isso, torna-se necessário a emergência de um outro espaço, um espaço novo, a partir do já existente, que nos aparece de modo particular. Isso pode ser indicado nos momentos do trabalho, nas situações de vivência no centro, dos grandes eventos que possibilitam uma vida diferente do cotidiano urbano, mesmo que, por alguns momentos, como tentamos mostrar quando da realização dos shows ou espetáculos televisionados de futebol, no espaço reurbanizado do Vale.

Além desses eventos, que marcam e passam a fazer parte das referências da população que assiste e participa desses momentos, existem outras formas de lazer que também aparecem como momentâneas, embora tenham hoje maior durabilidade e que são esperadas no final do dia como uma pausa no tempo do trabalho. Mas, também, podem levar à reflexão sobre o cotidiano. A mais divulgada e presente nos lares é a televisão, porém seus programas, principalmente as novelas e telejornais, tendem a



ser manipulados de forma a quase não permitirem essa possibilidade, a de se rever o cotidiano. Pela televisão passa-se a ver o cotidiano. O ver através de imagens produzidas por uma câmera, por um instrumento, parece tornar mais atraente o que se vê. Um fato toma uma outra importância quando visto pela televisão, vídeo ou cinema, mas, muitas vezes, também não é entendido, como acontece quando se vê com os olhos naturais, em que o visto, por ser parte do cotidiano, aparentemente não tem nenhuma importância, não contendo o status de conhecimento.

No primeiro caso, em que o ver sofre a mediação de um instrumento, a não necessidade de compreensão é dada pelo fato de a imagem produzida já ser a construção de uma verdade que é apresentada e não questionada. No segundo caso, o ato de ver as relações com os próprios olhos, *in loco*, parece não constituir algo importante, por fazer parte da vida diária, e por não ser diferente, não há a necessidade de ser concebido, pensado, explicitado. A mediação da técnica, no ato de ver, assume importância, nos dias de hoje, como essencial para chamar a atenção de algo e coage atos e ações dentro da lógica de reprodução das relações sociais.

A vida urbana está repleta de informações, sensações, fatos, relações, aparentemente sem conexões. Tudo parece descontínuo, simplesmente existindo. Os fatos se banalizam na vida cotidiana. Só percebemos algo quando esse, mesmo em meio à banalização, por algum motivo choca, dentro de nossa rotina. Mas, para chocar, precisa chamar a atenção ou ser colocado como algo “muito diferente”. Pela televisão vemos a violência chegar incutida nas imagens transmitidas e assistidas no conforto dos lares. As representações da cidade, manifestadas nas imagens, produzidas e divulgadas na grande mídia, em forma de notícias, mostram a cidade como o lugar da violência, da corrupção, da depravação, do perigo que ameaça a vida das pessoas. A mídia relata, por exemplo, que nas cidades, os subúrbios, as periferias, onde moram as pessoas de baixo poder aquisitivo, são os lugares que cristalizam todos os perigos e sofrimentos humanos, como a miséria, o rancor, o medo, o ódio, sendo local dos que estão à margem da sociedade: drogados, delinqüentes, desempregados, migrantes, abandonados.

Mas, antes mesmo de a televisão nos revelar essas imagens, a violência nos chega, invade a vida, ainda que não nos apercebamos disso. Boa parte da população é agredida todos os dias pelas más condições dos transportes, pela falta de emprego, pela inexistência ou precariedade dos serviços básicos à sobrevivência. Mas esse tipo de violência só aparece, enquanto tal, quando vira assunto, por exemplo, em um telejornal²²⁹. Os choques passam a ser rotina impingida pela mídia que, não necessariamente, exigem um pensamento sobre o ocorrido. Os choques são marcos da descontinuidade que caracterizam o mundo moderno.

Para vivê-lo, tomando parte no processo como agente, é preciso aprender a viver em descontinuidade, não aceitando o parcelar, o fracionamento do mundo e da vida como algo que se finda em si próprio. Incorporar o estado do descontínuo, procurando e concebendo os elos de ligação dispersos no espaço exige um exercitar prático nesse movimento. Mas, como captá-lo, como exercitar essa prática da descontinuidade?

Essa prática será melhor vivenciada quando passar a fazer parte do imaginário social. Incorporada, a vida pode ser tanto introjetada, sem objeções, quanto servir para negação ao posto no mundo moderno. Bachelard²³⁰ comenta a possibilidade de fazer dos afazeres domésticos uma atividade criadora e, para isso, lembra de um romance italiano em que um varredor de ruas, em sua imaginação, fazia do ato de varrer uma volta a seu passado de ceifador, no campo. O asfalto da rua, na cidade, tornava-se um prado imaginário. A vivência do parcelamento da vida urbana, que também oprime, fazendo com que seja aceito o dia-a-dia, de forma inexorável, pode também levar à supressão momentânea do que parece destino, ao possibilitar a criação de novas ligações que unem um passado e uma nova realidade, que então passa a não ser aceita na forma em que se apresenta. O familiar, o trabalho diário, tem assim, um valor novo de começo, tomando o lugar das ordens que tendem a comandar a vida.

²²⁹ Em 14.09.98, o “São Paulo Já” 1ª edição, chamava a atenção para a violência do Jardim Ângela, Zona Sul da cidade de São Paulo, e tinha como participantes do programa um grupo musical da região que debatia com os apresentadores o problema e destacavam a falta de áreas de lazer, como parques, campos para prática de esportes, cinemas, bibliotecas, além da crise econômica que levava o desemprego a muitos lares, contribuindo para a violência do Jardim Ângela, que naquele dia tornava-se o assunto do telejornal.

²³⁰ Gaston BACHELARD. A poética do espaço, pg. 240/241.



Atualmente, o imaginário social tende a se constituir cada vez menos pela vivência do indivíduo através de sua prática diária. O que costuma ocorrer, quando da existência de um momento que se revela como excepcional, como acontece com a realização de grandes eventos no centro, é que mesmo esses adquirem maior importância para as pessoas, se “passarem na televisão” e elas puderem afirmar que lá estavam. Assim, o imaginário social adquire maior força pela projeção de imagens pela televisão: um recurso “sinestésico, eletroeletrônico, simultâneo e instantâneo” ²³¹, que tende a substituir a participação popular pela adesão ao cotidiano igual para todos. Trata-se da globalização do imaginário.

O ver pela televisão possibilita às pessoas o olhar sem agonia; é como se tudo acontecesse com o outro num lugar distante. A tecnologia permite a vivência do não contato, fato quase que impossível quando participamos fisicamente da ação, do evento, quando nos relacionamos com o outro. É o contato com o outro que permite perceber o que é estranho e talvez até indagar o porquê. A tecnologia nos afasta desse risco. A vida torna-se um espetáculo, isto é, a constituição de relações sociais entre as pessoas, mediatizada por imagens²³². Ocorre a substituição do viver em primeira pessoa pela contemplação de uma idéia, apresentada em forma de imagem, que, pela exposição da tv, tende a não poder ser verificada, por ser aceita como verdadeira.

Mas, se as imagens de televisão tendem a ser criação do que Sennett chama de “liberdade de resistência”, ou seja, a exploração de meios que permitam o olhar sem desconforto, liberando o corpo da resistência que é associada ao medo do contato, que é característico do desenho urbano²³³, onde estaria a possibilidade do negar e criar algo novo, pela exploração da imagem, em um mundo que tende a se apresentar fragmentado e descontínuo?

Segundo Bolz²³⁴, a imagem produzida pelo cinema seria um dos instrumentos que, por sua forma, quebrando as imagens em uma velocidade alucinante, proporcionaria um exercício de descontinuidades em um estado

²³¹ Lucrécia D’Alessio FERRARA. “Do mundo como imagem à imagem do mundo” in Território; globalização e fragmentação, pg. 45-50.

²³² Guy DEBORD. A sociedade do espetáculo, pg. 10.

²³³ Richard SENNETT. Carne e pedra, pg. 18.

²³⁴ Norbert BOLZ. “Onde encontrar...op.cit. pg. 95.



de distração. Mas as imagens do cinema, justamente por serem imagens, não nos apresentam a realidade, mas apenas sua aparência. Captam, sem exigir explicação, detalhes da vida urbana, como a aceleração da vida e o ritmo veloz, mesmo quando a ambição ou pretensão de alguns produtores de cinema fosse a de oferecer uma concepção totalista da existência.

Ainda que sua forma seja descontínua, os produtos cinematográficos tendem a fabricar um mundo coerente e contínuo, por isso ficcional. A “realidade” mostrada é uma das possibilidades existentes, é a “realidade” fabricada pelo cinema que pode manter relações com o espectador, quando este consegue articular os elementos do mundo do cinema com o seu mundo.

Nesse “fabricar o mundo”, o real participa da criação do produto cinematográfico, que tende, dialeticamente, a se apresentar como uma possibilidade à transformação do real.

O ato de fazer o filme já simula o movimento que se apresenta como parcelar e sem continuidade de nossos dias. As imagens produzidas são divididas em um número grande de partes, obedecendo a leis próprias, como se fossem independentes, sem elos de ligação. O filme nasce como uma mercadoria; sua viabilização pressupõe um retorno dos investimentos com grande margem de lucro, sendo, portanto, conduzido pela lógica capitalista. Diferente do que muitos chamam de “obra de arte”, sobre ele não se pode utilizar o critério de autenticidade, muito menos procurar seu papel ritualístico ou sua “aura”, como acontece com a “obra de arte”. Ele é mercadoria e vive de sua reprodução, mas é também arte se esta, no momento atual, mantiver uma das tarefas essenciais: a de suscitar indagações num tempo que ainda não está posto para receber respostas, ou seja, quando abre a possibilidade para a agitação de reflexos futuros²³⁵. Por isso, ainda que sua produção esteja dentro da lógica da reprodução do sistema capitalista, é possível encontrar, em alguns casos, produtos que contenham uma crítica, às vezes revolucionária, das relações sociais.

Apesar de, em sua forma, o choque provocado no espectador, pelas mudanças de lugares, ambientes, e da própria velocidade²³⁶ pela qual as

²³⁵ Walter BENJAMIN. “A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução”, pg. 23.

²³⁶ É bom lembrar que hoje os filmes com muito movimento são os que levam mais pessoas ao cinema. Filmes com ritmo mais lento e com uma estética diferente da que o público está acostumado a assistir,



imagens são sucedidas, ele não provoca grandes reações. Passa-se a desfrutar das relações convencionais, mas sem fazer a crítica a elas.

Ainda que, na sucessão de imagens aparentemente dissociadas, o espectador não consiga se fixar em uma imagem, pelo próprio movimento do filme, e que os choques contínuos provoquem uma paralisação do processo de crítica, o cinema inova, pela própria técnica, com cortes, acelerações positivas e negativas, efeitos especiais, ao tornar possível o engrandecimento do detalhe, abrindo-se para uma nova experiência no campo visual, podendo-se observar o detalhe num todo fragmentado.

O estudo do detalhe ainda tem importância na imagem cinematográfica, apresentando-se como um resíduo, o detalhe-resíduo, já que no mundo moderno, o detalhe aparece como algo sem importância, mas que a nosso ver, pelo seu estudo e entendimento, abre novas perspectivas para a construção de uma nova compreensão do mundo. Os detalhes contribuem para manifestar facetas da vida, negando-a ou projetando situações que ainda não se colocam no dia-a-dia. Os artistas dão forma e força ao que já, de alguma maneira, está presente.

Percebe-se que a produção artística tende a ser cooptada, levada à esfera do poder do dinheiro e da produção de mercadorias, já que para ser produzida e veiculada deve se enquadrar nos padrões de demanda, que por sua vez, é pré-estipulada, não pelo consumidor, mas pela Indústria cultural que produz o que o consumidor deve ser levado a querer consumir, dando a este a ilusão de escolha²³⁷. Ainda que se enquadre nos padrões de aceitabilidade do mercado, essa produção, que se liga à arte, pontua e projeta algumas possibilidades para a transformação das situações da vida. Tentaremos mostrar isso pela análise de filmes produzidos no cinema brasileiro. Embora a ida ao cinema não seja uma prática comum em nossa sociedade, existe o acesso a muitos filmes produzidos pela arte cinematográfica. Eles são, muitas vezes, transmitidos durante a programação da televisão²³⁸, ou estão à disposição em vídeos. Tentaremos discutir aqui como essa outra forma de diversão popular, que leva a

tendem a ser rotulados de cult, e são depreciados pelo grande público.

²³⁷ T. ADORNO. Indústria cultural op. cit. pg. 291.

²³⁸ A Tv cultura é a emissora que mais transmite, em sua programação, os filmes nacionais, mas mesmo emissoras de grande audiência como a Rede Globo, SBT, Bandeirantes e Canal 21 o fazem, ainda que com menos intensidade.



suspensão momentânea do cotidiano opressor e monótono, o assistir a um filme de arte como o filme de Ugo Giorgetti intitulado “Sábado” ²³⁹, pode também possibilitar um repensar a vida na área central, abrindo caminhos para uma prática nova do viver urbano.

A escolha do filme “Sábado” foi feita, principalmente, porque ainda que ficção, nele, o edifício em que se passam às ações, representa, metaforicamente, o centro da cidade, colocando em destaque um dos atributos do ser humano: o habitar, entendido como o viver o lugar, morando, produzindo, trabalhando, amando, morrendo, circulando, pensando, divertindo-se, morrendo, ou seja, exercendo o máximo de atividades e relações possíveis entre os homens.

A cidade no cinema

A arte nos proporciona uma outra visão, outra leitura da realidade, podendo apontar para um novo sentido de cidade e da vida na cidade. O filme “Sábado”, partindo de uma situação irreal, fictícia, trabalha com uma complexidade de relações que se estabelecem em um determinado e específico lugar: o edifício das Américas situado no centro da cidade de São Paulo. Nele são iluminadas as relações sociais existentes em uma metrópole, como São Paulo, que se interligam em um mesmo lugar: um edifício aonde se desenvolvem situações que destacam o modo de vida da metrópole, as apropriações dos espaços, a transformação dos lugares e, a partir deles, o desenrolar das mais diversas situações que são apresentadas em diferentes planos e espaços do prédio, sempre em tom de tragicomédia. O prédio, metaforicamente, é a representação do espaço da cidade metropolitana, palco de relações e experiências diversificadas.

Podemos, para melhor compreensão, levantar as diversas relações existentes de acordo com os espaços retratados no filme. Basicamente, temos as cenas divididas em: a) o exterior do prédio e o saguão do edifício b) a área de circulação dos andares (corredores e escadas) c) o terraço e a sala das máquinas d) o elevador comum e) cena interna dos apartamentos.

²³⁹ “Sábado, filme de Ugo Giorgetti, de 1995.



a) o exterior do prédio e o saguão

O filme se inicia dando uma visão externa do prédio, com sua fachada desgastada pelo tempo: o edifício das Américas, em que ocorrerá o desenvolvimento de todas as situações. Nessa cena, com duração de dez segundos, vê-se a rua com algumas pessoas passando, um caminhão descarregando equipamentos, o zelador que lá trabalha e uma enorme porta trabalhada em ferro e vidro. Enquanto essas imagens enchem a tela, o narrador inicia a apresentação do edifício das Américas, onde a personagem Magda, uma técnica de produção de arte, irá trabalhar naquele sábado. O edifício localizava-se no centro de São Paulo, lugar que, segundo o narrador, as pessoas que dizem ter alguma cultura amam, embora não o freqüentem mais por ele ter perdido o *glamour* do passado. Tratava-se de um edifício construído na década de 30 por um imigrante italiano bem sucedido, que teria utilizado em sua construção apenas materiais importados: cimento suíço, mármore de carrara italiano, pinho de riga inglês, constituindo um marco da arquitetura da época e freqüentado pelas melhores famílias paulistanas, que, de seu terraço, apreciavam a visão da cidade que se modernizava.

Essa descrição/ apresentação do edifício que se inicia por seu exterior e continua quando a câmera adentra o saguão, destaca não apenas o prédio, mas em essência, a visão simbólica que se tinha do centro e que estava presente na vida das pessoas que o freqüentavam. Nele, sintetizava-se a cidade e se chegava a afirmar que ir ao centro era ir à cidade. O centro não continha apenas monumentos e sedes de instituições públicas e privadas. Para muitos, ir ao centro significava sair do bairro, ter acesso a bens e serviços que não se encontravam no local de moradia. Era um evento. Não se ia só. Combinava-se a saída com outros. Havia uma programação. Era uma quebra na rotina, ao menos daqueles que viviam afastados territorialmente do centro. Iam às compras, resolviam problemas relacionados com órgãos públicos, viam lugares bonitos e rezavam na Catedral da Sé. Segundo antigos moradores, era o local de encontro da juventude, das famílias, numa área que englobava a Av. São João, a Ipiranga, a Barão de Itapetininga. Além disso, fazia-se o *footing*, olhava-se



para as meninas e tomava-se chá no Mappin²⁴⁰. Era uma ocasião especial. Consumia-se, vivia-se aquele lugar. Era a apropriação do espaço público, isto é, seu uso pela cidade, que se desfruta desse lugar sem que este seja sua propriedade particular, privada, mas sim, um local do uso coletivo. A apropriação do espaço público exige, da coletividade, o respeito conjunto dos bens comuns, uma postura de cidadão, que acaba por criar representações desse lugar a partir da vivência social.

A cidade, nesse contexto, era obra. Tinha, explícito, um valor de uso dado pela possibilidade de apropriação das ruas, praças, monumentos, pela população que aí freqüentava, seja para o trabalho, compras ou lazer. Eram reconhecidos como cidadãos, acreditavam sê-lo ou ainda, talvez, nem tivessem consciência disso. Utilizamos aqui a idéia “acreditar ser cidadão” pois ainda que o artigo 5º da Constituição brasileira afirme que todos são iguais perante a lei e que todas as pessoas têm direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, ou seja, direitos de cidadania, temos dúvidas se podemos chamar as práticas sociais ligadas aos deveres e direitos das pessoas, na sociedade brasileira, de exercício da cidadania, já que a cidadania no Brasil, como nos mostra Chauí²⁴¹, apresenta-se, até hoje, na vida da sociedade urbana brasileira, como um privilégio de classe, negando-se às camadas de menor poder aquisitivo a dimensão desse direito adquirido. Essa negação é visível até mesmo nos espaços públicos que deveriam propiciar autonomia, liberdade e exercício dos direitos legais da cidadania e que estão se tornando espaços privados das classes dominantes. Embora essa seja a tendência – privatização do público – ainda é nos lugares públicos que aparecem as tentativas (esporádicas, pontuais) do exercício real da cidadania, ou da conquista desta, e a luta, consciente ou não.

Para uma parcela da população, o centro da cidade é que tende a ser identificado com o público, e mais ainda, como sendo a cidade. Até a década de 50, o coração de São Paulo era reconhecido pela área que correspondia à forma de um triângulo, constituído pelas ruas Quinze de Novembro, Direita e São Bento, que concentravam uma parcela significativa

²⁴⁰ Cláudio WILLER. A cidade e a memória. Pg. 7 in Cidade. Ver ainda Antônio A.C. RODRIGUES. Reminiscências de São Paulo, pg. 13.

²⁴¹ Marilena CHAUI. Conformismo e resistência, pg. 136.



do comércio varejista, escritórios, repartições públicas e estabelecimentos de crédito²⁴². É bom lembrar que esse “triângulo” constitui-se no início da ocupação do espaço paulista, já servindo de caminho na São Paulo de Piratininga (ilustração 1). Enquanto um espaço social, esse centro, formado pela área do triângulo, em sua origem, era um espaço acessível de uso da comunidade que aí procurava se estabelecer; representa-se como fronteira frente aos territórios indígenas e era o local de troca, muitas vezes ligados à manutenção da paz ou a momentos de guerra.

Até os anos 40, essa área continuava sendo reconhecida como o centro da cidade. A partir daí, constata-se o aparecimento de novos “centros” na cidade de São Paulo (além desse triângulo que passa a ser denominado de centro velho). Um desses viria a corresponder ao centro expandido da cidade, ou ao novo centro, que teria como território a área que abrange o Viaduto do Chá, atinge a rua Augusta e a avenida Paulista²⁴³. Nos anos 90, o que temos na cidade de São Paulo é uma diversificação de áreas que agregam serviços os mais diferenciados, constituindo, na cidade, distintos núcleos que atendem às mais variadas camadas da população. Isso, ao nosso ver, não representa o fim do antigo centro. O que passa a existir é a coexistência de diversos centros na cidade, constituindo a metrópole polinucleada. Assim, ainda que já ocorra uma certa descentralização de poder econômico e político, mantém-se, na região central, um grande número de edifícios públicos onde funcionam órgãos governamentais (municipais, estaduais e federais) para os quais a população dirige-se a fim de resolver problemas ligados à vida cotidiana (retirar documentos- vide o poupa-tempo implementado pelo governo estadual nas proximidades da praça da Sé desde 1997-; requisitar benefícios do sistema de saúde; pagar dívidas ativas ao município; recorrer ao poder judiciário, etc.); áreas e edificações públicas de lazer e cultura (praças, teatros, bibliotecas) onde as pessoas distraem-se passeando, descansando, ouvindo música, assistindo a espetáculos culturais, a palestras, ou seja, vivendo as possibilidades culturais existentes. No centro, ainda, a fim de atender à demanda por serviços de transporte até o aeroporto internacional de Guarulhos (Cumbica),

²⁴² N.L.MÜLLER. “A área central da cidade” in A. de AZEVEDO. A cidade de São Paulo, pg. 132.

²⁴³ A. de AZEVEDO. São Paulo: da vila quinhentista à metrópole regional, in BPG 39 pg. 43.



foi instalado, na praça da República, nas proximidades da Secretaria Estadual de Educação, um terminal de ônibus expresso que faz a ligação com esse aeroporto, servindo, assim, uma parcela da população que utiliza esse meio de transporte.

Os espaços públicos ainda são os locais em que se pode exercer os direitos de liberdade democrática e, ao mesmo tempo, são os lugares onde “obriga-se evidentemente a condutas policiadas, urbanas por assim dizer”²⁴⁴, exigindo-se das pessoas, práticas socialmente aceitas, que são vigiadas por todos os participantes. Todos se encarregam de observar se o outro está agindo de maneira adequada, tendo uma postura comum nos espaços públicos. Se isso não acontece, recrimina-se publicamente, chamando, às vezes, os órgãos encarregados da segurança, ainda que já se apresente uma tendência ao individualismo, ao “isso não é comigo”. Temos na cidade “uma cultura urbana que dita a cada indivíduo suas regras de conduta e assim... as maneiras de as contornar”²⁴⁵. Só através do conhecimento da norma é que se pode pensar em como desobedecê-la, rompendo com a ordem estabelecida. E, muitas vezes, agir de acordo com as normas pode ser uma estratégia para, num primeiro momento, passar despercebido, ficando anônimo na multidão, o que garante a livre circulação, o trânsito pelos lugares, e por que não, até romper com o que se estabelece, mas, muitas vezes, em nome de um desejo individual e não de uma aspiração que levasse ao desenvolvimento social. Aos poucos, passa-se a dar menor importância a tudo o que é do coletivo. Ainda assim, muitos habitantes de menor poder aquisitivo associam os lugares públicos ao centro e a este a idéia de cidade. Por quê?

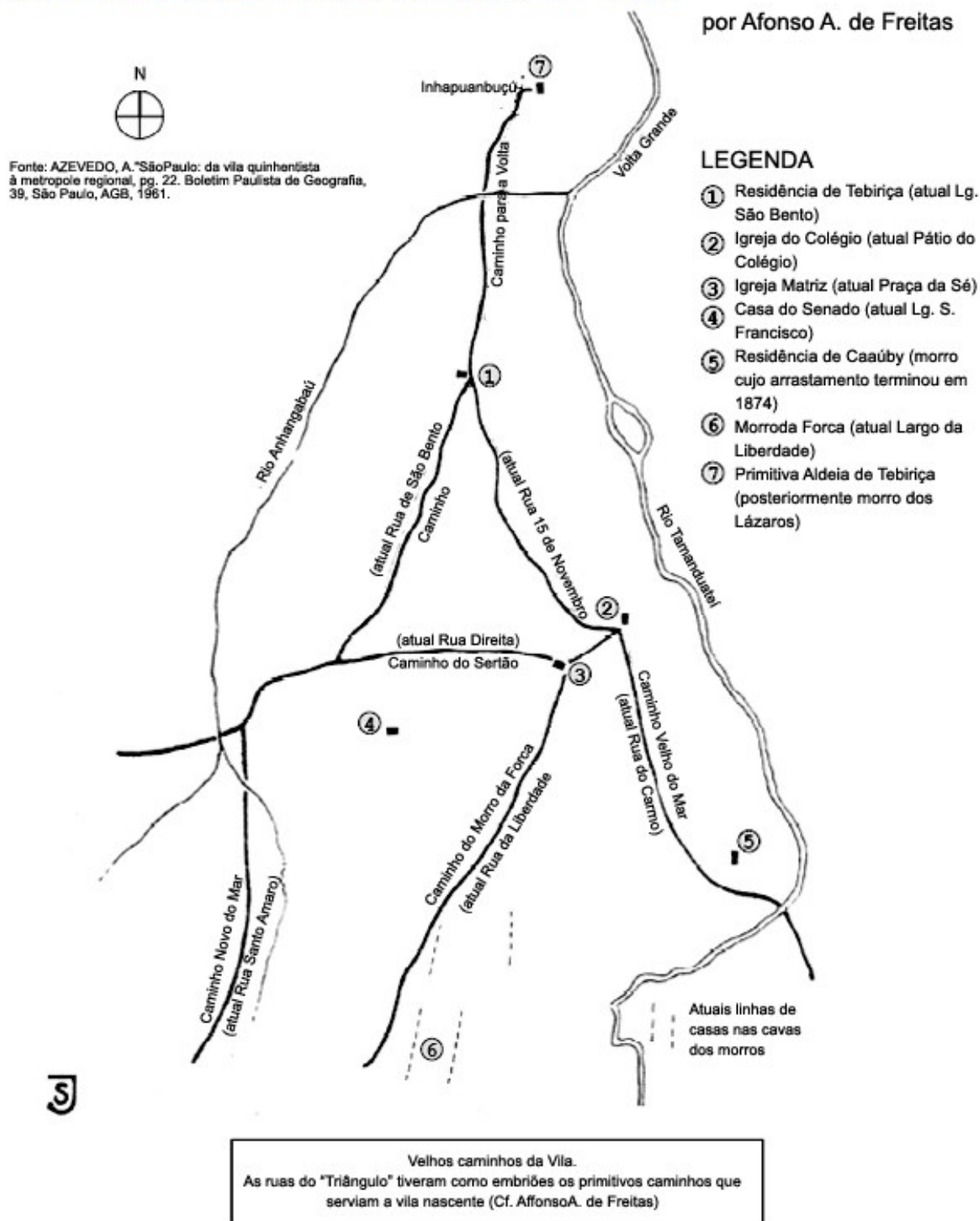
²⁴⁴ Yveline LEVY-PIARROUX. “De hors dans: les lieux de ‘urbanité’” in *Espace et Temps*, 33, pp 22.

²⁴⁵ Thierry PAQUOT. *Vive la ville*, pg. 12



SÃO PAULO DE PIRATININGA EM 1560

por Afonso A. de Freitas



Em um mundo onde tudo aparece vinculado ao estatuto da propriedade particular, do uso privado e restrito, os espaços públicos estão impregnados da noção de propriedade social. Administrados e gerenciados pelo Estado, os lugares e bens públicos são reconhecidos como patrimônio da sociedade e de uso comum de seus integrantes. No caso paulistano, há uma grande concentração dos lugares públicos na região central da cidade. A vivência da população, nessa região, acaba por conferir ao centro uma representação simbólica e imaginária. Roncayolo²⁴⁶ chama a atenção para o fato de as pessoas poderem fazer compras em vários locais, como, por exemplo, nos shopping centers, mas o fazê-lo no centro da cidade envolve um aspecto lúdico. Não se faz apenas compras no centro. Nesse ato, ocorrem também trocas entre as pessoas, que interagem. Esses lugares públicos, lugares de ninguém, são apropriados por todos.

A concentração dos espaços trabalhados urbanisticamente, com a intenção de serem públicos, no centro da cidade, do comércio varejista, repartições públicas, estabelecimentos de crédito, e a possibilidade da tentativa do exercício da cidadania no lugar de todos faz com que as pessoas criem uma idéia do centro como se fosse a imagem da cidade, enquanto um espaço de liberdade, das possibilidades. Talvez, por isso, ainda hoje, muitos habitantes de menor poder aquisitivo chamem (como outrora quase toda população o fazia) ao centro de cidade, não fazendo o mesmo com seus locais de moradia, ainda que estes estejam localizados na área urbana do município de São Paulo. Nas conversas realizadas com pessoas no Vale, elas identificavam o centro com a cidade, e quando perguntávamos que lugar dessa área mais representava esse centro, eram os locais do centro velho (Sé, Rua Direita) e o próprio Vale que eram destacados e que davam a referência da centralidade. As pessoas denominam as áreas onde residem, quando não se localizavam no centro, de periferia, bairro ou ainda subúrbio, mas não de cidade. Talvez, pela inexistência (nos bairros) de espaços públicos concebidos urbanisticamente para o convívio.

²⁴⁶ Marcel RONCAYOLO. *Dilution et implosion in Espace et temps*, 33. p. 14



A cidade evoca a idéia de centro de decisão, de autoridade, de informação, de conhecimento, de possibilidade para o desenvolvimento social. E é o centro da cidade que agrega todos esses elementos, pelo menos na imagem popular. A cidade é construção social e tem as características da sociedade que a produziu, interferindo também na reprodução da sociedade que a constitui. O que assistimos, hoje, em nossa cidade, como em muitas no mundo, é a multiplicação de locais, de centros comerciais que se instalam por diversos pontos da cidade, alguns mais próximos ao centro histórico, outros mais afastados e mesmo, em certas periferias da cidade, em que se podem encontrar serviços, comércio em geral, áreas de entretenimento (cinemas, praças de alimentação, diversões). Essa diversificação dos centros, em nosso ponto de vista, não significa o fim da centralidade ou mesmo das cidades, como muitos afirmam, mas pode significar o seu contrário, a reafirmação da cidade por suas parcelas, que estão em permanente construção. A partir dos mais variadas compreensões da cidade elaboram-se representações e como uma de suas formas, as imagens da cidade.

Talvez a imagem de um centro degradado, povoado com uma população de baixo poder aquisitivo, aliada ao surgimento de novos centros, principalmente os ligados ao consumo especializado, pudesse ser a explicação do porquê da personagem Magda, que, embora “amasse” o centro, não mais o freqüentava, ainda que dele guardasse uma visão romântica e nostálgica. Como a personagem Magda, as pessoas com que conversei no Vale, que não eram moradoras da cidade, só estavam no centro porque suas empresas os haviam mandado para realização de um curso de atualização de seu trabalho, e que se realizava no centro, razão pela qual ficaram hospedados em hotéis do centro. Se não fosse o trabalho, talvez não tivesse ido ao centro, mesmo destacando sua beleza e importância histórica.

A mudança da visão que a personagem tem do centro é feita através da analogia das relações que se estabelecem no edifício durante a realização de seu trabalho. Outrora, o prédio teria sido um marco na arquitetura moderna, habitado por um grupo de famílias de alto poder aquisitivo, e que hoje, degradado, sem manutenção, em uma área do centro

decadente (boca do lixo), abriga entre seus moradores prostitutas, cafetões, drogados, operários, desempregados, aposentados, trabalhadores de baixa renda em geral. O atual uso do edifício e sua própria aparência, marcada pela não manutenção, aponta para as transformações pelas quais algumas áreas do centro têm passado: a mudança de população que aí vivia indica para o fim do “glamour” que o centro emanava.

No centro, como já vimos, as pessoas residentes têm acesso à luz, à água, ao esgoto e à rede de telefonia, e mesmo precariamente acesso, a serviços como saúde e educação, mas o quadro torna-se drástico quando caminhamos para as periferias da cidade. Como por exemplo, a zona leste, onde a precariedade do atendimento desses mesmos serviços aparece de maneira assustadora, enquanto que áreas como Granja Viana, Tamboré, Alphaville, que já estão fora dos limites do município de São Paulo, possuem toda essa infra-estrutura, conferindo-lhes uma melhor qualidade de vida. Como nos mostra Roncayolo²⁴⁷, com a expansão da urbanização, surgem áreas, já fora dos limites do município e distantes de seu centro tradicional, que possuem e propiciam uma boa qualidade de vida urbana, enquanto que áreas, como no nosso exemplo, dentro do município, a zona leste, não detêm em toda sua área a infra-estrutura urbana básica para sobrevivência.

Muitos dos antigos prédios do centro perdem sua função de moradia. Transformam-se em edifícios comerciais, em resposta à demanda imobiliária ocasionada pela ampliação dos setores de serviços instalados na região, que, como já vimos, estão ligados ao crescimento de um terciário especializado, que utiliza-se dos mais modernos sistemas comunicacionais e de tecnologia de ponta. Outros prédios continuam servindo também à habitação, mas agora ocupados por uma população de baixo poder aquisitivo que consegue morar nesses prédios, que têm seus valores depreciados, pela mudança dos usuários/freqüentadores e funções do lugar.

O edifício das Américas é escolhido para a realização das gravações de um comercial por uma agência de propaganda na qual Magda trabalha, e, só por isso, ela vai ao centro, ou seja, por motivos estritamente profissionais. Para a realização do comercial de um produto de beleza, de acordo com o roteiro, era necessário “tomadas” em um elevador do tipo

²⁴⁷ Marcel RONCAYOLO. “Diluition et implosion” in Espace et temps, 33, pp 13.



social, com portas sanfonadas . Para reduzir custos e sabendo da existência de um nesse prédio, toda a equipe de produção do comercial, incluindo Magda, é deslocada, em um sábado para a realização das filmagens. Foi escolhido o sábado para as gravações, a fim de evitar problemas com o trânsito e a movimentação de curiosos. O sábado não é considerado um dia de trabalho da semana comercial, mas um dia de trabalho de período parcial, e é ele que dá o título ao filme.

Toda a gravação do comercial será executada no saguão do edifício das Américas. O prédio tem uso misto. Há apartamentos residenciais e outros onde se realizam prestação de variados serviços. Ao longo do filme vemos que em um dos apartamentos se estabelece um templo para cultos religiosos; em outro, a moradia se acrescentava à venda de drogas; pelos sons que se escuta nos corredores, é sugerida a venda de serviços sexuais. No prédio, o saguão é o lugar de uso comum dos moradores e dos outros ocupantes. Ao atravessar a porta de entrada, a de vidro, sai-se do espaço público, que é a rua, e adentra-se no espaço privado do prédio, porém em sua área de uso coletivo. É no saguão que encontramos o elevador social (o sanfonado) que recebe um tratamento de beleza. Sua pintura é retocada, seu piso limpo. Nessa área, o mármore de Carrara do piso do chão do saguão, já desgastado e sem brilho, é coberto por uma forração que imitava madeira brilhante, criando um novo local para só existir durante essas gravações.

O saguão é enorme e as gravações ocupavam apenas uma parte dele, sendo que o restante da área serve de local para a instalação de equipamentos de trabalho, além de se prestar à circulação da equipe que aí trabalha e aos moradores/ usuários do prédio. Nele, vemos representados a diversidade da população que existe na metrópole e no centro. Os moradores e usuários do local são retratados pelos velhos e idosos moradores, donas de casa, punks, crianças, prostitutas, travestis, membros de cultos religiosos, trabalhadores em geral, que por seus trajes e aspectos cansados e descuidados, parecem deter pouco poder de consumo e talvez, por isso, sejam tratados com desprezo pelos que “invadem” e se apropriam do espaço do saguão do prédio, em nome do desenvolvimento de um



trabalho especializado e que promove, quando bem executado, o desejo e a ampliação pelo consumo de determinados produtos.

O filme, inicialmente, retratava como, no senso comum, as classes de menor poder aquisitivo são vistas pela classe média: como um grupo de pessoas sem cultura, pelo menos sem a que é aceita e valorizada como a boa cultura, a civilizada, a européia. São pessoas que possuem essa cultura européia que parecem estar preocupadas em preservar a história, através da manutenção dos marcos arquitetônicos, coisa que não fazem os que vivem acima da cidade de Salvador, na Bahia, e que parecem ter invadido o centro de São Paulo. Essas idéias são passadas na conversa entre Magda e Aimar (outro integrante da equipe de gravação), que chegam a comentar, por exemplo, que onde predomina a imigração européia, mesmo os pobres mantêm tudo limpinho e em ordem, enquanto que, naquele prédio, o lixo que toma conta das escadas e sua má conservação indicam a predominância da população vinda do norte do país, em especial do nordeste. Essa visão é ainda reforçada em outros momentos, como, ao final do filme, quando um morador atribui o caos em que se encontra o prédio à presença de moradores nordestinos.

Não é só na ficção que se tem essas noções. Como já relatei, é um policial que no Vale do Anhangabaú, no dia do jogo de futebol entre Brasil e Camarões, em 1994, durante a Copa dos EUA, que afirma que os perigos existentes no centro, e em toda a cidade, são resultado da ação dos migrantes nordestinos. Chega mesmo a afirmar que se fossem embora para sua terra natal, os perigos de violência em São Paulo diminuiriam.

Durante todas as cenas iniciais, são mostradas, ao fundo, imagens de moradores, em sua rotina, com sacolas de compras, um senhor carregando um bujão de gás, crianças sendo puxadas pelos pais, travestis e prostitutas voltando para seus lares. A partir daí, vemos a interferência, pela equipe de gravação, na vida dos moradores do local, que, em nome da produção ágil e eficiente, tenta imprimir novas normas ao uso do saguão do prédio. Um dos antigos moradores é quase impedido de entrar pela porta principal de seu edifício, por um dos funcionários da equipe de gravação que, na porta, tentava realizar seu trabalho de evitar a passagem de pessoas, de modo a não perturbar as gravações. A eficiência é dada pela



rapidez, pelo menor tempo gasto na realização do trabalho, o que pode levar à redução de custos. Para isso, procura-se privar o acesso ao prédio pelos moradores, além de se apropriar privadamente do uso do elevador social.

Numa analogia com as propostas existentes para a revitalização do centro, as tentativas de mudança dos pontos de ônibus e a criação da linha centro, também procuram restringir a entrada de pessoas na área do centro a apenas aos que aí forem realizar uma atividade produtiva. Não se quer o trânsito de pedestres, a passagem das pessoas que não colaboram diretamente com a produção aí desenvolvida.

O elevador social, que outrora fazia parte dos equipamentos do edifício, considerado marco arquitetônico do centro, sendo usado pelo grupo de detinha o poder na capital paulista, na situação do filme, servirá para a tomada de cenas para o comercial de um produto. Como se sugere nas propostas de uso do Vale, ele não deve ser usado por todos, mas sim, para atrair mais investimentos na área, transformado em “cartão postal”, um produto de consumo dirigido ao incremento da atividade turística. Como o Vale, o elevador serve à produção do desejo de um objeto de consumo, que não aparece durante as filmagens e que só é revelado ao final da trama em forma de propaganda, no caso, a de um perfume.

Muitos poderiam ser os produtos da propaganda que procuram estimular o desejo da posse e uso desse bem, mas o perfume é, além de um bem de consumo, uma metáfora da perda do sentido do corpo humano (já que existe uma tendência à eliminação do que é natural do homem). No mundo moderno, a idéia de higiene e assepsia eliminam os odores naturais, principalmente no que diz respeito ao cheiro das pessoas. Deste modo, a produção industrial de perfumes e o uso destes incorpora-se como natural, necessária, para eliminar os odores próprios do corpo humano. As pessoas têm que usar os perfumes da Boticário, da Natura. Esses passam a ser aceitos, acontecendo o inverso com os odores naturais, e o uso desses perfumes, dependendo da marca, da etiqueta, cria a ilusão do pertencer a um determinado grupo de pessoas dentro da sociedade.

A realização desse comercial exige, de acordo com o roteiro, o uso de um tipo de elevador antigo que é encontrado nesse prédio, onde são feitas as gravações. O problema é que, sem consultar os moradores, o



elevador, de uso comum dos habitantes do local, passa, num dia de filmagem, a ser de uso exclusivo da equipe de gravação. O outro elevador quebra com cinco pessoas dentro e as escadas, totalmente tomadas pelo lixo, impedem a circulação. Assim, os moradores ficam privados do acesso a seus apartamentos, não podendo usufruir do elevador “social”, que passa a ser de uso exclusivo da equipe de propaganda.

Os moradores, restritos ao saguão, impacientam-se e se agitam, posto que impedidos de ter acesso a seus apartamentos, mas não se rebelam contra o grupo de filmagem. Parece que o uso privado pela equipe de gravação é aceito como um fato inevitável pelos moradores, que chegam a simular uma reação, uma tomada de postura, de reivindicação do direito, mas que acabam por se resignarem a esperar pelo fim das gravações ou pela volta do funcionamento do elevador quebrado, para poderem chegar a seus lares. Frente à situação desconhecida e ao mesmo tempo, fascinante da gravação, os moradores esperam. Entre as ordens de “Silêncio, luzes, câmara, ação” todos acompanham hipnotizados o trabalho ali realizado. Era um trabalho de criação de necessidades o qual se utilizava de imagens para o despertar do desejo. Esse

“mundo de imagens e dos signos fascinam, contornam e submergem os problemas, desviam do real, a dizer do possível” ²⁴⁸,

a ponto de todos se esquecerem de que estavam imobilizados de poder circular pelo prédio onde moravam e, logo, de não se revoltarem contra isso.

É durante as gravações, ensaios e preparo do trabalho de realização do comercial que podem ser observadas as relações entre os grupos existentes no saguão.

A diversidade de moradores e usuários, que são confinados no saguão, inicialmente, não é motivo de preocupação para o responsável pelo trabalho, que chega a dizer, quando alertado sobre a insatisfação dos moradores, que esses fiquem reclamando. Ele começa a se preocupar quando percebe que, de alguma forma, eles poderiam se organizar e começar a fazer barulho, o que perturbaria o trabalho. A partir daí, passa a exigir que ninguém os aborrecesse e nem com eles se metesse.

²⁴⁸ H. LEFEBVRE. La production, op. cit, pg. 448.



Embora o dia de gravação fosse sábado, dia menos movimentado do que os da semana comercial (segunda à sexta) e o trabalho estivesse sendo realizado no interior de um prédio particular, a movimentação no saguão provocada pelas gravações, acaba por atrair várias pessoas que passavam pela rua e entram no edifício para ver o que estava acontecendo. Eram velhos com cartazes de “compro ouro”, vendedores de bilhetes da loteria federal, meninos engraxates e pessoas de rua. Todos os “curiosos” não se limitavam a ver o que acontecia. A seu modo, participavam da ação. O vendedor de bilhetes de loteria, por exemplo, ofereceu sua mercadoria para os que lá estavam. O menino engraxate, atacava com seu serviço as pessoas da produção, que, para dele se livrarem, cedem-lhe uns trocados.

Essas cenas lembram fatos rotineiros que existem diariamente no centro, e que ocorrem também durante a realização de eventos no Vale. Na rua Barão de Itapetininga, pela manhã, pode-se ficar procurando empregos nos cartazes carregados pelos “homens-sanduíche”. Durante os eventos, realizados no Vale, vendedores ambulantes de comida, refrigerantes, água, bugigangas, loteria federal, entre outros produtos, circulam pela multidão que comparece ao Vale. Ainda nesse lugar público, bem como nas ruas, mendigos catam latas e transformam esse “lixo” em fonte de sobrevivência. Os mendigos também estão presentes no filme. Eles, como os outros curiosos, adentram pela porta ao saguão, e é na relação entre mendigos, moradores e equipe de gravação, que temos a cena de grande impacto.

Nessa cena aparece uma mesa com comida (sanduíches, patês, frutas) que precisava ser desfeita com urgência por uma das integrantes da equipe. A solução encontrada, para o desaparecimento rápido da comida, foi o oferecimento desta aos moradores que estavam no saguão. Estes pareciam atacar os pratos. Uma das moradoras deixa escapar de sua boca um pedaço de pão que cai, o que leva a uma luta feroz entre os dois mendigos que rolam como animais pelo chão, brigando pela comida. A responsável pela alimentação da equipe procura, atirando um outro pedaço de pão a um dos brigões, acabar com a luta. Sua ação demonstra seu ar de satisfação pessoal, como se tivesse feito a boa ação do dia. Essa cena específica choca, porque aqui, o homem vê sua condição reduzida àquela de animal irracional.



Na continuação da cena, os moradores do prédio expulsam os mendigos brigões. Estabelece-se o reconhecimento da diferença entre os moradores e os mendigos. A figura dos que estão abaixo da linha da pobreza não é aceita nem mesmo pela população de baixa renda, que, embora morasse em condições precárias, tinha um endereço o que já era um ponto de distinção com esses outros sem teto, moradores de rua. “A habitação dá um endereço, uma carteira de identidade” na cidade²⁴⁹, a possibilidade de, como cidadãos, terem como atestar onde moram, requisito fundamental para quem quer abrir uma conta em banco, fazer um crediário ou ainda ser atendido pelo sistema de saúde e educação pública. Os moradores do edifício mostraram, ao expulsar os mendigos, que o edifício não era um lugar público, como é a rua ou a praça, que costumam ser ocupadas pelos mendigos e sem teto.

Embora os mendigos usem a praça pública, por exemplo, durante a realização dos grandes eventos do Vale, ninguém no Vale parecia vê-los mendigando ou catando as latas de cervejas vazias. Apenas nas falas das pessoas que estavam no lugar é que realçavam que, o que incomodava, no centro, era a pobreza, a presença de mendigos e crianças de rua. Mas, falavam isso sem destacar, por exemplo, aquele que estava à sua frente e que era mendigo. Era em um sentido genérico que levantavam o problema. Os mendigos ocupam as ruas, já que não lhes é possível, pela existência da propriedade privada, o acesso à moradia.

No filme, há pelos moradores do edifício o reconhecimento do direito à propriedade privada e, mesmo que não sejam os donos do imóvel, seu acesso, provavelmente dado através de um contrato com o proprietário, legitima sua existência.

Os moradores, ao retirarem os mendigos do saguão, utilizam o pouco poder que têm para se vingar do poder que lhes era impingido. Mas não o exercem contra quem lhes oprimia, sobre a equipe que se apropriava da área de uso comum dos moradores de forma particular, excluindo-os. Os moradores acabam por fazer valer seu poder sobre os que estão abaixo deles na hierarquia social: sobre os mendigos. Ao invés de procurarem

²⁴⁹ Thierry PAQUOT. *Vive la ville*, pg. 153.



eliminar o poder existente, que os oprime, os condôminos do prédio o alimentam, o reforçam, o legitimam ao reproduzi-lo sobre outros.

Nessa relação de poder, a equipe de gravação revela o preconceito existente contra as camadas de menor poder aquisitivo, tida como sem cultura, marginal e possível de ser controlada sem muitas dificuldades. Essa visão fica mais clara na cena que envolve o sumiço de um cão que seria usado como “ator” no comercial. A busca do animal traz para os espectadores como, no senso comum, as classes de melhor poder aquisitivo encaram a população de baixa renda. Desaparecido o animal “só pode ter sido roubado por aquele povo” ²⁵⁰e assim “as classes ditas subalternas, são e carregam os estigmas de suspeita, da culpa e da incriminação permanente” ²⁵¹. Os pobres são os culpados por tudo, a menos que se prove o contrário. O filme mostra representações que se fazem do pobre em nossa sociedade, tão incorporadas, que já foram até denunciadas em forma de música. A música de Zé Geraldo, intitulada “Cidadão” pode ser um dos exemplos desse estigma social. Diz ela:

“Tá vendo aquele edifício, moço? Ajudei a levantar. Era um tempo de aflição, eram quatro condução, duas prá ir duas prá voltar. Hoje, depois dele pronto, olho prá cima e fico tonto, mas me chega um cidadão e me diz, desconfiado: Tu tá aí admirado ou tá querendo roubar?”

Embora tenham trabalhado, empregado sua força física, participado da construção da metrópole são vistos como possíveis suspeitos, bandidos, culpados.

No caso do filme, as pessoas que moravam naquele edifício, do centro, eram vistas desta forma, mas na metrópole paulista os prováveis “suspeitos” parecem estar concentrados nas periferias pobres da cidade. A metrópole se reproduz espacialmente, aumentando a distância entre o lugar de moradia e de trabalho, daí a dificuldade de boa parte da população que, como na música, sofre diariamente para se locomover pela cidade. Não se trata só do número de conduções, mas principalmente da qualidade, representada pela demora na circulação entre elas o que leva, muitas vezes, a verificarmos ônibus superlotados. No caso da cidade de São Paulo, o

²⁵⁰ Fala de uma personagem.

²⁵¹ Marilena CHAUI. Conformismo e resistência, pg. 57.



transporte coletivo tende a ser utilizado predominantemente pela população de baixo poder aquisitivo que, é estigmatizada pelas classes que detêm algum poder e, que reproduz essa dominação sobre outros, no caso do filme, sobre os mendigos.

Todas as cenas no filme que se desenrolam no saguão parecem envolver situações relacionadas com o trabalho aí desenvolvido, mas durante sua realização, atos da vida cotidiana das pessoas e o ponto de vista deles nessa relação sempre são mostrados. Ao ser anunciado o almoço dos atores e equipe de gravação, uma moradora comenta “Gente! Eles não fizeram nada e já vão comer?”. O almoço aparece na visão dessa personagem como o momento para o descanso, compensando o desgaste já tido e pelo qual novas forças necessitam ser obtidas através da alimentação, de modo a continuar a tarefa. O trabalho de ensaio, a montagem de equipamentos, não são vistos como trabalho, sugerindo que este tende a ser desgastante e pesado. Para ela, já estava incutida a representação de trabalho dada pelas classes dominantes às tarefas consideradas inferiores, nas quais o trabalho é visto como “... castigo, destino de uma classe ou casta” ²⁵², ao qual todos devem se submeter. Essa visão está ligada com sua própria vida e experiência, já que se relaciona com os tipos de atividades e trabalhos por ela e por pessoas de seu convívio, que gastam muita energia física para realizá-lo, fazendo do trabalho algo necessário para a sobrevivência, mas sempre árduo e sacrificante fisicamente, sendo necessária a reposição de energia, através do descanso e alimentação. Para ela, aquele trabalho, feito pela equipe de gravação, parecia não exigir muito esforço físico e, logo, não era necessário o descanso para o almoço, já que, até então, não haviam trabalhado.

Embora aparentemente não tivesse havido o desgaste físico, quando são mostradas as cenas da realização efetiva das gravações do comercial, e não mais apenas o ensaio, é mostrado que fazer uma cena pode ser um ato alienante, massacrante, repetitivo, pré-determinado, tão enfadonho quanto uma atividade realizada na linha de produção de uma fábrica. A mesma cena é repetida inúmeras vezes, provocando a irritação dos atores que, após ouvirem corta, tinham que se preparar para realizá-la novamente, da mesma

²⁵² H. LEFEBVRE. La presencia y la ausencia, pg. 33.



forma. É durante essa rotina de trabalho que vemos um questionamento do ator sobre a razão de usar roupas fechadas e pesadas em um país tropical como o nosso, ao que obtém como resposta que é necessário, para dar ao comercial um clima e estilo de vida europeu, ainda que o produto fosse comercializado aqui. Talvez por isso, para que o comercial não tivesse nada que lembrasse os trópicos, os atores são brancos, e até um figurante, quando requisitado entre os moradores, é também branco.

A realização da gravação do comercial procurava criar o desejo por um produto, no caso um perfume específico, que, sequer aparecia durante o trabalho. Na realidade, tratava-se de ordens para o consumo, incutidas, que são aquelas do *status-quo* e que são aceitas mesmo pelos que não pertencem aos grupos que controlam e impingem maneiras de consumir²⁵³. O comercial procurava mostrar o tipo de pessoa que, inicialmente, identificava-se com o objeto. Um homem aparentemente “fino”, bem trajado, parecendo um homem do mundo, e por que não um europeu, que consegue, pelo cheiro do perfume, provocar olhares de admiração de uma bela e charmosa mulher. Produzia-se um outro efeito. Ao ser veiculado, muitos seriam capazes de comprar o perfume, acreditando que o uso e posse do objeto os tornariam próximos da imagem de pessoas finas, elegantes, da sociedade, com poder, que parecem usar o produto. As pessoas, pela propaganda, tendem a aceitar a hierarquização existente. Não questionam sua existência. Parecem aceitá-la e aspiram a chegar à mesma situação. O desejo pelo consumo de determinados objetos já é um passo para isso.

Apenas ao fim da tarefa é que se questiona como retirar uma pessoa da equipe presa no elevador comum. Depois de realizado o trabalho produtivo é que se cogita pensar nas relações humanas, revelando que a prioridade das relações é sempre dada em função da produção, afinal “tempo é dinheiro”. Nesse sentido, as pessoas são colocadas em segundo plano, lembradas, quando necessárias, para alguma atividade produtiva; suas identidades, suas histórias, são desprezadas. Nesse processo, além da perda da identidade da pessoa, perde-se também as referências espaciais que servem para a constituição da amnésia da cidade, em que

²⁵³ T. ADORNO Indústria Cultural op. cit. pg. 293.



*“o sufocamento da lembrança, pelo desaparecimento de seus suportes materiais, abole o aspecto lúdico das recordações afetivas e abrange a memória política”*²⁵⁴

Na cena final repete-se, como no início do filme, a tomada do exterior do prédio e da rua onde ele se situa. Há então o comentário do narrador de que alguns personagens, a partir do vivenciado naquele dia, tinham resolvido jamais voltar ao centro, até para não ter novamente a experiência de travar relações com outros de classes diferentes da sua. Enquanto o narrador anuncia essa decisão de Magda e Aimar, são mostradas cenas de fundo, com prédios do centro da cidade e da rua, em que pessoas nela tocam e mendigos dançam ao som de uma alegre música em ritmo de baião, que serve de reforço ao papel importante da cultura nordestina na cidade e da presença deles na vida urbana de São Paulo.

b) áreas de circulação entre os andares

Outro local de uso comum no edifício privado são as áreas de circulação dos andares e entre eles (corredores e escadas). No roteiro, esses locais são visitados por pessoas da equipe de gravação que, se tivessem se restringido a permanecer nos locais de trabalho (o saguão), não teriam a necessidade de travar relações com moradores. O que os leva ao trânsito por esses locais, como mais tarde acontecerá também no terraço, apartamentos de moradores e mesmo o elevador comum, é o desejo de ver uma obra de arte, um vitral, que acreditavam existir em um dos apartamentos do edifício. A busca da visão dessa obra os leva a percorrer corredores em que luzes vermelhas, aliadas a gemidos indicavam a realização de serviços sexuais. Ao pedir informações em um dos apartamentos, outra atividade é descoberta: a venda de drogas. São pelos corredores e escadarias, desconhecidos pelos integrantes da equipe de propaganda, que contudo que faziam parte da vida dos moradores, que uma espécie de guerrilha social se estabelece. Não se vêem armas, mas a presença física de alguns moradores é suficiente para intimidar os que são de fora. Cenas que demonstram isso aparecem não só nos corredores, como também no terraço (área de uso comum). A “guerrilha” parece estar

²⁵⁴ Olgária C. F. MATOS. “A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças” in Espaço e debates, op. cit. pp. 51.



ligada à luta pelo acesso a determinados objetos, como se a posse do objeto elevasse a posição do indivíduo na sociedade. Ao menos foi dessa forma que o filme procurou demonstrar como que as classes menos privilegiadas encontraram para tentar se aproximar das mais abastadas, pela imitação ou tentativa de consumo²⁵⁵, dada pela posse de bens de consumo. Pelo menos é isso que acreditam, ou são levados a crer, tal é a força da indução das propagandas.

Objetos tais como tênis, *walkman* e relógio de pulso são apresentados como de propriedade de um dos integrantes da produção e despertam o desejo do consumo em alguns moradores do prédio. O desejo do consumo desse tipo de objetos já havia sido incutido pelas propagandas, principalmente entre os adolescentes, tornando, esses objetos, produtos da moda jovem, à qual nem todos conseguem ter acesso por falta de recursos. Nas cenas, são sugeridas, pelas ações dos personagens moradores, que há outra maneira de obtê-los que não pela compra. Em uma das situações, o dono do tênis de grife é coagido a trocar seu tênis por outro de qualidade inferior; noutra ocasião, temeroso, deixa seu *walkman* a um desconhecido, como forma de pagamento por uma informação de que necessitava; por último, tem seu relógio retirado, sorrateiramente, do pulso durante uma conversa. Essas situações, no interior do prédio, ressaltam a percepção que, na vida real, uma grande parte dos cidadãos tem do centro: um lugar de medo, de insegurança pessoal, onde a todo o momento pode-se ser assaltado, roubado, sofrendo assim uma violência que resulta na perda de bens. Esse entendimento se reproduz no processo de trabalho. A perda desse, a situação de desemprego, alija o indivíduo da esfera da reprodução, colocando-o à margem na sociedade. Sem recursos, não consegue permanecer na esfera do consumo.

Ainda que o desejo de consumo e posse de objetos seja programado, direcionado e ordenado pela lógica da reprodução econômica, e até ocorram as tentativas de consumo dos objetos que são colocados pela ideologia da Indústria cultural, como de consumo da elite, a cultura urbana não se limita a essas relações. Ela se gera e é enriquecida pela diversidade

²⁵⁵ Grant McCracken. Culture and Consumption.

das contribuições das diferentes tendências, que, muitas vezes, revelam-se opostas. Seguindo o raciocínio de Milton Santos

“diante da consciência das impossibilidades de mesmo atingir aquele mínimo essencial que os pobres descobrem o seu verdadeiro lugar, na cidade e no mundo consistindo aí a verdadeira liberdade” ²⁵⁶

que pode implicar a possibilidade de criação de espaços novos, mesmo que ocorram conflitos para isso. As classes populares, de menor poder aquisitivo, não estariam, como é divulgado, contentando-se apenas em aceitar modelos propostos, mas criando novos modelos e novos espaços, ainda que seu referencial pudesse estar nas classes que lhe fazem oposição. Um exemplo atual disso, na música brasileira, pode ser a produção musical do conjunto Racionais, grupo de *rap*, da periferia zona sul do município de São Paulo, área tida como a mais violenta da cidade, que faz uma música falando justamente dessa violência. Provocativa, a música questiona a miséria social, a violência urbana. Dirigida aos pares, aos jovens da periferia da cidade, aparece como o novo questionador, que, entretanto, tende a ser incorporado ao consumo até mesmo de jovens de outras classes sociais, que não só compram os cds, como passam a se vestir como os *bad boys*, os meninos maus que querem aparentar serem violentos, sem muitas vezes entender o questionamento das letras, mas que passam a devorá-la como simples objeto de consumo, embora expressão do trabalho de um grupo musical, que não pertence a chamada “elite”. Essa incorporação ao mercado, de um produto criado por uma parcela da população pertencente à classe de menor poder aquisitivo e que expressa a indignação com relação à divisão social da riqueza, aparece como uma estratégia que retira, ao tornar-se um bem de consumo, sua força, enquanto forma de luta e expressão de um questionamento social.

c) o terraço e a sala de máquinas

No terraço, além da troca de tênis já mencionada, vemos a vivência de um tempo diferente do da produção. Nele, temos a realização de parte da vida dos moradores do prédio. É sábado, e um grupo de moradores com seus amigos saboreiam churrasco, tocam música (samba), utilizando como

²⁵⁶ Milton SANTOS. O espaço do cidadão, pg. 65.



instrumentos musicais o violão, o pandeiro, garrafas e utensílios de plástico, que auxiliam na formação de sons. Acompanhando a música, dançam. Quando Aimar vai ao terraço, acompanhado do morador cuja alcunha era “o homem de Alcatraz”, vai à busca de ajuda para a resolução do problema que o afligia: tirar sua amiga do elevador quebrado. Porém, a introdução nesse local só é possível por fazer parte da vida do morador que o acompanhava e que aceita ajudá-lo, apresentando-lhe as pessoas capazes de solucionar a questão. Como no terraço se está no tempo da diversão, da satisfação entre os amigos, a lógica temporal difere da lógica de tempo da produção e que já faz parte de todos os momentos da vida de Aimar. Quando este questiona quando o problema será solucionado, obtém como resposta o seguinte comentário: “Calma meu filho, o tempo do lumpem é diferente”. O morador fala do ritmo diferente dos que estão fora do sistema produtivo e, por isso, os moradores, só após estarem satisfeitos com a dança, com a música e com a comida, isto é, após terminarem o churrasco e a roda de samba é que saem em busca da solução. Assim se dirigem à casa das máquinas, onde mora uma pessoa, que alugou um espaço de uso comum, por acordo com o zelador, e, ao se apropriar da energia, através de ligações clandestinas na corrente elétrica do elevador, teria provocado sua pane. Os moradores tentam solucionar o problema, não apenas porque pessoas estivessem lá presas, mas principalmente porque, como moradores, dele também necessitavam para se locomover pelo prédio.

Utilizando-se de conhecimentos que possuíam, adquiridos na vivência dos trabalhos realizados ao longo da vida, consertam o elevador, resolvendo através do acerto/ erro, da experiência, questões de ordem prática da vida. Ordem ligada ao lugar onde se vive, trabalha, estuda, ama e morre, ou seja a cidade, a qual é criação da sociedade, estratificada espacial, social e economicamente, levando a uma apropriação diferenciada de bens.

Esse acesso diferenciado aos bens também é mostrado durante a cena do conserto do elevador, quando a obtenção de um bem se dá através de um furto. No caso, o relógio é sorrateiramente retirado do pulso de Aimar por um morador, após perguntar as horas. O furto do relógio reduz a conversa dos personagens à esfera do dinheiro.

O consumo faz parte do processo de reprodução do capital. Nesse processo, o produto realiza-se através do consumo, tem seu valor de uso e de troca no mercado. Em nossa sociedade o que vem ocorrendo é que cada vez mais, ao invés de nos aproximarmos de objetos e lugares pelo uso, tendemos a fazê-lo pela sua privatização, ou posse. Direciona-se o consumo para a posse privada dos objetos. No filme, isso parecia estar relacionado apenas com objetos de consumo. Mas a questão é mais abrangente. Trata-se aqui de nos questionarmos sobre o acesso aos bens, ou seja, os produzidos em sociedade, aos quais, como vimos no caso do centro da cidade de São Paulo, nem todos têm acesso (caso da saúde, educação), e na ficção, do uso do próprio espaço de uso coletivo do edifício (saguão, elevador social) que passam a ser apropriados por uma equipe de trabalho de uma empresa privada, enquanto que os moradores são impedidos de usufruir do que é de uso comum. Tudo isso porque “ter” se tornou a palavra chave em nossa sociedade. Embora o apelo ao consumo seja feito em todas as classes, cada qual consome de acordo com seu estilo de vida, que está diretamente relacionado com a classe e o local às quais o indivíduo pertence. Cada pessoa está inserida socialmente, ou seja, ela ocupa um lugar dentro da sociedade hierarquizada. Sua inserção social está diretamente relacionada a seu modo de se relacionar socialmente, levando em conta o grupo ao qual pertence e que utiliza determinados objetos, como o possuir uma “Ferrari” por exemplo, que estão ligados a uma posição social, exprimindo seu poder de apropriação do que é socialmente produzido.

No entanto, nem sempre a relação entre pessoas de classes diferentes é dada e intermediada pela existência de um objeto de consumo, como veremos agora, com a situação do elevador.

d) o elevador comum

O elevador pode ser visto, analogicamente, como representação das vias de circulação que promovem a integração dos lugares ao e no centro. No filme, é o instrumento no prédio que permite a rápida circulação e acesso das pessoas pelos andares do edifício. As principais cenas a ele relacionadas estão ligadas justamente ao seu não funcionamento, ou seja, à sua imobilidade e incapacidade de realizar satisfatoriamente suas funções. É



pelo seu mau funcionamento e, porque quebrou, que cinco pessoas ficam presas em seu interior.

Quatro delas estão vivas e uma morta. Entre os vivos temos dois funcionários do IML, um visitante e Magda. O morto é um velho, morador do edifício. Para Magda “todos metem medo”. O morto assusta por sua condição, já que a morte é negada em nossa sociedade, a ponto de sobre ela tentarmos sempre uma atitude racional, explicando-a do ponto de vista científico, retirando o morto do contexto social. Explicações sobre a rigidez do corpo, seus sons e cheiros são dados pelo funcionário do IML, na tentativa de acalmar os vivos. Mas os “vivos”, pertencentes a classes sociais diferenciadas, também provocam o temor de Magda. O medo de ser atacada por aqueles homens, mal vestidos, sem a beleza que se espera de um manequim masculino, faz com que pensamentos ligados à possibilidade de sofrer uma violência física sejam sempre lembrados. Todavia, a explicitação desse temor só ocorre quando um contato físico entre eles ocorre. Um dos funcionários, como uma forma de gentileza, toca seu rosto para enxugar uma gota de suor. Assustada, deixa demonstrar seu temor pelos seus diferentes “vivos”, já que o medo do morto a todos parecia compreensível. A demonstração do pavor pelos vivos, ou melhor, por aqueles que parecem não pertencer a seu grupo social, faz com que um funcionário do IML esclareça seu medo. Diz ele a Magda que, em uma situação comum, diária, rotineira, se eles se encontrassem ou se cruzassem na rua, dificilmente ela lhe dirigiria a palavra. Sequer notaria a sua presença ou se o percebesse, evitaria qualquer contato.

Naquela situação particular, imprevisível, ocasional, ligada à pane do elevador, forçou-a a ter de ficar lado a lado com desconhecidos, a ter que se relacionar com eles, estabelecendo contatos. Esse comentário revela o contraste das classes, nas relações de domínio e submissão e o quanto o conflito pode vir a se estabelecer, quando o encontro, não planejado, que se faz ocasional e inusitado, tem muitas chances de ocorrer em espaços públicos, que permitem essas relações entre classes sociais distintas.

Outras situações revelam essas relações, até mesmo em detalhes pouco notados no filme. Apenas os membros da equipe de gravação têm nomes e por eles são denominados. Todos os outros personagens, incluindo



o velho morto, não se apresentam através de sua identidade particular. Mesmo o morador que ajuda na solução do problema tem apenas alcunha: é o homem de Alcatraz. Todos os personagens, moradores, zelador, funcionários do IML parecem fazer parte de um grupo que se homogeneiza por parecer privado de qualquer bem ou poder. Como tentar buscar a identidade? Na situação da ficção, talvez, esse particular fosse possível nos espaços que são privados: os apartamentos.

e) Cenas internas dos apartamentos

Em poucas cenas vemos o interior dos apartamentos, onde se estabelecem algumas relações. Isso acontece em apenas dois espaços privados: no apartamento do morto e no do “homem de Alcatraz”.

No do morto, antes mesmo da procura da identidade do falecido temos a coação para a execução do trabalho. Um dos funcionários do IML acaba forçando a ajuda de um rapaz gordo para carregar o cadáver. Este se encontrava deitado na cama e é transportado dela para o elevador que quebra deixando-os presos. Na cena inicial, pouco se sabe do homem morto, a não ser que não tinha família e que vivia só. Seu aspecto físico é que dá indícios de sua origem estrangeira.

Com a morte do velho, que ocupava o espaço do apartamento, este agora parece se tornar área livre, isto é, sem proprietário, e logo, lugar onde os objetos passam a ser de uso e acesso de todos, permitindo o acesso dos bens materiais por outros. Talvez, por pensar assim, é que vizinhos de andares próximos vão ao apartamento e fazem o “rapa”, isto é, adentram no lugar e levam cadeiras e objetos que estavam visíveis.

Não se trata da negação da propriedade privada, mas da apropriação privada de bens, pelo desaparecimento físico do antigo proprietário. Só a presença do zelador, uma espécie de autoridade local, é que suspende essa ação. Mas este, no interior do apartamento passa a agir da mesma forma que os vizinhos e outros moradores do prédio, apropriando-se de objetos do morto. Bebe toda a cachaça existente em uma garrafa, que pertencia ao morto, vasculha e acaba por encontrar objetos pessoais do falecido, decidindo, após fazer uma seleção, com quais irá ficar. São esses objetos que dão aos espectadores uma idéia da identidade do defunto. Desta forma, transformam-se em símbolos para quem assiste ao filme, mas



que para o zelador e sua mulher nada significam, não passando de objetos sem importância. Tratava-se de um quepe, com uma suástica e um casaco comprido preto, que lembrava um uniforme de inverno de um oficial alemão durante a 2ª Guerra Mundial e que são os objetos apropriados pelo zelador como seus novos bens. Este, desconhecendo o significado deles, passa-os a usar como roupas a serem exibidas em público, que por lhe parecerem bonitas, marcariam sua presença. Outros pertences são mostrados aos espectadores e completam o quadro que o identifica: fotos em preto e branco de um oficial jovem e de pessoas que podiam ser seus familiares; uma medalha com a forma de uma suástica; cartas escritas em língua indecifrável para os que vasculhavam os pertences. Toda história de um homem reconhecida por fotos e objetos, que, para muitos, nem símbolos são. Sequer representam algo ou têm história, a não ser pela existência dos objetos em si que, sem sentido, sem valor, como as cartas e fotos, são rasgados e jogados ao vento pela mulher do zelador. É a história relegada a um segundo plano, limitada, muitas vezes, à exibição de imagens que, por vezes, podem nada esclarecer.

A imagem, valorizada no mundo moderno e que tende a reduzir tudo à aparência, também foi trabalhada no filme *Blade Runner* em que, por uma série de imagens, produzidas por fotografias, os replicantes²⁵⁷ fabricavam uma história que não possuíam, através da apresentação de fotos de pessoas, numa tentativa de simular, para outros, a existência de situações de sociabilidade, necessárias para tentar driblar as autoridades locais.

Enquanto em “*Blade Runner*” as imagens se prestam à produção de uma história irreal, através da criação de uma outra, irreal, em “Sábado” as fotos e pertences servem aos espectadores de pistas para a identificação da história de uma vida, induzindo-nos a crer que o velho morto teria sido um oficial alemão na Segunda Guerra, que teria vindo ao final dela para o Brasil, tendo se fixado em uma grande cidade onde seria apenas mais um imigrante alemão e, no final da vida, apenas mais um velho, que vivia só.

A vida solitária em uma grande metrópole, como São Paulo, possibilita o anonimato que permite o exercício da liberdade numa cidade em

²⁵⁷ Os replicantes eram personagens do filme, criados geneticamente em laboratório para trabalharem em tarefas altamente perigosas e que exigiam muita especialização. Como eram produzidos, não tinham uma história de socialização, faltando-lhes as referências da história de vida.

que a vida caracteriza-se como fragmentária, múltipla, segregada, coisificada. Isso possibilita o não questionamento de sua vida, o proposital esconder a história. Como nos afirmou uma pessoa no Vale do Anhangabaú, durante um evento, ela poderia passear no Parque do Ibirapuera, mas lá, só encontraria conhecidos. No Vale, podia ficar anônimo, conversando com pessoas desconhecidas. Podia até, se quisesse, fazer um programa com alguma prostituta do Vale que ninguém comentaria. O exercício do anonimato é conseguido com maior eficiência em lugares específicos da metrópole.

Se o velho, personagem do filme tivesse ido morar em um bairro na periferia, por mais que tentasse se isolar, pelas próprias relações de vizinhança exigidas no convívio de bairro, ele teria dificuldade de esconder sua identidade. Porém, morar em um grande edifício do centro da cidade, de uso múltiplo, não apenas residencial, garantia-lhe o anonimato até à morte. Nesse sentido, o edifício, com sua população residente e flutuante, metaforicamente, simbolizava a vida no centro de São Paulo, com a multidão que sempre está presente nas áreas mais movimentadas da cidade, dentre as quais destacamos o centro antigo, pela diversidade que o compõe. Como o personagem de POE em “Um homem na multidão” ²⁵⁸, isso deve lhe ter permitido viver, passando despercebido por todos. Nem mesmo sua morte altera a rotina naquele edifício. Ele, o morto, parece nada representar para os outros moradores, com exceção do “Homem de Alcatraz” que chega a acender uma vela no chão de madeira, ao lado do elevador quebrado, colocando em risco segurança do prédio.

Para todos, a morte parece nada representar, pesando sobre ela

“... o silêncio civilizado, a indiferença aparente, a atitude racional e prática que remove rapidamente da vida o peso dos mortos” ²⁵⁹

A importância do defunto na construção da sociedade sequer é questionada ou sugerida. Em nossa sociedade, há uma tendência à eliminação da morte, como da história.” Nós não morremos, nós desaparecemos”²⁶⁰. Fisicamente, a morte é uma das formas de retirada do

²⁵⁸ E. A. POE. “El hombre de la multitud” in La carta robada, 77-95.

²⁵⁹ José de Souza MARTINS. A morte e os mortos na sociedade brasileira. Pg. 09.

²⁶⁰ Henri LEFEBVRE. Critique de la vie quotidienne III, pg. 163.



indivíduo do sistema produtivo, mas não é a única. Se fizermos uma comparação entre esse filme de ficção e o já citado "*Blade Runner*", veremos que não é apenas o uso de imagens que os aproximam. A morte dos replicantes também aparecia como a forma de retirá-los do mercado produtivo, ou porque eram considerados ultrapassados, ou fora de controle. Mas na vida real, a retirada da força de trabalho do mercado é dada cada vez mais pela não necessidade de tanta mão-de-obra, e que tende a se tornar cada vez mais especializada. Em nosso sistema produtivo, hoje matamos sem eliminar fisicamente a mão-de-obra. Há a morte social, que se inicia com a dispensa do emprego. Desempregados não são mais considerados exército de reserva, tendo muitas dificuldades na tentativa de auto-reintegração ao mercado de trabalho. Muitos, não conseguindo, acabam por ficar nas ruas na condição de mendigos, sem teto; outros, como saída, ocupam as ruas como marreteiros, aumentando o número dos que trabalham no setor informal da economia, como vimos nas falas de desempregados que estavam no Vale, durante os shows e partidas de futebol televisionadas. Como no filme, acabam vendendo na rua comida, bebidas, quinquilharias – inclusive importados do Paraguai – contribuindo, na visão de muitos, para o "caos" nas ruas da cidade. No filme "Sábado" essa situação também é apresentada, como já vimos, nas cenas realizadas no saguão, com engraxates, vendedores de loteria e outros que faziam do espaço lugar de trabalho, transformando, simbolicamente, o saguão em uma praça pública, onde tudo pode acontecer, inclusive como local de uso dos mendigos, que já se apresentavam como os de fora do sistema produtivo.

O filme "Sábado", embora pareça retratar um momento particular que quebra a rotina de moradores em um prédio no centro de São Paulo, possui a capacidade de estabelecer as diversas relações existentes no centro da capital paulista. A diversidade de seus moradores e usuários, tanto os regulares (como os devotos de culto religioso, os clientes das prostitutas) quanto os excepcionais (a equipe de gravação e os funcionários do IML), aponta para a riqueza das relações que podem existir no centro, que colocam em conflito classes diferenciadas, anseios e desejos, que passam a exigir novas formas e estratégias de luta, e que têm como objeto/produto/produtos também o espaço.

Considerações finais

Pela imagem cinematográfica, temos retratadas situações ficcionais que podem representar, mesmo que caricaturalmente, fatos que realmente acontecem e se dão na vida, no caso, do centro de São Paulo. As cenas mostram os conflitos que se estabelecem entre grupos aparentemente antagônicos, mas que fazem parte de um todo que, embora seja apresentado de modo fragmentado, tem uma coesão própria. Nos conflitos mostrados, as soluções que surgem não levam a mudanças radicais de revolução e alterações no âmbito global da sociedade. O que aparecem são pequenas subversões, de âmbito local, na vida cotidiana dos personagens. Delas o que parece ser mais forte é a própria presença (física) da população que faz parte do processo produtivo, de modo, às vezes, marginal, periférico, ou mesmo aparece fora dele. Essa presença física, que parece possibilitar o combate, pode não imediatamente revirar o mundo, mas provoca pequenas, e, às vezes, até, insignificantes mudanças na vida cotidiana, tanto na deles como na daqueles com quem estabelecem relações, nem sempre cordiais, que, aos poucos, corroem as estruturas e modificam essencialmente a vida urbana.

Essa possibilidade é anunciada no filme “Sábado”. Como essa possibilidade, aberta pelo produto cinematográfico, interagindo com as concepções de vida urbana e de cidade, realçadas pelo Estado e grupos econômicos, interfere no uso e no consumo que se faz do centro da cidade? Como pode ainda ajudar a explicar o porquê das estratégias do Estado que levam a modificações dos espaços públicos centrais e da vida que aí se estabelece?

Ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar as características e transformações por que passam os espaços públicos. Para isso, analisamos as ações do Estado e suas estratégias de recuperação da área central, através das transformações dos espaços e áreas públicas, e, também, como essas estratégias, na maior parte dos casos, vão de encontro aos anseios e propostas de grupos organizados na sociedade, como no caso da Associação Viva o Centro, que representa os anseios de um grupo social



que detém o poder econômico e que luta pela revalorização do patrimônio imobiliário instalado nessa região. Essa Associação busca, ou tem como projeto manter no centro tradicional da cidade de São Paulo, atividades econômicas e serviços que garantam a concentração do poder no local, ao procurar atingir a meta de qualificar esse espaço como um ponto específico na cidade, de modo que, por ele especificamente haja a interligação de ações entre as chamadas cidades mundiais.

São Paulo, assim, afirmar-se-ia enquanto uma cidade de onde decisões econômicas partiriam, fazendo parte da rede de cidades no mundo que teriam esse papel, concentrando-se no chamado centro tradicional, o conjunto de empresas e atividades que possibilitariam o desenvolvimento dessa função, pontuando sobre um lugar específico o poder de decisão.

Para atingir esse objetivo é necessário recuperar o papel simbólico desse centro, reconferindo a ele a característica e o reconhecimento social enquanto lugar do poder. O centro sempre foi marcado por ser o local da cidade em que os espaços públicos davam ao lugar, ao mesmo tempo, a dimensão da existência do poder, tanto político, representado pela concentração de órgãos públicos que impunham à população normas do viver a cidade, quanto do econômico, pela geração de empregos, tanto os ligados ao funcionalismo público, como os relacionados à existência e à concentração de atividades comerciais e de serviços, que se distribuíam ao longo das ruas do centro, e que conferiam a essas a marca da diversidade. É a diversidade de atividades e usos que servem como estratégia, no filme *Sábado*, para a metaforização do centro que se revela pelas relações que se estabelecem em um prédio. Somente por esse ângulo é que se simulam as mais variadas relações existentes no centro e que são apresentadas no filme em forma de ficção. O prédio se apresenta como uma simulação dos espaços públicos existentes no centro, com todas as suas características: dominação e apropriação.

Os lugares públicos do centro, além de marcarem a existência do poder, também se apresentam como possibilidade para o exercício da liberdade. Os lugares públicos caracterizam-se por serem os locais onde é possível discutir-se livremente, estabelecendo relações entre diferentes, mesmo que permeadas pela compra e ou aquisição de produtos. Esses

lugares tornam-se os espaços da liberdade, do anonimato que possibilitam o livre trânsito pela cidade, sendo, portanto, uma derivação do movimento, hoje quase totalmente ligado ao ato do consumo normatizado, o que tende a levar ao isolamento das pessoas, que acabam por se sentirem vigiadas.

Em uma analogia com o filme, é a impossibilidade do movimento, tanto dos moradores que ficam restritos ao espaço do saguão do prédio, quanto dos personagens que ficam presos em um elevador quebrado, o qual ao funcionar plenamente garante a circulação, no edifício, de pessoas e mercadorias, que força o contato entre os diferentes causando as situações de conflito. Se houvesse o movimento, cada qual, provavelmente, trataria de seus afazeres e preocupações, pouco percebendo ou notando o outro, o diferente. Na agitação da cidade, na movimentação de pessoas pelos lugares públicos, como, por exemplo, a travessia do Viaduto do Chá, feita diariamente por mais de um milhão de pessoas, faz com que, pelo próprio ritmo existente na vida no centro, a rapidez, a pressa, o horário, as pessoas passem umas pelas outras, sem, muitas vezes, perceberem a presença um do outro. São um milhão de pessoas que parecem invisíveis umas às outras. Só quando algo de anormal acontece é que se pára, observa-se, percebe-se o outro. Isso pode ocorrer num acidente, atropelamento ou batida policial, ou na concentração da população, enquanto uma multidão que espera por algum acontecimento, ou seja, há a necessidade da quebra do fato convencional, da rotina repetitiva para que algo chame a atenção e se particularize frente à diversidade de acontecimentos que já estão incorporados à vida, a ponto de nem mais percebermos o outro.

A pressa, a agitação, a falta de tempo para observar os fatos corriqueiros são sempre justificadas em nome da pressa imposta pelo tempo da produção, que gera lucro e, com isso, delimita o uso do espaço. Não se perde tempo observando a paisagem, mas “corre-se de um lugar a outro”.

Pode-se “ver” o centro e a cidade pela visita ao último andar do edifício do Banespa, que lembra o Empire State Building de Nova York, e que dá aos visitantes uma visão panorâmica da cidade de São Paulo a partir do centro histórico. É possível visualizar parcialmente a praça da Sé, já que imensos painéis de propaganda impedem a contemplação de todas as suas torres. Olhando no sentido anti-horário, a partir dela, vemos: o Pátio do



Colégio e a R. General Carneiro; o Parque D. Pedro II e o Palácio das Indústrias (atual sede da Prefeitura do Município de São Paulo); a rua 25 de março e o Mercado Municipal; a Igreja e o Largo de São Bento; o viaduto Santa Efigênia; o edifício dos Correios, o entroncamento do Vale do Anhangabaú com o Boulevard da Av. São João; o edifício Martinelli; entre frestas de edifícios, parte do Teatro Municipal; o Mappin (loja de departamentos); o terraço arborizado do edifício do Banespa, o final do Viaduto do Chá; parte da Praça Patriarca e, novamente, a catedral da Sé. (foto7)

Do alto, nos lugares é de onde pode-se perceber a existência de pessoas, que se reduzem a pontos frente às dimensões dos edifícios e das áreas de circulação. Mas, do chão, a paisagem se revela outra. Como o personagem de Allan Poe em “O homem na multidão” ²⁶¹, se passarmos a observar o cotidiano, aparentemente igual, podemos, ainda que só em pequenos momentos, observar fatos que se diferenciam e que podem levar a uma transformação da vida ou submergir na rotina. Ao contemplarmos a multidão, como no conto de Poe, conseguimos ver a diferenciação dos fatos por alguns elementos como: a retenção (visual) das roupas das pessoas, atitudes, formas do andar, rostos e expressões. É possível fazer esse exercício junto à multidão, sem sermos notados, como se fôssemos invisíveis ou apenas mais um dentre os outros da multidão. Mas, o que podemos observar, desde que rompamos com o ritmo apressado da falta de tempo para parar, e passemos a observar os acontecimentos da vida no centro?

Da praça da Sé avista-se toda a frente da Catedral. As propagandas são colocadas nas ruas, em frente as lojas comerciais. O movimento na praça é intenso, quase não se pode andar. Há uma aglomeração de barracas de camelôs ao fundo da praça (próximas à rua 15 de novembro), que vendem de tudo e nas quais transeuntes param e compram se o preço for atraente²⁶².

²⁶¹ E. A. POE. El hombre de la multitude in La cara robada, pg. 77-95.

²⁶² A descrição aqui feita refere-se a observações coletadas no período que vai de abril de 1994 a dezembro de 1997. No 1º semestre de 1998 ocorre a operação limpeza da área central, sendo retirados da Praça da Sé, Praça da República, Rua Barão de Itapetininga, entre outras, as barracas de ambulantes, não sem conflito e protestos.

foto 8



PÁTIO DO COLÉGIO



PARQUÊD. PEDRO II É PALÁCIO DAS INDÚSTRIAS

foto 9



RUA 25 DE MARÇO E MERCADO MUNICIPAL



SÃO BENTO



foto 10



VIADUTO SANTA EFIGÊNIA

Muitas pessoas por aí circulam. Vemos alguns homens que usam paletó e gravata, carregando pastas de documentos, e senhoras e jovens bem trajados que se dirigem ao fórum na Praça João Mendes ou aos bancos situados na rua Boa Vista. Mas a maior parte da população consiste de trabalhadores em geral (vendedores, encarregados da limpeza, ajudantes gerais), desempregados que buscam aí oportunidades de emprego, e donas de casa, que saem da periferia, rumo ao centro, para comprar produtos a preços reduzidos. Estas seguram as bolsas com força, à frente do peito, talvez com receio dos possíveis assaltos.

Próximos a alguns bancos da praça, crianças de rua dormem, cobertas apenas com papelões. Mas, observando melhor, vemos que não são apenas crianças que fazem da praça o local para dormir. Adolescentes e adultos de ambos os sexos fazem o mesmo. Todos estão sujos, mal vestidos, descalços. Nas escadarias da Catedral, mendigos e deficientes físicos esmolam. Pela praça e ruas adjacentes circulam velhos com cartazes de “compro ouro”. Caminhando para o Pátio do Colégio (lugar da fundação da cidade) conseguimos ver o Solar da Marquesa e o próprio Pateo do Colégio.

Muitas pessoas caminham em direção à Rua Boa Vista, que concentra várias instituições bancárias, e em direção à sede da Bolsa de Valores de São Paulo. No Pátio do Colégio, ver a 25 de Março é quase impossível. Prédios e painéis de propaganda nos impedem a visão, mas a R. General Carneiro, apinhada de barracas de ambulantes e pessoas que se dirigem ao Parque D. Pedro, é perfeitamente visível. Ao final da Rua Boa Vista deparamo-nos com o largo de São Bento, com a majestosa Igreja de São Bento e as saídas do metrô. Subindo a Rua Libero Badaró, chegamos à Praça do Patriarca. À sua esquerda, muitos pedestres circulam entre as ruas Direita, da Quitanda, São Bento, Quintino Bocaiúva, José Bonifácio, 15 de Novembro, fazendo compras, tanto nas lojas aí instaladas quanto nos “marreteiros” que ocupam a rua de pedestres, dificultando-lhes a passagem.

À direita, caminhamos pelo Viaduto do Chá que corta o Vale do Anhangabaú, uma imensa área livre e aberta à circulação de pessoas. Não encontramos nele barracas de camelôs, mas podemos avistar homens da

guarda municipal fazendo a ronda. Ao fim do Viaduto do Chá, à direita, nos deparamos com a Praça Ramos e o Teatro Municipal. À esquerda, a loja de departamentos Mappin. Daí, caminhando pela Barão de Itapetininga, que termina na Av. Ipiranga, à altura da Praça da República, temos muito movimento de pedestres que circulam pela região e fazem compras nas lojas aí instaladas. É na Barão que encontramos um grupo de pessoas a pregar, em alto e bom som, a palavra de Cristo; mendigos e deficientes físicos pedindo esmolas; velhos (homens-sanduiche) fazendo propagandas com cartazes, de venda e compra de ouro, além de ofertas de emprego que cobrem todo o corpo.

Na Praça da República, na calçada que dá acesso à Av. Ipiranga, onde estão localizados os pontos dos ônibus que se dirigem para os bairros, encontramos barracas de comida, vendedores de fichas e cartões telefônicos, pipocas, batatas fritas, salgadinhos e refrigerantes. As “pessoas-pontos”, quando vistas do alto, no chão, são pessoas que vivem, sofrem, divertem-se, trabalham, ou seja, ganham a vida fazendo parte e criando essa paisagem do centro. Mas, nem todos têm essa percepção do centro da cidade. Quando comentamos, principalmente com jovens pertencentes às classes de maior poder aquisitivo, que fomos ao Metrópole²⁶³ (cinema instalado próximo à Praça da República, na Av. São Luís), ao Mappin da Praça Ramos, às lojas de discos da Barão de Itapetininga ou à Praça da Sé, olham-nos surpresos e nos perguntam como tivemos coragem de fazê-lo, de ir a um lugar tão perigoso, violento, feio e velho. É essa a imagem que se pode fazer do centro. É essa representação que aparece no filme “Sábado”, quando o edifício, e em especial seu saguão, simula um espaço público do centro em que essa variedade populacional e de ações está presente.

O edifício representa, simultaneamente, o lugar do risco e da produção econômica. No saguão há, ao mesmo tempo, a realização de um comercial com toda a equipe técnica e, simultaneamente, a existência do setor informal da economia, representado pelos “homens-sanduiche”, pelo engraxate e ainda os que não estão de modo algum ligados a economia, como os mendigos. No filme, como na vida real, o destaque está

²⁶³ Quando desta observação o cinema Metrópole ainda funcionava. Desde o final de 1998 ele se encontra fechado e em reformas, sendo o espaço preparado para a realização de outras atividades.



relacionado, prioritariamente, às necessidades vinculadas à realização das relações econômicas.

Assim, em nome do desenvolvimento econômico, grupos que detêm o poder (econômico, político e decisório), procuram organizar os espaços do centro utilizando-se dos equipamentos urbanos e de produção existentes na área central e que dão à vida urbana nas cidades a referência de durabilidade e continuidade fazendo desses efeitos, valores na cidade. Na paródia que o filme apresenta, é o saguão que se presta a essa “organização”, por parte dos que detêm poder econômico, e que vêem no elevador social o equipamento a ser utilizado para a produção e que dá ao edifício o valor de durabilidade. A permanência é importante, mas não se consegue a todo momento e nem para todos de forma simultânea.

Ao contrário da cidade ficcional de Vondervotteimittiss²⁶⁴, em nossa cidade, e também especificamente no seu centro tradicional, as pessoas vivem em ritmos diferentes, em épocas diferentes, e ainda que o tempo do relógio tenda a imperar na vida cotidiana, a multiplicidade está presente.

Vivem hoje, simultaneamente, com a existência do mais moderno sistema de comunicação inter-instituições bancárias, que permite ao capital fluir quase que instantaneamente entre pontos diferentes do mundo e, ao mesmo tempo, com a presença do catador de papelão, com carrinho de mão, que passa e recolhe o “lixo” (que entrará no sistema de produção) antes que a coleta oficial seja feita pelos equipamentos e órgãos municipais responsáveis por isso.

Mas não são em todos os lugares da cidade que, efetivamente, ocorrem as mais variadas experiências e tipo de relações. Como a cidade é uma “projeção da sociedade sobre um local²⁶⁵”, no nosso caso, ela não poderá ser compreendida sem a análise das relações de classe e da propriedade existentes. Em nossa cidade há uma rarefação de bens e serviços na periferia (que é predominantemente ocupada pela população de

²⁶⁴ Nome dado a uma cidade no conto “O diabo no campanário” de E. A. POE in Clarice LISPECTOR. Histórias extraordinárias de Allan Poe, pg. 133-140. Nessa cidade nada mudava e parecia que ninguém estava interessado em que isso acontecesse. Era uma cidade onde aparentemente tudo (arquitetura, costumes, vida) era homogêneo e regulado pelo tempo do relógio que conferia uma estabilidade à rotina, só alterada pela chegada de um novo personagem: o diabo. Este muda, aparentemente, a velocidade do tempo, descontrolando a vida. As pessoas ficam sem saber como agir frente a quebra da rotina, à nova velocidade imposta.

²⁶⁵ H LEFEBVRE. O direito à cidade, pg. 56.

menor poder aquisitivo) e uma concentração deles na área central (que inclui o centro antigo e os centros expandidos da cidade). Nessa região, ocorre não só a concentração de bens e serviços, como também do poder econômico e financeiro.

A acessibilidade às áreas que concentram os equipamentos urbanos, e logo ao centro (ou hoje, os centros) da cidade, tem como consequências: a variação do uso e de valores funcionais e imobiliários do solo, bem como das densidades que se repartem em zonas concêntricas em torno do ponto central, onde os valores estão concentrados. Isso interfere na apropriação e no uso que os diferentes grupos sociais farão da cidade. Formada pelas mais diversas realidades, a cidade acaba por constituir-se em lugar privilegiado da expressão, da difusão de idéias, das lutas. O centro da cidade é o lugar onde a densidade dos acontecimentos, em suas várias escalas, acontece.

Dos vários acontecimentos presentes no centro, o mais privilegiado pelo Estado e outros agentes detentores de poder é o econômico. Na tentativa de maximizar o aspecto economicamente produtivo das cidades, e em especial dos lugares centrais, o Estado cria situações em que o espaço público passa a ser qualificado, a fim de não mais atender à população da cidade, como um todo, mas em especial a uma parcela restrita. É preciso recuperar os espaços públicos da área central, já que eles possuem uma infra-estrutura que tem e deve ser aproveitada ao máximo, diminuindo custos do Estado, que muitas vezes, gasta muito ao criar todo um sistema de serviços básicos em locais distantes.

Para promover as mudanças na área central, o Estado abre duas frentes de atuação: uma, ligada à transformação pelo poder público de espaços públicos através de remodelamentos e projetos de reurbanização, como no caso da reurbanização do Vale do Anhangabaú, em que todo o investimento e transformação da paisagem urbana são feitos pelo poder municipal. A outra medida é a alteração do coeficiente de aproveitamento do uso do solo urbano, que permite o adensamento do centro, tanto ligado à função de moradia, como ao desenvolvimento de atividades culturais, de serviços hoteleiros e serviços muito especializados, sem que os investidores particulares tenham que pagar uma contrapartida financeira para a



realização desses empreendimentos, desde que localizados no chamado centro tradicional.

Por esse processo, o Estado procura requalificar a área central, com modificações na paisagem urbana e com a aplicação de novos investimentos privados que podem levar a uma mudança do uso e, conseqüentemente da população que estava presente no centro. Com isso, procura trazer de volta ao centro a população de melhor poder aquisitivo, que para aí retornaria atraída pela requalificação dessa área como lugar de consumo cultural, turístico e de produtos destinados a esse grupo, com a criação de shoppings (como o shopping center Ligth) e locais de consumo mais sofisticados.

Para atingir esses objetivos, são projetadas mudanças paisagísticas em alguns locais do centro. De efetivo, temos a reurbanização do Vale do Anhangabaú, que hoje é vetado pelo poder municipal o uso para realização de eventos de grande porte, que poderiam atrair milhares de pessoas. Também há um projeto para modificação da paisagem urbana da Praça do Patriarca, que após recuperada, poderá dar lugar a outros usos que não os existentes no momento, ligados ao desenvolvimento de um turismo voltado à valorização do patrimônio arquitetônico e ao consumo de atividades culturais, de entretenimento e lazer, com serviços funcionando 24 horas.

Medidas como essas buscam dar ênfase à integração de São Paulo no mundo denominado globalizado, tendo a sua dinâmica cada vez mais ligada a processos globais. Vale a pena lembrar que isso não é um processo novo. São Paulo, na visão de Prado Júnior²⁶⁶, já nasceu voltada para o exterior. Concentrando riquezas e desenvolvimento para continuar gerando-a, o centro intensificou a vida urbana na cidade, representando um estímulo constante, um foco de energia que irradiou atividades e transformações a grandes distâncias. Essas transformações atingem tal vulto que, muitas vezes, não se reconhece mais a fonte de onde partiu o impulso inicial e renovador. O reconhecimento da força, do ponto inicial, é que corresponde ao chamado centro tradicional. A renovação desse centro, para garantir a manutenção de seu poder de concentração econômica, é o que grupos, como a Associação Viva o Centro, procuram atingir.

²⁶⁶ Caio PRADO JR. A cidade de São Paulo, pg. 80.



É por esse ângulo que podem ser entendidas as várias ações propostas pela Associação Viva o Centro e encaminhadas à Prefeitura Municipal de São Paulo buscando a revitalização e revalorização do centro tradicional da cidade, apontando, necessariamente, para uma mudança dos segmentos da sociedade que usam e têm acesso ao centro. O centro da cidade deve, de acordo com as propostas, ser utilizado prioritariamente por quem efetivamente aí trabalha, e também pelos turistas e estrangeiros que procurariam o centro, o que significa que deve ser desenvolvida uma estratégia para torná-lo um ponto turístico de qualidade, a exemplo das grandes cidades mundiais como Nova Iorque, Paris e Londres. Para isso, alguns prédios de interesse histórico são tombados e recuperados e algumas áreas públicas passam por reformas a fim de comportar e atender a essa nova demanda. O resgate do centro, como lugar do turismo, principalmente aos que procuram a cidade, tanto os vindos do exterior, como os do próprio país, pode servir de estímulo à instalação e ampliação de hotéis e serviços de atendimento para essa demanda a longo prazo, reforçando a tentativa da manutenção da concentração do eixo hoteleiro no centro da cidade.

Embora ainda não totalmente realizadas, procura-se, nas propostas de revitalização existentes, criar possibilidades de alterações de usos e usuários. Se a prioridade passa a ser a população de melhor poder aquisitivo, faz-se então necessário procurar limitar o acesso da população de baixo poder aquisitivo, que, muitas vezes, por sua presença, principalmente quando em forma de multidão, afugenta o grupo que, segundo os projetos para a revalorização e revitalização, o Estado e associações como o Viva o Centro gostariam que usassem o local, tanto aplicando nele investimentos, como fazendo-o lugar de consumo de mercadorias (nas quais incluímos o espaço).

Voltemos à ficção do filme “Sábado” e comparemos com as situações que se apresentam no centro. No filme, o saguão e o elevador social são apropriados privadamente em nome da produção e desenvolvimento de uma atividade econômica: a realização de um comercial que incitará o desejo pelo consumo de um objeto, após ser exibido na salas de cinema da cidade. É com a justificativa da produção, da redução de



custos que as pessoas -tanto as moradoras como as que usufruem dos serviços existentes no edifício- são impedidas de por ele se movimentar, ficando “presas”, limitadas a um espaço restrito no saguão, de modo a não atrapalhar o andamento da atividade produtiva. O espaço é, assim, apropriado como instrumento da produção e de domínio sobre outros. Isto na ficção.

Na estratégia real dos órgãos municipais, apoiada pela Associação Viva o Centro, para limitar a ida ao centro da população de menor poder aquisitivo, cuja presença (principalmente em grande número) pode se apresentar com restrição – por provocar o medo, a insegurança às pessoas com melhor poder aquisitivo –, são propostas mudanças no acesso e trajetos dos transportes coletivos, principalmente dos ônibus, de forma a eliminar o trânsito de pessoas que fazem do centro lugar de passagem.

Como já vimos, de acordo com pesquisa OD/87 do Metrô, de todas as viagens realizadas ao centro, 40% delas são feitas pela necessidade de baldeação, ou seja, troca de linhas tanto de metrô, quanto de ônibus, e assim o centro é, para esses usuários, lugar de passagem e consumo ocasional. Para limitar a passagem dessa população pelo centro são mudados os terminais de ônibus e criadas linhas circulares centro, que se interligam pelos trajetos, mas não possibilitam, como acontece com o sistema metroviário, a possibilidade de transferência entre os ônibus de forma não onerosa.

Entretanto não é apenas o usuário de transporte coletivo que faz do centro lugar de passagem compulsória que se pretende evitar. Numa tentativa de melhorar o acesso dos veículos particulares daqueles que se dirigem ao centro seja a trabalho, ou para realização de consumo(de mercadorias, cultura e mesmo do espaço), são apoiadas por grupos interessados na recuperação econômica do centro, como é o caso da Associação Viva o Centro, propostas de diminuição do trânsito de carros, que também fazem do centro local de passagem para atingir outras localidades.

A alegação é que, se isso se realizasse, diminuiriam os congestionamentos e haveria, pelo menor fluxo de automóveis, uma melhoria da qualidade ambiental do lugar. Atingir essa meta implica apoiar a

realização de obras viárias, como os anéis viários e os rodoanéis, na cidade e região metropolitana, sem que haja um questionamento e discussão das implicações da realização desses empreendimentos públicos para toda a sociedade.

Além das ações efetivas, ligadas à estruturação e planejamento do espaço, que faria da região lugar de consumo e de uso mais elitizado, torna-se necessário, para a implantação dessa proposta, a criação de mecanismos que contribuam para afastar as pessoas que fazem do centro lugar de passagem, e que o tem como referência de luta e de festa.

O centro deveria deixar de ser, para a população de baixo poder aquisitivo, referência de possibilidade do exercício de cidadania, passando a ser marcado como lugar de poder e de grupos que detêm o poder, levando essa população a ver o centro como lugar da opressão, reconhecendo-o como o lugar do outro, estranho a seu grupo, onde não mais teria o que fazer se efetivamente o consumo e os usos passassem a ser voltados, prioritariamente, às classes de alto poder aquisitivo.

Se isso faz parte do projeto para revalorização do centro, na ficção essas idéias, são demonstradas no final do filme “Sábado”, em que um morador antigo sugere que o caos existente no prédio é resultado da ação de pessoas pobres, como se a saída dessas do edifício pudesse possibilitar a volta do “glamour” que antes marcava a vida do centro e daquele edifício em particular. Tanto no filme, como na realidade, se os espaços públicos passassem a atender aos anseios dos grupos de melhor poder aquisitivo haveria uma alteração do sentido das ruas, das praças e dos lugares públicos que sempre marcaram a vida do centro.

As ruas e os lugares públicos sempre fizeram parte da representação simbólica da cidade, a ponto de esse conjunto de elementos, presentes no centro até hoje, ser reconhecido como sendo a “cidade”. As ruas, as praças e locais públicos são os locais onde, historicamente, as manifestações, tanto as da alegria (como a da tomada dos passeios públicos pela comemoração no esporte), como a das lutas (a exemplo da presença da população nas ruas e praças públicas durante as “Diretas Já”), efetivamente se realizam com a participação popular.



É a vivência do urbano e, talvez por isso, muitas vezes, reduzido ou entendido como o espaço da cidade, que pode propiciar o imprevisível. Deste modo, a cidade, em especial seu centro, é o local onde tudo pode acontecer. Como no edifício do filme, em que o prédio parecia possibilitar a promoção de vários tipos de relações e atividades, a ponto de, em cada corredor ou lance de escada, cada momento vivido no lugar, algo de inusitado, de não esperado, surpreendente poderia ocorrer, exigindo posturas novas, relações antes não pensadas para poder lidar com os novos fatos. Isso porque no filme, o saguão do edifício pode ser entendido como uma alegoria da centralidade.

No centro, a possibilidade dos múltiplos acontecimentos e ações deve ser alterada até para maior controle da atividade produtiva. Por isso, as áreas centrais devem perder sua característica de centro de encontro, o que impediria a agitação popular. Mostras disso são dadas nas estratégias desenvolvidas pelo Estado que tende a dificultar, através de medidas que se justificam em nome da revitalização, a aglomeração das áreas centrais. Ao que parece, pessoas reunidas em grande número, em uma praça, podem representar um questionamento ao poder, à ordem estabelecida. Então, melhor que as praças e as ruas não reúnam mais ninguém, fiquem vazias, não possibilitem o encontro, o lazer, negando-se até mesmo como lugar de passagem, trajeto, caminho, transformado em apenas local de trabalho e de consumo dirigido, ou seja, um espaço repressor, um lugar da negação para à vida. Por isso, além das ações intervencionistas propostas pela Associação Viva o Centro, muitas delas encampadas pelo Estado como a criação das linhas centro na tentativa de evitar o trânsito de passagem da população, temos também os vetos formais ao uso das praças públicas, para a realização de shows.

No filme, se buscarmos a questão do veto, da proibição, esse aparece não como negação formal do acesso ao uso, por exemplo no caso do elevador social, simplesmente porque alguém não quer permitir. O veto é dado pela apropriação privada e não por uma ordem. Seu uso pela equipe de propaganda é o indicador de que outros não podem usá-lo. É, ao mesmo tempo, o reconhecimento pelos personagens-moradores de que o uso, ainda que privadamente, em nome da realização de uma atividade econômica, é o

suficiente para a negação a outros de seu usufruto. As únicas tentativas de negação formal ao uso do espaço são dadas quando se tenta evitar a entrada dos moradores do prédio, que, por seu movimento, poderiam atrapalhar a realização do trabalho. Nas duas situações, da ficção e na ação estatal, quer-se limitar a ação das pessoas em nome da produtividade e do aproveitamento econômico do lugar. Essa ação estatal não é sequencial e nem linear, envolvendo posicionamentos diferenciados ao longo do processo político que marca as administrações da cidade. A negação formal ao uso do centro, de suas praças e lugares públicos quando da existência de uma multidão, é instituído a partir de 1996, como vimos.

No início da década de 90, as praças eram usadas para a realização de grandes espetáculos. Nessa época, a prefeitura municipal de São Paulo, sob a administração de Luiza Erundina, buscava retomar o simbolismo do centro, atraindo a diversidade populacional através de eventos de grande porte como o “Venha ao Vale”, que se realizava aos finais de tardes de sábados, fazendo com que a população se deslocasse para o centro especificamente para isso. Esse projeto na administração Maluf muda de nome (tornando-se o “sompashow”), e de característica, atraindo agora, preferencialmente, quem já estivesse no centro aos finais de tarde de sextas-feiras, e que tem seu fim no início de 1996.

Até essa data, esses eventos ainda que controlados e vigiados, favoreciam a reunião, o encontro de pessoas, mesmo que com o pretexto de assistir a shows ao ar livre e gratuitos, a comemorações de jogos e festas comemorativas nas ocasiões dos aniversários da cidade, ou ainda para apoiar este ou aquele partido político em comícios, reivindicar atitudes públicas ligadas ao pleno exercício da cidadania. Era dessa forma que Vale do Anhangabaú, Praça da Sé, República, Av. Ipiranga e São João eram apropriados pela população, que comparecia a esses lugares em grande número. Essa aglomeração podia facilitar o encontro entre desconhecidos, que ainda continuando a sê-los, sempre retiravam algo dessa multiplicação de encontros que a aglomeração proporciona. Isso intimidava o poder econômico e político que também estava presente nesse local: o centro de São Paulo. Teriam sempre o controle de tudo? Poderiam, em determinadas situações, conter a população?



Esse receio de perda do controle também é indicado em “Sábado”. Ao contrário do que acontecia nas praças públicas, onde a aglomeração, a multidão, era muitas vezes, formada a partir de iniciativas elaboradas pelo poder estatal, que procurava ter o controle da situação por ele criada, no filme, ou seja, a formação do grupo de pessoas que, no decorrer dele, aparece como uma ameaça à produção e ao controle da situação que surgem como algo não previsto. Foi o acaso: o elevador quebrado, associado ao uso privado do elevador social pela equipe de propaganda, cria e mantém um grupo de moradores concentrados no saguão que, a princípio, representavam um risco à ordem produtiva. Novamente, nas duas situações (a fictícia e aquela real onde o Estado interfere) evitar possíveis aborrecimentos exige a não aglomeração, o não uso dos espaços públicos, a não-aprendizagem. Assim é iniciado pelo Estado um processo que tenta impedir o reconhecimento do centro como lugar da reunião, do evento público de massas.

A normatização se justifica, formalmente, com base no uso racional do espaço. Novamente, como já indicado no filme, é por um outro uso, que parece ser aceito como “normal”, racional pela população, que se apropria privadamente do espaço. Jamais se diz que não se quer o “povão” na praça pública. O impeditivo ao uso e à concentração de multidões em lugares públicos se justifica em nome de um novo uso que gera mais recursos para a cidade (através de novas aplicações e investimentos pode-se recuperar o centro para o bem de toda a sociedade) e da segurança das pessoas, incluindo as que assistem ou participam do evento.

A PM, um órgão do Estado, é a primeira a colocar o problema do controle das massas populares em nome de sua própria segurança. Para isso utiliza o discurso do risco, do perigo à população que representa a aglomeração. Posiciona-se contrária à realização de grandes eventos no Vale, República, Praça da Sé, ou seja, no centro, por não poder fazer revistas contra o porte de armas e bebidas alcoólicas, como acontece em estádios de futebol, além de alegar que esses locais apresentam desníveis (escadarias, chafarizes, canteiros, jardins) o que poderia ocasionar acidentes graves em caso de tumultos e correria. A impossibilidade do controle dessa população é que preocupava os órgãos de segurança pública. Em todos os

eventos realizados nesses locais, apenas desordens causadas por populares embriagados, crianças perdidas dos pais e pessoas com mal estar foram registrados. A temível desordem provocada pelo povo não se deu. As pessoas estavam ali para se divertir, para gozar os benefícios que a cidade tem e pode oferecer.

A ação intervencionista do Estado chega a ser uma transgressão à Constituição brasileira. No parágrafo XVI do art. 5 está escrito:

“todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente”

²⁶⁷

Embora a Constituição garanta o direito à reunião pacífica, sem a necessidade de autorização (mas exigindo-se apenas um prévio aviso), em 1996 deixam de acontecer eventos nas praças públicas centrais, já que a Prefeitura, atendendo às reivindicações dos comerciantes e empresários da região, representados pela Associação Viva o Centro, formalmente passa a negar o uso desses locais e assim impede possíveis aglomerações de pessoas. Novamente a negativa ao uso é dada em nome da ordem econômica.

Os grandes eventos aparecem como concentradores de multidões, no centro, o que pode servir de impeditivo aos que buscam no centro a realização dos seus negócios e que, nos dias em que há shows, preferem não ir ao centro com medo do que a multidão possa fazer. Além disso, justificativas técnicas são colocadas para demonstrar que, por exemplo, o Vale não contém os equipamentos necessários para garantir a segurança e o conforto dos que, na praça pública, aglomeram-se para ter acesso a uma atração cultural, pela qual se fosse exigido o pagamento, para assistir a ela, não o fariam. Oficialmente, a Prefeitura Municipal de São Paulo não se exime de oferecer atividades culturais à população, mas desloca a realização de grandes eventos de massa para outros locais, afastados do centro. Assim, o palco do Vale, onde aconteciam as programações culturais, é retirado e vários eventos que se realizavam no centro têm seu fim. Nem

²⁶⁷ CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1988.



mesmo os partidos políticos obtêm mais autorização (que, a princípio, nem precisaria existir) para o uso do Vale para comícios.

Os espaços abertos ao público, que tem garantido seu uso pela Constituição, tendem a ser, pelas propostas apresentadas, depois de reformulados e incrementados com novas atividades em seu redor, utilizados para o proveito de quem puder pagar por eles. O espaço público passa a ser usado privadamente, respondendo às necessidades de grupos detentores de poder econômico e político, já que nele seriam priorizadas as instalações de serviços e lazeres pagos, como é colocado na proposta, por exemplo, de recuperação da Galeria Prestes Maia que perderia os serviços públicos que hoje atendem à população, e em seu lugar cafés, livrarias, bancas de jornal entre outros, prestariam serviços durante 24 horas.

Essa estratégia não pode ficar clara à população. Então, como explicar a negação do uso do centro da cidade às pessoas? Para justificar a ação, alega-se que a concentração de pessoas nas praças centrais destrói a paisagem do lugar, a organização existente, além de colocar em risco a própria segurança das pessoas. Não se deve usar porque se estraga o local, ficando feio, deixando de ser um cartão postal. O centro é belo assim: deserto, sem vida, bem ordenado, vigiado. É preciso que ele comece a ser usado por pessoas que sejam “civilizadas”, que valorizam, com seu uso e consumo, a área através do incremento de atividades de entretenimento e culturais pagas. Não é para as pessoas que pisam a grama, sentam nos bancos, jogam papel no chão, talvez pelo não costume de colocá-los em locais adequados e, até mesmo, pela inexistência de lixeiras, e que não necessariamente consomem o lugar através do pagamento de serviços e bens de consumo.

Essa estratégia do uso do centro pressupõe que ele é espaço planejado, racionalizado, efetivamente pela intervenção estatal. Deste modo o Estado acaba por cercear a liberdade que existia no lugar, ao disciplinar o uso e a apropriação dos espaços do centro. Em nome de uma pretensa liberdade, criam-se normas que perpetuam as diferenças, produzem a segregação espacial, em uma sociedade que é estratificada.

O Estado não é neutro e, em geral, dirige ações privilegiando determinados grupos e submetendo outros. Como o Estado consegue

legitimar suas ações? Além do respaldo e da aceitação da necessidade do crescimento do desenvolvimento econômico, para que haja o desenvolvimento social, a própria vida do cidadão comum, muitas vezes privada do acesso às mais variadas produções sociais e até mesmo de seus direitos constitucionais, como moradia, saúde, transporte, e sofrendo no dia-a-dia, lutando pela sobrevivência, tende a aceitar a imagem da cidade, no seu conjunto, como perigosa, legitimando a existência da violência urbana e a necessidade da intervenção estatal na vida e, conseqüentemente, na produção espacial.

A existência e legitimação do poder institucional é reforçada no centro pela concentração de poderes econômicos e decisórios na área central da cidade, o que permite seu reconhecimento por nossa sociedade. Esse fato é indicado no filme “Sábado”, em que o poder, reconhecido pelos moradores, centrava-se na figura do zelador, que, embora ineficiente na realização de suas funções legítimas (como cuidar pela limpeza do edifício, manter os equipamentos em ordem, etc.), regulamentava e tomava para si o direito à privatização dos espaços de uso comum do prédio. É ele que permite o uso do elevador, durante o dia de sábado, pela equipe que realizava o comercial, privando-o ao usufruto dos moradores e usuários do lugar. Também, parte dele, o arrendamento do espaço da sala das máquinas a uma pessoa que lá estabelece seu lar e usa, de modo inadequado, a energia do elevador de serviço que resulta em sua quebra e, conseqüentemente, em outra forma de imobilização dos moradores que não têm como acessar suas moradias. É o reconhecimento e a aceitação da existência do poder que favorecem a dominação do espaço. Na estratégia de dominação, a cidade aparece como resultante da efetivação de um projeto do Estado e dos empreendedores imobiliários, em que as pessoas não se vêem como produtoras e criadoras do espaço. Este sequer aparece como criação, mas sim, como espaço organizado, a fim de proporcionar a reprodução das relações de produção na sociedade. Nesse sentido, o Estado e agentes imobiliários tendem a conceber o espaço, de forma elaborada, planejada, a fim de propiciar um maior ganho, que é transformado em capital. Muitas vezes, nessas ações, priva-se de tal modo a população de alguns dos bens sociais elementares, que esta responde, às vezes, de modo



violento, sem uma estratégia definida, de forma imediatista, como se desconhecesse as regras do jogo, do qual faz parte e joga, mesmo sem o saber. Nesse processo, Estado e capital, independentes de quaisquer fatores, aparecem como os organizadores do espaço e da vida aos quais todos devem acomodar-se de uma forma ou de outra. O Estado procura transformar os habitantes, de sujeitos que não se reconhecem, em agentes passivos e, portanto, submetidos às decisões governamentais que normatizam usos, impedindo a apropriação do espaço, através da legitimação da propriedade privada.

O Estado consegue isso utilizando os próprios elementos presentes na cidade, reforçando a idéia de caos e a necessidade da intervenção estatal. Ainda que privilegie grupos, em detrimento de outros, procura evitar insurreições populares permitindo pequenas melhorias nas condições de vida, legalizando, quando é de seu interesse o funcionamento, por exemplo, dos chamados ônibus clandestinos e lotações de maneira a desviar a atenção da população das verdadeiras causas do aparente caos, que torna angustiante, estafante e dura a vida na periferia. É com o trabalho socialmente produzido que se constroí a riqueza social que, entretanto, não é distribuída de forma igualitária, privilegiando-se investimentos nos locais que podem oferecer uma maior produtividade e retorno econômico das atividades existentes. A exploração do trabalho acaba materializada na segregação social e espacial que marca a cidade, fazendo com que determinadas áreas sejam sempre privilegiadas com aplicação de recursos e investimentos sociais, enquanto outras são privadas dos bens sociais produzidos.

A mudança desse quadro sócio-espacial é apontada nas situações mostradas no filme “Sábado” e também na realidade, a partir da aglomeração da população em torno de um grande evento realizado em espaço público. Nos dois casos pela presença física da população, ou aglomerada no saguão como no filme Sábado, ou em forma de multidão, no Vale do Anhangabaú. Neste último caso, mesmo que controlada, vigiada e até direcionada para fazer número, de forma a demonstrar o poder de uma rede de tv, ou ainda, para prestigiar os eventos patrocinados pelo poder municipal e de algumas instituições particulares, como o show de Caetano

Veloso patrocinado pelo Banco Itaú, a presença das pessoas é uma situação que não pode ser controlada inteiramente, podendo permitir o rompimento das normas, das condutas pré-estabelecidas.

Como já demonstramos, no filme é a presença física que aterroriza o outro, que o faz ceder seus bens privados, mesmo que, diretamente, nenhuma ameaça lhe seja feita. Nos espaços públicos centrais é também a presença da multidão que é capaz de afastar consumidores em potencial de seu desejo de consumo, fazendo-os procurar outros locais para tal. É essa presença que faz com que os espaços públicos sejam apropriados de forma coletiva e não privadamente. É por esse consumo, dado pelo uso, pela permanência no lugar, que faz com que as ruas sejam recuperadas como lugares da liberdade, do exercício da cidadania, do anonimato em meio à multidão, sem todavia perder a individualidade. É a existência da multidão, presente no espaço público, nas praças, nas ruas, que recupera esses locais como lugares da possível transgressão, da luta, do anonimato, da transformação da vida urbana.



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Heloísa Buarque de. “*Quando o Metro era palácio: salas de cinema e modernização em São Paulo*” in **Cadernos de campo. 5 e 6**. São Paulo. USP. 1997 (87-116)

ALVES, Glória da A. **Cidade, como Te Ver?**. São Paulo. FFLCH-USP. 1992 (dissertação de mestrado).

ANDRE, Jean-Louis. **Au coeur des villes**. Paris. ed. Odile Jacob. 1994.

ANSAY, Pierre e SCHOONBRODT, René. **Penser la ville**. Bruxelles. AAN. 1989.

ARANTES, Otilia. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo. EDUSP. 1998.

ASSOCIAÇÃO Viva o Centro. **São Paulo, XXI, entre história e projeto, São Paulo** . Associação Viva o Centro. 1996.

_____. **URBS**. São Paulo. Associação Viva o centro. n^{os} 0,3,5,8,10, anos 1996/97/98.

_____. **O coração da cidade**. São Paulo. Associação Viva o Centro. 1992.

_____. **Propostas e compromissos**. Associação Viva o Centro. São Paulo. 1996.

_____. **A Associação Viva o Centro**. Associação Viva o Centro. São Paulo. 1996.

_____. **Em Revista**. São Paulo. Associação Viva o Centro. números 1 a 12, 1992-1995.

_____. **Informe**, São Paulo. Associação Viva o Centro. n^{os}1 a 134, 1993-1998.

_____. **São Paulo centro, uma nova abordagem**. São Paulo. Associação Viva o Centro. 1996.

AZEVEDO, Aroldo de. (org.). **A cidade de São Paulo**, São Paulo. AGB. 1958. vol.III.

_____. “*São Paulo: da vila quinhentista à metrópole regional*” in **Boletim Paulista de Geografia**. n^o39. São Paulo. AGB. 1961. pg. 12-46.

BACHELARD, Gaston. *“A poética do espaço”* in Os pensadores. São Paulo. Abril cultural. 1978.

BATHIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo. Ed. Hucitec. 1987.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**, Lisboa, Relógio d’água, 1991.

_____ et alli. **Citoyenneté et urbanité**. Paris. Ed. Esprit. 1991.

BENALI, A. “ *La fourmilière imaginaire: metropolis ou la ville à visage humain*” in **Espaces et sociétés, 86, Ville et cinema**. Paris. Éditions l’harmattan. 1996. pg. 47-58.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas II**. São Paulo. Brasiliense. 1987.

_____. “*A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*” in **Os pensadores**. São Paulo. Abril editora. 1980. pg. 3-28.

BERGER, Jonh. **Modos de ver**. Lisboa. Ed. 70. 1972.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. São Paulo. Companhia das Letras. 1984.

BENALI, A. “ *La fourmilière imaginaire Metropolis ou la ville à visage humain*” in **Espaces et sociétés. 86.Ville et cinema**. Paris. Éditions l’harmattan. 1996. pg. 47-58.

BERNARDET, Jean-Claude. “*Viver o centro*” in **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo. Secretaria de Cultura de São Paulo. 54. 1996.

BLANCO, Alessandra. Anhangabaú fica com 12 toneladas de lixo in **Folha da Tarde**, 27.01.94

BOESPFLUG.F. (org). **La rue et l’image**. Paris. Les édition du cerf. 1990.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. São Paulo. Edusp/Fapesp. 1994.

BOLZ, Norbert. “*Onde encontrar a diferença entre uma obra de arte e uma mercadoria*” in **Revista USP. 15**. São Paulo. USP. 1992. pg. 91-101.

BOSI, Alfredo. Imagem e Discurso in **Revista Discurso**. nº5. São Paulo. F.F.L.C.H. 1973.

BURGEL, Guy. **La ville aujourd’hui**. Paris. Pluriele.1993.

CAMUS, Albert. **A peste**. Rio de Janeiro. Ed. Record. s/d.



CANEVACCI, Massimo. **Antropologia da Comunicação Visual**. São Paulo. Brasiliense. 1991.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**. São Paulo. Nobel. 1993.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo. Contexto. 1992.

CARLOS, Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano; o caso de Cotia**, São Paulo. FFLCH. 1987. (tese de doutorado)

CARLOS, Ana Fani A. A cidade e a organização do espaço in **Revista do Departamento de Geografia 1**. São Paulo. FFLCH. 1981.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo. Hucitec. 1996.

_____. “*Notas sobre a paisagem urbana*” in **Revista da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo**. Secretaria de Cultura de São Paulo. 54, 1996.

_____. “*A mundialidade do espaço*” in MARTINS, J.S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo. Hucitec. 1996.

CARLOS, A. F. A. e PINTAUDE, S. “*Cidade do comércio*” in MEDINA, Cremilda (org). **Vamos ao centro**. São Paulo de perfil 18. São Paulo. CJE/ECA/USP. 1994.

CARVALHO, Sérgio L.T. “*A saturação do olhar e a vertigem dos sentidos*” in **Revista USP**. 32. São Paulo. USP. 1997.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. Lisboa. Presença. 1979.

_____. **Lutas urbanas e poder político**. Porto. Afrontamento. 1976.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo. Brasiliense. 1989.

_____. **Convite à filosofia**. São Paulo. Ática. 1985.

CHEMETOV, P. “*Le grand laboratoire*” in **EspacesTemps**. 33. Paris. Association EspacesTemps. 1986.

CHOAY, Françoise. “*Nostalgie?*” in **EspacesTemps**. 33. Paris. Association EspacesTemps. 1986.

CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry. **La fin des villes**. Paris. Calmann-levy. 1982.

CICCACIO, Ana M. “A lógica de morar no centro” in **URBS**. 8. São Paulo. Associação Viva o Centro. jun/jul/98

COHL, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo. Ed. Nacional/Edusp. 1971.

COLETIVO NTC. **Pensar, pulsar**. São Paulo. Edições NTC. 1996.

COMOLLI, J. L. “*Un cinéaste et sa ville*” in **Espaces et sociétés**. 86. **Ville et cinema**. Paris. Éditions l’Harmattan. 1996. pg 23-37.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. 1988.

CORDEIRO, Helena K. **O centro da metrópole paulista, expansão recente**, São Paulo. IG/USP. 1980.

_____. “A cidade mundial de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano” in SANTOS, M(e outros org.) **O novo mapa do mundo, fim de século e globalização**, São Paulo. Hucitec/ANPUR. 1997. pg. 318-321.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo. Ática. 1987.

DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzos**. São Paulo. Ed. Página Aberta. 1993.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Lisboa. Mobilis in Mobile. 1991.

DOSSIE CIDADES, **Revista USP 5**. São Paulo. Coordenadoria de Comunicação Social- USP. 1991.

DUMAZEIDIER, Joffre. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo. Nobel. 1994.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo. Perspectiva. 1984.

EMURB. **O resgate da área central**. São Paulo. 1991. Fonte CEDESP- Centro de documentação e Estudos da Cidade de São Paulo.

EMURB. **A cartilha da área central**. São Paulo. Emurb. 1997.

_____. **Política e obras** (1989-1992). São Paulo. São Paulo (Prefeitura). 1992.

ESPACESTEMPS, 33, **Voyage au centre de la ville**. Paris. Association EspacesTemps. 1986.

FERRARA, Lucrécia D’Aléssio. “Do mundo como imagem à imagem do mundo” in SANTOS, M. e SOUZA, M.A. e SILVEIRA, M.L. (org.).



Território; globalização e fragmentação. São Paulo. Hucitec,/ANPUR. 1996.

FIPE. **Levantamento sócio-econômico da região central da cidade de São Paulo**, São Paulo. FIPE. 1995.

FONTAINE, Michael de la. “*Onde encontrar a diferença entre uma obra de arte e uma mercadoria*” in **Revista USP. 15.** São Paulo. USP. 1992. pg. 91-101

FRAGELLI, Beatriz. Como será verde o meu vale in **Isto é Senhor** . São Paulo. 09.11.1988.

FREHSE, Frayer. “*Entre Largo e praça, Matriz e Catedral: a Sé dos cartões postais paulistanos*” in **Cadernos de Campo. 5 e 6.** São Paulo. USP. 1997(117-155).

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **São Paulo, espaços públicos e integração social**, São Paulo. Marcozero/Sesc. 1995.

GALBRAITH, J. R. **O Novo Estado Industrial.** Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1993.

GARNIER, Jean-Pierre et SAINT-RAYMOND, Odile. “*Un rendez-vous manqué?*” in **Espaces et sociétés, 86, Ville et cinema.** Paris. Éditions l'harmattan. 1996. pg. 7-13.

GASPAR, Jorge. **A dinâmica funcional do centro de Lisboa.** Lisboa. Livros Horizonte. 1985.

GRANOU, André. **Capitalismo e modo de vida.** Porto. Afrontamento. 1975.

HARVEY, David. **Condição Pós- moderna.** São Paulo. Ed. Loyola. 1992.

IBGE. **Censo demográfico, São Paulo.** Rio de Janeiro. 1991.

JAMESON, Fredric. **Pós- modernismo; a lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo. Ática. 1996.

JAPPE, Anselm. “*A democracia, que arapuca!*” in **Praga 4,** 1997.

JIMENEZ, Floréal. “*Calle mayor (1956, Juan-Antonio Bardem), construction cinématographique d'un espace urbaine et d'une structure idéologique et social*” in **Espaces et sociétés, 86, Ville et cinema.** Paris. Éditions l'harmattan. 1996. pg 59-84.

KOTHE, Flávio (org.) **Walter Benjamin.** São Paulo. Ática. 1991.

LANGENBUCH, Juergen R. **A estruturação da Grande São Paulo, estudo de geografia urbana**, Rio de Janeiro, IBGE, 1971

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo. Unesp. 1998.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris. ed. Anthropos. 1986.

LEFEBVRE, Henri. **Hegel, Max, Nietzsche**. México. Siglo Veintiuno Editores. 1988.

_____. **Critique de la vie quotidienne III**. Paris. L'arche Editeur. 1981.

_____. **Critique de la vie quotidienne I**. Paris. L'arche Editeur. 1958.

_____. **Critique de la vie quotidienne II**. Paris. L'arche Editeur. 1961.

_____. **La revolution Urbaine**. Paris. Ed. Gallimard. 1970.

_____. **Espacio Y politica**. Barcelona. Ediciones península. 1976.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo. Ed. Documento. 1969.

_____. **De l'état (tome IV)**. Paris. Union générale d'éditions. 1978.

_____. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona. ed. 62. 1978

_____. **La presencia y la ausencia**. Mexico. Fondo de cultura económica. 1983.

_____. *"Hors du centre, point de salut?"* in **EspacesTemps**, 33, Paris. Association EspacesTemps. 1986 (15-19)

_____. **La vida cotidiana en el mundo moderno**. Madrid. Alianza Editorial. 1984.

LEVY-PIARROUX, Yveline. *"Dehors/dedans: les lieux de l'urbanité"* in **EspacesTemps**. 33. Paris. Association EspacesTemps. 1986. (p. 20-26).

LIPOVESTSKY, G. *"Espace privé, espace public à l'âge postmoderne"* in BAUDRILLARD, J. ET ALLI. **Citoyenneté et urbanité**. Paris. ed. Esprit. 1991.

LISPECTOR, Clarice (seleção, tradução e reescrito para o português). **Histórias extraordinárias de Allan Poe**. Rio de Janeiro. Ediouro. 1996.

LONGARESI, T. *"Um velho problema"* in **URBS**. 3. São Paulo. Associação Viva o Centro. nov/07. pg. 8-14.



LOPES, Marcus. Shows ao ar livre serão transferidos do Anhangabaú in **O Estado de São Paulo**. 14.06.95.

LUFTI, Eulina P. e outras. *“As representações e o possível”* in MARTINS, J.S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo. Hucitec. 1996.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo. Martins Fontes. 1980.

McCRACKEN, Grant. **Culture and Consumption**. Bloomington. Indiana University Press. 1990.

MAGNANI, J. C. C. **Festa no pedaço**. São Paulo. Brasiliense. 1984.

MARTINS, José de S. **Subúrbio**. São Paulo. Hucitec. 1992.

_____(org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**, São Paulo. Hucitec. 1983.

_____. A aparição do demônio na fábrica, no meio de produção in **Tempo Social**. Rev. Soc. USP. 5 (1-2) pg. 1-29. 1993 (editado em nov.1994).

_____(org). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo. Hucitec. 1996.

_____(org).(Des)figurações; a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. São Paulo. Hucitec. 1996.

_____. *“A metáfora do olhar em Janela indiscreta, de Alfred Hitchcock”* in **Cadernos de Campo**. 5 e 6. São Paulo. USP.1997 (83-86).

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo. Hucitec. 1993

_____. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo. Hucitec. 1989.

MATOS, Olgária. **Os arcanos do inteiramente outro**. São Paulo. Brasiliense. 1995.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo. ed. Grijalbo. 1973.

MARX, K. **Contribuição para a crítica da Economia Política**. Lisboa. Ed. Estampa. 1988.

MEDAN, Alain. *“ Au film de la ville”* in **Espaces et sociétés, 86,Ville et cinema**, Paris. Éditions l'harmattan. 1996. pg 15-22.

MELO, Jairo C. (org.). **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente. GAsPERR. 1996.

METRÔ. **Pesquisa OD/87**. São Paulo. Metrô. 1990.

MESQUITA, L. “*Morar no centro*” in **URBS**. 8. São Paulo. Associação Viva o Centro. 1998. pg. 54-55.

MOLES, Abraham. “*Labyrinthe ou nébuleuse*” in **EspacesTemps**. 33. Paris. Association EspacesTemps. 1986.

MONTES, Maria Lúcia. “*O erudito e o que é popular*” in **Revista USP**. 32. USP. 1997.

MORAES, J. A. et alli. **Cidade, povo, poder**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982.

MÜLLER, N. L. “*A área central da cidade*” in AZEVEDO, A. (org.). **A cidade de São Paulo, São Paulo**. AGB. 1958. vol.III.

MUNFORD, Lewis. **Arte y técnica**. Buenos Aires. Ed. Nueva Vision. 1957.

NOVAIS, Adauto (org.). **O Olhar**. São Paulo. Companhia das letras. 1988.

_____. **Rede Imaginária**. São Paulo. Companhia das Letras. 1991

ORTIZ, Renato (org.) **Pierre Bourdieu**. Coleção Grandes Cientistas sociais. São Paulo. Ática. 1983.

PAQUOT, Thierry. **Homo Urbanus**. Paris. Éditions du félin. 1990.

_____. “*Bibliorue*” in BOESPFLUG.F. (org) **La rue et l’image**. Paris. Les édition du cerf. 1990.

_____. **Vive la ville**. Paris. Corlet. 1994.

PEIXOTO, Nelson B. “*O olhar do estrangeiro*” in NOVAIS, A. **O olhar**. São Paulo. Companhia das letras. 1988.

_____. “*É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?*” in **Revista USP 15**. São Paulo. USP. 1992. pg. 49-75.

PEREIRA, Beltrina de P.C. **São Paulo, cidade misturada/cidade inconclusa, zapeando a metrópole**. São Paulo. USP, 1997 (tese de doutorado).

PLEKHANOV, George. **A arte e a vida social**. São Paulo. Brasiliense. 1964.

POE, E. A. **La carta robada**. Madrid. Ed. Siruela. 1985.

POE,E.A.“*O diabo no campanário*” in LISPECTOR, C. **Histórias extraordinárias de Allan Poe**. Rio de Janeiro. Ediouro.1996 (133-140).

PRADO JUNIOR, Caio. **A cidade de São Paulo**. São Paulo. Brasileinse. 1983.



PREFEITURA do Município de São Paulo. **Cidade**. ano 1 (nº1). São Paulo. Departamento do Patrimônio Histórico. 1994.

_____. **Cidade**. ano 2 (nº 3). São Paulo. Departamento do Patrimônio Histórico. 1995.

_____. **Cidade**. ano 3 (nº 4). São Paulo. Departamento do Patrimônio Histórico. 1996.

_____. **O resgate da área central**. São Paulo. Emurb. 1991.

_____, **Agenda Cultural**. São Paulo. Secretaria Municipal da Cultura. (de 1994 à 1997).

PREFEITURA do Município de São Paulo. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**. São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. nº 54. 1996.

_____. **São Paulo, crise e mudança**. São Paulo. brasiliense. s/d

_____. **Eixo Sé-Arouche**. São Paulo. São Paulo (Prefeitura). 1992.

RAMALHO, Cristina. Anhangabaú, finalmente! in **Jornal da Tarde**. 21.12.91.

RAMOS, José M. O. “*Cinema brasileiro: depois do vendaval*” in **REVISTA USP**. São Paulo. USP. 1997.

RODRIGUES, A. C. **Reminiscências de São Paulo**. Osasco. FIEO. 1995.

RODRIGUES, Nelson. **Às sombras das chuteiras imortais**. São Paulo. Companhia das Letras. 1994.

RONCAYOLO, Marcel. **La ville et ses territoires**. Paris. Roho Essais Sallimard. 1990.

_____. “*Diluition et implosion*” in **ESPACESTEMPS**. 33. Paris. Association EspacesTemps. 1986.

ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo. Companhia das Letras. 1987.

_____. “*É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?*” in **Revista USP 15**. São Paulo. USP. 1992. pg. 49-75.

_____. “*Por que o moderno envelhece tão rápido?*” in **Revista USP 15**. São Paulo. USP. 1992. pg. 107-117.

SALGADO, Sebastião. **Terra**. São Paulo. Companhia das Letras. 1996.

- SANT'ANNA, Cristina. A grande confusão in **Folha da Tarde**. 30.03.88.
- SANTOS, Carlos Nelson (coord). **Quando a rua vira casa**. Rio de Janeiro. Ed. Projeto Ibam/Finep. 1985.
- SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada**. São Paulo. Nobel. Secretaria do Estado da Cultura. 1990.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo. Nobel. 1987.
- SANTOS, m. e outros (org). **O novo mapa do mundo, fim de século e globalização**. São Paulo. Hucitec/ANPUR. 1997.
- SÃO PAULO (estado). **Bens culturais arquitetônicos no município e na Região metropolitana de São Paulo**. São Paulo. SNM/ EMPLASA/ SEMPLA, 1984.
- SPOSATI, A. (org). **Que cidade é essa? Região centro**. São Paulo. Núcleo de Estudos e pesquisas de seguridade e Assistência social - PUC. 1996.
- SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo, A imaginação, Questão de método**. São Paulo. Nova Cultural. 1987 (col. os Pensadores).
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo. Nobel. 1998.
- SEABRA, Odete C. de L. "*A insurreição do uso*" in MARTINS, J.S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo. Hucitec. 1996.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo. Companhia das Letras. 1988.
- _____. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro. Record. 1997.
- SILVA, Armando C. da **De quem é o pedaço ?**, São Paulo. Hucitec. 1986.
- SILVA, Carlos E. L. da. **Muito além do jardim botânico**. São Paulo. Summus Editorial. 1985.
- SIMÕES JUNIOR, J. G. "*Revitalização dos centros urbanos*", in **POLIS**. 19. São Paulo. 1994.
- SODRÉ, Muniz. **A máquina de narciso**. São Paulo. Ed. Cortez. 1990.
- SPOSITO, Maria Encarnação. "*O centro e as formas de expressão da centralidade urbana*" in **REVISTA de Geografia**. vol. 10. Presidente Prudente. Unesp. 1991.
- _____. "*Reestruturação da cidade*" in MELO, J. (org) **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente. GASPERR. 1996.



SUBIRATS, Eduardo. **Vanguarda, Mídia, Metrópolis**. São Paulo. Nobel Studio. 1993.

VELHO, Otávio (org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara. 1987.

WILLER, C. "*A cidade e a memória*" in Prefeitura do Município de São Paulo. **Cidade**. 1. São Paulo. Departamento do Patrimônio Histórico. 1994.

WITTE, Bernd. "*Por que o moderno envelhece tão rápido?*" in **Revista USP** 15. São Paulo. USP. 1992. pg. 107-117



